



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM JORNALISMO

Gabriela Cavalcanti Carneiro de Almeida

O projeto crítico do feminismo para o jornalismo

Florianópolis

2025

Gabriela Cavalcanti Carneiro de Almeida

O projeto crítico do feminismo para o jornalismo

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação
em Jornalismo da Universidade Federal de Santa
Catarina como requisito parcial para a obtenção do
título de Doutora em Jornalismo

Orientador: Prof. Carlos Augusto Locatelli, Dr.

Florianópolis

2025

Gabriela Cavalcanti Carneiro de Almeida

O projeto crítico feminista para o jornalismo

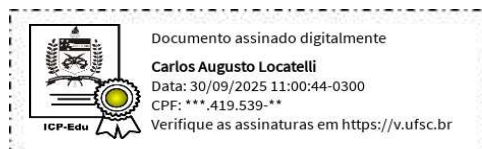
O presente trabalho em nível de Doutorado foi avaliado e aprovado, em 30 de junho de 2025, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa. Graziela Soares Bianchi, Dra.
Universidade Estadual de Ponta Grossa

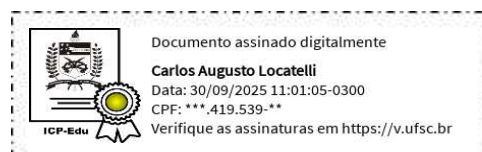
Profa. Daiane Bertasso, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Terezinha Silva, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Doutora em Jornalismo.



Coordenação do Programa de Pós-Graduação



Prof. Carlos Augusto Locatelli, Dr.
Orientador

Florianópolis, 2025

À minha mãe, Luiza Peres Cavalcanti,
pelo orgulho de ser fruto da imensidão da
mulher que ela é.

Essa passagem tormentosa a que chamamos de vida, nem todos a vivem. Criaturas há, que passam anônimas, deixando que os dias se exbatam [sic] indiferentemente, sem que deles lhes ficar a dolorosa lembrança de uma lágrima, ou a saudade de uma alegria fugaz [...]. A vida, só é vivida, quando há esforço, para as conquistas superiores; quando percebendo a sua finalidade, se é enamorado de perfeição, quando no caminho percorrido se deixa sinais de esforço, para vencer a luta, constante e defensiva, travada do bem que se disseminou. Só vivem os que lutam, pois o viver é um constante lutar (Antonieta de Barros, 1934).

RESUMO

A tese tem como **objeto de pesquisa** a crítica feminista de jornalismo e se estrutura na relação entre a Crítica, o Feminismo e o Jornalismo para pensar a construção dessa crítica. Ao se tomar como central o **objetivo** de investigar o projeto crítico feminista presente nas teses e dissertações da Comunicação com ênfase no Jornalismo, para compreender como ele opera em nosso campo, busca-se descrever e interpretar como a crítica feminista incide sobre o jornalismo; mapear as temáticas abordadas e suas permanências ou mudanças ao longo do tempo; identificar os conceitos do feminismo que são apropriados pela crítica ao jornalismo; observar os conceitos jornalísticos que são tensionados ou recusados; e, por fim, refletir teórico-metodologicamente sobre esse movimento para propor pistas para a formulação de um roteiro de aplicação de uma *crítica feminista de jornalismo* e para conceituar o *jornalismo com perspectiva feminista*. Parto do duplo **pressuposto** de que existe uma relação de proximidade entre o Jornalismo e outras áreas das ciências humanas e sociais e de que o projeto crítico do feminismo já está consolidado em diferentes campos das ciências humanas. A **hipótese** é a de que também no campo do jornalismo se estrutura um projeto crítico feminista. Esse projeto aparece em pesquisas com caráter de denúncia, que examinam práticas jornalísticas para refletir sobre seus limites, e em investigações mais recentes que problematizam conceitos e instauram uma crítica epistêmica com reverberações políticas e sociais. A tese se configura como um estudo documental de caráter epistemológico a partir de uma pesquisa da pesquisa. O referencial teórico é embasado nos estudos feministas marxistas e em noções e conceitos para entender o jornalismo como forma de conhecimento e da perspectiva do materialismo histórico. O **objeto empírico** é composto por teses e dissertações publicadas entre 1972 e 2022 em programas de Pós-Graduação brasileiros em Comunicação e Jornalismo que estudam especificamente as relações entre o Jornalismo e o Feminismo. O **corpus** de análise é constituído por 12 pesquisas. Por esse percurso, concluo que a crítica feminista opera no jornalismo ao mesmo tempo como denúncia das desigualdades e como deslocamento epistemológico, instaurando disputas de sentido que tensionam a forma jornalística e abrem possibilidades de transformação social. Esta tese tanto estuda quanto realiza uma crítica feminista de jornalismo.

Palavras-chave: Jornalismo; Feminismo; Crítica de jornalismo; Crítica feminista; Crítica feminista de jornalismo; Jornalismo com perspectiva feminista Teses e dissertações.

ABSTRACT

The thesis investigates the feminist critique of journalism, structured through the relationship between Critique, Feminism, and Journalism, in order to examine the construction of this critique. By placing at its core the objective of investigating the feminist critical project present in theses and dissertations in Communication with an emphasis on Journalism, and to understand how it operates within the field, the study seeks to: describe and interpret how feminist critique engages with journalism; map the themes addressed and their continuities or transformations over time; identify the feminist concepts appropriated by the critique of journalism; observe the journalistic concepts that are challenged or rejected; and, finally, reflect theoretically and methodologically on this movement in order to propose guidelines for the formulation of a framework for applying a feminist critique of journalism and for conceptualizing journalism from a feminist perspective. The study is based on the dual assumption that journalism is closely related to other fields in the humanities and social sciences, and that the feminist critical project is already consolidated within different areas of the humanities. The hypothesis is that a feminist critical project is also being structured within the field of journalism. This project emerges in research of a denunciatory nature, which examines journalistic practices in order to reflect on their limits, as well as in more recent investigations that problematize concepts and establish an epistemic critique with political and social reverberations. The thesis is configured as a documentary study of an epistemological nature, developed through a “research on research” approach. The theoretical framework is grounded in Marxist feminist studies and in notions and concepts that allow journalism to be understood as a form of knowledge from the perspective of historical materialism. The empirical object consists of theses and dissertations published between 1972 and 2022 in Brazilian graduate programs in Communication and Journalism that specifically study the relationship between Journalism and Feminism. The corpus of analysis is composed of 12 works. This thesis both studies and enacts a feminist critique of journalism.

Keywords: Journalism; Feminism; Critique of Journalism; Feminist Critique; Feminist Critique of Journalism; Journalism with a Feminist Perspective; Theses and Dissertations

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Distribuição de Programas de Pós-Graduação por cidade	34
Figura 2 - Mapa de palavras a partir das ementas e descrições das linhas de pesquisas em jornalismo	37
Figura 3 - Relação Linha de Pesquisa e Jornalismo por estado e cidade	37

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Porcentagem de bolsa por nível e região	37
Gráfico 2 - Número de bolsa produtividade por nível e interesse no jornalismo	38
Gráfico 3 - Número de trabalhos por ano	51
Gráfico 4 - Volume de pesquisa por ano e subcategoria	54
Gráfico 5 - Cronologia da pesquisa em Crítica de Jornalismo 1972-2022	65
Gráfico 6 - Pesquisa por categoria	72
Gráfico 7 - Estudos em jornalismo e os estudos em gênero e feminismo por ano	86
Gráfico 8 - Uso dos termos Gênero e Feminismo/Feminista por categoria	88
Gráfico 9 - Uso dos termos Gênero e Feminismo/Feminista simultaneamente	89
Gráfico 10 - Pesquisas do grupo Mulheres por ano	91
Gráfico 11 - Pesquisas do grupo Feminino/Feminista por ano	92
Gráfico 12 - Pesquisa de todos os grupos por ano	93
Gráfico 13 - Pesquisas da categoria Jornalismo Feminista por ano	95

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Cursos mais recorrentes nas graduações das(os) pesquisadoras(os) (primeira, segunda e terceira graduação)	38
Tabela 2 - Pesquisadoras que recebem Bolsa Produtividade CNPq	39
Tabela 3 - Presença do Jornalismo na Comunicação	41
Tabela 4 - Produção de teses e dissertações no Brasil	49
Tabela 5 - Dissertações e teses em crítica de mídia (2017-2022)	56
Tabela 6 - Dissertações e teses em crítica de jornalismo (2017-2022)	59
Tabela 7 - Volume de trabalhos por universidade (1972-2022)	65
Tabela 8 - Jornalismo Feministas: teses e dissertações analisadas	131

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
PARTE 1 - A INVESTIGAÇÃO	23
2. DO RECONHECIMENTO INSTITUCIONAL À CRÍTICA	26
2.1. O JORNALISMO COMO CAMPO EM CONSTRUÇÃO	26
2.2. A CRÍTICA DE JORNALISMO NAS TESES E DISSERTAÇÕES BRASILEIRAS	45
3. DO MAPEAMENTO DA PESQUISA À AUSÊNCIA DA EXPRESSÃO CRÍTICA FEMINISTA DE JORNALISMO	69
3.1. AS INTERAÇÕES ENTRE FEMINISMO E JORNALISMO	69
3.2. O ESPAÇO, TEMPO E VOCABULÁRIO NOS ESTUDOS COM PERSPECTIVA FEMINISTA SOBRE O JORNALISMO	84
PARTE 2 - A EXPOSIÇÃO	98
4. DA IDÉIA À PRÁXIS	99
4.1. A CRÍTICA COMO AÇÃO DE OLHAR O MUNDO	99
4.2. A CRÍTICA PARA A LIBERTAÇÃO	109
5. O ARGUMENTO PARA UMA TESE: O PROJETO CRÍTICO DO FEMINISMO PARA O JORNALISMO	121
5.1. A CRÍTICA FEMINISTA	121
5.2. O PRIMEIRO AMBIENTE DA CRÍTICA FEMINISTA DE JORNALISMO	131
5.3. UMA PROPOSTA PARA O JORNALISMO COM PERSPECTIVA FEMINISTA	142
5.3.1. Roteiro metodológico para a crítica feminista de jornalismo	155
CONSIDERAÇÕES FINAIS	161
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	163
APÊNDICE I - Modelo da ficha de leitura	175
APÊNDICE II - Citações das teses e dissertações	176

1. INTRODUÇÃO

Pensar a respeito da crítica no jornalismo e feminismo parece algo óbvio. Ambos, jornalismo e feminismo, são campos de estudos e práticas nos quais a crítica é princípio estruturante. Causa estranheza pensar o feminismo ou o jornalismo despreocupados com a leitura crítica do mundo. Apesar de defender essas ideias, precisamos reconhecer que são afirmações tão repetidas e internalizadas que não nos damos conta da banalização do uso do léxico crítica. Caímos na armadilha de identificá-la apenas como ação pura de oposição ao que está dado. Desse modo, corremos o risco de utilizar o termo no sentido restrito do senso comum, sem considerar a potência do seu conceito para estudar tanto o jornalismo quanto o feminismo como a relação entre eles.

Não existe um consenso sobre o que deve ser considerado uma crítica. Quando buscamos suas acepções em diferentes dicionários, a intersecção entre elas gira em torno de uma apreciação mais ou menos aprofundada de obras literárias, artísticas ou científicas. Além disso, os conceitos de opinião e o juízo de valor se entrelaçam aos seus possíveis significados, o que resulta em uma percepção esvaziada de métodos e critérios. Outra problemática está no caráter polêmico frequentemente atribuído à crítica, observado por Raymond Williams (2003), que atribui a ela o papel de achar as brechas, os defeitos, o lado negativo do objeto criticado. Os dissensos a respeito do que é crítica e sobre quais devem ser os seus critérios e objetos tornam complexa a tarefa de investigar sobre ela.

Deslocar o entendimento de crítica na busca por um conceito mais abrangente é assumir a complexidade de carregar e apagar significados ao longo da história e encarar a polissemia que todo conceito social e político demanda, como diz o historiador Reinhart Koselleck (2006). Intercambiar o entendimento de crítica entre campos distintos é também compreender a necessidade de identificar as particularidades que o seu significado absorve em cada lugar e tempo. A intenção com essa pesquisa não é a de apelar para um acordo normativo do que deve ser crítica e excluir toda e qualquer possibilidade de leituras alternativas; mas, sim, a de tangenciar essa problemática para estudar a respeito do projeto crítico do Feminismo dentro do campo jornalístico, sendo esse o **objeto desta pesquisa**: a *crítica feminista de jornalismo*.

A crítica feminista não é uma novidade. Pesquisadoras de todas as áreas alicerçam discursos sobre o mundo atravessados pelo feminismo. São nomes como os de Cecília Sardenberg, Donna Haraway, Sandra Harding, Joan Scott, Margareth Rago e Regina Dalcastagnè. Aliás, o próprio feminismo passa pelo crivo da sua crítica quando problematiza a ideia da mulher universal — branca, das elites políticas e econômicas, heterossexual etc — ainda evocada em algumas das suas vertentes. O resultado dessa autocrítica ou crítica da crítica é o reconhecimento da pluralidade na existência de mulheres. Para dar alguns exemplos, trabalhos como os de Angela Davis, Lélia Gonzalez e bell hooks expõem a necessidade de pensar o feminismo em conjunto com as questões da negritude e de classe. Por outros caminhos, Grada Kilomba e Gayatri Spivak endossam o diálogo com a decolonialidade. Em muitos casos, as próprias vivências das pesquisadoras direcionam seus estudos e reforçam perspectivas diversas, em conjunto com as teorias feministas, para pensar o lesbianismo, a maternidade, a transexualidade, as gerações e inúmeras categorias.

Essas e tantas outras estudiosas confrontam as limitações da construção do conhecimento em seus campos de origem com argumentações fincadas na interdisciplinaridade. Assim, esse conjunto de estudos permitem averiguar as características da crítica feminista. Por razão do volume e da qualidade de pesquisas históricas, antropológicas, sociais e filosóficas acerca da crítica no e para o feminismo, emerge um cenário favorável para a compreensão de como a crítica opera, como diferentes áreas absorvem, adéquam e dialogam com conceitos das teorias feministas para tratar criticamente dos seus objetos de estudo e quais as estratégias teórico-metodológicas são acionadas em pesquisas feministas críticas.

Em síntese, a edificação desse arcabouço histórico, teórico e metodológico a respeito do feminismo em diferentes áreas da produção do conhecimento reforça e dá corpo à construção de um projeto maior. O feminismo é evidenciado como uma crítica — social, política e epistêmica — em si, pois responde ao processo dialógico de pensar o mundo a partir de uma leitura determinada que colabora para as diretrizes de uma prática e a prática, em sua ação, transforma o modo de conceber o mundo e em consequência o próprio mundo. Ou seja, trata-se de um processo iniciado na análise para conhecer fenômenos determinados, propor ações transformadoras e retomar a nova crítica.

No jornalismo, a crítica também ocupa um espaço de relevância e desempenha um papel fundamental como recurso para promover reflexões a respeito da prática e do próprio campo. Entretanto, diferente da crítica feminista, os estudos acerca da crítica de mídia e crítica de jornalismo no Brasil apresentam fragilidades quanto ao aprofundamento em teorias e procedimentos, como mencionam Gislene Silva e Rosana Soares (2014). Ainda, conforme as autoras, a diversidade de mídias não se reflete nas pesquisas, com a televisão, em especial a ficção de telenovela, concentrando maior número de estudos interessados em seus processos de produção, recepção e interação social.

Outra fragilidade é a utilização dos termos crítica de mídia e crítica de jornalismo como sinônimos (Almeida, 2022). Aliás, uma polifonia de expressões como *crítica de cobertura noticiosa*, *crítica de notícia*, *crítica de cobertura jornalística*, *crítica jornalística*, *crítica de produção jornalística* e tantas outras também são mobilizadas com significado correspondente. Primeiramente, cumpre ressaltar que, apesar da relação intrínseca entre mídia e jornalismo, eles são fenômenos distintos e, portanto, suas críticas abrangem objetos diferentes e exigem atenção às suas particularidades. Essa confusão limita a construção de um conceito capaz de explicar a crítica de jornalismo (Almeida, 2022). Contudo, apesar dessas limitações, há uma expectativa positiva para o campo, uma vez que as pesquisas vêm se mostrando cumulativas ao longo do tempo (Silva; Soares, 2014) e com intensificação da sua produção a partir da década de 2010 (Almeida, 2022).

Por tratar da *crítica feminista de jornalismo*, atravesso inevitavelmente a crítica de jornalismo e a crítica feminista de forma ampla e particular. Esse movimento coloca em tela as potencialidades e fragilidades dos dois campos, além de revelar seus diálogos e os entraves nas suas relações. Assim, proponho uma tese que parte da urgência de olhar para a crítica feminista que perpassa o campo do jornalismo. Considero que um mapeamento da produção acadêmica ao longo de 50 anos (1972-2022) pode revelar tanto as permanências quanto as rupturas no modo como se compreende e se pratica a crítica.

Para o contexto da tese, é imprescindível frisar que apesar de dar maior ênfase para a construção do conhecimento no campo acadêmico, reconheço o papel crucial das militantes dos movimentos sociais na formulação do projeto da crítica feminista. Da mesma forma, concordo que os práticos da crítica de jornalismo

(aqueles responsáveis pela publicização da crítica fora dos muros da academia), contribuem para a discussão referente ao jornalismo e ao campo. Ainda que corrobore com a corrente de pensamento na qual se entende a teoria e a prática como interdependentes e em movimento de retroalimentação, as condições para a produção de uma tese impõem certos limites. Assim, o destaque à produção do conhecimento no âmbito acadêmico está em consonância com os objetivos propostos ao trabalho, apresentados mais à frente.

Parto de uma constatação, percebida na dissertação (Almeida, 2018), para conduzir meus estudos com a tese: o jornalismo é objeto de crítica do feminismo. Com a cartografia das teses e dissertações (1972 - 2016), realizada anteriormente (Almeida, 2018; 2022), verifiquei uma tendência de pesquisas que tratam, em alguma medida, da representação das mulheres no jornalismo. Essa temática corresponde a aproximadamente 51% do total de trabalhos sobre mulheres, feminismo e/ou gênero. Pela leitura dos resumos dessas teses e dissertações, também observei a propensão de se estudar as representações no jornalismo de grande circulação, como *Folha de S. Paulo* e *Revista Claudia*, para denunciar desvios e ausências nas práticas jornalísticas.

À época, classifiquei todas essas pesquisas como uma *crítica feminista de jornalismo* e surgiram alguns questionamentos: o que é uma crítica feminista? e, mais a fundo, o que seria uma *crítica feminista de jornalismo*? A posteriori, surgem outras duas: como se critica o jornalismo a partir de conceitos e categorias do feminismo? e o que se critica quando conceitos e categorias feministas são acionados para investigar o jornalismo? Em um segundo momento, agora durante o doutoramento e com uma noção de crítica mais refinada, emergem novas indagações: quais as contribuições dessa crítica feminista para o jornalismo? e, conseqüentemente, existe um tensionamento dos conceitos cristalizados do jornalismo a partir dos conceitos feministas? Se há, em que medida essa crítica de fato se apropria desses conceitos para tensioná-los? Quais conceitos do jornalismo são reafirmados pela *crítica feminista de jornalismo*?

Diante dessas inquietações, levanto a **hipótese** de que se estrutura, no campo do jornalismo, uma crítica feminista. Ela se manifesta, por um lado, em pesquisas com caráter de denúncia, que examinam práticas jornalísticas para refletir

sobre seus limites. Por outro, em investigações mais recentes que tensionam conceitos e instauram uma crítica epistêmica com implicações políticas e sociais.

Assumo aqui dois **pressupostos** centrais que orientam minha perspectiva analítica e minha reflexão sobre o conhecimento. **(i)** Há uma relação estrutural de proximidade entre o jornalismo e outras áreas das ciências humanas e sociais — intensificada pela natureza interdisciplinar dos estudos em jornalismo e pela composição dos Programas de Pós-Graduação (PPGs) no Brasil, cujos corpos docentes são, em grande medida, formados por pesquisadoras e pesquisadores oriundos da Filosofia, da Sociologia, da Antropologia, da Ciência Política e da História. Esse cenário favorece o trânsito de categorias, problemas e abordagens entre os campos. **(ii)** A crítica feminista, por sua vez, encontra-se consolidada nesses mesmos campos como abordagem teórico-política capaz de reorganizar modos de produção de conhecimento, categorias analíticas e formas de intervenção no mundo.

Considerando esse cenário, marcado pelo trânsito entre campos e pela força epistêmica da crítica feminista, passo à formulação dos **objetivos** desta pesquisa. O **objetivo geral** é o de investigar o projeto crítico feminista presente nas teses e dissertações que estudam o jornalismo, para compreender como ele opera. **Especificamente**, busco descrever e interpretar como a crítica feminista incide sobre o jornalismo; mapear as temáticas abordadas e suas permanências ou mudanças ao longo do tempo; identificar os conceitos do feminismo que são apropriados pela crítica ao jornalismo; observar os conceitos jornalísticos que são tensionados ou recusados; e, por fim, refletir teórico-metodologicamente sobre esse movimento para propor pistas para a formulação de um conceito de *crítica feminista de jornalismo*.

Para dar corpo a esses objetivos, voltou ao **empírico** que teve a sua construção iniciada durante o mestrado, o mesmo que ofereceu as questões primárias para iniciar a pesquisa: teses e dissertações em jornalismo. Dei continuidade ao levantamento inicial (1972-2016), agora incluindo os anos subsequentes até 2022. A delimitação temporal se justifica pelo intervalo exigido para a indexação das pesquisas no banco de dados da Capes, considerando o tempo entre a defesa e a publicação (2022) e também pelo ano das primeiras defesas de dissertações (1972). No total de cinco décadas de pesquisa, identifiquei

20.361 trabalhos, dos quais 5.390 (26,47%) são em Jornalismo. Desses, 390 relacionam jornalismo e feminismo ou gênero, 328 dissertações e 62 teses.

A composição do **corpus** de análise seguiu diferentes critérios. O primeiro passo foi o de categorizar as 390 pesquisas. Para isso, criei 16 categorias: *Estudos Teóricos; Feminicídio; História da Imprensa; Imprensa Feminina; Interseccionalidade; Jornalismo Feminista; Jornalistas; LGBTQIA+; Masculinidade; Mulheres específicas; Mulheres não brancas; Mulheres no jornalismo; Pessoas trans/travestis; Revista segmentada; Sexualidade; e Violência de Gênero*. Essa divisão não foi simples nem linear. Avaliei diferentes possibilidades de organização, como temporalidade, métodos ou teorias mobilizadas, mas os resumos nem sempre forneciam informações suficientes sobre os referenciais ou os procedimentos metodológicos. Por isso, a opção foi adotar um sistema que combinasse leitura documental (títulos, resumos, palavras-chave e, quando necessário, introduções e sumários), com categorias que emergem tanto de conceitos dos estudos feministas (como violência de gênero ou interseccionalidade), quanto do próprio objeto empírico (como imprensa feminina ou jornalismo feminista). Embora reconheça a fragmentação que essa estratégia pode implicar, considero que ela oferece uma visão detalhada sobre como os estudos de gênero e feministas vêm atravessando o campo do jornalismo. Além disso, ela marca a diversidade dessas pesquisas tanto em temáticas como na mobilização de conceitos para estudar representações de mulheres na mídia, cobertura de questões de gênero, atuação de jornalistas feministas, experiências de mulheres nas redações etc. Para organizar os dados e filtrar os trabalhos, utilizei o *Power BI* e o *Google Sheets*. Essas ferramentas me ajudaram a lidar com o volume, mas não substituíram a leitura de resumos, títulos, palavras-chave e em alguns casos da introdução e conclusão dos trabalhos.

Entre as dezesseis categorias construídas, optei por aprofundar a análise sobre a *Jornalismo Feminista*. Apesar de ainda recente no campo acadêmico, o termo vem ganhando visibilidade no campo desde o final da década de 2010, marcando um movimento de conceituação de práticas jornalísticas que se identificam com o feminismo. Das 20 pesquisas inicialmente classificadas nessa categoria, selecionei 12 para análise detalhada. O critério de seleção considerou a presença dos termos *gênero* e *feminismo/feminista* no título, resumo ou palavras-chave, alinhando-se à proposta de Ana Alice Costa e Cecília Sardenberg

(1994), que defendem o feminismo como referencial teórico e não apenas como tema. A escolha por essa categoria se justifica pelo seu potencial analítico e propositivo: é nela que se identificam características da crítica acerca do jornalismo.

A leitura dessas pesquisas foi orientada por uma ficha¹ elaborada especificamente para esse fim. A estrutura dela foi organizada em três blocos principais. O primeiro reúne informações gerais da pesquisa (título, autoria, ano, universidade, programa e orientação). O segundo traz o quadro metodológico, com destaque para tema, objeto, problema, hipóteses, objetivos, procedimentos metodológicos, corpus, empírico, pressupostos e referencial teórico. O terceiro bloco se volta para a observação de como as pesquisas trataram o jornalismo tradicional, jornalismo feminista e a imprensa feminina. A inclusão da imprensa feminina se deu porque, mesmo quando não era o foco principal, a maior parte das pesquisas analisadas passou por ela em algum momento, seja como contraponto, como contexto histórico ou para discussões conceituais de gênero, feminismo e jornalismo. Ainda nesse último bloco, atentei especialmente se havia propostas epistemológicas (como a redefinição de conceitos jornalísticos), metodológicas (criação de instrumentos de análise) ou práticas (ferramentas voltadas à atuação profissional).

Observei ao longo do mapeamento e leitura das pesquisas que quase a totalidade delas adota uma mesma estrutura: inicia-se com uma revisão sobre a imprensa feminina, o movimento feminista ou a categoria/conceito de gênero; em seguida, passa-se à discussão sobre jornalismo; o terceiro capítulo é reservado à metodologia e o último concentra a análise. Embora essa lógica não configure um problema em si, sua repetição impõe uma padronização que pode comprometer tanto a construção do objeto teórico quanto os próprios caminhos da análise. Essa constatação me levou a repensar a estrutura da minha tese, mas não aleatoriamente ou para seguir uma proposta diferente gratuitamente. A mudança dialoga com o **método** que utilizo: uma combinação do método dialético do materialismo da história e o roteiro para uma *crítica feminista de jornalismo*, que é construído e aplicado na tese. Portanto, sigo o caminho tendo em mente a seguinte afirmação:

¹ O modelo está disponível no **Apêndice I**

Ao contrário da filosofia alemã, que desce do céu para a terra, aqui é da terra que se sobe ao céu. Em outras palavras, não partimos do que os homens dizem, imaginam e representam, tampouco do que eles são nas palavras, no pensamento, na imaginação e na representação dos outros, para depois se chegar aos homens de carne e osso; mas partimos dos homens em sua atividade real, é a partir de seu processo de vida real que representamos também o desenvolvimento dos reflexos e das repercussões ideológicas desse processo vital (Marx; Engel, 1998, 19).

No caso da minha pesquisa, a terra significa as condições materiais e estruturais da produção do conhecimento sobre jornalismo e estudos feministas. O que exige uma análise do seu movimento histórico para, com isso, evitar cristalizar determinismos nas categorias que utilizo. Entendo que as categorias analíticas não são a priori: elas emergem das especificidades do objeto, sendo formas concretas de sua existência. Como disse Marx, “o ideal não é mais do que o material, transposto e traduzido na cabeça” das pessoas (2013, p.129). Essa concepção distingue dois momentos na pesquisa: o modo de investigação, em que o sujeito se apropria da matéria, analisando seu desenvolvimento e suas manifestações na vida social; e o modo de exposição, no qual se revela o movimento real do objeto. Com outras palavras, opto por identificar a operacionalização da *crítica feminista de jornalismo* a partir da sua “condição de vida” e da leitura de teses e dissertações. Em vez de partir da teoria para os objetos, sigo a lógica dos objetos para a teoria, tomando o conhecimento como reprodução ideal do seu movimento real (Marx, 2013).

Como resultado, realizo primeiro uma pesquisa da pesquisa (Maldonado, 2003; Pontes, 2009; Almeida, 2018) nos capítulos um e dois, *Do reconhecimento institucional à crítica* e *Do mapeamento das pesquisas à ausência do nome crítica feminista de jornalismo*, respectivamente. O primeiro é uma análise quantitativa sobre a produção acadêmica em jornalismo e o segundo um recorte específico sobre os trabalhos que articulam jornalismo e feminismo. É a realidade desses dados que me orienta na construção das perguntas seguintes. Por isso, o terceiro capítulo, *Da ideia à práxis da crítica*, é dedicado à noção de crítica, uma categoria raramente conceituada de forma sistemática no campo do jornalismo e, por isso, optei por realizar um resgate da sua trajetória histórica e conceitual.

O último capítulo, *O argumento para uma tese: o projeto crítico do feminismo para o jornalismo*, é a forma de exposição da tese e segue o roteiro para uma *crítica*

feminista do jornalismo. Ao invés de uma análise fragmentada de cada pesquisa, optei por organizar uma leitura transversal, que inclui também a apresentação das trajetórias acadêmicas das pesquisadoras e culmina em duas proposições: o roteiro para a *crítica feminista de jornalismo* e algumas pistas para formular o conceito de *jornalismo com perspectiva feminista*².

No sentido contrário ao que se espera convencionalmente, a exposição da metodologia aqui é fragmentada, uma metodologia que atravessa pedaços inteiros. Isso porque entendo a pesquisa como algo vivo e a minha, como tal, não poderia se dar de outro modo no mundo. Esta tese reúne textos escritos em momentos não só diferentes, mas distantes entre si. No percurso, algumas ideias se perderam, outras se fortaleceram e muitas nasceram no entretempo. Embora seja comum dedicar um capítulo para uma descrição do passo a passo da pesquisa, entendo a metodologia de forma ampla: como um pensamento metodológico. Ou seja, da noção de que a metodologia precede a pesquisa, encontra-se com os problemas que a movem e se refaz a cada dobra.

Como a vida, uma pesquisa não é previsível, pois, deve seguir o movimento real do seu objeto, mas, também, as ações do sujeito que a escreve. Sublinho que a lógica de cortar em pedaços a metodologia não significa juntar cacos. Pelo contrário, expor esse fazer-pesquisar em movimento permite evidenciar procedimentos iniciam no imediato, dirigem-se à ideia e retornam ao concreto. Por isso, antes de cada capítulo, apresento as escolhas metodológicas específicas que o estruturam e suas reverberações sobre o conjunto da tese. Os quatro textos introdutórios, juntos, constituem a espinha dorsal do que venho chamando de *anatomia da pesquisa*, onde se articulam objeto, hipótese, pressupostos, objetivos, empírico, corpus e método.

² Proponho a mudança do termo *jornalismo feminista* para *jornalismo com perspectiva feminista*. Contudo, adoto a nova nomenclatura apenas após a argumentação conceitual acerca da troca.

PARTE 1 - A INVESTIGAÇÃO

Entre muitos dos consensos acerca do jornalismo sustento de forma enfática com a tese o de que ele é objeto de disputa e não apenas uma arena onde ela acontece. Como uma forma de construir um conhecimento específico e como instituição social, ele tem a capacidade de transformar a realidade ao passo que é transformado por ela, o que o torna importante recurso para a manutenção ou mudança de concepção do mundo. Com esse capítulo acrescento uma aresta à esse alinhamento. Não é só a prática jornalística que está em jogo. O conhecimento construído sobre o jornalismo no ambiente científico também deve ser incluído. Portanto, quanto trato da *crítica feminista de jornalismo* estou a observando neste ambiente, no das teses e dissertações para ser mais específica. Ou seja, não me refiro à crítica realizada pelo jornalismo ou movimento feminista. Ainda que reconheça a importância dela e entenda o imbricamento dessas diferentes práticas críticas, investigo o conhecimento sistematizado acerca do jornalismo e em especial o conhecimento que o feminismo constrói sobre ele.

Guiada pelo objetivo de compreender a operação da *crítica feminista de jornalismo* e a entendendo como um processo de caráter metodológico, é fundamental explorar o contexto, a realidade no qual essas pesquisas que constroem a crítica existem. De imediato, penso em duas possibilidades viáveis para sustentar esse exercício. Ambas as saídas tratam da construção de um campo de estudo³, mas seguem lógicas e propósitos distintos.

A primeira seria um enfrentamento epistemológico para explicar o objeto de estudo desse campo. O conjunto das pesquisas em jornalismo — sejam elas teses, dissertações, artigos, ensaios etc — tem a capacidade de desenhar um objeto de estudo que consolide um novo campo? Essa é a pergunta-problema central que precisa ser respondida quando a proposta é epistêmica. Esse caminho poderia auxiliar na categorização das teses e dissertações em jornalismo. Com outras palavras, determinar um objeto para o jornalismo permite uma categorização com a potencialidade de identificar aquelas pesquisas que o entende como objeto empírico

³ Aqui, o termo campo não é utilizado no sentido proposto por Pierre Bourdieu.. Entendo o campo de estudo como um espaço de produção de conhecimento relativamente organizado e reconhecido socialmente, no qual pesquisadores, instituições, métodos, objetos e teorias se articulam em torno de um tema, problema ou área de interesse comum.

e as que entende seu objeto de estudo. Assim como na dissertação (Almeida, 2018) permanece a discordância da ideia de que as pesquisas empíricas não contribuam com o campo, mas concordo que quando se pretende a consolidação e transformação de conceitos e categorias os estudos específicos do campo são a base.

Encarar essa proposta tem como obstáculo a complexidade da tarefa. Se por um lado é um recurso teórico robusto para guiar a categorização e análise que faço, pelo outro tomaria todo os meus esforços, tempo e espaço para a realização da tese. Isso pois entendo esse um problema que demanda profundidade que não cabe em um capítulo. Demanda estudos continuados, de diferentes pesquisadores e pesquisadoras, correntes de pensamento diversos, um conjunto de elementos que uma tese e uma pesquisadora só não tem a capacidade de preencher.

A segunda saída, mais viável, também não é simples e tampouco rasa ou se limita ao empírico. Ela me coloca de frente com uma empreitada que exige ferramentas metodológicas robustas para coletar e sistematizar um grande volume de dados sobre as condições materiais e as redes que sustentam a produção do conhecimento, um desafio analítico considerável. Apesar disso tudo, trata-se de uma tarefa que pode ser atendida nas condições de uma só tese e uma só pesquisadora. Além disso, expõe uma outra camada pouco abordada quando se trata de campo de estudo em nossas pesquisas: a dimensão institucional. Neste capítulo, enfrento, portanto, o desafio de investigar as condições materiais da pesquisa acadêmica em jornalismo para identificar, consequentemente, as condições de existência da *crítica feminista de jornalismo*. Isso se sustenta na perspectiva de que

Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência. Na primeira forma de considerar as coisas, partimos da consciência como sendo o indivíduo vivo; na segunda, que corresponde à vida real, partimos dos próprios indivíduos reais e vivos, e consideramos a consciência unicamente como a sua consciência (Marx; Engel, 1998, p.20, grifo do autor).

Ou seja, o **objetivo do capítulo** é o de investigar as condições concretas e as estruturas que possibilitam a produção do conhecimento, partindo do pressuposto de que não é a ideia quem define a construção do saber. Caso se adote a ideia como ponto de partida caímos na abstração deslocada da vida real. De outra forma,

ao identificar as condições de existência e expor seu contexto histórico a ideia — e, com ela, o conhecimento — é consequência da forma social de produção. O conhecimento é reflexo e produto das relações materiais e históricas.

Em relação aos **objetivos da tese**, ele é o recurso utilizado para desenhar uma cartografia das pesquisas e, a partir do conhecimento das pesquisas, dar o primeiro passo para compreender como o projeto crítico do feminismo opera nos estudos em jornalismo. Consequentemente, atrela-se a quatro dos cinco objetivos específicos, que são: (i.) descrever e interpretar como a crítica feminista incide sobre o jornalismo; (ii.) mapear as temáticas abordadas e suas permanências ou mudanças ao longo do tempo; (iii.) identificar os conceitos do feminismo que são apropriados pela crítica; (iv.) observar os conceitos jornalísticos que são tensionados ou recusados. O quinto objetivo específico ganha base de resposta com os capítulos quatro, *Da ideia à práxis da crítica*; e cinco, *O argumento para uma tese: o projeto crítico do feminismo para o jornalismo*

A pesquisa que realizo se caracteriza como uma pesquisa da pesquisa (Maldonado, 2003; Pontes, 2009a; Almeida, 2018), portanto, esse momento é a abertura de estudo deste tipo. Como alega Felipe Ponte (2009), um primeiro movimento que “[...] responde a um projeto de constituição do campo de saber do jornalismo, mas, talvez, em uma direção diferente da que está estabelecida por muitas das pesquisas realizadas no Brasil” (Pontes, 2009, p. 22).

Confundida com a revisão bibliográfica, segundo Alberto Maldonado (2003), a pesquisa da pesquisa deve ser compreendida para além dos relatórios de diagnósticos de situação da pesquisa. Para ele, aqueles documentos “[...] não superam o nível de resumos e resenhas superficiais ou burocráticas e têm provocado significativas distorções sobre a realidade da área” (Maldonado, 2003, p. 204). A pesquisa da pesquisa diferentemente

[...]propõe-se numa perspectiva epistemológica histórica/genética/construtiva/política que problematiza os paradigmas e modelos teóricos, explicitando-os na sua configuração interna — sistemas de hipóteses, categorias, conceitos e noções — e vinculando-os às suas fontes de conhecimento precedentes e contemporâneas. Isso significa problematizações teóricas aprofundadas que estudem com respeito, sistematização e senso crítico os argumentos teóricos de cada modelo, realizando uma desconstrução minuciosa — que requer de tempos lógicos-reflexivos adequados ao amadurecimento da pesquisa — e reformulando questões teóricas em interação com outras vertentes

conceptuais importantes para as problematizações em comunicação (Maldonado, 2003, p. 206).

Nessa perspectiva, os resultados da pesquisa da pesquisa atendem a duas dimensões: diacrônica e sincrônica (Almeida, 2018). Na primeira permite um panorama histórico de uma determinada área, tornando possível identificar conceitos, teorias, metodologias que atravessam o tempo ou se diluem no caminho dele. Com essa perspectiva, a pesquisa da pesquisa é “[...] uma possibilidade sólida para potencializar novas perguntas e perspectivas de investigação” (Almeida, 2018, p. 77). Em sentido mais complexo, na dimensão sincrônica, permite a construção desses conceitos, teorias e metodologias — debate que apresento de forma mais aprofundado na introdução do capítulo cinco, O argumento para uma tese: o projeto crítico do feminismo para o jornalismo.

Feitas essas observações, apresento a institucionalização de um campo em construção, o jornalismo, no primeiro momento, *O jornalismo como campo em construção*, e, em seguida, no segundo, *A crítica de jornalismo nas teses e dissertações* algumas especificidades da crítica de jornalismo nesse universo. No segundo tópico desta parte 1, trago um panorama da pesquisa em jornalismo e suas relações com os estudos feminista. Para tanto, o divido em dois tópicos, o primeiro *Interlocuções entre feminismo e jornalismo*, e o segundo *Espaço, tempo e vocabulário nos estudos sobre jornalismo com perspectiva feminista*

2. DO RECONHECIMENTO INSTITUCIONAL À CRÍTICA

2.1. O JORNALISMO COMO CAMPO EM CONSTRUÇÃO

O debate acerca do objeto de estudo do jornalismo e da possibilidade de sua consolidação como campo científico autônomo tem ganhado visibilidade nos últimos anos, refletindo-se na crescente quantidade de estudos dedicados ao tema (Pontes, 2009; 2015; Silva, 2009; Silva, 2009b; Silva, 2009c; Machado, 2004; Franciscato, 2013; Borger et al., 2013; Ahva; Steensen, 2019; Moran; Usher, 2021; Swart; Komelink; Melier, 2022; Magalhães, 2025; De Moraes; Borges, 2025). Essa discussão atravessa duas perspectivas principais: de um lado, a tentativa de

delimitar um objeto específico que fundamente teorias e métodos capazes de sustentar o jornalismo como campo legítimo de conhecimento; de outro, a recusa dessa possibilidade, sob a justificativa de que não haveria um objeto singular que o caracterize, o que o colocaria como subcampo da comunicação. Entre esses dois polos, operam disputas teóricas e institucionais sobre o que se entende por jornalismo e qual seu é lugar na produção acadêmica.

O que faço neste capítulo se junta a outros trabalhos como os de Carlos Eduardo Franciscato (2009), Luis Mauro Sá Martino (2024) e Cristiano Anunciação (2020), ainda que com abordagens distintas realizamos investigações semelhantes. Para Franciscato (2009), o fortalecimento do campo do jornalismo está diretamente ligado à colaboração entre pesquisadores e ao diálogo com outras disciplinas e entidades sociais que também, direta ou indiretamente, participam da construção do conhecimento sobre o jornalismo. Na visão de Martino (2024), a pesquisa em jornalismo mantém relação histórica com o campo da comunicação e enfrenta a demanda de reconhecimento por parte de outras áreas científicas. Como destaca o autor, a criação de espaços institucionais de pesquisa é uma estratégia crucial para assegurar prestígio e consolidação entre pesquisadores e dentro do próprio campo, refletindo o reconhecimento de temas e abordagens que adquiriram capital institucional suficiente para serem legitimados. Em uma mirada histórica da institucionalização da pesquisa, chamada por Anunciação (2020) de história acadêmica do jornalismo, o pesquisador identifica os anos de 2020 como marco para a crescente desse campo, com surgimento de diferentes espaços institucionais. Esses pesquisadores argumentam, cada um com seu objetivo, que a criação de evento específico para o campo (SBPJor); adoção de linhas e grupos de pesquisas específicas no jornalismo pelos programas de pós-graduação; programas de pós-graduação (UFSC, UEPG, UFPB); revistas (*Brazilian Journalism Research*); Grupos de Pesquisa (GPs) e Grupos de Trabalho (GTs) em congressos; e as novas diretrizes curriculares para o curso de graduação em jornalismo são indicadores importantes do processo de consolidação do jornalismo como campo científico (Franciscato, 2009; Martino, 2024; Anunciação, 2020).

Acrescento ao apresentado pelos três autores uma terceira justificativa para a importância de investigar a produção acadêmica e seus espaços de legitimação: parto do entendimento de que a ciência é uma instituição estruturada e estruturante

da sociedade capitalista. Apesar da sua capacidade de questionar estruturas estabelecidas, também responde a interesses econômicos e políticos. Como tal, a academia se organiza a partir de lógicas muito próximas às do sistema do qual faz parte. Compreender a produção acadêmica é, portanto, entender o trabalho intelectual como forma de força de trabalho. Analisar esse cenário significa investigar como essa força se organiza, se distribui e quais são as condições que a regem no contexto da ciência.

Com essas considerações postas, estruturei uma análise a partir de três conjuntos de dados que, articulados, me permitem traçar uma cartografia do campo: (i) as linhas de pesquisa (LP) dos Programas de Pós-Graduação (PPG) em comunicação e em jornalismo; (ii) os pesquisadores que recebem bolsas de Produtividade em Pesquisa (PQ) e Pesquisador Sênior (PQ-Sr); e (iii) a produção dos eventos científicos da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós) e da Intercom (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação)⁴. A escolha dessas três frentes se justifica por sua capacidade de revelar dimensões complementares da organização do campo: as linhas de pesquisa indicam como o jornalismo é tematizado institucionalmente e indicam PPGs que ofertam a disciplina de Teoria de Jornalismo como optativa ou obrigatória; os bolsistas, quem tem legitimidade simbólica e financeira para produzir conhecimento; os eventos, o que se debate publicamente nos espaços coletivos da área.

Para a realização da análise, organizei a coleta dos dados a partir de fontes primárias e secundárias. No caso das linhas de pesquisa, iniciei pela identificação dos programas ativos com base na Avaliação Quadrienal 2017-2020, realizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Em seguida, consultei o banco de dados do *Catálogo de Teses e Dissertações da própria* Capes, hospedado no portal de *Dados Abertos do Governo Federal*. Ao

⁴ Optei por não incluir os trabalhos apresentados no Encontro da SBPJor (Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo), por compreender que as pesquisas aprovadas por pares e publicadas no evento são, em sua totalidade, dedicadas ao campo do jornalismo. Isso dificultaria a identificação do lugar ocupado pelo jornalismo no conjunto mais amplo da área da Comunicação. Ainda assim, reconheço que essa afirmação é frágil e merece maior aprofundamento. Em outros estudos, com objetivos distintos, seria possível investigar mais detidamente a questão e indagar: os estudos publicados nos anais da SBPJor e do JPJor são, de fato, estudos em jornalismo? Como já destaquei, esse esforço exigiria uma abordagem epistemológica específica que não faz parte das estratégias metodológicas aqui aplicadas.

analisar os sites dos programas, identifiquei algumas inconsistências nos nomes das linhas de pesquisa quando comparados aos dados disponíveis nos próprios sites institucionais e na base da Capes. Para evitar equívocos, realizei um cruzamento entre essas fontes. Essas divergências podem estar relacionadas a alterações nos nomes das LPs ao longo dos anos. As informações foram sistematizadas em uma planilha no *Google Sheets*, com as seguintes variáveis: nome da linha de pesquisa, sigla da entidade de ensino, nome do programa, região, estado, cidade, ementa, resumo e descrição ou palavras-chave.

A categorização das linhas associadas ao jornalismo aconteceu com base na ocorrência das palavras *jornalismo* e *notícia*, assim como suas variações (*jornalístico*, *noticioso* etc), quando presentes no nome da linha, ementa, resumo, descrição ou palavras-chave. Esse processo permitiu identificar, mesmo que de forma aproximada, como o jornalismo tem sido formalizado e tematizado institucionalmente no interior dos programas de pós-graduação em comunicação e jornalismo.

Na segunda etapa da análise, concentrei-me nos pesquisadores que recebem Bolsa Produtividade em Pesquisa (PQ) e Pesquisador Sênior (PQ-Sr) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Os dados iniciais foram obtidos diretamente no site da agência de fomento, que disponibiliza uma tabela com as seguintes informações: nome do pesquisador, nível da bolsa, vigência, instituição de vinculação e situação da bolsa. A partir dessa base, elaborei uma planilha de acompanhamento no *Google Sheets* e complementei os dados com informações extraídas dos currículos Lattes dos pesquisadores.

Para identificar a formação e o campo de atuação dos bolsistas, acrescentei variáveis como graduação, mestrado e doutorado, além de duas categorias analíticas: interesse declarado em jornalismo e interesse declarado em feminismo. Para o preenchimento desses campos, considerei exclusivamente a descrição presente no Lattes, no qual os pesquisadores costumam informar suas linhas de pesquisa, participação em grupos, obras publicadas e ênfases temáticas. Assim, apenas os pesquisadores que mencionam explicitamente o jornalismo ou os estudos de feministas em sua apresentação foram incluídos nessas categorias. Essa decisão metodológica não apenas garante maior rigor ao levantamento, como também permite observar como esses temas são assumidos, ou não, nos modos de

apresentação da trajetória acadêmica.

Essas duas primeiras fases do levantamento de dados apresentaram desafios consideráveis. A terceira fase, dedicada à coleta de dados sobre a produção científica nos dois principais eventos nacionais da comunicação, Compós e Intercom, mostrou-se ainda mais complexa. Inicialmente, analisei as ementas e descrições dos Grupos de Trabalho (GTs) da Compós e dos Grupos de Pesquisa (GPs) da Intercom, a partir das informações disponíveis nos respectivos sites. Os dados foram sistematizados em uma planilha do *Google Sheets* com as seguintes variáveis: nome do grupo (trabalho/pesquisa), ementa/descrição, nome do evento, coordenadores e instituições de vínculo. Os grupos foram considerados relacionados ao jornalismo quando apresentavam os termos *jornalismo* ou *notícia* em sua ementa/descrição e/ou nome do grupo.

Após a identificação dos GPs e GTs, realizei o mapeamento dos trabalhos publicados nos anais da Compós e Intercom dos anos de 2019 e de 2023, o que constituiu a fase mais desafiadora da pesquisa. A principal dificuldade nesse processo foi a inexistência de um banco de dados que centralize as informações sobre os trabalhos. Além disso, o site no qual esses estudos são disponibilizados apresenta uma usabilidade limitada e, em muitos casos, as informações fornecidas são incompletas ou imprecisas. Isso exigiu que eu realizasse o download dos arquivos em formato *Portable Document Format* (PDF) de cada trabalho e os analisasse manualmente. Com base nessa análise, os dados foram tabulados em uma planilha do *Google Sheets* a partir das seguintes variáveis: título do trabalho; autoria; instituição do autor; coautoria; instituição da coautoria; resumo; palavras-chave; ano de publicação; e nome do grupo de pesquisa ou grupo de trabalho. A categorização dos estudos em jornalismo se deu pela ocorrência das palavras *assessoria*, *jornalismo*, *notícia*, *fake news* e *reportagem* no título, resumo ou palavras-chave. Por fim, o tratamento e a visualização do conjunto das informações foram realizados pelo serviço de análise de dados *Power BI*.

Com a coleta e organização dos dados, identifiquei 61 programas de pós-graduação (PPG) distribuídos entre 52 universidades públicas e privadas em todas as regiões do Brasil. Esse universo abrange 51 mestrados acadêmicos, 10 profissionais e 31 doutorados. Aqui, vale fazer a observação de que alguns dos programas desta lista tiveram suas atividades encerradas. É o caso da Universidade

do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), com o programa em Ciências da Comunicação, que apresentava nota sete, a máxima; da Faculdade Cásper Líbero (FCL), em Comunicação, nota quatro; da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), em Ciências da Comunicação, nota dois; da Universidade Tuiuti do Paraná (UTP), em Comunicação e linguagens, nota quatro; e o do Centro Universitário FIAM-FAAM, em Jornalismo⁵. Nesse cenário temos: 56 PPGs; 47 universidades; 47 mestrados acadêmicos; 9 profissionais; e 29 doutorados.

No que tange à avaliação, dois programas têm nota máxima (7): o em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (UFF) e o da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Com nota seis, aparece o programa da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), em Comunicação Social; da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em Comunicação e Cultura Contemporâneas; e da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Comunicação Social. De todas as instituições com PPGs na área da Comunicação, destaca-se a UFF, pois é a única com três pós-graduações: Mídia e Cotidiano, Comunicação e Cinema e Audiovisual.

Figura 1 - Distribuição de Programas de Pós-Graduação por cidade



Fonte: autora

⁵ Importante relembrar linhas de pesquisas importantes que encerraram suas atividades, caso do PPG em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com a LP Jornalismo e Processos Editoriais, fundada em 2000 e extinta em 2018; e do programa em Comunicação da Universidade de Brasília (UNB), que teve a linha de pesquisa Jornalismo e Sociedade fundada em 2003 e fechada em 2019

Em comparação com os dados levantados em 2018, que tomam como referência o ano de 2015, foram identificados 55 programas ativos a partir do cruzamento de dados dos associados da Compós e do sistema *Sucupira*. Contudo, 10 deles ainda não haviam registrado defesa ou não tinham suas produções indexadas no banco da Capes à época. Entre esses, aparecem na coleta atual os seguintes mestrados profissionais: o extinto em Jornalismo da FIAM-FAAM; em Produção Jornalística e Mercado, da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), em Comunicação e Indústria Criativa da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA); em Indústria Criativa da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP); em Criação e Produção de Conteúdos Digitais da UFRJ (atualmente reestruturado como em Mídia Criativa); e o em Inovação na comunicação de interesse público da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS).

Entre os programas acadêmicos que ainda não apresentavam defesas estavam: o em Comunicação da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP); em Comunicação Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB) ; em Cinema e audiovisual da UFF; e em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Ainda naquele ano, encontrei teses e dissertações de outras universidades que finalizaram os seus PPGs, são eles: o em Comunicação da Universidade de Marília (UNIMAR); e em Comunicação e Arte da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM). Assim, desconsiderando os que não tinham publicações e os encontrados posteriormente, naquela época tínhamos 48 programas.

No intervalo de sete anos (2015-2022), observei não apenas um crescimento de aproximadamente 27% no número de programas de pós-graduação (de 48 para 61), mas também uma ampliação significativa de oferta de cursos. Em 2015, os 48 programas reuniam 47 mestrados acadêmicos, um profissionais e 17 doutorados. Em 2022, são ofertados 51 mestrados acadêmicos, 10 profissionais e 31 doutorados. O crescimento mais expressivo ocorreu entre os mestrados profissionais, que passaram de 1 para 10 cursos, um aumento de 900%. Os doutorados também registraram expansão significativa, com um crescimento de 82,3% (de 17 para 31). Os mestrados acadêmicos, por sua vez, apresentaram um acréscimo mais discreto, de 8,5%, passando de 47 para 51 cursos. Esses dados, naturalmente, sofreram mudanças ao longo do tempo. Como visto anteriormente,

alguns dos programas foram encerrados e, até 2025, é provável que outros tenham iniciado suas atividades. Segundo informações disponíveis no site da Compós⁶, atualmente há 69 programas associados, sendo o da Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE) o mais recente a integrar a lista.(Compós, [2025?]).

Em termos de linhas de pesquisa (LP), foram contabilizadas 135, com uma média de duas por programa. A UFMG é a única instituição que, atualmente, mantém quatro linhas de pesquisa: *Comunicação, Territorialidades e Vulnerabilidades*; *Pragmáticas da Imagem*; *Processos Comunicativos e Práticas Sociais*; e *Textualidades Midiáticas*. No passado, a Unisinos era outro programa com quatro linhas: *Mídias e Processos Audiovisuais*; *Cultura, Cidadania e Tecnologias da Comunicação*; *Midiatização e Processos Sociais*; *Linguagem e Práticas Jornalísticas*. Subtraindo as linhas dos programas que não estão em atividade, temos o número de 122 LP⁷.

Do total das 135 linhas de pesquisa, 41 podem ser consideradas associadas ao jornalismo, segundo os critérios previamente definidos. Dessas, dez são vinculadas a programas específicos: UFPB (1), FIAM-FAAM (2), ESPM (2), UEPG (2) e UFSC (3). Além disso, três linhas, exceto as de PPGs específicos, apresentam o termo jornalismo no próprio título: *Processos e Práticas em Jornalismo* (UFPI); *Jornalismo, Mídia e Cultura* (UFT); e *Linguagem e Práticas Jornalísticas* (Unisinos). Cabe fazer três observações. A primeira é a de que as pesquisas em jornalismo não se restringem às linhas em que o termo notícia ou jornalismo aparecem. A segunda é a de que, em alguns dos programas encerrados, não foi possível encontrar a descrição das LP, o que restringiu a análise apenas ao título.

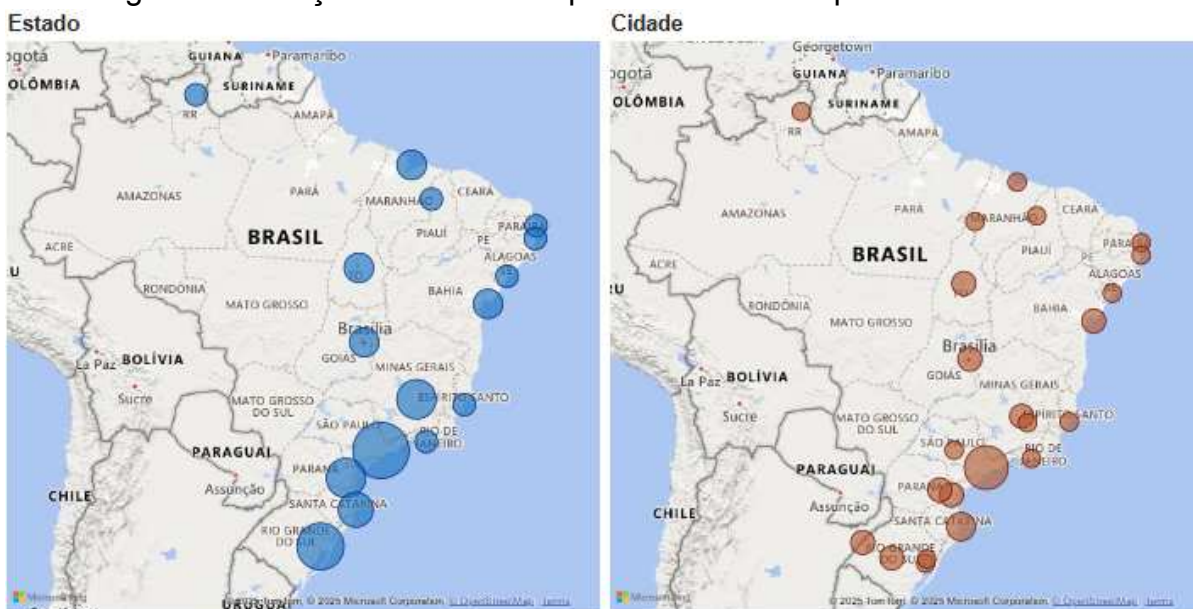
Além disso, se fossem considerados outros elementos institucionais — como a vinculação com grupos de pesquisa, o interesse declarado dos docentes ou disciplinas especializadas associadas às linhas — o número total de linhas com relação ao jornalismo alcançaria 50 Ou seja, embora a análise permaneça centrada nas 41 que atendem aos critérios adotados, esses indícios reforçam a hipótese de que a presença do jornalismo nos PPGs é mais expressiva do que os dados formais sugerem. Aproximadamente 30,5% das LPs têm relação direta com o jornalismo, ou

⁶ Site: <<https://compos.org.br/programas/>>; Acesso> 10 jul 2025

⁷ Sinalizo, aqui, o total desconsiderando as linhas de pesquisa dos PPGs que se encontram atualmente inativos. No entanto, os demais dados foram mantidos, uma vez que o panorama abrange até o ano de 2022, período no qual esses programas ainda estavam em funcionamento.

formação e pesquisa acadêmica no país, perpetuando desigualdades regionais que também atravessam o sistema de pós-graduação.

Figura 3 - Relação Linha de Pesquisa e Jornalismo por estado e cidade



Fonte: autora

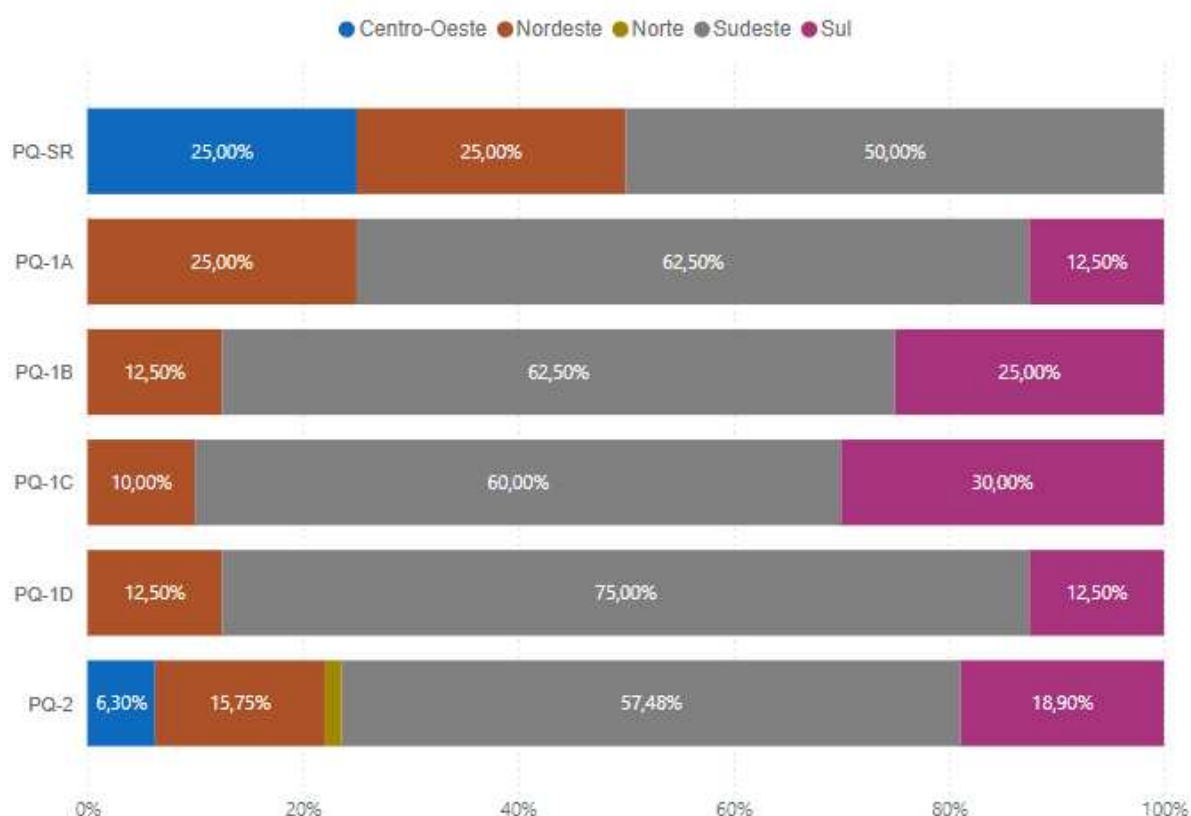
Quanto às linhas de pesquisa associadas ao jornalismo, a distribuição entre as regiões Sudeste (15), Sul (13) e Nordeste (8) apresenta maior equilíbrio. No entanto, esse equilíbrio se desfaz quando consideramos também as LPs dos programas do Norte (3) e do Centro-Oeste (2). A desproporcionalidade na distribuição de PPGs configura um quase deserto de notícia de pesquisa nessas duas regiões. Ainda é preciso reforçar que a produção científica no Brasil não ocorre de forma homogênea nem autônoma, ela depende de uma estrutura institucional ancorada na pós-graduação e sustentada por políticas públicas e financiamento estatal (Neto, 1996). Além dessas questões, a ausência de dados sobre a origem dos discentes dificulta mensurar o êxodo de pesquisadores dessas regiões, mas é possível afirmar que a concentração das universidades e dos programas nos grandes centros urbanos impõe barreiras concretas ao desenvolvimento da pesquisa em Comunicação e Jornalismo fora dos eixos tradicionais.

A compactação dos PPGs e LPs nas regiões Sudeste, Sul e Nordeste se reflete também na distribuição das Bolsas de Produtividade em Pesquisa (PQ) e Pesquisador Sênior (PQ-Sr) concedidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A maioria dos pesquisadores

contemplados está na região Sudeste (59,53%), o que reforça a centralização institucional e evidencia desigualdades no acesso ao fomento científico.

Essa centralização regional se torna ainda mais evidente quando observamos os dados da Amazônia Legal. Trata-se de uma área de aproximadamente 5.217.420 quilômetros quadrados, ou seja, cerca de 45% do território brasileiro, onde reside 12,32% da população do país. Apesar disso, apenas três pesquisadores da região recebem bolsa e nenhum deles está contemplado com a Bolsa Pesquisador Sênior, dentro de um universo nacional de 173 bolsistas⁸. Segundo o CNPq, a bolsa PQ é “destinada a pesquisadores que se destacam entre seus pares, valorizando sua produção científica segundo critérios normativos”, enquanto a bolsa PQ-Sr é concedida ao “pesquisador que se destaque entre seus pares como líder e paradigma na sua área de atuação, valorizando sua produção científica e tecnológica, segundo requisitos e critérios normativos” (CNPq, [2025?]).

Gráfico 1 - Porcentagem de bolsa por nível e região



Fonte: autora

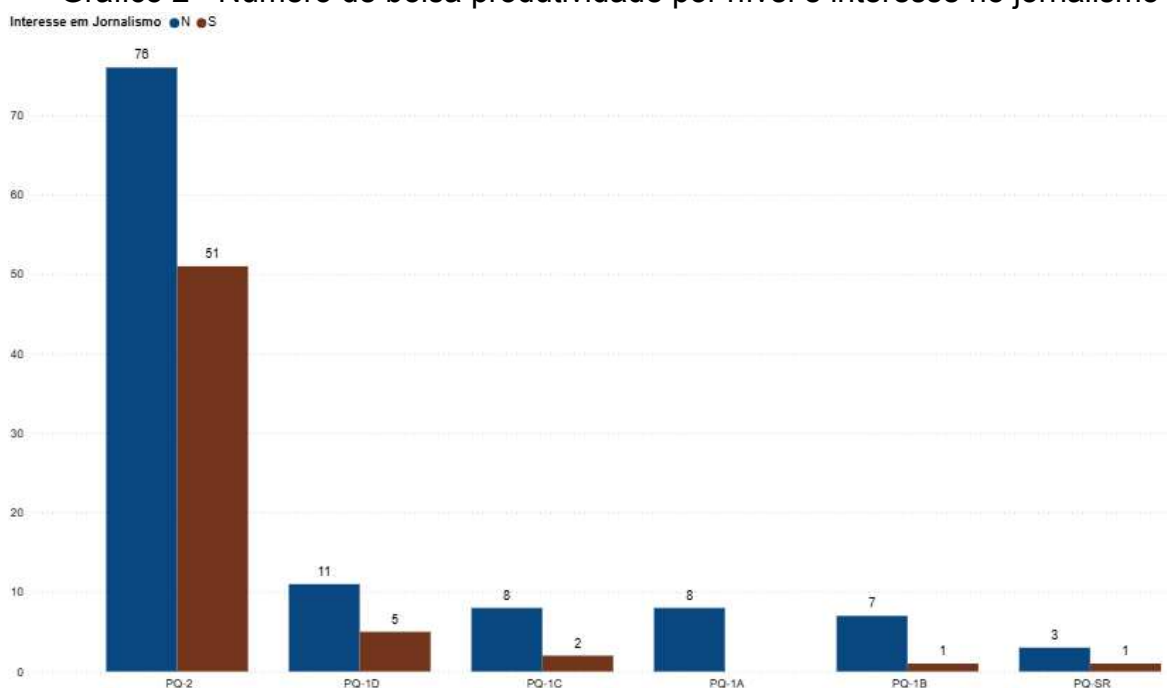
⁸ Na tabela da CNPq constam 177 bolas. Destas, quatro estão em situação suspensa e foram desconsideradas da análise.

Ao analisar os pesquisadores PQ, a intenção não é a de expor nenhum deles, mas nomear esses três pesquisadores é um ato político: Camila Quesada Tavares (UFMA-Imperatriz), Fábio Fonseca de Castro (UFPA) e Leandro Rodrigues Lage (UFPA), todos com bolsa PQ-2, o nível mais baixo entre as modalidades de produtividade.

A observação da distribuição por universidade também revela uma das facetas da desigualdade. As três primeiras instituições com maior número de pesquisadores que recebem a bolsa são UFRJ (17), USP (14), UFF (13) e UFMG (13). Essas colocações revelam não só a disparidade regional, mas também de poder. A UFRJ e a UFF têm os dois únicos programas com a nota máxima na avaliação da CAPES, a primeira entre os programas de pós-graduação mais antigos e a última com o maior número de PPGs; a USP tem um dos programas mais antigos; e, por fim, a UFMG tem o programa com maior número de linhas de pesquisa.

A distribuição dos pesquisadores que recebem bolsa PQ e demonstram interesse em jornalismo segue o mesmo padrão de concentração regional. Do total de bolsistas da área de comunicação que declararam interesse no jornalismo (aproximadamente 35%), 31 estão na região Sudeste (51,67%), 18 no Sul (30%), 7 no Nordeste (11,67%) e 4 no Centro-Oeste (6,67%). A região Norte não registra pesquisador contemplado com bolsa PQ ou PQ-Sr atuando na temática.

Gráfico 2 - Número de bolsa produtividade por nível e interesse no jornalismo



Fonte: autora

De forma geral, a formação de graduação dos pesquisadores é majoritariamente em Jornalismo. Dos 170 pesquisadores que informaram sua primeira graduação, 71 (42%) declararam ter formação em Jornalismo. Quando consideradas também a segunda e terceira graduação o número sobe para 73, o que representa 30% do total de 242 graduações. Esse número, no entanto, pode ser ainda maior, considerando que muitos se identificam apenas como formados em Comunicação ou Comunicação Social, sem especificar a habilitação. A soma dos pesquisadores com formação em Publicidade e Propaganda e Relações Públicas é de 14, o que representa 8,28% do total.

Outro dado relevante diz respeito à formação nas ciências humanas: 31 pesquisadores têm graduação nessa área. Esse dado ajuda a compreender o perfil epistemológico das linhas de pesquisa em jornalismo. A partir da análise de suas ementas, percebe-se uma tendência de investigações voltadas às dimensões narrativas e discursivas, atravessadas por perspectivas políticas e socioculturais.

Tabela 1 - Cursos mais recorrentes nas graduações das(os) pesquisadoras(os) (primeira, segunda e terceira graduação)

Curso	Ocorrência
Comunicação social - Habilitação em Jornalismo	50
Comunicação Social	34
Jornalismo	23
Letras	11
História	9

Fonte: autora

Acrescento às observações já realizadas dois pontos: o lugar das pesquisadoras entre os bolsistas CNPq e o interesse por estudos feministas. O movimento é comparativo, uma vez que a mesma análise foi realizada na dissertação (Almeida, 2018). Dos 135 bolsistas de produtividade encontrados em 2018, 68 eram pesquisadores e 67 pesquisadoras (Almeida, 2018). Na atual busca, dos 173, 91 são homens e 82 mulheres. Tanto no passado como no momento a desigualdade fica mais explícita quando os dados são discriminados pelo nível das bolsas.

Das 12 bolsas de produtividade nível 1A em 2018, três eram destinadas a pesquisadoras. Atualmente, das oito bolsas dessa categoria, duas pertencem a mulheres. Vale destacar que, naquele momento, não encontrei número de pesquisadores com bolsa no nível SR. Nos novos dados disponibilizados pela CNPq, há quatro pesquisadores nesse nível, entre os quais uma é mulher.

Uma mudança significativa ocorre no nível de entrada, o PQ-2. Se no passado elas eram 44 pesquisadoras do total de 84, no novo cenário são 59 em um universo de 127. As mulheres são maioria em duas das categorias, que são: 1C (7 de 10) e 1B (5 de 8). Mesmo que as mulheres tenham ampliado sua presença nos níveis intermediários, o avanço masculino na base tende a reproduzir, com defasagem temporal, a hierarquia já consolidada, reforçando desigualdades de gênero na elite científica, segundo os critérios de produtividade da CNPq. No total, os pesquisadores homens representam 60% dos que compõem o espaço de privilégio ofertado pela CNPq.

Em relação aos pesquisadores e pesquisadoras que declaram no resumo do currículo Lattes, interesse no jornalismo, foram identificados 60 nomes (35% dos 173 bolsistas). Desses, 13 também mencionaram atuação com estudos feministas e/ou de gênero. Nos achados de 2018, apenas três dos 135 pesquisadoras(os) tinham interesse simultâneo no jornalismo e feminismo e/ou gênero, todos vinculados ao PPF da UFMG e com foco principal na questão da homossexualidade, são eles: Bruno Souza Leal; Carlos Alberto de Carvalho; Carlos Magno Camargo Mendonça. Nos dados atuais, o número de homens que combinam essas áreas permanece em três, mas há uma mudança: Carlos Magno Camargo Mendonça (UFMG) deixa de aparecer com interesse declarado e entra Jacques Micks (UFSC) para a lista. Entre as pesquisadoras, foram identificadas dez bolsistas de produtividade que atuam simultaneamente com jornalismo e estudos feministas e/ou gênero, são elas:

Tabela 2 - Pesquisadoras que recebem Bolsa Produtividade CNPq

Nome	Instituição	Nível da Bolsa
Eliza Bachega Casadei	ESPM	PQ-2
Adriana Andrade Braga	PUC-Rio	PQ-2
Karina Janz Woitowicz	UEPG	PQ-2
Paula Melani Rocha	UEPG	PQ-2
Débora Cristina Lopez	UFOP	PQ-2
Maria Terezinha da Silva	UFSC	PQ-2
Maria Cristina Gobbi	Unesp	PQ-2
Maria Clara Jobst Aquino	Unisinos	PQ-2
Camilla Quesada Tavares	UFMA	PQ-2
Esther Império Hamburger	USP	PQ-1D

Fonte: autora

A comparação entre os dados de 2018 e os atuais permite observar um deslocamento relevante na configuração do campo, uma vez que o número de pesquisadoras que articulam jornalismo e estudos feministas e/ou de gênero passou de três para dez nesse intervalo. Trata-se de uma ampliação significativa, tanto em termos de volume quanto de diversidade institucional, que indica uma valorização do lugar dessas agendas nos espaços de prestígio acadêmico. Entre as pesquisadoras

identificadas, nove estão no nível PQ-2 e uma ocupa o nível 1D, o que, de certa forma, sinaliza para o alcance de camadas hierarquicamente superiores. Além disso, o número total de pesquisadoras(os) interessadas(os) na temática, que representa 7,5% do total, expressa o avanço do feminismo da periferia para um lugar de centralidade na produção do conhecimento no campo do jornalismo.

Retomando as questões geográficas, o cruzamento dos dados referentes à localização dos pesquisadores com bolsa produtividade e interesse em jornalismo com as regiões de origem dos trabalhos apresentados na Compós e Intercom (2019 e 2023) revela efeitos concretos da distribuição desigual de cursos e recursos no país. No total, foram identificados 2.390 estudos nos anais dos dois eventos, dos quais 643 (26,91%) foram classificados como pertencentes ao campo do Jornalismo, segundo os critérios já mencionados. Desses, 313 são de pesquisadores vinculados a universidades da região Sudeste, o que representa aproximadamente 49% da produção na área. Esse volume supera a soma da produção do Nordeste, Sul e Centro-Oeste — regiões que aparecem na sequência como as mais representativas, em ordem decrescente. Além disso, também existe um desequilíbrio interno na área da Comunicação, uma vez que o volume de trabalhos que, de alguma forma, declaram tratar de publicidade ou relações públicas é inferior ao de áreas como Artes quando se observa a produção apresentada nos dois principais congressos da área.

Ainda no contexto dos eventos, vale destacar que, dos 24 Grupos de Trabalho (GTs) da Compós, apenas um é dedicado exclusivamente ao jornalismo (Estudos de Jornalismo). No Intercom, entre os 33 Grupos de Pesquisa (GPs), três são diretamente voltados ao tema: Gêneros Jornalísticos, Teoria do Jornalismo e Telejornalismo. A existência desses grupos reflete a consolidação do campo dentro das associações científicas e sustenta uma produção constante sobre o jornalismo. Na Compós, a média de trabalhos por grupo é de cerca de 10, enquanto no Intercom varia entre 20 e 30, o que garante uma presença significativa da temática jornalística nos debates acadêmicos anuais. Ao todo, o termo "jornalismo" aparece em três GTs da Compós (16,67%) e em nove GPs do Intercom (36,36%). Somado os grupos específicos e os com ocorrência de termos da um total de 16 (28%).

Esta investigação exploratória oferece elementos para algumas reflexões conclusivas sobre o posicionamento do jornalismo na pesquisa acadêmica.

Observa-se que ele ocupa, em média, 31,31% dos diferentes espaços analisados (linhas de pesquisa, produção em eventos e bolsas de produtividade), o que reforça sua centralidade como campo de estudo.

Tabela 3 - Presença do Jornalismo na Comunicação

Espaço	Volume	Porcentagem
Linha de Pesquisa	41 (50)	30,5% (37%)
Interesse das(os) pesquisadoras (es) CNPq	60	35%
Formação das(os) pesquisadoras(es) CNPq	71	42%
Trabalhos Compós + Intercom	643	27%
GTs Compôs	4	17%
GPs Intercom	12	36,36%

Fonte: autora

Em uma leitura mais específica, as **linhas de pesquisa** evidenciam uma diversidade de eixos temáticos e de perspectivas epistemológicas, com destaque para os estudos vinculados às Ciências Humanas e Sociais, sobretudo os de orientação sociológica. Essa tendência se traduz em investigações voltadas às dimensões políticas, de poder, e às abordagens culturais e sociais. Essa inferência, ainda que hipotética, pode ser explicada por dois movimentos. O primeiro é apontado por Muniz Sodré (2002, p. 221), ao observar que a atividade teórica no campo da comunicação e também no jornalismo, nas últimas décadas do século XX, "[...] tem girado em torno das relações entre os discursos sociais e o poder, da interpretação sociológica, antropológica e sociológica das práticas comunicacionais e, mais recentemente, da recepção como objeto privilegiado para a pesquisa empírica". O trabalho de Francisco Rüdiger (2021) acerca da teoria do jornalismo no Brasil também deixa indícios dessa prevalência pelos estudos do discurso e poder já em sua estrutura. O pesquisador começa falando sobre o jornalismo como discurso, narrativa ou literatura, que ele enquadrar como perspectiva filológica. Além disso, dedica alguns capítulos à abordagem que investiga o jornalismo a partir da ideologia, assim tratando da notícia como mercadoria, a imprensa como arma de negócio e forma de conhecimento. De forma menos direta, outro pesquisador que também reafirma esse padrão é Elias Machado (2004), quanto elenca oito principais

linhas de pesquisas em jornalismo, são elas: História do Jornalismo, Teorias do Jornalismo, Análise do Discurso, Produção da Notícia, Recepção, Jornalismo Especializado, Jornalismo Digital e Teorias da Narrativa.

Uma segunda hipótese diz respeito à formação dos primeiros docentes responsáveis pela estruturação dos cursos da área da Comunicação, o que ainda reverbera na formação dos pesquisadores atuais, como indicam os dados sobre os bolsistas PQ. Muitos deles realizaram mestrado e doutorado em áreas como Sociologia, Filosofia, História ou Letras, o que imprime marcas epistemológicas na pesquisa em Comunicação e em Jornalismo. Essa característica, longe de ser um problema, é parte da complexidade desses campos, cujos objetos são múltiplos e, por isso, demandam abordagens caleidoscópicas. Essa juventude pode ajudar a explicar a presença significativa de pesquisadores com formações diversas e percursos interdisciplinares. Além disso, trata-se de um campo jovem: a primeira defesa de dissertação em Jornalismo tem apenas 15 anos e em Comunicação 52. Além disso, antes da institucionalização eram intelectuais vinculados a essas outras áreas que pesquisavam o jornalismo, sendo o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) o primeiro locus desses sujeitos e trabalhos, como indicam José Marques de Melo (2006) e Otávio Daros (2023).

Embora os **bolsistas de produtividade e sênior do CNPq** não representem a totalidade do universo de pesquisadores da área, a trajetória e perfil deles são indicativos de determinadas dinâmicas históricas da pesquisa no país. Isso porque o próprio sistema de concessão das bolsas, baseado em critérios como volume de produção, experiência acadêmica e liderança em diferentes espaços, faz com que esses pesquisadores e pesquisadoras ocupem posições de destaque e prestígio, tornando-se representativos de uma determinada configuração do campo. Portanto, não seria descabido afirmar que a diversidade da formação dos pesquisadores e pesquisadoras ainda reverbera na formação dos pesquisadores atuais, como indicam os dados sobre os bolsistas PQ. Considerando apenas os pesquisadores com interesse no jornalismo, algumas das graduações, para além da comunicação e jornalismo, que aparecem são: letras, ciências sociais, história e filosofia. Esses cursos também se repetem nos cursos de mestrado e doutorado, com destaque para os programas de pós-graduação em Linguística.

A quantidade de trabalhos publicados em **eventos científicos**, neste caso

específico, Compós e Intercom, e o número de **pesquisadores interessados no jornalismo** constituem uma explicação quantitativa, embora não sejam suficientes para afirmar o campo, mas representam um indicativo da relevância e crescimento dos estudos em Jornalismo. Como visto anteriormente, com base nos trabalhos de Franciscato (2009) e Martino (2024) a institucionalidade e o volume de pesquisa são um importante requisito para a consolidação de um campo de pesquisa e para o reconhecimento do acúmulo de conhecimento sistematizado em determinado campo.

Em suma, as teses e dissertações que serão selecionadas e categorizadas como uma *crítica feminista de jornalismo* estão inseridas em um espaço no qual ainda se reivindica enquanto campo; com a tendência à pesquisas do discurso e/ou poder e com leitura sociológica. Além disso, trata-se de um grupo de pesquisadores dos quais a formação, em especial nos cursos de mestrado e doutorado, é realizada, muitas vezes, fora dos Programas de Pós-Graduação da Comunicação e Jornalismo.

Visto essas questões, proponho, na sequência, identificar o espaço da crítica, mas agora no universo das teses e dissertações. Assim como nesta primeira parte se construiu caminho para uma compreensão do jornalismo em uma de suas facetas (institucional), no segundo tópico a proposta também atravessa a temática, com a distinção de uma abordagem acerca da construção do conhecimento. Em certo grau, esse movimento também é argumento para sustentar algumas das pistas encontradas nesta seção, por exemplo, a predominância de pesquisas dedicadas ao discurso do jornalismo.

Para além dessas questões, a análise permite visualizar a aderência estrutural da pesquisa acadêmica à lógica do modo de produção capitalista, tanto no campo da Comunicação quanto no do Jornalismo. A urbanização do conhecimento, isto é, a concentração de programas de pós-graduação e de bolsas de fomento nos grandes centros urbanos, torna a pesquisa uma atividade ainda mais precarizada em regiões com infraestrutura reduzida. Além disso, o baixo valor das bolsas de mestrado e doutorado, aliado ao alto custo de vida dessas capitais, acaba por atuar como um mecanismo seletivo de acesso à vida acadêmica e, conseqüentemente, à pesquisa.

2.2. A CRÍTICA DE JORNALISMO NAS TESES E DISSERTAÇÕES BRASILEIRAS

A crítica, em nossa área, tem um legado histórico. O jornalista austríaco Karl Kraus produziu críticas ao jornalismo entre o final do século XIX e o início do século XX, publicando-as na revista *Die Fackel* (Bittencourt, 2014). Em junho de 1808, Hipólito da Costa publicou a primeira edição do *Correio Braziliense*, publicação na qual tecia críticas ao jornalismo (Dines, 2009). Entre 1850 e 1900, intelectuais como Machado de Assis (Silva, 2005) e Lima Barreto (Silva, 2019) também utilizaram as páginas dos jornais brasileiros para criticar a prática jornalística. Em 1890, o jornalista estadunidense George Smalley, correspondente do *New York Tribune*, criticou os jornais sensacionalistas (Dabbous, 2010).

Apesar da longevidade dessa prática, algumas questões permanecem abertas: o que pode ser chamado de crítica de mídia ou de crítica de jornalismo? Onde ela se encontra? Quem a realiza? Quais são seus objetos específicos? Como e por que criticar a mídia e o jornalismo? Este tópico se constrói a partir dessas perguntas. A intenção é dar continuidade ao caminho iniciado em estudo anterior (Almeida, 2022), com o esforço de diferenciar a crítica de mídia da crítica de jornalismo. Distinção que é central para a construção de significados da *crítica feminista de jornalismo*.

A crítica de mídia, segundo Vera França (2019), abrange cinco aspectos fundamentais: objeto, autoria, critérios, finalidade e público. Seu objeto está centrado na análise e avaliação dos produtos e práticas midiáticas, considerando tanto uma apreensão mais ampla do fenômeno (a mídia) quanto recortes específicos, como a crítica de televisão ou de produtos culturais. Esse exercício envolve dois domínios principais: as mídias de massa, que incluem formatos como o impresso, a televisão e o rádio, além de práticas como jornalismo, publicidade e ficção; e as mídias digitais, marcadas pela convergência tecnológica e multiplicidade de plataformas.

Quanto à autoria, França (2019) identifica quatro atores principais: a própria mídia, que realiza uma metacrítica; os especialistas, com domínio técnico e teórico; a sociedade, representada por indivíduos, organizações ou movimentos sociais; e a academia, que desenvolve análises críticas com papel pedagógico e sistematizador. Os critérios para essa prática se distribuem em dois grandes eixos: o primeiro se

volta ao produto, analisando seus aspectos técnicos, estéticos e formais; o segundo avalia os impactos sociais, considerando tanto a tradição norte-americana, mais voltada à função social, quanto a tradição frankfurtiana, de viés político e ideológico.

Acerca da finalidade, França (2019) destaca três dimensões principais: o aprimoramento da produção e dos produtos midiáticos; a formação e educação do público; e o compromisso com a transformação social. O público da crítica pode incluir tanto as esferas produtivas quanto o público em geral, assumindo funções informativas, pedagógicas ou até mesmo de entretenimento. Além disso, a autora reconhece os pares como público da crítica, operando entre uma comunicação endógena e exógena.

Essa definição e classificação da crítica elaborada por França (2019) dialoga com a maioria dos pesquisadores que tratam da crítica de mídia e de jornalismo. O que diferencia é o lugar do qual cada um deles parte, que é determinado, principalmente, pelo sujeito da crítica. Assim, identificamos os estudos de José Luiz Braga (2006) que aborda a crítica do público, os estudos de Rogério Christofolletti (2017a; 2017b; 2006) acerca dos observatórios e do ombudsmans e os de Gislene Silva (Silva, 2019; Silva; Soares, 2014) a respeito da crítica acadêmica e a entendendo como um fenômeno social cultural.

Como se observa a partir da fala de França (2019), a crítica de mídia e de jornalismo, assim como o próprio conceito de crítica, apresenta uma multiplicidade de práticas, objetos e sentidos. Os significados da crítica estão, portanto, imbricados em uma rede de elementos que extrapolam o objeto em si, envolvendo dimensões como a produção, circulação, finalidade e recepção. Em meio a essa pluralidade, é comum a associação direta entre Crítica de Mídia e Crítica de Jornalismo, como se fossem equivalentes (Almeida, 2022). Para Samira Ouardi (2010):

[...] apesar dessas mudanças de perspectiva e foco, uma forte constante se destaca e é, sem dúvida, um dos mais importantes fios que unem o que, às vezes, são críticas muito diferentes: é o fato de que todas as críticas à mídia na era industrial e pós-industrial tomam o jornalismo como seu objeto, em um ponto ou outro. Como resultado, é muito difícil distinguir uma crítica da mídia que não seja, de uma forma ou de outra, em um momento ou outro,

uma crítica do jornalismo como profissão, mas também como prática cultural e forma de escrever (Ouardi, 2010, p. 16 - tradução da autora)⁹.

A colocação de Ouardi (2010), embora formulada a partir de um cenário europeu, coincide com questões presentes no Brasil. Isso se evidencia, por exemplo, quando revisitamos o histórico da crítica de mídia no país e encontramos o pioneirismo de Alberto Dines, cuja atuação esteve integralmente voltada ao jornalismo (Marques de Melo, 2009). Destacam-se nesse percurso os *Cadernos de Jornalismo e Comunicação* (1965–1973), publicados pelo *Jornal do Brasil*; a coluna *Jornal dos Jornais* (1975–1977), veiculada na *Folha de S. Paulo*; e o *Observatório da Imprensa*, criado em 1998 e ainda em atividade (Dines, 2009). Ainda é possível acrescentar que, em nosso país, a história da crítica de mídia e de jornalismo se confunde com a história profissional de Dines. Basta observar que muitos textos dedicados a revisar a temática em território nacional praticamente reproduzem seu percurso no jornalismo, destacando, em especial, sua relação com os observatórios (Loures, 2008). Portanto, esse cenário reforça também a importância de pesquisas sobre a crítica de jornalismo quando o seu sujeito está no ambiente acadêmico, cabendo trabalhos tanto que realizam a crítica de jornalismo como aqueles que se dedicam a investigações teóricas para criar parâmetros e conceitos para a crítica de jornalismo.

Essa marca do jornalismo na crítica de mídia também se confirma em uma análise anterior realizada com base em artigos publicados em revistas brasileiras indexadas na base de dados da CAPES: dos 91 trabalhos encontrados, 65 tinham como objeto o jornalismo (71,43%) (Almeida, 2022). Aproveito este momento para visitar parte da minha conclusão à época:

O campo de estudos da crítica de mídia é vasto e acolhe pesquisas com diferentes objetos, tornando-o complexo. Nesse universo, a crítica de jornalismo configura-se como uma das frentes possíveis para análise do jornalismo em suas diferentes estruturas: estudos que investigam a crítica de especialistas, acadêmicos e da própria mídia noticiosa; pesquisas que

⁹ Do original: [...] malgré ces modulations de regards et d'enjeux, malgré ces déplacements de focalisation, une constante forte se dégage et constitue sans doute l'un des fils les plus importants qui lie entre elles des critiques parfois très différentes: il s'agit du fait que toute critique des médias de l'ère industrielle et postindustrielle prend pour objet, à un moment ou un autre, le journalisme. De sorte qu'il est très difficile de distinguer véritablement une critique des médias qui ne soit pas, d'une manière ou d'une autre, à un moment ou un autre, une critique du journalisme comme corps de métier, mais également comme pratique culturelle et d'écriture.

declaram mobilizar o referencial teórico da crítica de mídia para averiguar a cobertura jornalística de telejornais, revistas, jornais e portais de notícias. Sem dúvidas, compreender o lugar ocupado pela crítica de jornalismo no campo de estudos da crítica de mídia coloca em tela as lacunas que ainda demandam maior atenção dos pesquisadores (Almeida, 2022, p. 10).

Primeiro, preciso corrigir o deslize ao considerar a crítica de mídia um campo de estudo, quando, na verdade, é uma temática de pesquisa da comunicação. Além disso, considere a crítica de jornalismo como uma modalidade da crítica de mídia. Hoje, refuto essa compreensão. Ainda que jornalismo e mídia se toquem em várias dimensões, tratam-se de fenômenos distintos

A mídia, para Muniz Sodré (2002), é parte de uma nova forma de vida, a qual ele chamou de biomidiático. Nesse novo cenário, ela “[...] alcança uma posição poderosa e inédita frente à ordem clássica do sujeito” (Sodré, 2002, p. 238). Com outras palavras, os objetos midiáticos têm protagonismo tão eminente na nossa sociedade que em determinados casos condicionam a ação, a percepção e a própria identidade do sujeito. Por essa perspectiva, a mídia não se restringe à linguagem ou à tecnologia, mas também tem uma dimensão social e cultural (Silverstone, 1999). Ou seja, ela é o suporte, mas extrapola o material. Esse paralelismo de significados também acontece com o termo imprensa. Segundo Daros (2023), baseado na abordagem de Rüdiger, imprensa seria o conjunto de publicações periódicas impressas, notadamente jornais e revistas. A mídia, ainda para ele, é o suporte tecnológico para a difusão de mensagens e aqui se inclui o jornalismo, mas não se restringe a ele.

O jornalismo, por sua vez, é um campo de estudo em construção tanto quanto uma prática. Ele é, como argumenta Pontes (2009), um sistema completo que atravessa a linguagem, um produto de uma prática cultural e social, resultado de um processo de institucionalização e de inferência causal. Portanto, enfrenta demandas sociais e culturais diferentes, como, por exemplo, questões profissionais e pedagógicas. Explico: a mídia não é uma profissão, o jornalismo, sim; jornalismo é um curso de graduação, a mídia, não. Isso implica, para a crítica, a necessidade de recursos de análise e interpretação distintos. Em outro nível, o jornalismo é uma forma de conhecer a realidade, enquanto a mídia é um meio para obter o conhecimento; a crítica de jornalismo, realizada no campo do Jornalismo, produz

estudos com objetos diferentes dos propostos pela crítica de mídia, que se insere no campo da Comunicação.

Com vistas às problemáticas decorrentes da sinonímia entre crítica de jornalismo e crítica de mídia, investigo, nas teses e dissertações da área da Comunicação e do Jornalismo defendidas entre 1972 e 2022, pistas para identificar algumas das características do que vem sendo chamado de crítica no ambiente acadêmico. A análise busca respostas para questões quantitativas, mas sem excluir aspectos qualitativos que contextualizam os números. Quantos estudos são uma crítica ou que se autodeclaram uma crítica? Quais universidades mais produzem esse tipo de estudo? Quem são os autores dessas críticas? Essas são algumas das perguntas orientadoras.

Para isso, retomo o mapeamento das teses e dissertações em Comunicação e em Jornalismo no período de 1972 a 2022. Trata-se de um trabalho contínuo iniciado ainda na dissertação (Almeida, 2018), cujo recorte temporal foi de 1972 a 2015. Em seguida, o levantamento referente ao ano de 2016 foi realizado para um trabalho apresentado em evento científico (Almeida, 2019). Essas duas fases do mapeamento foram realizadas manualmente, com base na leitura de 14.215 resumos de teses e dissertações (1972–2016), encontrados a partir de um cruzamento de dados do Banco de Teses e Dissertações da CAPES; do mapeamento coordenado pela Professora Ida Stumpf, no Núcleo de Pesquisa em Informação, Tecnologias e Práticas Sociais (UFRGS); dos sites dos programas de pós-graduação; da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); do Portal Domínio Público; do Catálogo de teses e dissertações (1972-1987) da UFRJ; do livro *Diversidade & interdisciplinaridade: teses e dissertações: Ciências da Comunicação: ECA-USP, 1972-2002* (Lopes, 2003); o site dos programas da UNB e UMESP; e um cruzamento dos dados obtidos pelo Professor Romancini (2006) para sua pesquisa de doutoramento.

Na tese, avanço esse arco temporal até 2022, completando, assim, 50 anos de produção acadêmica na área. Parte do trabalho foi automatizada com o uso do *Power BI* e do *Google Sheets*. Os dados utilizados são disponibilizados pelo Governo Federal, no portal *dados.gov.br*, em arquivos no formato CSV (*Comma-Separated Values*). O primeiro passo, após a obtenção dos documentos, foi a criação de uma planilha com as mesmas variáveis contidas na base da CAPES, de

modo a isolar os trabalhos da área da Comunicação. Como o documento original inclui pesquisas de todas as áreas de concentração, foi necessário aplicar filtros: na variável *Grande Área*, selecionei *Ciências Sociais Aplicadas*; na *Área de Concentração*, mantive apenas Comunicação. Esse procedimento foi repetido nos seis arquivos disponibilizados, já que a CAPES organiza os dados em documentos distintos por ano.

Tabela 4 - Produção de teses e dissertações no Brasil

Ano	Todas as áreas	Comunicação
2017	85.310	1041
2018	90.469	1078
2019	94.503	1116
2020	80.114	997
2021	82.238	985
2022	82.367	929

Fonte: autora

Os números referentes à produção de teses e dissertações no Brasil entre 2017 e 2022 evidenciam os impactos combinados da pandemia da Covid-19 e das políticas de desfinanciamento da ciência adotadas durante o governo de Jair Bolsonaro. Um exemplo dessas medidas é a Portaria 34/2020¹⁰, na qual os critérios de distribuição de bolsas foram alterados, causando diversos cortes. Relembro também o caso do pesquisador Ikaro Alves de Andrade, que estudava o coronavírus e teve a bolsa cortada em 2020, durante a pandemia¹¹.

Esses impactos perduram até pelo menos 2024, considerando que um doutorado tem duração de quatro anos. Pesquisas que têm recorte temporal mais amplo do que o meu demonstram o efeito desse cenário na colaboração científica (Nascimento, 2024) e na produção das pesquisadoras negras (Hayashi; Rigolin,

¹⁰ Texto completo da portaria:

<<https://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detallar?idAtoAdmElastic=3443>> Acesso em: 10. ago. 2025

¹¹ Reportagem sobre o caso :

<[https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52115814#:~:text=O%20cientista%20que%20perdeu%20a%20bolsa%20de%20pesquisa%20enquanto%20estudava%20o%20novo%20coronav%C3%ADrus,-Arquivo%20pessoal&text=Todos%20os%20dias%2C%20o%20biom%C3%A9dico,IB\)%20da%20Universidade%20de%20Bras%C3%ADlia](https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52115814#:~:text=O%20cientista%20que%20perdeu%20a%20bolsa%20de%20pesquisa%20enquanto%20estudava%20o%20novo%20coronav%C3%ADrus,-Arquivo%20pessoal&text=Todos%20os%20dias%2C%20o%20biom%C3%A9dico,IB)%20da%20Universidade%20de%20Bras%C3%ADlia)> Acesso em: 10. ago. 2025

2024). De forma específica, no campo da Comunicação, a retomada ainda não se concretizou plenamente.

Para categorizar as teses e dissertações em Jornalismo defendidas entre 2017 e 2022, elaborei um conjunto de palavras-chave a serem localizadas no título, resumo e/ou palavras-chave dos trabalhos. Foram utilizadas as seguintes expressões: *jornalismo, jornal, jornalista, imprensa, notícia, telejornalismo, radiojornalismo, webjornalismo, fotojornalismo, reportagem, repórter, jornalístico, jornalística, assessoria, agência de notícia, periodismo, journalism, journalisme, fake news, fact-checking, valor-notícia e noticiabilidade*.

Em 2017, os estudos em Jornalismo representavam 29,11% e em 2022, 29,7%. Na perspectiva ampla, a redução da pesquisa da Comunicação (10,76%) foi maior em relação ao Jornalismo (9,21%). No período total, de 2017 a 2022, o Jornalismo atingiu a porcentagem de 30,8%. Esses números são próximos aos resultados obtidos para 2016 (27,93%) e entre 1972 e 2015 (26,36%) (Almeida, 2018; 2019), com uma variação positiva. No recorte temporal completo, 1972 a 2022, temos que a pesquisa em Jornalismo representa 26,47% das teses e dissertações defendidas na área da Comunicação.



Fonte: autora

Esses dados também são próximos aos encontrados na Tabela 3: formação dos pesquisadores CNPq (42,01%); interesse dos pesquisadores CNPq no jornalismo (35%); trabalhos apresentados no Intercom e Compós (27%); GTs da Compós (17%); GPs do Intercom (36,36%); e linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação (30,5%). Isso sugere que, apesar da queda no número absoluto, a

proporção de pesquisas em Jornalismo se manteve estável. Ou seja, ainda que afetado com o enxugamento da pesquisa, o Jornalismo permanece objeto de estudo relevante e sua presença nos espaços da Comunicação gira em torno dos 30%.

Com o mapeamento das teses e dissertações em Jornalismo realizado, elaborei uma lista de palavras-chave com o objetivo de identificar aquelas que configuram uma crítica. Foram utilizados os seguintes termos: *ombudsman*, *observatório de imprensa*, *crítica*, *crítico*, *criticável*, *criticar*, *criticado*, *criticada*, *críticismo*, *críticidade*, *críticamente*, *críticante*; *media criticism*, *media critique*, *critical journalism*; *crítica de los medios*, *crítica periodística*, *critica giornalistica*, *critica mediatica*, *critique des médias*, *critique journalistique*. Os termos foram pensados para captar o maior número possível de pesquisas. Com base nessa filtragem, identifiquei que, entre as 1.893 pesquisas (2017-2022) classificadas como em Jornalismo, 262 (13,85%) apresentavam um ou mais dos termos no título, resumo e/ou palavras-chave. Diante da amplitude desse conjunto, criei cinco subcategorias, a partir da leitura dos resumos, com o intuito de excluir trabalhos em que os termos aparecem de forma deslocada do objeto de estudo e não configuram, de fato, uma crítica ao jornalismo.

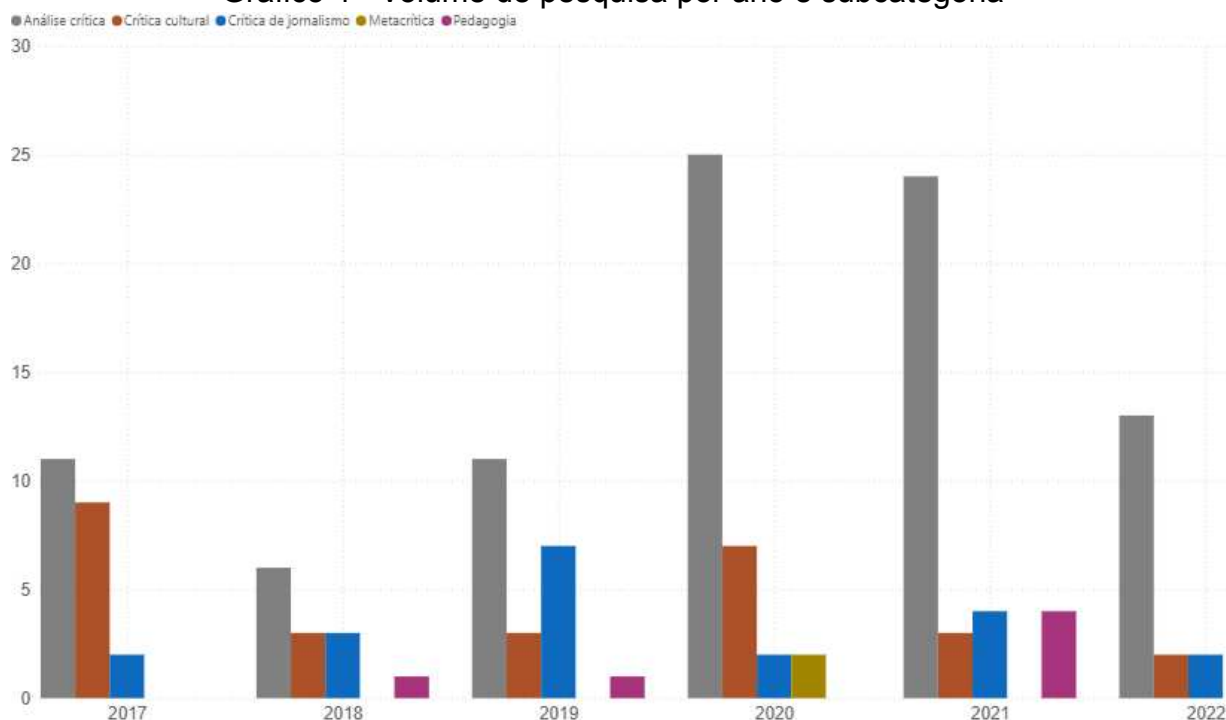
Antes de detalhar as categorias, é importante tratar das limitações encontradas nos resumos. Em muitos casos, apenas a temática é apresentada; o objeto empírico se confunde com o objeto de pesquisa ou este com o objetivo geral; métodos e técnicas não são mencionados; e há situações em que o objeto empírico e o corpus são utilizados como sinônimos. Esses problemas interferem na seleção dos trabalhos considerados como crítica ao jornalismo, dado que não é viável realizar a leitura integral de um volume tão expressivo de pesquisas. Por essa razão, em casos excepcionais, foi necessária a leitura do sumário, da introdução ou da conclusão dos trabalhos.

Dito isso, apresento as subcategorias. A primeira é (i) Análise Crítica: trabalhos que declaram realizar uma análise, leitura, reflexão, revisão ou adotar uma postura crítica. Em sua maioria, tratam-se de pesquisas em que a crítica aparece de forma mais relacionada ao aspecto metodológico, ao modo como algo será feito. Quando se relaciona com a teoria, costuma-se indicar a Análise Crítica do Discurso como referência. (ii) Crítica Cultural: estudos voltados à crítica das artes em geral, a partir do jornalismo cultural. Nestes, o jornalismo aparece predominantemente como

objeto empírico, sendo os objetivos mais vinculados a outras áreas, como Literatura ou Cinema. (iii) Metacrítica: pesquisas que têm como objeto a própria crítica. (iv) Pedagogia: a crítica aparece como recurso de formação do público do jornalismo. A maioria desses trabalhos está vinculada à educomunicação e analisa iniciativas de jornalismo realizadas fora das redações tradicionais. (v) Crítica de Jornalismo: esta categoria considera duas condições: pesquisas que afirmam realizar uma crítica ao jornalismo e aquelas autodeclaradas como crítica de mídia, dado o interesse em distinguir os dois conceitos.

Em conjunto com a categorização, desconsidere os casos em que os termos de busca surgiram com outros significados, como, por exemplo, os trabalhos que estudam o jornal amazonense *A Crítica*. Assim, dos 262 resumos, classifiquei 145 pesquisas (40 teses e 105 dissertações) nas cinco subcategorias. A mais recorrente é a Análise Crítica, com 87 pesquisas (60%), sendo 68 dissertações e 19 teses. Termos como *observação crítica*, *leitura crítica*, *reflexão crítica*, *tese/dissertação crítica* e outras expressões com sentido semelhante aparecem frequentemente sem maiores detalhes sobre o que caracteriza tais trabalhos como críticos. Pela análise dos resumos, é possível aferir que, em grande parte dos casos, a crítica é utilizada como palavra de efeito, não como conceito.

Gráfico 4 - Volume de pesquisa por ano e subcategoria



Fonte: autora

Esses achados coincidem com algumas das conclusões de Claudia Zank (2016) ao analisar o significado de crítica no campo da educação. A autora observa que a palavra crítica é frequentemente utilizada sem reflexão sobre seu significado, o que acaba por atribuir a ela sentidos restritos, como negação ou aprovação. Além dessas concepções, Zank (2016) identifica duas compreensões mais elaboradas: a primeira associa a crítica ao conhecimento; a segunda, à capacidade de expressar opinião. Para a autora, essa compreensão tem raízes nos ideais iluministas, segundo os quais a racionalidade seria a solução para os problemas sociais e também uma expressão de liberdade, pois permite que os sujeitos tornem públicas suas opiniões.

Outro aspecto observado nas pesquisas classificadas como Análise Crítica é a recorrente menção à Análise Crítica do Discurso (ACD) como referencial teórico-metodológico. Nos resumos analisados, a ACD costuma ser apresentada apenas como uma metodologia voltada ao estudo da palavra e do sentido. A hipótese é que essas pesquisas adotem a Teoria Social do Discurso, tendo Norman Fairclough como principal referência. Essa perspectiva compreende a linguagem como prática social e instrumento de transformação da realidade (Fairclough, 2001).

Dessa forma, essa crítica na ACD se estrutura em cinco dimensões metodológicas: Multidimensionalidade: a análise é tridimensional, contemplando texto, práticas discursivas e práticas sociais; Multifuncionalidade: reconhece que mudanças nas práticas discursivas afetam o conhecimento, as relações sociais e as identidades; Historicidade: o método é sensível à história, tanto em nível textual quanto na ordem do discurso; Crítica: "crítico" aqui implica revelar conexões e causas ocultas e intervir na realidade — como destaca Fairclough (2001, p. 28), significa fornecer “[...] recursos por meio da mudança para aqueles que possam encontrar-se em desvantagem”; Reflexividade: a análise crítica pressupõe uma postura investigativa que considera o posicionamento do pesquisador e a relação entre conhecimento e poder. Portanto, são pesquisas nas quais a crítica aparece como um recurso estruturado e estruturante da transformação social. Em outros termos, em direção dialética, a crítica transforma a sociedade tanto quanto é transformada por ela.

Quanto ao quantitativo da Crítica Cultural (19 dissertações e 8 teses), é preciso lembrar a longevidade do vínculo do jornalismo com a arte. Essa relação ficou mais marcada entre os séculos XVII e XVIII, quando a burguesia lutava contra o Estado absolutista e dava início à criação de um espaço discursivo próprio e específico, a esfera pública (Eagleton, 1991). Naquele momento, “a literatura serviu ao movimento de emancipação da classe média como instrumento de aquisição de amor-próprio e de articulação de suas exigências humanas contra o Estado absolutista e uma sociedade hierarquizada” (Eagleton, 1991, p. 4). Para o pesquisador britânico Terry Eagleton (1991), a literatura passa do debate legitimador da sociedade cortesã nos salões da aristocracia para uma arena preparatória para o debate político travado pela classe média. Assim, a crítica¹² ganha papel de formação pedagógica desse novo público. Esse período é o marco da crítica moderna (Eagleton, 1991; Koselleck, 1999; Durão, 2016), que circulou predominantemente em periódicos jornalísticos e em cafés da Europa.

Não diferente, no contexto brasileiro, o jornalismo e a imprensa também se configuram como espaço para a crítica literária e como meio de sustento financeiro

¹² Vale a observação de Eagleton: não se trata de crítica de literatura como concebida hoje, mas, sim, de uma crítica cultural (Eagleton, 1991). Era direcionada às artes e à literatura, sendo a primeira a colocar em oposição antigos e modernos e a conceber o tempo separado entre futuro e passado (Koselleck, 1999).

para escritores. Podemos citar os exemplos de Machado de Assis e Lima Barreto (Silva, 2005). Há ainda formas híbridas, como o livro-reportagem *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, frequentemente classificado como obra literária; ou a crônica, que funde jornalismo e literatura e encontra em João do Rio um de seus nomes mais emblemáticos.

Além da crítica literária, a crítica de cinema também ocupa espaços jornalísticos para sua difusão e para se consolidar no cenário cultural. O pesquisador Ismail Xavier (2019), ao discutir o papel estratégico da crítica na formação do pensamento cinematográfico, considera três momentos relevantes para a reflexão e o debate sobre cinema no século XX (Xavier, 2019), nos quais o exercício da crítica em periódicos esteve articulado à formação da cinefilia, em diálogo com práticas como os cineclubes, as cinematecas e, a partir dos anos 1960 e com mais expressão a partir de 1970, a universidade. Assim como aconteceu com a literatura, cineastas renomados brasileiros passaram pelo telejornalismo, destacam-se documentaristas como Eduardo Coutinho, cuja experiência com jornalismo televisivo, especialmente no *Globo Repórter*, influenciou sua linguagem documental. A hipótese é que essa relação entre jornalismo e arte, sobretudo na literatura e no cinema, permanece ativa e se reflete tanto nas práticas culturais quanto nas pesquisas que compõem o subgrupo da crítica cultural.

A subcategoria Crítica de Jornalismo (8 tese e 12 dissertações), como foi apresentado anteriormente, utiliza dois critérios de classificação: realizar uma crítica ao jornalismo e se enquadrar nos estudos da crítica de mídia. Em uma busca mais simples, apenas considerando a aparição da expressão crítica de mídia no título, resumo e/ou palavras-chave, entre as pesquisas da área da Comunicação (2017-2022), aparecem quatro pesquisas. Chamo a atenção: todas tratam do jornalismo¹³. Ao ampliar o recorte temporal indo até 1972, surgem mais três¹⁴ pesquisas, que novamente se dedicam ao jornalismo, e não a mídia de fato. Com a

¹³ São elas: *Observatório da imprensa como espaço de crítica de mídia: análise dos textos da seção imprensa em questão*, Vanessa Hrenechen (2019); *A crítica de cobertura jornalística nos 30 anos da coluna de ombudsman da Folha de S. Paulo*, Diana de Azeredo (2019); *Narrativas híbridas do científico e do popular no jornalismo especializado*, Amanda Miranda (2018); e *Paródia satírica e crítica midiática nas notícias fictícias do site Sensacionalista*, Arthur Rocha (2017);

¹⁴ *Observando a imprensa pelo caso mensalão: Joaquim Barbosa, Zé Dirceu e a construção de personagens em jornalismo*, Cristina de Oliveira (2016); *Vigilante sob suspeita: o monitoramento e avaliação da imprensa tradicional pela "blogosfera progressista"*, Caio Queiroz (2016); *Observatórios de imprensa acadêmicos brasileiros: natureza, atuações e contribuições à formação jornalística*, Fernanda Lopes (2016)

investigação ampla e os critérios de classificação propostos com a tese, o número é de nove (4 teses e 5 dissertações), no recorte de 2017 a 2022, consideradas como crítica de mídia.

Tabela 5 - Dissertações e teses em crítica de mídia (2017-2022)

Ano	Título	Discente	IES	Nível
2017	Paródia satírica e crítica midiática nas notícias fictícias do site Sensacionalista	Arthur Rocha	UFRN	D
2018	Jornalismo em provação: contribuições das sociologias pragmáticas francesas para o estudo do jornalismo	Tacyana Rodrigues	UFMG	T
2018	Narrativas híbridas do científico e do popular no jornalismo especializado	Amanda Miranda	UFSC	T
2019	O Observatório da Imprensa como espaço de crítica de mídia: análise dos textos da seção Imprensa em questão	Vanessa Hrenechen	UEPG	D
2019	Movimento antivacinas na internet: da apropriação e recirculação do jornalismo de saúde ao empoderamento de grupos no Facebook	Amanda Almeida	UFPR	D
2020	A cor do jornal: exclusão e inclusão do negro na imprensa brasileira	Wellington Silva	UFRJ	D
2021	Transparência como valor e prática: contribuições do projeto credibilidade para o jornalismo brasileiro	Denise Becker	UFSC	D
2021	Quem vigia os vigilantes? O ombudsman e a teoria da crítica de imprensa	Juliana Rosas	UFSC	T
2021	Vigiar e compartilhar: marcas da violência armada nas redes digitais do fogo cruzado	Vinícius Flores	UNISINOS	T

Fonte: autora

Aparentemente, algumas delas parecem destoar de um estudo de crítica de mídia, contudo, assim se configuram quando anunciam investigar a crítica em espaços típicos da crítica de mídia — que no caso é de jornalismo, visto que todos tratam dele. Por exemplo, a pesquisadora Tacyane Rodrigues (2018) investiga a caracterização do que é jornalismo no *Observatório da Imprensa* e do *Medium Brasil*. Ou seja, trata-se de um estudo de crítica de mídia, na medida em que analisa como o *Observatório da Imprensa* conceitua o jornalismo e, portanto, como exerce sua função de avaliação e problematização da prática jornalística.

Reforço esse argumento com a proposta de Luiz Gonzaga Motta (2008, p. 19-37) para quem os observatórios são símbolos da resistência política. Para ele, “os observatórios surgem a partir de uma difusa consciência de que a indústria cultural e informativa não responde às demandas da sociedade civil: é demasiado

acomodada, oficialista, superficial. Por isso, precisa mudar” (Motta, 2008, p. 23). Acrescento a definição de Motta e Christofoletti (2008) acerca do papel do observatório:

Ao lançar um olhar atento aos meios, os observatórios apontam falhas técnicas, deslizos éticos e problemas de outras ordens. Coberturas tendenciosas são denunciadas, apurações malfeitas são destacadas, condutas condenáveis são apontadas. Mas fazer crítica de mídia não é apenas sublinhar o aspecto negativo; bons exemplos também devem ser enfatizados, embora o cacoete jornalístico priorize a *bad news* (Christofoletti; Motta, 2008, p.12).

Com isso, Rodrigues (2018) busca o significado do jornalismo na crítica de mídia especializada. No mesmo sentido, Wellington Silva (2020) dedica sua investigação à criação da *Editoria da Diversidade* e a nomeação de uma jornalista negra como Ombudsman da *Folha de S. Paulo*. Segundo Silva (2020, p.11), “por seu ineditismo, entendemos que o movimento da Folha de S.Paulo merecia ser estudado, ainda mais quando consideramos o habitual alinhamento dos grandes veículos da mídia brasileira com relação à abordagem do racismo”.

Ao colocar o lugar de Ombudsman, a jornalista Flávia Lima, em análise, Silva (2020) realiza um estudo sobre a crítica de mídia. O próprio Silva (2020) confirma essa questão quando define o espaço do ombudsman como o da “[...] crítica diária do noticiário produzido, o que permite que a profissional à frente do cargo possa sinalizar para o alto escalão do jornal e para os leitores os vícios racistas enraizados no noticiário e na opinião do jornal” (Silva, 2020, p. 17).

A dissertação de Amanda Almeida (2019) analisa comentários contrários ou críticos acerca da vacinação em grupos do Facebook. Ela busca responder à questão: “Como são as apropriações do jornalismo de saúde e a produção de conteúdo dos participantes de grupos críticos ou contrários às vacinas no Facebook?” (Almeida, A., 2019). Para José Luiz Braga (2006), a crítica é um processo amplo que ultrapassa o trabalho analítico desenvolvido por teóricos e intelectuais. A partir da ideia da dinâmica do sistema de interação social, ele entende a crítica como uma resposta da sociedade aos produtos da mídia. Dessa forma, posso afirmar que Almeida (2019) investiga a crítica produzida pelo público.

Por fim, do grupo dos estudos em que, em um primeiro momento, não se identifica a crítica de mídia, destaco o de Amanda Miranda (2018). Diferente dos

outros, Miranda (2018) afirma que o seu trabalho é um exercício de crítica de mídia. Ela o faz a partir dos estudos da sua orientadora, Gislene Silva. Nas palavras de Miranda:

Este estudo insere-se, ainda, no campo de crítica de mídia (SILVA; SOARES, 2013), aquele que põe “o objeto em crise, expandindo-o para além de suas relações textuais mais intrínsecas”, localizando esse debate no “campo da cultura midiática” (SILVA, 2016, p. 4). Trata-se de um exercício de pensar o produto noticioso, neste caso o conjunto de edições do *Bem Estar*, como “prática cultural” (Ibidem, p. 12), assumindo uma perspectiva que também tem lugar na produção acadêmica, pois, conforme indicam Silva e Soares (2013, p. 828), é possível procurar suas marcas “nas difusas e variadas respostas sociais (as tais críticas populares-sociais), nas críticas publicadas e divulgadas pelas próprias mídias, nas pesquisas científico-acadêmicas” (Miranda, 2018, p. 25).

Ainda que a temática do jornalismo científico de saúde aproxime o trabalho de Miranda (2018) ao de Almeida (2019), a autora se distancia dos demais ao mobilizar a crítica como *modus operandi*. Contudo, trata-se menos de um modo de operar e mais de um modo de pensar. É, sobretudo, a forma pela qual constrói seu objeto, isto é, a maneira como abstrai um recorte da realidade material. Por isso, a crítica de mídia não surge como um método, mas se aproxima de uma metodologia.

Os cinco estudos seguintes (Rocha, 2017; Hrenechen, 2019; Becker, 2021; Rosas, 2021; Flores, 2021) deixam explícita, desde o título, a relação com a crítica de mídia. Analisando o conjunto, percebo que os estudos da crítica de mídia tendem a entendê-la como uma guardiã das questões éticas e da boa qualidade do jornalismo — com exceção do trabalho de Miranda (2018). Isso porque essa vertente da subcategoria Crítica de Jornalismo, caracteriza-se por compreender a crítica, seja ela do ombudsman ou de um observatório, como um recurso para explicar o que é certo ou errado ao público, pois:

Na medida em que erros são assinalados, os públicos têm acesso a contrapontos fundamentais para uma compreensão mais ampla do jornalismo. O cidadão comum acaba sabendo como funciona uma redação de jornal, como uma emissora de televisão edita seu noticiário, com quais critérios trabalham os repórteres. Tornar transparente a maquinaria da mídia é também contribuir para uma educação destinada ao consumo crítico das informações, alfabetizar o público. (Christofolletti; Motta, 2008, p.13).

Com outras palavras, compreende o jornalismo como um serviço direcionado à sociedade e a crítica como um instrumento de formação do senso crítico do público e de controle de qualidade dos produtos jornalísticos.

Seguindo os critérios para a categorização da subcategoria Crítica de Jornalismo, analiso as pesquisas nas quais a crítica aparece em expressões como *Crítica de Cobertura Jornalística* e *Crítica ao Jornalismo*. Foi possível identificar, no período de 2017 a 2022, 11 pesquisas, sendo 4 teses e 7 dissertações.

Tabela 6 - Dissertações e teses em crítica de jornalismo (2017-2022)

Ano	Título	Pesquisadora	IES	Nível
2017	A práxis das redações em contexto de crise: continuidades e rupturas no jornalismo	Vanessa Hauser	UNISINOS	T
2018	Disposições de classe social na cobertura jornalística de homicídios pelo Diário Catarinense	Anderson Silveira	UFSC	D
2019	Mídia e ódio: como a agressividade da audiência no ambiente digital impacta a relação leitor-jornal	Alfredo Ogawa	PUC/SP	D
2019	A construção social da crítica das práticas jornalísticas: dispositivos críticos na esfera pública em rede	Dionatas Alisson Coelho	UNISINOS	T
2019	Programação de tv: conceitos, estratégias, táticas e formatos	Renato Tavares Junior	UAM	T
2019	A crítica da cobertura jornalística nos 30 anos da coluna de ombudsman da Folha de S. Paulo	Diana de Azeredo	UFSC	D
2019	Relações de proximidade e espaços televisivos em telejornais locais e regionais de minas gerais: o caso dos Praça 1	José Tarcísio Oliveira Filho	UFMG	T
2020	Crise de autoridade jornalística e críticas ao jornalismo nas eleições 2018: uma análise dos comentários dos leitores nas páginas dos jornais Campo Grande News e Correio do Estado no Facebook	Adriana Queiroz	UFMS	D
2021	Uol Tab: a inovação na reportagem multimídia? análise das características e elementos das narrativas jornalísticas na web	Marina Gama Costa	UFMA	D
2022	A abordagem do sofrimento psíquico nas revistas Exame, Você S/A e Você RH: dimensões simbólicas das dores emocionais no ambiente de trabalho	Rafael Souza	UNIP	D
2022	Mobilização antirracista e representatividade pós George Floyd: um estudo de caso sobre a inédita bancada negra do programa jornalístico em pauta	Regina Lucas	FCL	D

Fonte: autora

Observei que existe uma preocupação com o público, principalmente nas redes sociais virtuais. Esse interesse não é isolado nem recente, estudos como os

de Raquel Recuero (2009), Kárita Francisco (2010) e o de Samuel Barros e Rodrigo Carreiro (2015) são demonstrações de que a interação entre o leitor e o jornalismo tem sido pautada tanto com frequência quanto em tempo relativo no campo do jornalismo, tendo em vista que, por exemplo, o cargo específico para gerenciar as redes sociais virtuais de empresas jornalísticas (Editor de Mídias Sociais) surge em maio de 2009, com a iniciativa do *The New York Times* (Queiroz, 2020). Além disso, a investigação dessa relação se torna relevante quando se identifica nas redes sociais virtuais a potencialidade de ameaça ao Estado Democrático de Direito, como argumentam Jaqueline Quadrado e Ewerton Ferreira (2020).

Assim como acontece nos estudos da crítica de mídia, pelo título alguns desses trabalhos dedicados ao público, como visto na tabela 6, não deixam explícita a abordagem da crítica ao jornalismo desde o título. São as dissertações de Regina Lucas (2022) e Alfredo Ogawa (2019). O estudo de Lucas (2022) se atém ao processo que ela considerou como transformação contemporânea da cobertura jornalística sobre questões raciais. Para a autora (2022), o marco inicial dessas mudanças é o ano de 2020, com a cobertura do assassinato do estadunidense negro George Floyd e a decisão inédita da *GloboNews*, após críticas de dois telespectadores publicadas no antigo *Twitter* (X), de formar uma bancada composta por jornalistas negros no telejornal *Em Pauta*.

A pesquisa de Ogawa (2019) estuda o ódio da audiência em comentários no *Facebook* da *Folha de S. Paulo*, categorizados por suas intencionalidades. Uma das categorias os enquadra em *Críticas ácidas* à credibilidade e autoridade para informar. Além da participação do público, ele analisa as reações dos jornalistas, pois tem como pressuposto que o jornalismo costuma, apesar das novas tecnologias terem expandido os espaços de interação, regular a participação do público.

Dos trabalhos que explicitam desde o título a crítica do público, a dissertação de Adriana Queiroz (2020) também constrói seu corpus de análise a partir de comentários em matérias publicadas no *Facebook*, no caso dela dos jornais *Campo Grande News* e *Correio do Estado* durante as Eleições de 2018. Ela buscou compreender as percepções do público da autoridade jornalística e classificou os comentários analisados como: *Apoio/Concordância*, *Críticas*, *Ataques* e *Referenciação*. O recorte temporal, ano de pleito presidencial e do governo estadual, destaca-se por aquele momento ter se configurado como marco da disseminação de

fake news. Em suas conclusões, ao investigar as *fake news* no mesmo período, Fábio Jardelino, Davi Cavalcanti e Bianca Toniolo identificaram “[...] uma busca crescente pelos assuntos conforme eles eram mencionados na campanha presidencial e principalmente no dia da eleição” (Jardelino; Cavalcanti; Toniolo, 2020, p.16).

Por fim, o quarto trabalho dedicado ao público, tem caráter teórico e se trata da tese de Dionatas Alisson Coelho (2019). A crítica de jornalismo é evidenciada como um fenômeno social estruturado em dispositivos distintos e interligados. Nesse movimento, Coelho (2019) estabelece definições para cinco dispositivos críticos: *Comentário social crítico*; *Crítica polêmico-profissional eventual*; *Crítica acadêmica*; *Crítica profissional*; e *Ombudsman*. Assim, a crítica deixa de ser vista como intervenção pontual para se consolidar como prática sistêmica de questionamento. Além disso, ela deixa de ser tratada como avaliação do jornalismo bom ou ruim e passa a ser compreendida como os modos pelos quais diferentes atores sociais produzem críticas ao jornalismo.

Outro conjunto de pesquisas é o das que dizem realizar uma crítica ao jornalismo, são as de Vanessa Hauser (2017), José Oliveira Filho (2019), Marina Costa (2021) e Rafael Souza (2022). Com operacionalidade diferente entre os trabalhos, o primeiro deles (Hauser, 2017) tem embasamento na dialética para realizar uma crítica à atividade jornalística; Oliveira Filho (2019) estuda o telejornalismo local brasileiro e, com isso, realiza uma crítica ao conceito de proximidade como valor-notícia; Costa (2021) critica a narrativa jornalística multimídia e convergente a partir de um produto jornalístico; Souza (2022) afirma que seu primeiro parágrafo é uma crítica a matérias de revistas especializadas em carreira e negócios acerca do sofrimento psíquico. Juntos, eles demonstram a diversidade temática dessas críticas, que vão desde a prática a conceitos do jornalismo. Em relação à proximidade com esse último conjunto, a tese de Renato Tavares Júnior (2019) diz realizar um estudo a respeito da crítica jornalística de televisão.

Por último, agrego dois trabalhos em um conjunto ainda que eles tenham diferenças, pois a dissertação de Diana de Azeredo (2019), assim como a tese de Tavares Júnior (2019), estuda a crítica de cobertura jornalística enquanto a de Anderson Silveira (2018) realiza uma crítica de cobertura jornalística. Apesar disso,

essas pesquisas são parte de uma combinação de outras pesquisas orientadas por Gislene Silva e diálogos com os estudos dela que sustentam um arranjo complexo teórico-metodológico. Para esse debate, faz-se necessário acrescentar uma dissertação anterior ao recorte temporal (2017-2022), a de Wania Bittencourt (2014), além de trazer o estudo de Amanda Miranda (2018), analisado como estudo de mídia. Com esse coletivo de investigações, identificam-se duas questões: (i.) uma preocupação em identificar parâmetros e critérios nas práticas da crítica especializada, representadas de forma mais explícita nos trabalhos de Azeredo (2019) e Bittencourt (2014); e (ii.) um movimento de materializar a crítica de mídia e a crítica de jornalismo como uma metodologia. Com outras palavras, como uma forma de pensar a pesquisa desde a sua organização estrutural até o referencial teórico.

Relacionando esses trabalhos à produção de Silva, é possível identificar três eixos de pesquisa, que combinados aos estudos de seus orientandos, constituem um percurso para os estudos de crítica de jornalismo, em diálogo com a construção da categoria analítica desta tese, a *Crítica feminista de jornalismo*. Ainda que não siga uma ordem cronológica, o primeiro eixo, *Metodologia*, surge com a dissertação de Silva (1989) e segue com publicações de artigos. Assim, ela realiza um trabalho de investigação da temática *Comunicação Rural* em teses e dissertações e apresenta uma análise que aciona e relaciona teoria e metodologia. Reflexo desse interesse, os demais trabalhos tratam de problemas metodológicos na pesquisa acerca do jornalismo impresso (Silva, 2008) e realiza uma revisão das metodologias nas pesquisas do PPG em Jornalismo da UFSC, no recorte temporal de 2009 a 2017 (Silva et al., 2018); e estrutura e aplica um protocolo metodológico para a análise de cobertura jornalística (Silva;Maia, 2011; Silva;Soares, 2013; Silva et al., 2020; Silva, T. et al., 2021; Silva et al., 2022).

O segundo eixo, *Teoria do Jornalismo*, reúne artigos que oferecem argumentos teóricos para os demais eixos. Além disso, responde a algumas inquietações do próprio campo do jornalismo (Silva, 2009b) como identificar seu objeto de estudo (Silva, 2009a; 2009c) e consolidar conceitos basilares, como o de noticiabilidade (Silva,2005;2018), para solidificar caminhos na Teoria do Jornalismo (Pontes; Silva, 2009; Silva;Pontes, 2009; Silva, 2011; Silva; Soares, 2011; Silva, 2018). Por último, o terceiro eixo, *Crítica*, evidencia o cruzamento entre os dois

primeiros com trabalhos que buscam estruturar um conceito para crítica de jornalismo a partir de seus critérios (Silva; Soares, 2014; Soares; Silva, 2016; Silva; Sanchez, 2018; Silva, 2019; Silva, 2019).

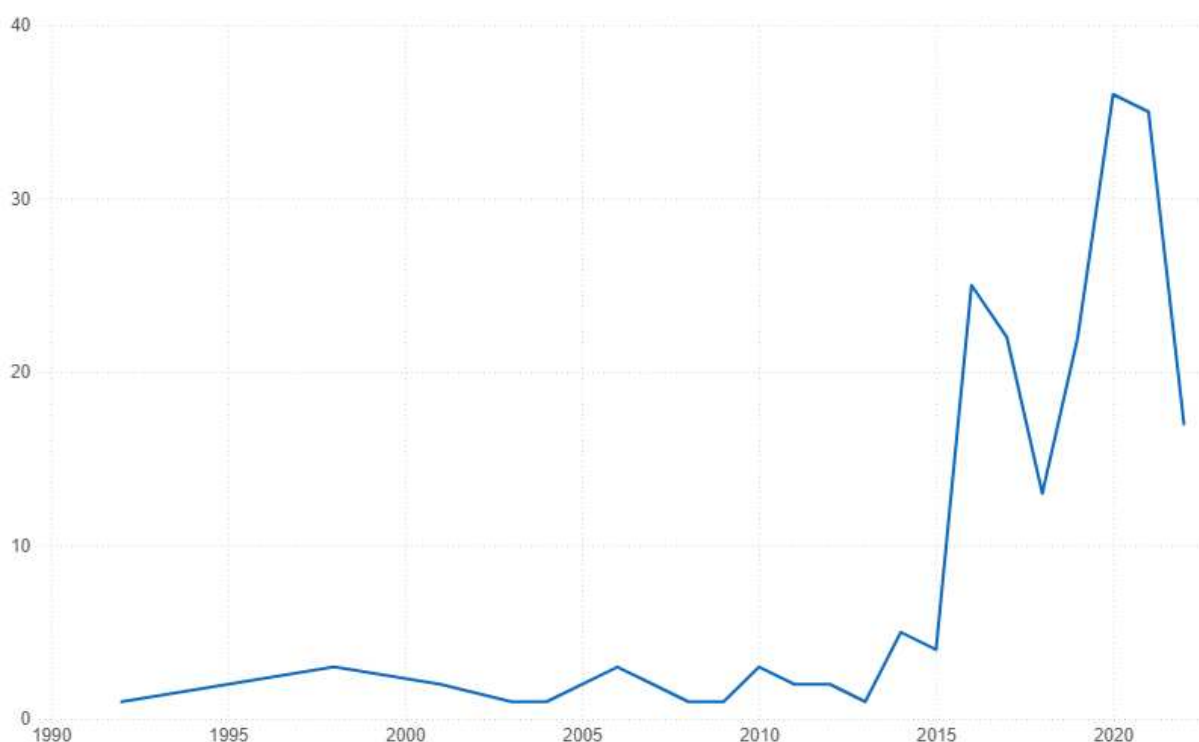
Ressalto o trabalho de orientação de Silva não só por essas razões, mas também porque se trata da pesquisadora com maior número de orientações (1 tese e 2 dissertações) nas duas frentes da subcategoria *Crítica de Jornalismo* (Crítica de mídia e crítica ao jornalismo) no recorte temporal de 2017 a 2022. Além dela, destacam-se os nomes de Beatriz Alcaraz Marocco (2 teses – UNISINOS) e de Rogério Christofolletti (1 tese / 1 dissertação - UFSC). Dois desses docentes (Gislene Silva e Rogério Christofolletti) receberam ou recebem bolsa de produtividade do CNPq. Além disso, todos têm produção acadêmica expressiva no campo da crítica de jornalismo: Marocco se dedica às críticas das práticas jornalísticas; Christofolletti, à relação entre ética e crítica de especialistas, especialmente via observatórios; e Silva, à investigação teórica sobre padrões e critérios da crítica. Esses elementos indicam que parte das pesquisas analisadas é orientada por pesquisadores considerados de excelência segundo os critérios do CNPq, o que sugere o reconhecimento institucional do tema e que existem relações entre as pesquisas de quem orienta com as de quem é orientado.

Quanto à distribuição institucional, a UFSC aparece em primeiro lugar com cinco trabalhos. Em seguida, estão UNISINOS (três) e UFMG (duas). A centralidade da UFSC pode ser atribuída a dois fatores: primeiro, à especificidade do programa, que é voltado exclusivamente para o Jornalismo — o que significa que todas as pesquisas são obrigatoriamente ancoradas nesse objeto; segundo, aos interesses de seus docentes. Gislene Silva, que como visto, tem vasto trabalho sobre a crítica em nosso campo, e Rogério Christofolletti desenvolve pesquisas e práticas sobre o tema no *objETHOS*, observatório que atua em frentes como ética jornalística e crítica de mídia.

Com esse recorte de tempo, entre os anos de 2017 e 2022, não é possível identificar também os pesquisadores que estudam a crítica de jornalismo no mestrado e no doutorado. Para alcançar essa questão, que é parte do objetivo deste capítulo, retomo os 3.498 trabalhos em jornalismo do mapeamento de 1972 a 2016, (Almeida, 2018; 2019) para completar o arco de cinco décadas de investigação. A partir da leitura de títulos, resumos e palavras-chave, com os mesmos termos de

busca anteriormente utilizados, as pesquisas foram distribuídas nas cinco subcategorias. No entanto, apenas os trabalhos da subcategoria Crítica de Jornalismo foram tabulados. Ainda assim, apresento aqui apenas questões quantitativas. Encontrei 29 dissertações e 9 teses. Portanto, de 1972 a 2022 a produção corresponde a 58 pesquisas, sendo 41 dissertações e 17 teses.

Gráfico 5 - Cronologia da pesquisa em Crítica de Jornalismo 1972-2022



Fonte: autora

Como se observa no Gráfico 5, até 2015 a produção sobre crítica de jornalismo era baixa. A partir desse ano, há um crescimento expressivo, embora não exatamente exponencial, com oscilações e quedas pontuais em 2018 e 2022. No caso dos trabalhos com características mais próximas da crítica de mídia, nota-se um início tímido na década de 1990, que se estende de forma esparsa até 2009; apenas em 2014 passa a haver uma produção mais contínua. Já os estudos que, de alguma forma, dizem fazer uma crítica ao jornalismo aparecem com volume ainda menor na década de 1990 — há apenas um registro em 1998 —, mas também demonstram maior regularidade a partir de 2015. É interessante observar que essa

cronologia difere da identificada em levantamento anterior (Almeida, 2022), realizado com base em artigos científicos, nos quais a produção sobre crítica começa a ganhar volume a partir de 2010. Isso sugere que a temática é explorada há mais tempo em artigos do que em dissertações e teses.

Tabela 7 - Volume de trabalhos por universidade (1972-2022)

Universidade	Volume
Unisinos	7
UFBA	6
UFSC	6
USP	4
FCL	3
PUC/SP	3
UFMG	3
UFRGS	3
UFRJ	3

Fonte: autora

A Tabela 7 (volume por universidade) permite algumas inferências hipotéticas. Uma delas diz respeito a uma provável mudança na tradição de pesquisa da USP, que concentra a maior parte de seus trabalhos sobre crítica no ano de 2017. Outra conjectura envolve alterações na configuração do programa, visto que “O jornalismo era uma das subáreas em que se dividiam a pós-graduação na ECA/USP” (Anunciação, 2019, p. 40). Além disso, segundo Eduardo Meditsch, Melina Ayres e Juliana Betti, houve uma “[...] reforma do Programa da USP, que extinguiu e incorporou o Programa de Jornalismo que lá estava em desenvolvimento no final dos anos 90”. Ou seja, existe uma tradição de pesquisa em jornalismo na instituição, mas em um espaço de disputas. Também é possível relacionar o volume de produção com a existência de linhas de pesquisa com interesse declarado no jornalismo: todas as instituições analisadas que constam na Tabela 7 apresentam uma ou mais linhas de pesquisas voltadas nesta direção, com exceção da PUC/SP e da UFMG.

A principal mudança entre os orientadores, quando olhamos para as pesquisas de 1972 a 2022, ocorre no caso de Gislene Silva, que passa de três para quatro orientações, com a defesa da dissertação de Bittencourt (2014). Marocco e Christofolletti permanecem com duas orientações cada. Três novos docentes aparecem na lista: Bruno Souza Leal (2 teses – UFMG), Gerson Luiz Martins (2 dissertações – UFMS) e Ronaldo Henn (2 teses – UNISINOS).

Entre os discentes, apenas Juliana de Amorim Rosas (2015; 2021) e Dionatas Alisson Coelho (2015; 2019) defenderam tanto dissertação quanto tese com foco na crítica. Os demais têm apenas uma das formações com essa temática. Vale destacar que Coelho teve como orientadora, no doutorado, a professora Beatriz Marocco e utilizou como principal referência o professor José Luiz Braga, referência nos estudos de crítica de mídia do público. Já Rosas foi orientada por Kelly Prudêncio, na dissertação, e por Rogério Christofolletti, no doutorado. Em ambas as pesquisas, teve como objeto de investigação a crítica de especialista, com foco na figura do ombudsman.

Com base nesses dados, percebe-se que a subcategoria *Crítica de Jornalismo* é constituída por duas vertentes: a primeira, crítica de mídia; a segunda, crítica ao jornalismo. Contudo, reafirmo: aquilo que vem sendo tratado como crítica de mídia tem como verdadeiro objeto de crítica o jornalismo em suas diferentes facetas: prática, profissão, campo de estudo; produção, recepção e circulação; jornal, revista, televisão, rádio e web etc.

Essa crítica se concentra, em grande parte, nos programas de pós-graduação que possuem linhas de pesquisa com interesse declarado no jornalismo em suas ementas e docentes que recebem ou já receberam bolsa de produtividade do CNPq, com formação e interesse em produção autodeclarada na área — como é o caso de Gislene Silva, Rogério Christofolletti e Bruno Souza Leal.

Além disso, observa-se uma tendência de aproximação com os estudos do discurso e da narrativa como estratégias para compreender a linguagem e a construção de sentido no jornalismo. Essa inclinação se expressa não apenas pelo volume significativo de estudos classificados na subcategoria *Análise Crítica*, mas também por sua presença em todas as outras subcategorias.

A relação entre jornalismo e crítica se manifesta no interesse por diferentes sujeitos da crítica, com predominância do público e do especialista. Essa relação

corroborar os apontamentos de Vera França (2019) sobre as finalidades da crítica. Inclusive, é possível observar que suas três dimensões orientam as quatro subcategorias: a formação do público (*Pedagogia*); o aprimoramento da prática (*Análise Crítica e Metacrítica*); e o compromisso com a transformação social (*Crítica de Jornalismo e Análise Crítica*).

Realizada essa investigação acerca do contexto da crítica no jornalismo ou de suas condições de existência, passo a observar a relação entre jornalismo e o feminismo. O propósito não se restringe a identificar onde há crítica nessa relação, mas também a analisar como ela opera. Para isso, recorro, das dissertações e teses em jornalismo, aquelas que abordam, direta ou indiretamente, o feminismo.

3. DO MAPEAMENTO DA PESQUISA À AUSÊNCIA DA EXPRESSÃO CRÍTICA FEMINISTA DE JORNALISMO

3.1. AS INTERAÇÕES ENTRE FEMINISMO E JORNALISMO

Assim como a crítica, o feminismo mantém uma relação histórica com o jornalismo. No entanto, esse vínculo também é marcado por tensões. Por um lado, o movimento feminista encontrou no jornalismo um espaço para difundir conhecimento acerca dos debates de seus interesses. Por outro lado, o jornalismo frequentemente reduz o feminismo a estereótipos caricatos e simplifica suas demandas. O intuito deste tópico é compreender quantitativamente esses vínculos no ambiente acadêmico, especificamente nas teses e dissertações dos programas de pós-graduação em Comunicação e Jornalismo. Mais do que mapear os temas recorrentes, busquei evidenciar também os silêncios, as ausências e as margens ainda pouco exploradas em nosso campo.

O processo de construção do mapeamento das teses e dissertações se deu em duas etapas complementares. Inicialmente, utilizei o levantamento construído na dissertação (Almeida, 2018), que abrange o período de 1972 a 2015. Esses dados foram complementados pelo estudo apresentado no Colóquio Mulheres e Sociedade, referente a 2016 (Almeida, 2019). Para selecionar as pesquisas em Jornalismo que de alguma forma tratam de gênero ou feminismo, foram criadas 24 palavras-chave, a saber: *gênero, feminismo, feminino, feminina, masculino, feminista, mulher, masculinidade, sexo, sexualidade, sexual, heteronormatividade, homossexual, LGBTT, homofobia, homossexualidade, homoafetivo, transexualidade, transexual, lesbofobia, gay, lésbica, mulher trans e homem trans*. Adicionalmente, incorporei, naquele momento, pesquisas que abordavam a produção de jornalistas mulheres, como Eliane Brum e Clarice Lispector, e a representação de figuras femininas no jornalismo, como Dilma Rousseff e Roseana Sarney, ainda que não declarassem realizar o estudo a partir dos estudos de gênero ou feministas. Desse recorte resultaram 212 dissertações e 35 teses (Almeida, 2018; 2019). Após a leitura dos resumos, as pesquisas foram agrupadas em seis categorias: *Não é jornalismo; Produção e estudos de representação de mulheres específicas; Gênero para abordar LGBTQIA+; Representação das mulheres; Mulheres e rotina de trabalho; Outros*.

Na segunda etapa, a que realizo aqui com a tese, ampliei a análise até o ano de 2022. A decisão de não incluir os anos mais recentes (2023–2024) decorre da possibilidade de atrasos na indexação completa das produções acadêmicas no

banco de teses e dissertações da Capes, garantindo, assim, a integridade da análise proposta.

A seleção das pesquisas que tratam das relações entre jornalismo, gênero e feminismo passou por ajustes em relação ao protocolo utilizado na etapa anterior (1972–2016). As mudanças ocorreram por três razões principais: (i) reconhecimento das limitações das palavras-chave utilizadas anteriormente; (ii) necessidade de adaptar o mapeamento aos novos objetivos da pesquisa; e (iii) incorporação de categorias emergentes nos estudos de gênero e nos estudos feministas.

Com isso, foram adotadas 32 palavras-chave: *gênero, feminismo, feminina, feminista, feminilidade, mulher, masculino, masculinidade, sexo, sexismo, sexualidade, sexual, homossexual, transexual, heterossexual, homossexualidade, transexualidade, heterossexualidade, heteronormatividade, cisnormatividade, LGBTQIA+, LGBT, LBT, homofobia, lesbofobia, transfobia, homoafetivo, gay, lésbica, queer, interseccionalidade e patriarcado*. Também foram utilizadas as variações no plural e termos derivados.

Esse novo recorte mapeou 377 pesquisas, sendo 282 dissertações, 82 teses e 13 produtos, processos ou técnicas. Após a leitura dos resumos, foram desconsiderados os trabalhos em que as palavras-chave apareciam com sentidos distintos do previsto — por exemplo, gênero como gênero jornalístico — e os produtos. Assim, temos 201 trabalhos: 164 dissertações e 37 teses para o intervalo de 2017-2022.

As categorias analíticas utilizadas nesta etapa também diferem daquelas aplicadas na dissertação, uma vez que respondem a um novo objeto, a objetivos atualizados e a uma problematização mais refinada. Contudo, a reformulação não invalida a metodologia anterior, mas a insere como parte de um percurso investigativo que avança conforme se complexifica.

A construção dessas categorias exigiu reflexão sobre diferentes formas possíveis de organização. Optou-se por não classificá-las apenas pela temporalidade, pois isso implicaria uma linearização inadequada das dinâmicas históricas. Tampouco a divisão foi feita exclusivamente por teorias ou métodos, dado que muitos resumos não apresentam, com precisão, esses aspectos. A categorização resultante, portanto, deriva de uma combinação entre análise documental (leitura de títulos, resumos, palavras-chave e, quando necessário,

sumários e introduções), critérios conceituais e temas recorrentes. Algumas categorias surgem diretamente de conceitos do movimento e dos estudos feministas, como violência de gênero e feminicídio; outras se estruturam a partir do objeto empírico, como imprensa feminina; e outras ainda estabelecem distinções internas, como LGBTQIA+ (abordagem ampla) e Pessoas trans/travestis (foco específico).

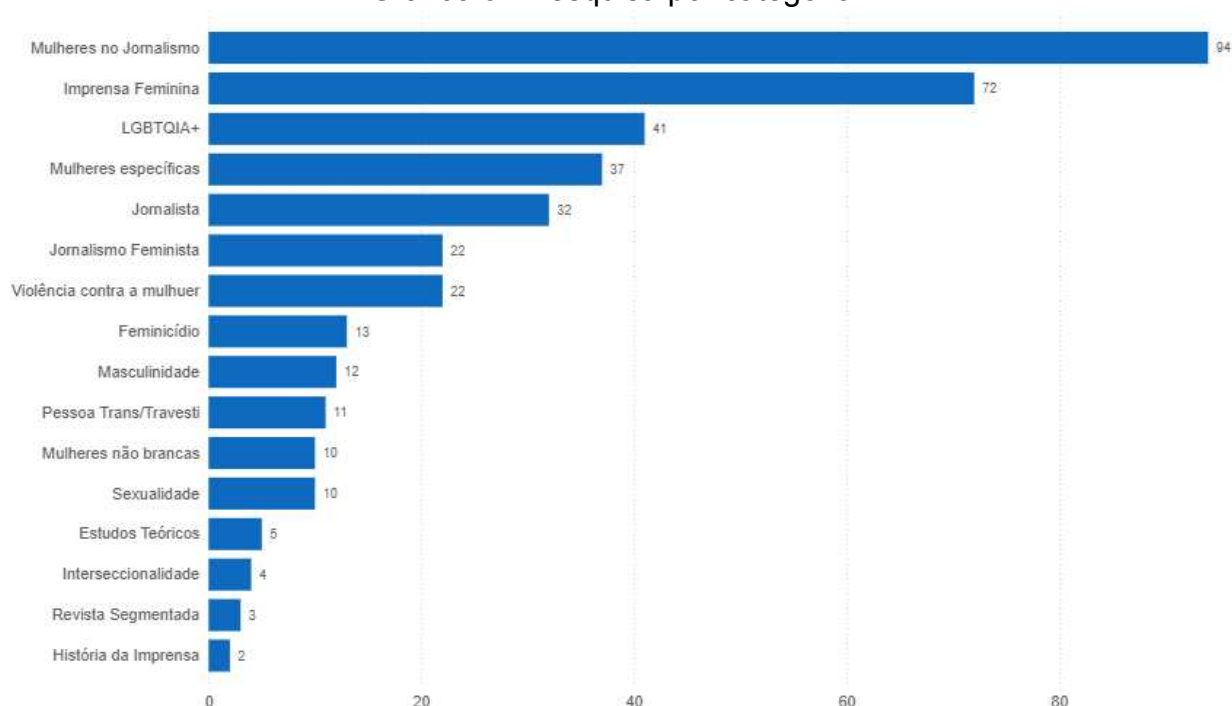
Ao todo, foram adotadas 16 categorias: *Estudos teóricos*; *Feminicídio*; *História da imprensa*; *Imprensa feminina*; *Interseccionalidade*; *Jornalismo feminista*; *Jornalistas*; *LGBTQIA+*; *Masculinidade*; *Mulheres específicas*; *Mulheres não brancas*; *Mulheres no jornalismo*; *Pessoas trans/travestis*; *Revista segmentada*; *Sexualidade*; *Violência contra a mulher*.

Como qualquer metodologia, esta também apresenta limitações. Apesar disso, seu caráter exploratório oferece um panorama da relação entre os estudos de gênero e feministas e o jornalismo. Adotei um sistema de classificação intencionalmente granulado, por acreditar que evidenciar temáticas e conceitos do movimento e dos estudos feministas proporciona uma visão complexa da relação entre movimento social e academia. Ou seja, da apropriação dos debates no movimento social pela academia.

Com o objetivo de garantir coerência analítica entre os dois períodos investigados, realizei uma recategorização das pesquisas do intervalo de 1972 a 2016, aplicando os mesmos critérios metodológicos utilizados na análise mais recente. Foram relidos títulos, resumos e palavras-chave de todas as produções, com exceção daquelas classificadas como Não é jornalismo, o que resultou em um total de 189 pesquisas revalidadas, sendo 164 dissertações e 25 teses. Assim, chego ao recorte total de 390 pesquisas, 328 dissertações e 62 teses, defendidas entre 1972 e 2022.

As três categorias que concentram o maior volume de produções acadêmicas são: *Mulheres no Jornalismo* (94 - 76 dissertações / 18 teses), *Imprensa Feminina* (72 - 65 dissertações / 7 teses) e *LGBTQIA+* (41 - 35 dissertações / 6 teses). A categoria *Mulheres no Jornalismo* reúne estudos voltados à representação e à construção de sentidos no jornalismo sobre mulheres, com predominância de abordagens baseadas na análise do discurso e narrativa.

Gráfico 6 - Pesquisa por categoria



Fonte: autora

O número de 94 trabalhos poderia ser ainda maior, considerando que a categorização adotada priorizou o eixo central de cada pesquisa, embora muitas apresentem características transversais. Um exemplo é a dissertação *As cores da mulher negra no jornalismo: o discurso nos jornais e revistas* (Mello, 2002), classificada como *Mulheres não brancas* (10 — 9 dissertações / 1 tese), mas que também poderia ser inserida na categoria *Mulheres no Jornalismo*, por abordar a construção discursiva da mulher negra, ou em *Imprensa Feminina*, por analisar material das revistas *Claudia* e *Marie Claire*.

A predominância de estudos discursivos não se restringe às categorias criadas para os estudos em jornalismo, feminismo e gênero. Como observei no capítulo anterior, os trabalhos que constroem interlocuções entre jornalismo e crítica tendem a se apoiar na Análise do Discurso, em especial na Análise Crítica do Discurso (ACD). Diferentemente, nos estudos feministas e de gênero, a prevalência é da Análise do Discurso, com 36 pesquisas, enquanto a ACD aparece com quatro. Ainda assim, o que se pode depreender disso é que o campo do jornalismo, tal como retratado nessas pesquisas, centraliza suas preocupações na dimensão

discursiva dos produtos jornalísticos, explorando ainda de forma tímida outras facetas, como as institucionais, políticas, econômicas, de circulação ou de recepção.

No que diz respeito aos estudos de gênero, Cecília Sardenberg (2004) observa uma tendência, ligada a abordagens pós-modernas, de privilegiar a análise das palavras em detrimento das coisas. Com outras palavras, enfatizar a construção de sentidos, significados e representações mais do que a realidade material. Contudo, a análise realizada permite identificar que, no campo específico do jornalismo, embora as abordagens discursivas mantenham predominância, há espaço significativo para investigações voltadas à realidade objetiva. Um exemplo é o volume de teses e dissertações na categoria Jornalistas (32 - 26 dissertações / 6 teses), que reúne investigações sobre a atuação profissional de mulheres jornalistas. Nesses trabalhos, predominam temas como assédio, desigualdades salariais e feminilização das redações.

Além disso, uma tese e uma dissertação, ambas de 2022, analisam ataques às jornalistas fora do ambiente das redações, fenômeno que, dada sua recorrência no Brasil e no mundo, tende a se consolidar como objeto de estudo. Um indicativo que corrobora minha avaliação é o número de pesquisadoras que passaram a se dedicar à temática, tanto com publicação de artigos quanto com participação em redes internacionais de pesquisa, caso de Paula Melani Rocha (Rocha; Rovidia; Villanueva, 2025; Rocha; Villanueva, 2025) com pesquisas acerca do trauma após os ataques. Do mesmo modo, instituições vêm dando atenção para a temática, caso da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj, 2025). De forma sucinta, os dados indicam que, no jornalismo, os estudos de gênero e feminismo respondem, em alguma medida, a problemas concretos enfrentados pelas jornalistas.

As jornalistas também aparecem na categoria *Mulheres Específicas* (37), que agrupa trabalhos sobre a aparição de mulheres determinadas no jornalismo ou sobre a análise da produção de jornalistas mulheres. No primeiro grupo, destacam-se figuras que ocuparam ou ocupam cargos de poder. Dois nomes concentram 40,54% dos estudos: Dilma Rousseff (11) e Marielle Franco (4), que, juntas, somam 15 trabalhos. Fora do cenário político-partidário, há uma dissertação sobre a ministra do Supremo Tribunal Federal, Cármen Lúcia, e outra sobre a líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Diolinda Alves de Souza.

O volume de trabalhos sobre essas mulheres, em especial Dilma Rousseff, Marielle Franco e Cármen Lúcia, demonstra que, assim como o jornalismo, a pesquisa em jornalismo repete padrões de produção episódica. Com esse cenário, as quatro pesquisas sobre Marielle Franco, todas defendidas em 2021, são respostas à comoção pública e envolvimento combativo dos movimentos feminista e negro ao assassinato da vereadora do Rio de Janeiro em 2018. As pesquisas acerca de Dilma e seu governo trazem a questão do episódio ainda mais marcada, visto que o ano de 2013 concentra 4 pesquisas, enquanto 2012, 2017, 2021 apenas uma e em 2014 e 2018, duas. Essa afirmação leva em conta o contexto político, pois o governo da primeira mulher presidenta do país foi de 2011 a 2016 e sua reeleição aconteceu em 2014 e o golpe em 2016, pelo processo de impeachment. Por fim, a pesquisa que analisa a representação do Supremo Tribunal Federal, defendida em 2021, também tem vínculo com acontecimentos específicos. A ministra assumiu a presidência da Corte com mandato de 2016-2018, marcado pelo golpe sofrido por Dilma e o julgamento do mensalão.

Entre os estudos voltados à produção de jornalistas mulheres (o segundo grupo), destaca-se um conjunto de três dissertações sobre cobertura de guerra. Uma delas investiga o trabalho da fotojornalista estadunidense Lynsey Addario, com foco nas fotografias de guerra publicadas no fotolivro *Of Love & War*, analisadas a partir do conceito de gênero. As outras duas dissertações tratam do jornalismo literário na cobertura de guerra de Martha Gellhorn, escritora e jornalista estadunidense, e de Dorrit Harazim, jornalista e documentarista naturalizada brasileira. A primeira analisa quatro artigos do livro *A face da guerra*, em sua edição brasileira, e a segunda investiga oito reportagens de Harazim, com o objetivo de identificar elementos do jornalismo literário em sua narrativa. Outras profissionais, como as fotojornalistas Margaret Bourke-White e Dorothea Lange, além da italiana Tina Modotti, tiveram suas produções analisadas, embora não em cenários de conflito armado.

Além disso, identifiquei um padrão que se mantém desde a análise realizada na dissertação (Almeida, 2018) sobre os estudos que abordam jornalistas mulheres específicas: há uma tendência de estudar aquelas que atuam em áreas próximas ao jornalismo literário ou opinativo. É o caso da escritora Clarice Lispector, que colaborou para jornais; das colunistas e jornalistas Nina Lemos, Dora Kramer, Eliane

Cantanhêde e Thaiz Bezerra; além da jornalista e escritora Eliane Brum. Esse recorte não configura, por si só, um problema, já que evidencia a qualidade da produção dessas mulheres em campos tradicionalmente associados à autoria. No entanto, sugere também uma possível reprodução das hierarquias de prestígio da prática jornalística, que tende a valorizar mais as editorias de Política e Economia do que outras áreas. Outro aspecto relevante para interpretar esse padrão é a relação do jornalismo com a literatura até a metade do século XX (Ribeiro, 2003), já que, nesse período, era socialmente aceito a participação das mulheres em profissões ligadas às artes (Rocha, 2004).

Ainda dentro da categoria *Mulheres Específicas*, apenas duas pesquisas analisam a produção jornalística de mulheres negras, uma de 2019 e outra de 2021. Uma dissertação trata do trabalho da jornalista e influenciadora Maíra Azevedo, conhecida como Tia Má. Embora a pesquisa se volte sobre o campo do entretenimento e dos influenciadores digitais, foi incluída neste mapeamento em razão de Azevedo ser jornalista e de aplicar em seus trabalhos práticas jornalísticas articuladas com estratégias comunicacionais híbridas. A outra pesquisa analisa colunas escritas pelas intelectuais e ativistas negras Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Djamila Ribeiro e Marielle Franco, além de uma coluna assinada pela organização *Geledés – Instituto da Mulher Negra*. O objetivo é compreender os arranjos discursivos empregados por essas autoras na promoção da transformação social.

Essa realidade denuncia a marginalização acadêmica da produção jornalística negra. Além disso, faz questionar a presença de pesquisadoras negras entre aquelas que estudam jornalismo e feminismo. Embora não se trate de uma relação direta de causa e consequência, é notório que as pesquisas feministas dialogam diretamente com as subjetividades das autoras. Uma prova disso é a escrita majoritariamente em primeira pessoa, justificada pelo entendimento de que o objeto de pesquisa é construído a partir de quem o investiga. Sendo assim, o vemos é mulheres periféricas estudarem mulheres periféricas, mulheres negras estudarem mulheres negras etc. Como alerta bell hooks,

[...] se examinarmos criticamente o papel tradicional da universidade na busca da verdade e na partilha de conhecimento e informação, ficará claro, infelizmente, que as parcialidades que sustentam e mantêm a supremacia branca, o imperialismo, o sexismo e o racismo distorceram a educação a tal ponto que ela deixou de ser uma prática da liberdade” (hooks, 2013, p. 24).

Ao inserir essa advertência no campo da pesquisa em jornalismo, é possível perceber que a escolha dos temas, categorias e abordagens analíticas não se dá em terreno neutro, pois é atravessada por disputas políticas, silenciamentos históricos e resistências que se expressam também nos vocabulários adotados. O desafio, portanto, não é apenas incluir essas vozes, mas confrontar as estruturas que sistematicamente as excluem.

Com 72 pesquisas, a categoria *Imprensa Feminina* é a segunda mais representativa do mapeamento. Nela, foram agrupados os trabalhos que tomam como objeto empírico o material jornalístico de veículos tradicionalmente classificados sob essa denominação. Duas observações metodológicas são importantes aqui: (i) optei por manter o termo imprensa em vez de jornalismo por fidelidade ao vocabulário consagrado na literatura especializada. Contudo, reconheço as limitações conceituais dessa equivalência. Lógica semelhante foi adotada nas escolhas entre crítica de mídia e crítica de jornalismo; (ii) diferentemente do que fiz na dissertação (Almeida, 2018), não utilizo a definição de imprensa feminina proposta por Dulcília Buitoni (2009) e Constância Duarte (2016), que a caracterizam a partir do sexo do público-alvo. Apesar de me afastar dessa concepção, preservo das autoras a percepção de que esses veículos operam como espaços privilegiados de construção discursiva sobre o que significa — e o que deve — “ser mulher”.

Nesse conjunto de pesquisas, prevalece a análise do discurso e, com ela, o foco nas representações e na construção de sentidos. As temáticas mais recorrentes coincidem com aquelas já identificadas na própria imprensa feminina (Buitoni, 2009): corpo, beleza, moda e comportamento. Chama atenção o fato de que apenas duas pesquisas são voltadas ao público adolescente e nenhuma às mulheres mais velhas. A ausência desta última pode ser o reflexo de uma lacuna do próprio mercado editorial que, como constatou Buitoni (2009), não existia títulos especializados voltados para esse público até, pelo menos, 2009.

Atualmente a revista eletrônica *Fantástico*, da *Rede Globo*, apresenta dois quadros que dialogam com esse público, são eles: *Prazer, Renata 60+*, com a repórter Renata Ceribelli, e *Essa tal de menopausa*, com apresentação de Poliana Abritta, ambos de 2025. Além desses, a atriz Fernanda Lima apresenta o podcast *Zen Vergonha* desde 2024 e traz relatos sobre a menopausa de diferentes mulheres, como a atriz Claudia Raia.

Apesar da existência do jornalismo voltado ao público de mulheres mais velhas, eles são recentes e os dados, assim, reforçam que não apenas os veículos jornalísticos reproduzem padrões restritivos de gênero, classe, raça e idade, mas também o campo acadêmico, que, em tese, deveria problematizar ou, ao menos, investigar esses silenciamentos. Caso em levantamento futuro encontre dissertações ou teses a respeito de produtos jornalísticos voltados a esse público, a hipótese de uma pesquisa episódica ganha força.

A mídia mais frequentemente analisada nas pesquisas dessa categoria é a revista (26 trabalhos), seguida pelos jornais impressos (9), pela televisão (2), pelo rádio (1) e pelo blog (1). Uma hipótese para essa prevalência é a periodicidade típica da imprensa feminina — mensal, quinzenal ou semanal — que favorece o formato revista (Buitoni, 2009). Entre os títulos investigados, destaca-se a revista *Claudia*, com 19 estudos. Em seguida, aparecem *Marie Claire* (11), *Nova* e *TPM* (ambas com 9). Vale destacar que algumas pesquisas analisaram simultaneamente materiais de mais de um veículo, o que justifica a soma superior ao total de trabalhos. Em contrapartida, em 10 estudos os produtos jornalísticos específicos não foram identificados nos resumos, títulos ou palavras-chave.

O conteúdo e a história da imprensa feminina são centralidades recorrentes nesses estudos. Reportagens, fotografias e outros gêneros jornalísticos são analisados com o objetivo de compreender como o discurso jornalístico constrói sentidos sobre o ser mulher, incluindo sua sexualidade, corporalidade, inserção no mundo do trabalho, entre outros temas. Com esse foco no conteúdo, a maior parte das pesquisas chega a conclusões semelhantes: permanência temática ao longo das décadas, com ênfase em culinária, beleza, moda e comportamento; normalização de comportamentos que mitificam a mulher; e perpetuação de estereótipos, particularmente na construção de padrões irreais de beleza. Uma hipótese para essa homogeneidade de conclusões está nas revisões bibliográficas

que, embora fundamentais, muitas vezes não contemplam teses e dissertações anteriores da Comunicação e do Jornalismo sobre a mesma temática.

Uma categoria correlata à da *Imprensa Feminina* é a do *Jornalismo Feminista*, com 22 pesquisas identificadas. A princípio, afirmo que a divergência está nas pautas e no compromisso do jornalismo feminista com a transformação social. Historicamente, o jornalismo feminista privilegiou o formato impresso de jornais como instrumento de mobilização política. Mais recentemente, migrou para plataformas digitais como reflexo da própria organização do movimento social que migra para o digital no chamado feminismo 2.0 (Santini; Terra; Almeida, 2017). Essa trajetória contrasta com o predomínio da revista na imprensa feminina. Uma possível explicação para essa diferença é o custo mais elevado da impressão de revistas, em comparação ao de jornais ou à manutenção de portais online. A diferença econômica revela também uma distinção estrutural entre os dois modelos: enquanto a imprensa feminina está vinculada a grandes conglomerados midiáticos e suas lógicas comerciais, o jornalismo feminista emerge de iniciativas autônomas, primeiro de movimentos feministas e, mais recentemente, de coletivos de jornalistas feministas, o que também indica uma crescente profissionalização desses veículos.

Essas características do jornalismo feminista também se evidenciam nos dados: a revista online *AzMina* compõe o empírico de sete pesquisas. Dos 15 veículos estudados, 11 são nativos digitais, três são jornais impressos e um é revista. Entre os digitais, além da *AzMina*, o *Portal Catarinas* e *Dibradoras* aparecem duas vezes cada, e os demais apenas uma vez. Um veículo não teve o nome divulgado, mas foi classificado como digital. Foge à regra o *Projeto Celina*, do jornal *O Globo*, única iniciativa vinculada a um grande grupo midiático comercial.

Além dessas percepções, identifiquei um número significativo de estudos voltados ao jornalismo feminista na América Latina. Prova disso é a presença de um veículo argentino, um colombiano e um projeto em parceria entre Argentina e México entre os objetos analisados. Uma das pesquisas sobre jornalismo digital analisou a produção de um veículo com perspectiva de gênero/feminista em conjunto com outros agentes: o laboratório de comunicação *Énois* e o *Data_Labe*. Essa articulação revela o protagonismo das iniciativas digitais, a construção de redes transnacionais e o diálogo com diferentes atores de minorias sociais.

Entre as revistas impressas, apenas a *Elle* foi identificada como incorporando o feminismo em sua linha editorial. Segundo Juliano Borges e Milena Coppi (2020), esse movimento caracteriza o chamado “feminismo estilo magazine”. Essa apropriação da imprensa feminina, embora não seja propriamente uma novidade (Duarte, 2016), assume novos contornos diante do cenário de interações promovido pelas redes sociais (Borges; Coppi, 2020). Ainda entre os impressos, ganham destaque os jornais *Nós Mulheres* e *Brasil Mulher*, com uma ocorrência cada, e o *Jornal Mulherio*, com duas. Todos são produções que surgiram entre as décadas de 1970 e 1980, durante o período da ditadura militar (Woitowicz, 2010).

No contexto das pesquisas sobre jornalismo feminista, chama atenção o hiato entre os produtos estudados: das publicações das décadas de 1970 e 1980, salta-se diretamente para a década de 2010, com os portais de notícia. Aparentemente, há uma baixa preocupação com a perspectiva histórica do jornalismo feminista ou, então, uma concentração em marcos específicos, como a ditadura militar e a migração para o universo digital.

A comparação entre as categorias *Imprensa Feminina* e *Jornalismo Feminista* expõe abordagens distintas. A primeira concentra-se predominantemente na denúncia das fragilidades do jornalismo, a partir da análise do discurso dos produtos da imprensa feminina, sem avançar em proposições concretas de superação ou mesmo em hipóteses alternativas. Os estudos da categoria *Jornalismo Feminista* buscam compreender e definir as características distintivas dessa prática, articulando-a ao pensamento feminista e investigando sua materialização em veículos específicos. Esse movimento produz efeitos epistemológicos relevantes para o campo. Ao afirmar a existência de um jornalismo feminista, tais estudos inevitavelmente pressupõem um jornalismo não feminista. Essa relação binária levanta questões cruciais: o jornalismo feminista existe porque há um outro jornalismo? Ou seja, sua necessidade emerge do outro, sendo, portanto, uma correção, um contraponto ou mesmo um braço secundário do jornalismo?

Outro ponto de divergência está no escopo das análises. Enquanto as pesquisas sobre a imprensa feminina tendem a se limitar à denúncia, os estudos sobre o jornalismo feminista assumem um caráter mais propositivo. Algumas delas identificam e denunciam os problemas da cobertura jornalística tradicional, mas também formulam caminhos para sua superação. De forma mais complexa, tais

estudos sustentam que o jornalismo feminista — ou com perspectiva de gênero — realiza uma prática que busca evitar os vícios cristalizados na cobertura jornalística convencional. Além disso, afirmam que a construção do conhecimento sobre esse tipo de jornalismo oferece uma via para enfrentar antigas limitações epistemológicas do campo.

Pensando nas pautas do feminismo, criei duas categorias para identificar como elas se desenvolvem na pesquisa em Jornalismo: Feminicídio e Violência contra a mulher. Embora o feminicídio seja uma forma de violência de contra a mulher, fiz essa separação por perceber, durante a leitura dos resumos, um volume significativo de pesquisas dedicadas especificamente ao tema (13 — 11 dissertações / 2 teses). Essa escolha permite mapear com mais precisão a atenção que a academia tem dado a um conceito que nasce fora dela, no movimento feminista.

A escolha por denominar a categoria de Violência contra a mulher e não Violência de Gênero, decorreu do que emerge das próprias pesquisas. Embora em 13 delas o termo gênero apareça, o que corresponde a mais da metade, todas tratam de situações de violência dirigidas a mulheres. Talvez a leitura integral dos trabalhos demonstrasse de forma mais efetiva o uso de gênero como um conceito norteador da pesquisa. Pela mesma razão o termo mulher está no singular, a partir dos resumos, títulos e palavras-chave não foi possível identificar se são pesquisas que tratam da pluralidade de existência das mulheres ou não. A construção de uma categoria para mulheres não brancas, por exemplo, faz parecer que essas pesquisas tratam da mulher branca.

Os estudos que abordam o feminicídio concentram-se, em sua maioria, na representação das vítimas em produtos jornalísticos, com ênfase nos portais de notícia. Dentre eles, o G1 é o único a aparecer em dois estudos distintos — incluindo o G1 Centro-Oeste, de Minas Gerais. Também há trabalhos que analisam outras mídias: jornais impressos (5), televisão (3) e rádio (1). Em dois casos, há fragilidades metodológicas importantes: uma pesquisa menciona genericamente a análise de matérias de 18 veículos nacionais e internacionais sem identificação alguma; outra omite completamente, tanto no resumo quanto na introdução, os veículos cujos conteúdos são analisados.

Essas teses e dissertações possuem, como particularidade, o foco no jornalismo de circulação regional. Dez dos 13 trabalhos analisados tratam de

veículos locais — aqui compreendidos em sentido amplo, incluindo tanto jornais do interior quanto aqueles com abrangência estadual, como o *JPB 1ª Edição*, da *TV Cabo Branco*, afiliada da *Rede Globo* em João Pessoa. Em contraste, apenas três estudos abordam produtos (veículos/ programas) de alcance nacional, são eles: *G1*, *UOL* e *Folha de S. Paulo*.

Essa assimetria permite levantar uma hipótese acerca da própria prática jornalística na cobertura de feminicídios: o jornalismo regional, nesses casos, pauta o jornalismo nacional. Isso porque, enquanto os produtos com circulação regional tendem a cobrir sistematicamente os casos de feminicídio em suas áreas de atuação, os nacionais parecem adotar critérios de noticiabilidade mais seletivos, priorizando episódios que geram comoção pública ou envolvem vítimas de notoriedade social. Tal dinâmica aponta para uma possível divisão de papéis na cobertura: o jornalismo regional atua como registro cotidiano desses crimes, enquanto o nacional funciona como filtro, selecionando casos que podem ser elevados à condição de problema público. Compreender esse sistema pode auxiliar na análise das relações de negociação editorial entre veículos de pequeno e grande porte.

A temporalidade também é uma característica que marca tanto as pesquisas quanto a produção jornalística sobre o tema. Em primeiro lugar, é preciso considerar que a lei que tipifica o feminicídio (Lei nº 13.104) é de 2015, embora o conceito de feminicídio remonte aos debates do movimento feminista nos anos 1970. Considerando que a aplicação da lei leva algum tempo para se refletir na produção de notícias e que o processo de elaboração de uma dissertação dura, em média, dois anos, é compreensível que o primeiro estudo acadêmico sobre o tema tenha sido defendido em 2018. Além disso, o volume de pesquisas e matérias jornalísticas cresce de forma visível nos anos seguintes. Em trabalho anterior (Almeida, 2022), no qual analisei reportagens do *Jornal Nacional* para compreender como o jornalismo atribui sentido aos léxicos do debate público, identifiquei 2019 como o ano com maior número de matérias sobre feminicídio. O mesmo padrão se repete nas dissertações e teses.

O contexto político brasileiro e algumas mudanças legislativas também ajudam a explicar esse aumento em 2019 e a continuidade da produção até 2022, marco final deste levantamento. O ano de 2018 foi marcado por forte mobilização

social, com destaque para o movimento *#EleNão*, liderado majoritariamente por mulheres e pelo movimento feminista, em oposição ao então candidato à Presidência Jair Bolsonaro. Dessa forma, pautas relacionadas às mulheres ganharam maior visibilidade pública. No mesmo ano, foi aprovada a Lei nº 13.771/2018, que prevê o aumento da pena para o crime de feminicídio quando cometido em circunstâncias agravantes, como na presença de filhos da vítima ou contra menores de 14 anos ou maiores de 60.

Os estudos categorizados como *Violência contra a mulher* (22 — 21 dissertações / 1 tese) apresentam características distintas em relação à categoria *Feminicídio*. Embora a diferença em volume não seja muito expressiva, a distribuição por tipo de mídia difere: nas pesquisas sobre violência contra a mulher predominam os jornais impressos (15 estudos), seguidos pelos portais digitais (11) e por produtos televisivos (cinco ao todo: dois telejornais sensacionalistas, dois programas de entrevistas e uma revista eletrônica). Essa mudança, contudo, não altera a centralidade do jornalismo local. Entre os 15 jornais analisados, apenas quatro são de circulação nacional: *Folha de S. Paulo* (duas pesquisas), *O Globo*, *Estado de S. Paulo* e o extinto *Jornal do Brasil*. Entre os portais digitais, apenas três são nacionais: *G1*, *UOL* e *R7*.

A leitura dos resumos e títulos indica que, majoritariamente, as pesquisas abordam da violência de forma ampla, sem especificar de qual tipo se trata. As que tipificam a violência estudada tendem a se concentrar em crimes sexuais, principalmente o estupro, que representa seis das pesquisas dessa categoria — outras três abordam violência sexual, mas não necessariamente o estupro. Nesse subgrupo, três trabalhos analisam casos de estupro coletivo. Dois deles se referem a ocorrências específicas, uma no Rio de Janeiro e outra no Piauí. O terceiro realiza uma análise de diferentes episódios que ganharam notoriedade nacional. Além desses, destacam-se casos envolvendo estupradores conhecidos nacionalmente e com muitas vítimas, como o líder religioso João de Deus (1 dissertação) e o médico Roger Abdelmassih (2 dissertações).

As categorias analisadas ao longo deste mapeamento abrangem diferentes grupos de mulheres, como mulheres não brancas, jornalistas e vítimas de violência, mas ainda deixam lacunas. A quase ausência de pesquisas sobre mulheres lésbicas e a completa invisibilidade de mulheres bissexuais e pansexuais são indicativos de

uma sub-representação persistente. Em cinco décadas de produção, foram identificadas 41 pesquisas sobre a comunidade LGBTQIA+, sendo que apenas uma se dedicou especificamente à realidade de mulheres lésbicas, a dissertação *Trajetória da Imprensa Lésbica no Brasil (1981-1995): uma história possível para (re)-pensar o jornalismo*, de Paula Évelyn Silveira Barbosa (2019). Ainda que não se possa estabelecer uma relação direta de causa e efeito, chama atenção a recorrência de uma correlação entre autoria e temática: apenas seis mulheres assinam essas pesquisas — uma delas é autora tanto de dissertação quanto de tese. Isso reforça a hipótese já desenhada anteriormente aqui neste tópico: assim como no campo da prática jornalística, também na produção acadêmica são as mulheres que têm se debruçado sobre os temas que as atravessam e, entre elas, as mulheres negras e lésbicas seguem em posição marginalizada.

Em contraste com a invisibilidade de lésbicas e bissexuais, a categoria *Pessoas trans/travesti* (11 — 8 dissertações / 3 teses) demonstra um enfoque mais específico nas mulheres trans. Apenas uma dissertação aborda pessoas transmasculino e outra analisa representações jornalísticas sobre uma mulher trans específica: Ariadna Silva, ex-participante do programa de reality show *Big Brother Brasil*.

Diferentemente da categoria *LGBTQIA+*, cujas primeiras pesquisas datam da década de 1990, os estudos sobre pessoas trans e travestis surgem mais tardiamente, com a primeira dissertação defendida em 2014. Essa defasagem temporal evidencia o impacto do contexto sociopolítico na delimitação dos objetos de estudo. Reflete, ainda, a entrada das pautas trans no debate feminista e acadêmico brasileiro, um movimento que, como aponta Coacci (2014), se intensificou nas últimas décadas. A diferença cronológica entre as duas categorias (*LGBTQIA+* e *Pessoas trans/travesti*) demonstra, portanto, a própria dinâmica de incorporação política e epistemológica das identidades trans no interior do feminismo brasileiro.

Ainda é importante observar os léxicos mobilizados nos resumos e títulos desses trabalhos. Os de maior ocorrência foram travesti (5), transexuais (4), transgêneros (3) e transexualidades (2). Essa variação terminológica exemplifica como a pesquisa acadêmica absorve — e, em alguns casos, contribui para — as disputas linguísticas. A predominância do termo travesti, por exemplo, sugere alinhamento com as terminologias do movimento trans. Por outro lado, a ausência

de termos como *não-binária* revela os limites desse diálogo. Esses achados demonstram uma reaproximação entre academia e movimento social, o que fortalece o caráter político da epistemologia feminista.

Como demonstrado, os estudos que articulam jornalismo e feminismo têm crescido em volume, escopo e sofisticação nos últimos anos. Ainda que persistam silenciamentos e desigualdades, é possível observar uma ampliação dos objetos, dos sujeitos e das abordagens. Para aprofundar esse panorama, o próximo tópico trata da distribuição temporal e espacial das pesquisas que articulam jornalismo e estudos feministas. A partir de uma análise diacrônica e geográfica, busco compreender como essas investigações se espalham pelo território nacional, identificar polos de produção, assimetrias regionais e momentos históricos de inflexão. Trata-se de uma etapa fundamental para situar a emergência e a consolidação dessas pesquisas no campo.

3.2. O ESPAÇO, TEMPO E VOCABULÁRIO NOS ESTUDOS COM PERSPECTIVA FEMINISTA SOBRE O JORNALISMO

Após o mapeamento temático, passo agora à análise espaço-temporal das pesquisas que articulam jornalismo e gênero. Essa abordagem cumpre duas funções analíticas: (i) identificar assimetrias regionais e polos de produção; (ii) traçar trajetórias históricas e momentos de inflexão. Com as duas partes concluídas, apresento um diagnóstico de cinco décadas de pesquisa no campo, que tem a potencialidade de identificar algumas das suas problemáticas estruturais e estruturantes.

Desde o mestrado encaro uma problemática que é resultado do compromisso não só metodológico, mas ético com a minha produção de conhecimento. A categorização de trabalhos denominando-os como estudos feministas ou de gênero impõe desafios, algo que também foi enfrentado por outros pesquisadores que fazem trabalho semelhante, como no caso de Tainam Tomazetti (2019), para citar um exemplo. Segundo ele, termos como feminilidade e identidade feminina são comuns nas pesquisas em Comunicação. Contudo, em vez de servirem como categorias para análise de gênero, eles aparecem com foco na identidade, em como indivíduos ou grupos constroem ou assumem identidades

específicas. Como estratégia, Tomazetti (2019) cria uma distinção entre os estudos de gênero e os estudos de identidade. Nas palavras dele:

Na medida em que os estudos de gênero realizam uma crítica ao sujeito unificado e a rigidez das categorias explicativas, a noção de identidade ora é refutada ora é reformulada como um espectro múltiplo e interseccional (CRENSHAW, 2002). Essas perspectivas críticas advêm, especialmente, de vertentes feministas dos estudos culturais, descoloniais e pós-estruturalistas e refutam a ideia de representação e identidade como um exercício de papéis sexuais/ e de gênero sistêmicos e funcionalistas (Tomazetti, 2019, p. 64).

O autor também reconhece que não se trata de excluir um ou outro, pois são complementares no momento em que estudos de gênero também podem trabalhar com identidades e os estudos de identidade com o conceito de gênero. A saída encontrada por Tomazetti — que ajuda a estruturar a minha — foi a de uma genealogia. Ele realiza um paralelo entre a história da pesquisa em Comunicação e os estudos feministas e de gênero no Brasil a partir da década de 1970, quando ambos os campos começam a tomar forma no território nacional. Assim, ele traça a institucionalização dos estudos sobre a mulher no Brasil (1972-1989), os primeiros estudos feministas e de gênero na comunicação (1990-2000), o período de despolitização (2001-2009) e a revitalização do feminismo no Brasil (2010 a 2015).

Reconheço, assim como Tomazetti (2019), que gênero ou feminismo não devem ser puramente um adjetivo na pesquisa. Repito o já dito na introdução: o feminismo é uma crítica em si, seja ela social, política ou epistêmica — ou o conjunto dessas frentes. Por essa lógica, feminismo ou gênero não poderiam servir de adorno ou bibelô para um estudo. O que quero com isso é argumentar: o feminismo é uma forma de interpretar o mundo e ele é, em essência, crítica. Portanto, quando o conceito de gênero é operado pelo feminismo ele serve a uma leitura do mundo crítica. Ainda é importante dizer que essa crítica é dialética com o propósito de transformação da ordem social. Resultado disso: a crítica é um projeto de mundo.

Por isso, ao tomar como objetivo investigar o projeto crítico feminista presente nas teses e dissertações que estudam o jornalismo para compreender como ele opera, permaneci no uso de palavras-chave, mas apenas como uma primeira estratégia. Essa opção se justifica por uma limitação metodológica. Precisaria realizar outra tese sobre a história do conceito de feminismo no Brasil para ter de fato competência na categorização do que é um estudo feminista e o que não é. O

que implicaria ler folhetos, artigos em jornais, registros de atas, dicionários etc; compreender quais os significados de feminismo ao longo de muito mais do que os 50 anos que eu analiso. Acrescento que não só seria necessário ler esses materiais das próprias feministas, mas também dos interlocutores contrários às suas lutas.

Gráfico 7 - Estudos em jornalismo e os estudos em gênero e feminismo por ano



Fonte: autora

Com isso, algumas perguntas surgiram: será que o volume crescente dos trabalhos sobre mulheres, gênero e feminismo está consolidados no jornalismo? À primeira vista, minha resposta é positiva, mas precisamos olhar mais a fundo, pois os números enganam. Ao analisar o Gráfico 7, com as teses e dissertações organizadas nas categorias¹⁵ apresentadas no tópico anterior (por palavras-chave), percebo três fases distintas no desenvolvimento dos estudos que, ainda que apresentem quedas, continuam em ascensão: (i) um ciclo de crescimento exponencial entre 2017 e 2019, com aumento de 10 pesquisas por ano (20 em 2017, 30 em 2018, e 40 em 2019); (ii) queda em 2020, com 32 pesquisas (-20%), reflexo

¹⁵ Estudos teóricos; Feminicídio; História da imprensa; Imprensa feminina; Interseccionalidade; Jornalismo feminista; Jornalistas; LGBTQIA+; Masculinidade; Mulheres específicas; Mulheres não brancas; Mulheres no jornalismo; Pessoas trans/travestis; Revista segmentada; Sexualidade; Violência contra a mulher.

da pandemia; (iii) pequena recuperação em 2021 (38 pesquisas) e novo pico em 2022 (41), retomando o ápice.

De volta ao que traz Tomazetti (2019), concordo quando afirma não ter o intuito de classificar o que é ou não um estudo de gênero ou feminista. Acrescento que também não me interessa classificar qual feminismo é mais crítico ou qual corrente epistemológica deve ou não deve ser considerada feminismo. Além disso, devo lembrar que encontrei limitações nos resumos que poderiam refletir negativamente nos resultados a que cheguei, apagando a presença de estudos relevantes.

Surge, com isso, novas questões: a autodeclaração é suficiente para considerar uma tese ou dissertação como feminista? Mobilizar o conceito de gênero torna a pesquisa passível de classificação entre nos estudos feministas? Partir da ideia de que classificar um trabalho como feminista apenas pela autodeclaração seria reducionista. Por outro lado, considerar o uso do conceito de gênero como critério único também levaria a um anacronismo, já que ele começa a ser desenvolvido na academia brasileira a partir da década de 1980 (Zirbel, 2007).

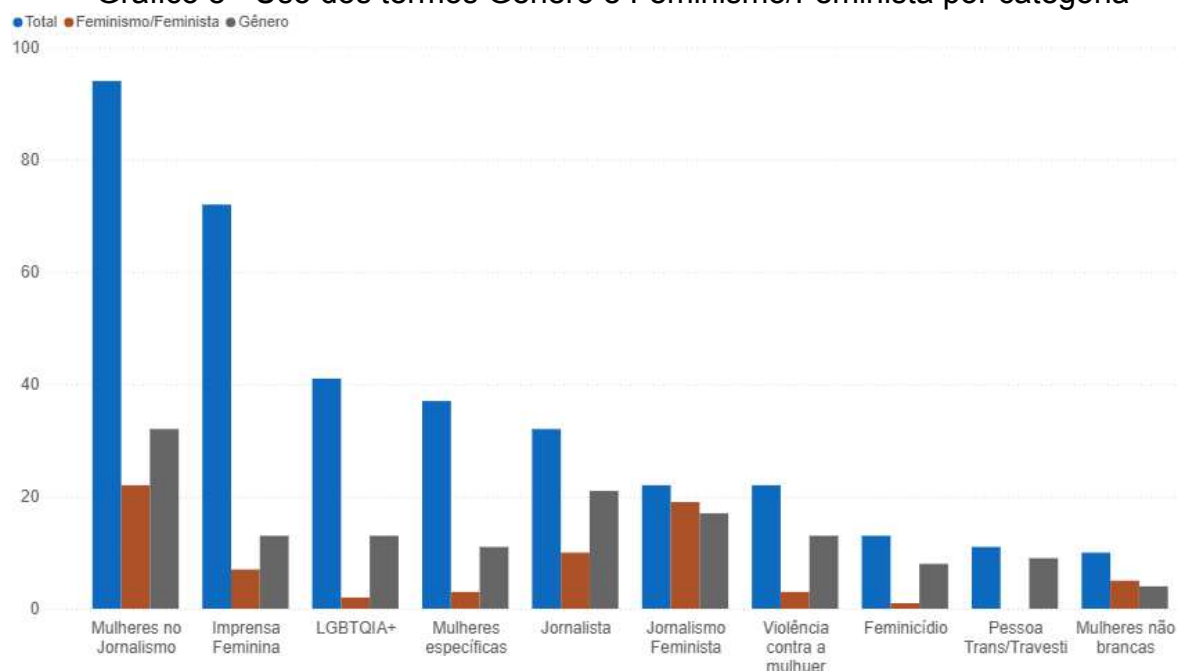
O desafio, portanto, é equilibrar o reconhecimento histórico das pioneiras com o rigor teórico exigido hoje: enquadrar como feministas pesquisas que não dialogam com os marcos teóricos do feminismo seria problemático, mas desconsiderar as contribuições dessas autoras por não usarem a terminologia atualizada seria igualmente injusto. Mesmo com essa preocupação em mente, busquei as palavras-chave *Gênero* e *Feminista/Feminismo* para localizar as primeiras aparições dos termos, o que ajuda a reconhecer alguns trabalhos que passaram a se autodeclarar feministas apesar do preconceito.

O primeiro uso do termo gênero no título de uma tese da comunicação ocorreu em 1994 (Tomazetti, 2019) e do jornalismo um ano depois, com a defesa da dissertação *Amazona, Valquíria e Vitória Régia* (Callado, 1995), que também é a primeira a usar a palavra feminismo, o que na comunicação acontece em 1993 (Tomazetti, 2019). O distanciamento de 14 anos do jornalismo e da comunicação da entrada dos estudos feministas e de gênero na academia é uma das sustentações de parte da minha hipótese: O jornalismo, na sua interface de campo de estudo, tende a um atraso na apropriação de temáticas que são estudadas mais rapidamente em outros campos. Em outras áreas, como a Sociologia e História, os

estudos de gênero e feministas apresentam maior complexidade conceitual e maior volume de produção (Sardenberg, 2021)

Além disso, chama atenção que os termos *Gênero* e *Feminismo/Feminista* aparecem em menos da metade dos trabalhos. No total, das 390 pesquisas analisadas, 153 utilizam o termo gênero (39,2%), 33 usam feminismo ou feminista (8%), e 47 (12%) articulam ambos os conceitos. Em 204 pesquisas nenhum dos termos aparece, isso representa 52,3%. A categoria com maior incidência desses termos é a de *Jornalismo Feminista*, que começa a ganhar volume de publicação no final da década de 2010.

Gráfico 8 - Uso dos termos Gênero e Feminismo/Feminista por categoria

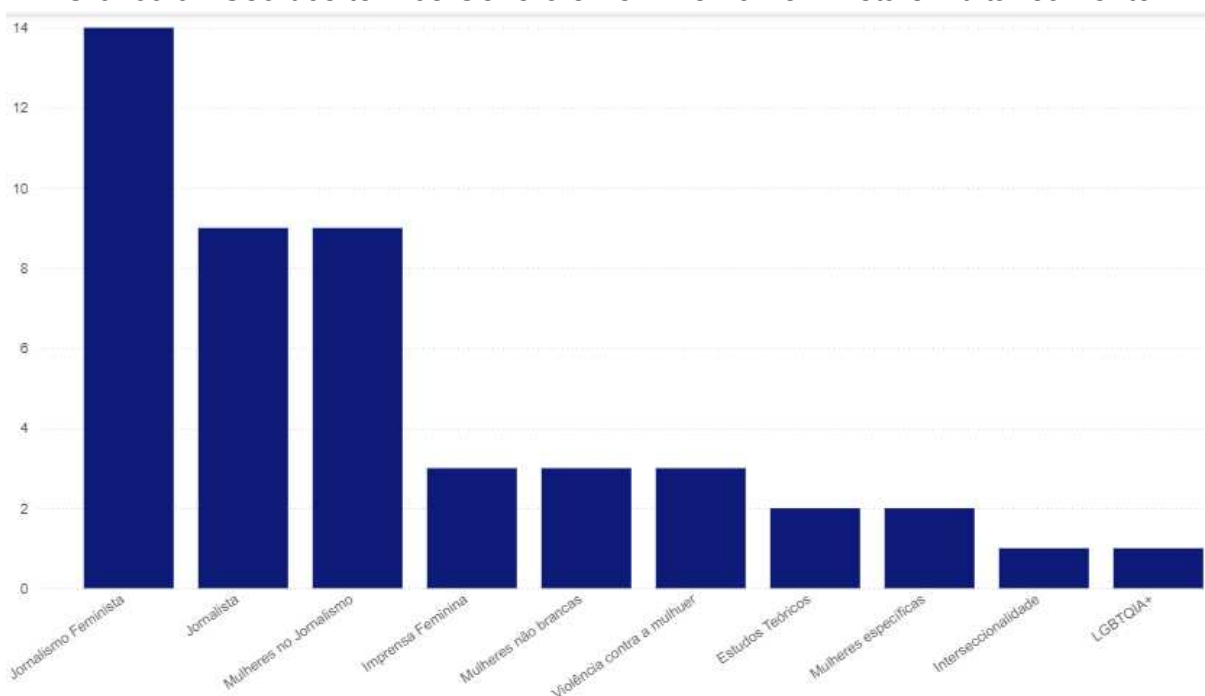


Fonte: autora

Por termos específicos, além da categoria *Jornalismo Feminista*, é relevante considerar também a categoria *Mulheres não brancas*, quando se observa o uso de feminista ou feminismo, levando em consideração o número de trabalhos total. No entanto, as pesquisas das categorias *Feminicídio*, *Mulheres específicas* e *LGBTQIA+* demonstram volume baixo de pesquisas autodeclaradas feministas ou que estudam ou feminismo. Destaco, ainda, a categoria *Pessoa Trans/ Travesti*, na qual não há nenhuma ocorrência.

Quando isolamos a palavra gênero, as categorias *Jornalistas*, *Violência contra a mulher* e *Feminicídio* têm destaque — a categoria *Jornalismo Feminista* também. Quando se analisa o uso simultâneo dos termos, repete-se o desempenho da categoria *Jornalismo Feminista* e a *Jornalista*. Nesse caso, desconsidero *Mulheres no jornalismo* por compreender que o volume total de pesquisas (94) em contraste com as que apresentam os termos simultaneamente (3) é desproporcional.

Gráfico 9 - Uso dos termos Gênero e Feminismo/Feminista simultaneamente



Feita essa observação, posso construir a hipótese de que os estudos feministas no jornalismo estão voltados para os estudos da/ sobre a mulher, assim como aconteceu nas décadas de 1960 e 1970 em outros campos (Zirbel, 2007; Piscitelli, 2002). Um estudo capaz de analisar esses trabalhos observando como as categorias *Mulher*, *Gênero* e *Feminismo* são usadas poderia colocar essa hipótese à prova e apresentar um histórico da pesquisa feminista no jornalismo com maiores detalhes.

Para este momento da tese passo a apresentar uma perspectiva longitudinal das categorias apresentadas no tópico anterior com o intuito de identificar as tendências e padrões das pesquisas. Para facilitar a leitura desse cenário e otimizar a análise, adotei uma classificação tripartida:

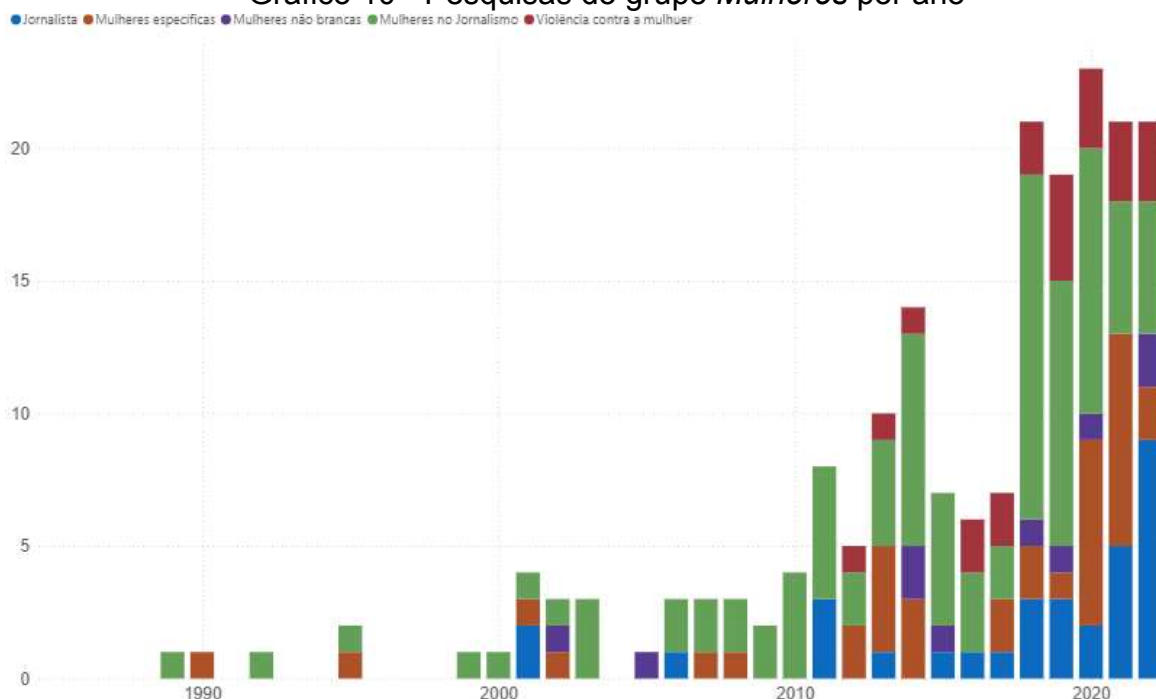
Quadro 1- Grupos de análise

Grupo	Categorias	Volume/ porcentagem
1. Mulheres	- <i>Jornalistas</i> - <i>Mulheres no jornalismo</i> - <i>Mulheres específicas</i> - <i>Violência contra a mulher</i> - <i>Mulheres não brancas</i>	195 (50%)
2. Feminino/Feminismo	- <i>Imprensa feminina</i> - <i>Jornalismo feminista</i> - <i>Feminicídio</i>	106 (27.2%)
3. LGBTQIA+	- <i>Pessoas trans/travesti</i> - <i>Sexualidade</i>	89 (22,8%)

Fonte: autora

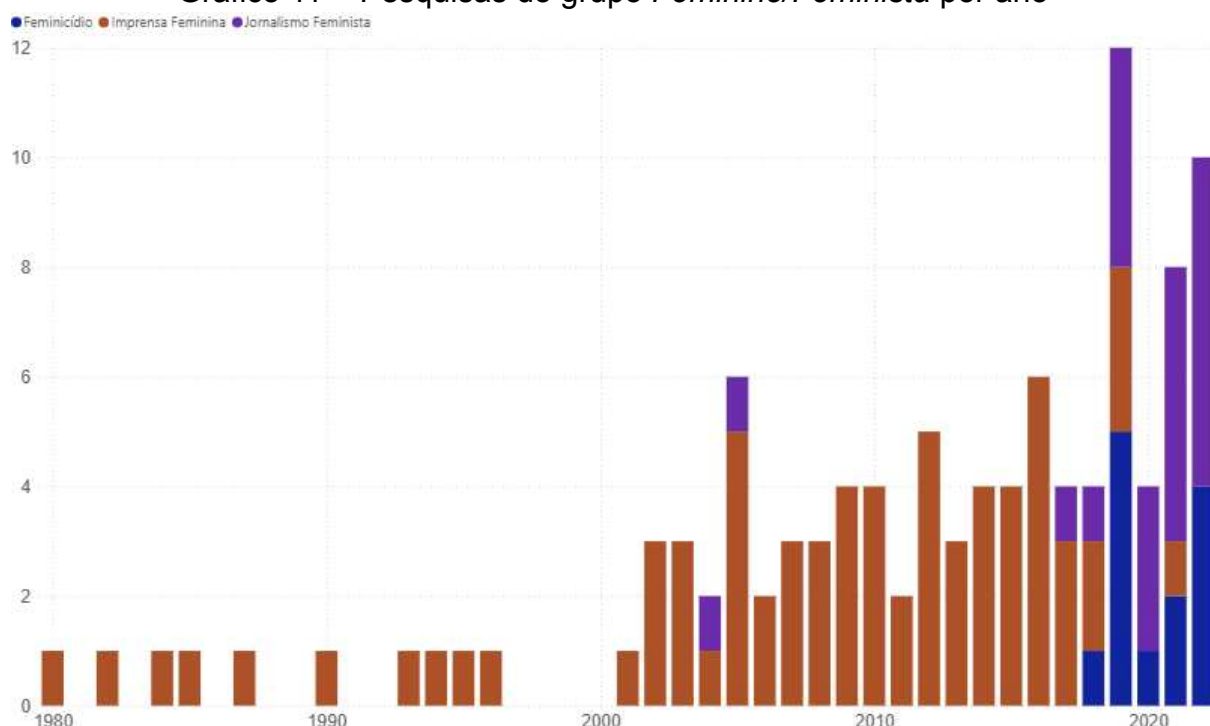
Essa separação exclui categorias de relevância secundária para a crítica feminista de jornalismo, por apresentarem baixo volume e incidência de termos-chave. São elas: *História da imprensa*, *Revista segmentada*, *Masculinidade*, *Interseccionalidade* e *Estudos teóricos*. A classificação seguiu três critérios: presença dos termos gênero, feminismo e feminista; potencial explicativo para a crítica feminista; e volume relevante.

O cruzamento temporal revela três categorias com concentração marcante: *Jornalistas*, *Mulheres específicas* e *Violência contra a mulher*. A primeira cresce de forma contínua a partir de 2015 e atinge nove estudos em 2022. A segunda apresenta três fases: produção irregular entre 2012 e 2014, hiato entre 2015 e 2016 e retomada com picos em 2020 (sete estudos) e 2021 (oito). A terceira, mais dispersa, tem início em 2012 e mantém uma média de três estudos anuais desde 2019. A categoria Mulheres não brancas mantém volume reduzido, nunca ultrapassando 2 trabalhos por ano.

Gráfico 10 - Pesquisas do grupo *Mulheres* por ano

Fonte: autora

O grupo 2 engloba três categorias: *Feminicídio*, *Imprensa Feminina* e *Jornalismo feminista*. A predominante entre elas é a que trata da imprensa feminina. Contudo, é notório um movimento de achatamento na produção de teses e dissertações dessa temática. Por exemplo, nos últimos dois anos desde a última publicação da categoria, 2021-2020, temos apenas 1 tese. Em contrapartida, temos a ascensão de novas temáticas, como os trabalhos enquadrados na categoria *Feminicídio* e *Jornalismo Feminista*, que desde 2018 e 2019, respectivamente, apresentam constância. Embora se trata de temas recentes, juntas somam mais do que a categoria *Mulheres Específicas*, do grupo 1, e superam desde 2020 a produção da categoria *Imprensa Feminina*. Esse movimento sinaliza uma transição temática para estudos que visam pautas mais urgentes, como o feminicídio; e novos fazeres jornalísticos como o jornalismo feminista. Essa mudança acompanha transformações sociais — como a aprovação da Lei do Feminicídio e a criação de veículos de jornalismo feminista — e pode indicar a consolidação de novas epistemologias no campo.

Gráfico 11 - Pesquisas do grupo *Feminino/Feminista* por ano

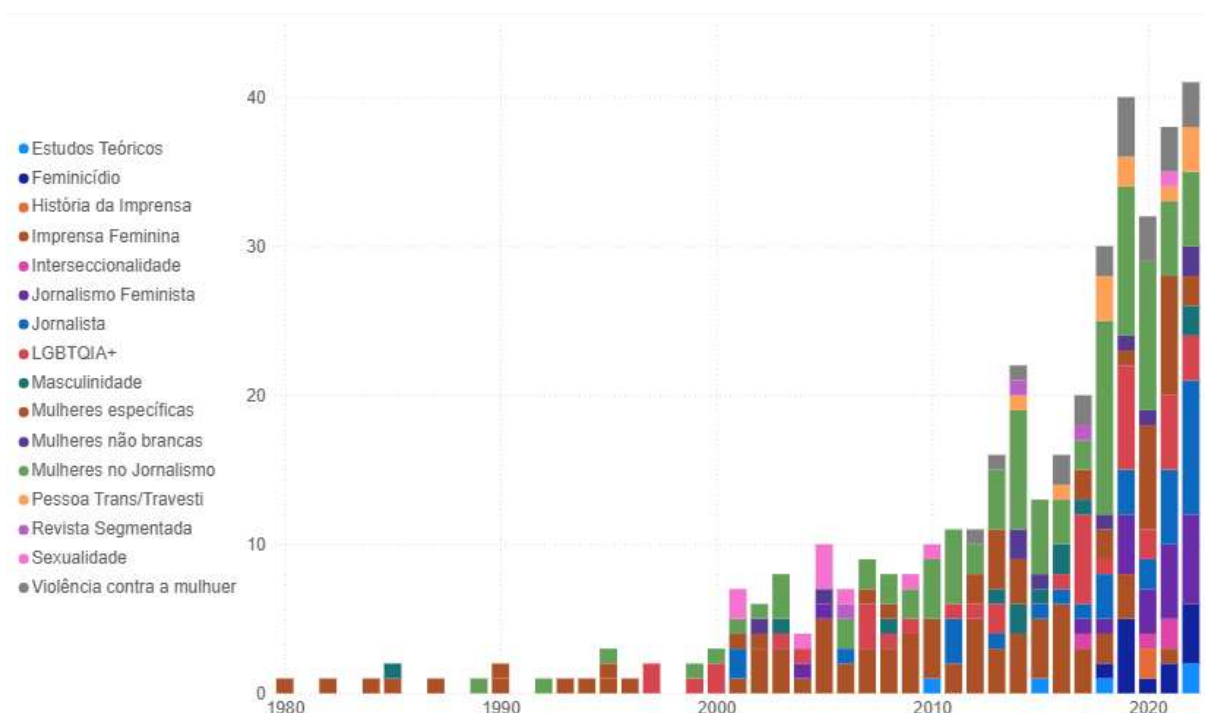
Fonte: autora

O grupo *LGBTQIA+* aparece de forma mais dispersa, com entradas na década de 1990 e picos em 2017, 2019 e 2021. A categoria *Sexualidade* concentra-se entre 2004 e 2010. Já os estudos sobre pessoas trans ganham constância apenas a partir de 2018 (exceto em 2020), com início em 2014.

A síntese dos três grupos revela as temáticas de maior longevidade: *Imprensa Feminina*, *Mulheres no jornalismo* e *LGBTQIA+*. As duas primeiras estão em declínio, enquanto a última apresenta crescimento. A tendência, contudo, não é linear: é possível que os estudos sobre a representação de mulheres passem a comparar abordagens entre o jornalismo tradicional e o feminista, sobretudo no que diz respeito a grupos específicos.

Importante destacar que as categorias *Feminicídio* e *Jornalismo Feminista* não apenas tematizam questões políticas, mas se constituem como conceitos moldados na prática social e incorporados ao universo científico. Sua consolidação como objetos acadêmicos indica uma aproximação entre ativismo e produção de conhecimento, fortalecendo a crítica feminista no campo.

Gráfico 12 - Pesquisa de todos os grupos por ano



Fonte: autora

Além disso, é evidente que o crescimento no volume das pesquisas vem acompanhado não da maior concentração em temáticas específicas, mas também do surgimento de novos temas, impulsionados por questões do movimento feminista. Exemplos são as pautas do feminicídio e das pessoas trans. Por outro lado, há baixos índices de estudos com foco teórico.

Geograficamente, as pesquisas dos grupos estão presentes em todas as regiões do Brasil, mas há forte concentração no Sudeste. Embora a concentração seja explicada pela presença de mais programas de pós-graduação, a desigualdade é gritante: a soma das outras regiões não supera os números de uma única região hegemônica. Isso reforça a urgência de políticas de descentralização da produção de conhecimento e do fortalecimento de redes inter-regionais. A concentração só é rompida na categoria *Jornalismo Feminista*, na qual o Sul tem nove estudos e o Sudeste sete.

A análise das instituições com maior produção de pesquisas também revela correlação entre tradição acadêmica e volume. Lideram o ranking a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Pontifícia

Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) — todas com programas de pós-graduação consolidados e boas condições estruturais. Ainda assim, há exceções que demonstram a relevância de trajetórias individuais e temáticas específicas. A pesquisadora Bárbara Heller, da Universidade Paulista (UNIP), por exemplo, orientou 11 dissertações, quatro delas sobre a imprensa feminina. Heller foi orientanda de Dulcília Buitoni, também referência na área, o que evidencia dinâmicas genealógicas no campo.

Ou seja, esse caso particular demonstra duas características da pesquisa. A primeira delas é que a sua produção não fica restrita às instituições tradicionais, mas também surge de trajetórias individuais articuladas com temas específicos, ainda que em contextos institucionais menos consolidados. Além disso, reforça a presença de polos de excelência fora do eixo das universidades públicas, caso que também se repete com a PUC/SP e com a Unisinos, que teve seu PPG interrompido. Esses exemplos indicam que compreender a dinâmica do campo exige atenção às redes de pesquisa, mas também às genealogias acadêmicas e à circulação de orientadoras e orientandas.

Ao observar a trajetória dos pesquisadores, chama a atenção a baixa taxa de permanência no campo: seis pessoas aparecem como orientandos e depois como orientadores e nove mestres seguiram pesquisando temas relacionados a jornalismo e gênero/feminismo no doutorado. Isso pode explicar, ao menos em parte, a fragilidade do aprofundamento epistemológico do campo — lembrando das limitações encontradas nos resumos, que dificultaram a identificação de questões básicas, como metodologia e objeto de pesquisa.

A análise aqui proposta desenha um panorama paradoxal. De um lado, há crescimento quantitativo e incorporação de pautas feministas contemporâneas (como transgeneridades e feminicídio); de outro, persistem três problemas: (i) a reprodução de assimetrias geográficas; (ii) a descontinuidade das trajetórias de pesquisa; (iii) a predominância de estudos focados no conteúdo, especialmente sob o viés discursivo, em detrimento de investigações que articulem teoria e prática jornalística às teorias feministas em trabalhos de caráter mais teórico. Ainda assim, o avanço das pesquisas da categoria *Jornalismo Feminista* aponta para a possibilidade de construção de uma nova relação epistemológica entre jornalismo e feminismo.

A emergência desses estudos ocorre com uma marcante descontinuidade temporal. A primeira dissertação da categoria foi defendida em 2004 e a segunda em 2005. Após um hiato de 13 anos, foi defendida a terceira pesquisa em 2017. A consolidação se dá em 2019, com quatro dissertações defendidas. Esse padrão pode ser explicado pelo surgimento de iniciativas como *Think Olga* (2013) e *Portal Catarinas* (2016), bem como pela institucionalização do debate acadêmico com o Grupo de Trabalho *Comunicação, Gêneros e Sexualidades* da *Compós*, em 2019. Essa expansão se intensifica com a criação do GT *Comunicação, Alteridade e Diversidade* da *Intercom*, em 2022 e, mais recentemente, com a *Rede Antonietas — Jornalismo, Gênero e Interseccionalidades* da *SBPJor*, em 2024. Ressalto, ainda, que esses grupos podem ser espaços de fortalecimento das redes de pesquisa entre pesquisadoras de diferentes regiões.

Gráfico 13 - Pesquisas da categoria *Jornalismo Feminista* por ano



Por fim, todo o exercício desse tópico também integra parte para a construção do *corpus* da tese. O critério de seleção utilizado para mapear as pesquisas da crítica de jornalismo, presentes no capítulo 2, não cabe para o caso dos estudos feministas. Ao buscar por termos relacionados à crítica, não encontrei

pesquisas que afirmem realizar uma crítica feminista ao jornalismo. Mais uma vez, essa é uma conclusão que reforça parte da minha hipótese de que os estudos feministas no jornalismo têm um atraso em relação a outras áreas. Isso porque, no caso da crítica, se olharmos para áreas como a literatura (Humm, 1986; Franco, 1986; Masiello, 1986) a crítica tem presença desde pelo menos a década de 1980.

No Brasil, Cecília Sardenberg produz artigos sobre a crítica feminista à ciência (2002a) e organizou, junto a Ana Alice Costa, o livro *Feminismo, Ciência e Tecnologia* (Costa; Sardenberg, 2002), no qual apresenta um conjunto de textos que abordam essa crítica, com estudiosas de diferentes países. Além dela, Heloísa Buarque de Hollanda (Hollanda, 1995) também tratou da crítica feminista na literatura.

A ausência do termo crítica feminista de jornalismo não equivale à ausência de prática: a crítica feminista ao jornalismo já se manifesta, mesmo sem a sistematização terminológica que a nomeie. O que encontrei foram termos próximos em duas dissertações: *A emoção como dimensão epistemológica do jornalismo como forma social de conhecimento* (Grillo, 2022) e *Vítimas do silêncio: jornalismo literário e representação de mulheres em contextos históricos* (Rocio, 2022). Esses achados me levaram a decisões metodológicas: (i.). Não incluir um recorte quantitativo específico sobre o termo crítica nesta análise; (ii.) selecionar a categoria *Jornalismo Feminista* para construir o corpus.

Em paralelo, alguns achados nos estudos sobre crítica e jornalismo e estudos feministas dialogam e podem marcar a pesquisa em jornalismo em geral. Primeiramente, fica explícito a tendência de estudos que fazem análise do discurso, mas com uma diferença: na pesquisa de crítica de jornalismo a vertente se sobressai a Análise Crítica do Discurso e nos estudos do feminismo a Análise do Discurso, principalmente a da linha francesa. Além disso, as fragilidades metodológicas encontradas nos resumos se repetem em ambas as temáticas, o que permite pressupor uma debilidade do campo como um todo e não só de temas específicos.

Além disso, o uso de categorias de forma superficial se repete tanto nos estudos da crítica de jornalismo quanto nos feministas. De um lado, os resumos não são suficientes para identificar como as pesquisadoras significam a categoria *Mulher* e *Mulheres*, o que inviabiliza a compreensão de qual mulher se fala e quais

subjetividades das existências das mulheres se considera. Por outro, a *Crítica* vem adjetivando ações da pesquisa, como, por exemplo, análise, leitura, reflexão, revisão ou postura, quando tratamos dos estudos da crítica e jornalismo. Assim, esvazia-se a potência da crítica como um conceito para estudar o jornalismo.

PARTE 2 - A EXPOSIÇÃO

Começo essa segunda parte da tese repetindo algumas ideias que são fundantes do meu trabalho. Trago primeiro a afirmação de que com esse estudo investigo a crítica feminista de jornalismo para também a realizá-la. Além disso, defendo que fazer ciência implica em construir conhecimento inexistente e que para tanto realizamos pesquisas. Assim, me pergunto: como posso conhecer as necessidades conceituais e teóricas que o meu objeto de pesquisa demanda sem antes conhecê-lo?

Sem ainda responder essa questão, faço mais algumas para explicar a estrutura e ordem dos capítulos que cabem nesta segunda parte. Por que um primeiro capítulo sobre crítica sem dialogar diretamente com as feministas? Todos os capítulos dialogam entre si, contudo, alguns são mais vinculados a um do que aos demais. No caso da minha pesquisa, o capítulo *Da idéia à práxis* é resultado direto do que encontrei no capítulo *Do reconhecimento institucional à crítica*. O que digo com isso: no caminho da investigação acerca do meu objeto de estudo foi que identifiquei os instrumentos que seriam necessários para estudá-lo. Assim é que um capítulo sobre a crítica sem diálogo direto com as feministas entra como necessidade: para a leitura conceitual da crítica, pois é essa a debilidade do campo do jornalismo de forma ampla quando trata da crítica. Ela surge majoritariamente como adjetivo nos estudos da crítica de jornalismo e ainda é ausente na relação dos estudos feministas com os de jornalismo.

De forma alguma esse é um caminho para esgotar os significados da crítica, tampouco de plena concordância com as definições apresentadas. O objetivo é compreender como a crítica surge em tempos e correntes de pensamentos diferentes para auxiliar a minha interpretação do objeto que construo desde a primeira linha da tese. Construo, portanto, os capítulos que se seguem sempre entre concordâncias e discordâncias.

Assim, tenho uma primeira leitura com Reinhart Koselleck, que realiza uma história do conceito para tratar da crise política e da crítica, e Michel Foucault, com sua genealogia para entender o que é crítica. Em seguida, coloco em diálogo Immanuel Kant, considerado o percursos da crítica moderna, e Theodor Adorno e Max Horkheimer, os primeiros a formularem significados para a crítica quando se

fala na teoria crítica. Para finalizar esse capítulo, me aproximo da abordagem acerca da política e educação proposta por Paulo Freire para identificar um caráter duplo da crítica: pedagógico e consequentemente, político.

No quinto e último capítulo a crítica feminista é apresentada, no primeiro tópico, em três frentes. Primeiramente a crítica à ciência, com Lourdes Bandeira e Cecília Sardenberg. O segundo momento é a crítica da crítica, com as indagações de bell hooks e Lélia Gonzalez. Fecha essa seção, diálogo brevemente com Karina Woitowicz e Rayza Sarmiento acerca da apropriação do jornalismo pelo feminismo. O segundo e terceiro tópico são resultados das análises. Faço a interpretação pela lente do feminismo marxista ou com autoras que se aproximam, como Livia Moraes, Heleieth Saffioti, Nancy Hartsock, bell hooks e Donna Haraway. Em paralelo, trato do jornalismo a partir de Adelmo Genro Filho e Felipe Pontes. Na lógica de diálogos diretos com os capítulos, este atende demandas do terceiro.

Os dois capítulos desta parte dois são complementares. Eles fazem parte de um momento de transição entre a pesquisa e a exposição da tese. Comecei, na primeira parte com o concreto, esta segunda sobe ao abstrato e novamente volta ao concreto. Ou seja, vou aos conceitos e depois os direciono a realidade que analiso, do objeto real ao objeto teórico para o objeto real. Eles agregam os resultados dos dois primeiros capítulos para chegar aos objetivos que tracei para a tese.

4. DA IDÉIA À PRÁXIS

4.1. A CRÍTICA COMO AÇÃO DE OLHAR O MUNDO

A crítica não se limita à lente ou às teorias escolhidas para observar os fenômenos da sociedade. Para Michel Foucault (s/d)¹⁶ é, na verdade, o próprio ato de observar, a ação denominada por ele de atitude crítica. É uma forma de se relacionar com o mundo real e, acima de tudo, de compreendê-lo. No entanto, esta ainda é uma definição vaga. Na conferência *Critique et Aufklärung*, proferida por Foucault em 1978, o filósofo sugere que não há uma resposta precisa para o que é crítica, pois há vários caminhos possíveis para entendê-la.

A complexidade de uma resposta generalizante reside na dependência da crítica para com o seu objeto. Além disso, como afirma Judith Butler (2013), a pergunta *O que é a crítica?* configura-se como um empreendimento crítico. Nas palavras dela, “a pergunta, portanto, não somente posiciona o problema — o que é essa crítica que, supostamente, fazemos ou que, de fato, almejamos fazer? — como também realiza um determinado modo de questionar que provar-se-á a própria atividade da crítica” (Butler, 2013, p. 161). Logo, com este tópico proponho interpelar o que é crítica mais do que procurar por uma resposta definitiva.

A escolha de não fixar uma resposta não significa abrir mão de ter uma, mas, sim, de ter como responsabilidade a compreensão de que as considerações formuladas aqui cabem ao objeto e aos objetivos da tese. O mergulho em inúmeras referências para o debate da crítica expôs a dificuldade de escolher um dos caminhos possíveis dos quais falou Foucault (s/d). Por essa razão, faço uma mirada ao passado, mas sem tê-lo como foco. O meu foco é o presente que passou, para usar uma expressão de Reinhart Koselleck (1999, p. 11), pois as decisões tomadas no presente que passou refletem no presente vivido e projetam expectativas para o presente por vir.

A literatura acerca da crítica me apresentou intelectuais de diferentes campos e embasados em correntes epistemológicas em muitos momentos

¹⁶ A versão do texto utilizada foi retirada do site Espaço Michel Foucault e não apresenta a data da publicação da tradução. O texto original, publicado em 1990, é a transcrição de uma conferência proferida em 27 de maio de 1978. A versão traduzida pelo Espaço Michel Foucault está disponível em: <<http://michel-foucault.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/critica.pdf>>

conflitantes. Como afirmei na introdução, para intercambiar os significados de crítica entre campos é crucial identificar as suas particularidades em cada lugar e tempo. Assim também é quando relacionamos pesquisadoras e pesquisadores com diferentes perspectivas, sejam eles da mesma base teórica ou não. Portanto, o referencial teórico é alicerçado na preocupação de identificar os lugares e o tempo de quais se falam e, principalmente, no propósito de continuar perguntando o que é crítica. Acrescento que a mobilização de autores em um trabalho acadêmico não implica concordar com eles total ou parcialmente. A possibilidade de refutar existe. Posso utilizar, em diferentes momentos da tese, a estratégia de responder a essa questão dizendo o que a crítica não é, pois parto do princípio de que dizer o que crítica não é também me leva ao caminho para entendê-la. Além disso, essa estratégia se apoia no materialismo histórico na concepção marxiana (2013) que entende o momento da investigação como um processo investigativo amplo e que precisa ter profundidade para o segundo momento da pesquisa: a exposição — momento que tomo como o da consolidação da tese.

Início a prática dessas escolhas metodológicas com o diálogo entre dois intelectuais com propósitos distintos para abordar a crítica. Trata-se de Foucault (s/d) e Koselleck (1999). Enquanto o primeiro concebe a crítica como uma atitude, o segundo percorre o processo de formação da crítica para investigar as suas conexões com a crise política. Ainda assim, existem pontos de encontro no percurso histórico traçado por ambos os estudiosos que permitem estabelecer um recorte temporal para o meu olhar do presente que passou.

A pastoral cristã é identificada por Foucault (s/d) como o locus de desenvolvimento da ideia de que as pessoas devem ser governadas e se deixarem governar. Isso é, permitir ser conduzida à salvação por alguém com a capacidade de conectar o indivíduo ao global em uma ligação de obediência (Foucault, s/d). Contudo, essa estrutura de *deve ser governado* está impregnada por sua própria oposição: *como não ser governado*. O que não implica, necessariamente, um ato de negação absoluta ao ser governado, mas de “como não ser governado assim, por isso, em nome desses princípios, em vista de tais objetivos e por meio de tais procedimentos, não dessa forma, não por isso, não por eles” (Foucault, s/d, p. 3). Para Foucault, nessa ação de negar ou de questionar o dever levantam-se as

estruturas de uma crítica na qual as relações de poder são analisadas e confrontadas com outras perspectivas de organização.

Koselleck (1999) também retorna ao âmbito eclesial para demonstrar a sua importância para a crítica. A religião, para o historiador, assim como para Foucault, é um dos primeiros objetos da crítica. Segundo Koselleck (1999), na visão de mundo do Absolutismo, calcado em um jogo de dualidades, o processo da crítica era posto como responsável por distinguir entre o autêntico e inautêntico, o verdadeiro e falso, o belo e feio. Por isso, a proposta absolutista era o próprio pressuposto e consequência da crítica, que entre os séculos XVII e XVIII podia ser entendida como “[...] a arte de avaliar de forma adequada a matéria em questão, em particular textos antigos, mas também obras literárias e artísticas, assim como povos e homens” (Koselleck, 1999, p. 93). Ou seja, segundo Koselleck, durante o Absolutismo a crítica avança e passa por um processo de ramificação, extrapolando o religioso para se expandir a outras áreas.

O poeta alemão Friedrich Schiller defendeu o palco teatral como a jurisdição moral capaz de fazer justiça. Dessa maneira, Schiller, segundo Koselleck (1999), incorporou ao teatro a potencialidade da crítica com início no fim das leis mundanas para a configuração de um tribunal. Em espectros opostos, as leis do teatro e as leis da política eram interpretadas como a lei da moral-razão e a lei imoral-política. Esse pensamento se justifica na ideia de que por um lado, “a jurisdição moral é [...] provocada pela precariedade das leis políticas, seu juízo é provocado pela política; por outro lado, só no teatro se revela plenamente a insuficiência das leis políticas” (Koselleck, 1999, p. 90). Portanto, os palcos dos teatros eram um espaço acolhedor à moral, o que a tornava autônoma para criticar o Estado.

A questão da jurisprudência da crítica, para Foucault (s/d), gera um novo aprofundamento ao como *não ser governado*. Assim, a pergunta é direcionada ao direito de governar, pois passa a pensar a respeito dos seus limites. Isso é, as leis não são negadas pela crítica por serem injustas, mas, antes, por residir nelas a ilegitimidade. Nesse sentido, a crítica é “opor direitos universais e imprescritíveis, aos quais todo governo, qual seja ele, que se trate do monarca, do magistrado, do educador, do pai de família, deverá se submeter” (Foucault, s/d, p. 4).

A ideia de *não ser governado* gerou uma ação no universo religioso: novas leituras das escrituras sagradas. Um dos adeptos da novidade, o padre católico

Richard Simon reivindicava a submissão dos textos religiosos às regras da crítica no intuito de tornar a leitura independente da fé (Koselleck, 1999). A experiência de Simon, e de outros religiosos, gerou outra ação: a resposta das igrejas (católicas e protestantes), tomadas pelo sentimento de ameaça aos seus dogmas, foi a de condenar não só o padre Simon como a própria crítica. Essa atribuição negativa deu a ela o sentido de polêmica, o qual carrega até hoje. O receio das igrejas estava justamente na problematização das noções de razão e revelação, pois passavam a ser entendidas como opostos. Ler um texto bíblico a partir dos dogmas deixava de ser a única opção e também a forma correta. A razão, e não a fé, deveria ser o caminho para o verdadeiro conhecimento da teologia (Koselleck, 1999).

A perspectiva de Simon tem como preocupação indicar o certo ou o errado a custo de interpretar como o conhecimento sobre a teologia daquele momento se articula com o poder dominante. Contudo, negar a exclusividade das igrejas como único sujeito/ instituição com capacidade de transmitir os sentidos dos textos bíblicos para sugerir a possibilidade de outras formas de interpretação proposta fora do âmbito celestial é parte do processo da construção da atitude crítica. Dessa forma, o que os religiosos da época faziam era balançar as estruturas da ideia de que algumas pessoas deveriam governar outras pessoas e, assim, também tocavam no direito exclusivo dessas pessoas para governar. Para Foucault, essa ação acontece a partir do momento em que se questiona o autêntico na escritura, o tipo de verdade que ela diz e como ter acesso a esta verdade a partir da própria escritura. Mais a fundo, questiona se a escritura é verdadeira. Portanto, a crítica dos religiosos não se restringia ao texto bíblico, mas abarcava toda a teologia e as religiões como um todo.

Durante o absolutismo houve um terreno fértil para o desenvolvimento da crítica, que passou a ter novos objetos. Dentre eles, podemos destacar a religião e as artes, mencionados anteriormente. Apoiado nessa perspectiva, o filósofo Pierre Bayle defendia a expansão da crítica para além de um método específico das artes, da filologia ou da leitura bíblica. Ele acreditava que ela era um método necessário para todos os ramos do saber, tornando-se a verdadeira atividade da razão (Koselleck, 1999, p. 96), o caminho racional para chegar ao conhecimento.

O pensamento de Bayle adicionou à crítica a exigência da liberdade para atingir o seu objetivo. Portanto, o crítico, para exercer o seu trabalho, necessita de

liberdade para chegar na verdade, do contrário, seus julgamentos podem ser prejudicados. Essa noção de crítica-liberdade-verdade permite à crítica transcender o texto bíblico, por exemplo, e questionar diretamente a existência das igrejas como uma instituição política. No entanto, Bayle impõem limites à essa liberdade que prega para a crítica e o crítico. Para ele, a crítica deve se limitar ao campo do saber humano, sem competência para criticar a política do Estado, sendo a sátira a responsável por essa questão (Koselleck, 1999). Apesar disso, a reflexão acerca da crítica desenvolvida por Bayle favoreceu a crítica posterior ao Estado, que se consolidou com as obras de Voltaire, Denis Diderot e Immanuel Kant, como observa Koselleck (1999).

O cruzamento dos recortes temporais dados por Foucault e Koselleck para investigar a crítica sugere como o seu ponto de partida a virada de chave a respeito da imposição da ideia de que alguns governam muitos e o fazem à sua maneira. Ela passa a figurar como a “[...] arte da inservidão voluntária, aquela da indocilidade refletida” (Foucault, s/d, p. 5). No dualismo absolutista, um tipo de pensamento crítico e a análise racional foram valorizadas e incentivadas, em vez de aceitar cegamente as ideias e crenças estabelecidas. Mas apesar das possibilidades ampliadas que a crítica ganhou durante esse período, foi o iluminismo, nas palavras de Immanuel Kant (2015, p. 19), “[...] a verdadeira época da crítica a que tudo tem de submeter-se”, pois ela passa a ser mobilizada como um recurso para descobrir a verdade e alcançar uma compreensão mais profunda do mundo ao nosso redor.

Através da crítica, Kant (2015) argumenta que é possível estabelecer os princípios fundamentais que governam a razão humana e determinar quais tipos de conhecimento são possíveis e quais são ilusórios. Dessa forma, a razão é central para a crítica, mas também objeto de sua investigação, pois ela (a crítica) passa a ser a ferramenta para avaliar os limites do conhecimento humano. Essa perspectiva kantiana se relaciona com sua compreensão de esclarecimento. Ou seja, a crítica não é apenas um método de apreciação de textos, mas uma atitude diante da autoridade dos que dominam a construção do conhecimento, sobre os seus limites e do direito de saber.

Nesse sentido, o esclarecimento é a superação da menoridade em que as pessoas se colocam. Em alusão a passagem da juventude para a vida adulta, Kant (1985) entende o permanecer nessa condição de menoridade como “[...] a

incapacidade de se servir de seu próprio entendimento sem a tutela de um outro” (Kant, 1985, p.1). As razões para o estado de inércia, segundo Kant, é uma combinação de preguiça e falta de coragem das pessoas, o que enfatiza o esclarecimento como uma questão moral e ética de agir a partir das próprias convicções e não uma capacidade natural de agir racionalmente.

A ideia do tutor e do tutorado de Kant (1985) dialoga com a proposta do *governar* e *ser governado* de Foucault (s/d). A divergência entre eles está na percepção a respeito da *atitude crítica*. Enquanto para Kant a tutela impõe medo e limitações, para Foucault o *dever ser governado* carrega em si a sua oposição: *não ser governado por, não ser governado por eles*. Em vista disso, para o filósofo alemão, o tutor, “após ter começado a emburrecer seus animais domésticos e cuidadosamente impedir que essas criaturas tranquilas sejam autorizadas a arriscar o menor passo sem o andador que as sustenta” (Kant, 1985, p. 2), mostra-lhe em seguida o perigo de tentar andar sozinhos. Assim, a menoridade kantiana é uma espécie de segunda natureza e a sua superação torna-se difícil. Isso porque os tutorados se apegam à menoridade e se tornam incapazes de desfrutar de seu próprio entendimento.

Apesar dessas adversidades atribuídas ao comportamento dos que permanecem na *menoridade*, Kant (1985) acredita em um caminho único para esclarecer-se: a liberdade para pensar e agir sem a tutela de autoridades ou dogmas. Para ele, sempre haverá algumas pessoas pensando por si mesmas, inclusive entre os tutores oficiais da maioria, que podem influenciar outros a adotar uma apreciação razoável de seu próprio valor e a vocação de cada pessoa de pensar por si mesma (Kant, 1985). Contudo, esse processo de esclarecimento baseado na inspiração de um esclarecido ao público da *menoridade* é necessariamente lento e, no entendimento kantiano, isso acontece por duas razões: i. o impedimento dos que se incomodam com a liberdade coletiva; e ii. a ideia de que uma revolução será ineficiente para reformar a maneira de pensar. O esclarecimento, portanto, é progressivo e faz das pessoas cada vez mais conhecedoras da natureza e de si. Consequentemente, essa condição permite melhores circunstâncias de existência e maior grau de liberdade civil.

Duas questões chamam atenção na visão de Kant. A ideia otimista de uma liberdade com desenvolvimento linear e progressivo e, consequentemente, as

limitações na compreensão de como a liberdade é construída. Ou seja, ele fala do esclarecimento sem a percepção de que é ele um recurso de construção para a liberdade e autonomia. Por outro prisma, Foucault coloca a crítica como construção da liberdade, pois reside na ideia do *dever ser governado* a ação do seu contrário: *não querer ser governado*. Em outras palavras, a crítica e a liberdade — ou a libertação pela crítica — estabelecem vínculos dialógicos nos quais existe uma retroalimentação.

Para contrapor o otimismo de Kant, ao tratar a crítica como um processo progressivo proporcionando cada vez mais liberdade à humanidade, coloco em tela as ideias de Theodor Adorno e Max Horkheimer (2014) a respeito da teoria crítica¹⁷. Para eles, a teoria crítica “atribui à verdade um núcleo temporal, em vez de opô-la ao movimento histórico como algo imutável” (Adorno; Horkheimer, 2014, p. 8). O entendimento de Adorno e Horkheimer, contrários à capacidade de uma crítica com efeitos graduais e constantes, atravessa a própria definição de crítica deles. Nas palavras de Horkheimer a crítica para a teoria crítica é

¹⁷ O conceito de Teoria Crítica é controverso. Horkheimer, que cunhou o termo, não o define com precisão nos textos inaugurais (Teoria tradicional e teoria crítica, 1980; Presente situação da filosofia social, 1999), tratando-o de modo secundário (FLECK, 2017). Habermas acentua essa ambiguidade ao deslocar o foco para a epistemologia e a história da teoria, afastando-a da pesquisa empírica e da prática social. Esse movimento, longe de ser neutro, reformula os fundamentos da teoria e enfraquece seu compromisso com a transformação. Soma-se a isso a fragmentação geracional da Escola de Frankfurt, que, segundo Fleck (2017, p. 105), apaga os “ares de família” entre as vertentes críticas. Apesar das disputas, sigo aqui a concepção de Teoria Crítica como metateoria: ela problematiza a forma de apreensão da realidade, recusa a cisão entre sujeito e objeto, e orienta-se à emancipação (FLECK, 2017, p. 111). O intuito é o de classificar o objeto e, assim, torná-lo manuseável para fins de dominação da natureza, na teoria crítica o objetivo é antes o de transformar o objeto, compreendendo-o, visando tanto uma emancipação de todas as formas de dominação quanto uma reconciliação com a natureza”.

[...] um comportamento humano que tem a própria sociedade como seu objeto. Ele não tem apenas a intenção de remediar quaisquer inconvenientes; ao contrário, estes lhe parecem ligados necessariamente a toda organização estrutural da sociedade. Mesmo que este comportamento provenha de estrutura social, não é nem a sua intenção consciente nem a sua importância objetiva que faz com que alguma coisa funcione melhor nessa estrutura. As categorias: melhor, útil, conveniente, produtivo, valioso, tais como são aceitas nesta ordem [social], são para ele suspeitas e não são de forma alguma premissas extracientíficas que dispensam a sua atenção crítica. Em regra geral o indivíduo aceita naturalmente como preestabelecidas as determinações básicas da sua existência, e se esforça para preenchê-las. Ademais, ele encontra a sua satisfação e sua honra ao empregar todas as suas forças na realização das tarefas, apesar de toda a crítica enérgica que talvez fosse parcialmente apropriada, cumprindo com afã a sua parte. Ao contrário, o pensamento crítico não confia de forma alguma nesta diretriz, tal como é posta à mão de cada um pela vida social. A separação entre indivíduo e sociedade, em virtude da qual os indivíduos aceitam como naturais as barreiras que são impostas à sua atividade, é eliminada na teoria crítica, na medida em que ela considera ser o contexto condicionado pela cega atuação conjunta das atividades isoladas, isto é, pela divisão dada do trabalho e pelas diferenças de classe, como uma função que advém da ação humana e que poderia estar possivelmente à decisão planejada e a objetivos racionais (Horkheimer, 1980, p. 130).

Essa compreensão de crítica dialoga com as proposições de Kant e, principalmente com a de Foucault, pois Horkheimer afirma o comportamento crítico como aquele que, ao romper com a dominação do saber, coloca em dúvida conceitos e noções estabelecidos, nega a divisão de trabalho científico e tem como proposta maior a transformação da realidade para a emancipação das pessoas. Contudo, para ele, o significado de esclarecimento, considerado como um conceito, ultrapassa as questões histórico-filosóficas. Quer dizer, não se trata de uma época ou um movimento filosófico específico, muito menos que nesse período ou movimento filosófico o esclarecimento seja a marca maior. Pois, em todos os momentos históricos e proposições filosóficas, o intuito de se esclarecer teve como objetivo vencer o desconhecido para romper com a ignorância.

O esclarecimento, portanto, é o programa de desencantamento do mundo e seu objetivo é substituir os mitos pelo saber (Adorno; Horkheimer, 2014). Mas para complexificar essa ideia e em contraposição ao otimismo kantiano, reitero o questionamento de Adorno e Horkheimer: *Por que, mesmo com a racionalização da filosofia e da ciência, a humanidade não caminha para um estado verdadeiramente humano, pelo contrário, percebe-se vivenciando novas formas de*

barbárie? (Adorno; Horkheimer, 2014). A proposta dos pesquisadores, dessa forma, sinaliza para a autodestruição do esclarecimento.

A autodestruição do esclarecimento não sugere um fim. A lacuna encontrada por Adorno e Horkheimer no esclarecimento diz respeito ao seu desenvolvimento e os efeitos dele no mundo. Assim, para eles, “o esclarecimento tem que tomar consciência de si mesmo” e se desvencilhar “do emaranhado que o prende a uma dominação cega” (Adorno; Horkheimer, 2014, p.13). O esclarecimento precisa se esclarecer para sair da menoridade, do contrário, ele passa a ser um mito e adere a *um ritual do pensamento*, da mesma maneira que ocorre nos rituais míticos (Adorno; Horkheimer, 2014).

Na posição de mito, o esclarecimento exige do sujeito a padronização. enfraquece a investigação dos seus efeitos negativos e a ideia de um progresso futuro, retira do sujeito a potência de perceber os fins políticos do uso da razão e da ciência. Ou seja, o esclarecimento deixa de ser o que descreve Kant (1985), pois perde a ideia de passagem da *menoridade* para a *maioridade* e torna-se ele mesmo um tutor a alienar seus tutelados.

A *atitude crítica* diante do esclarecimento mítico deve, portanto, encarar as relações de poder e saberes intrínsecos ao esclarecimento. É preciso questionar e desafiar os poderes dominadores dos saberes e alienantes do sujeito, ou ainda: é preciso questionar e desafiar os poderes dominantes que insistem em manter os saberes amarrados, os singularizando na caixa do saber verdadeiro e universal.

O mito converte-se em esclarecimento, e a natureza em mera objetividade. O preço que os homens pagam pelo aumento de seu poder é a alienação daquilo sobre o que exercem o poder. O esclarecimento comporta-se com as coisas como o ditador se comporta com os homens. Este conhece-os na medida em que pode manipulá-los. O homem da ciência conhece as coisas na medida em que pode fazê-las. É assim que seu em-si torna para-ele. Nessa metamorfose, a essência das coisas revela-se como sempre a mesma, como substrato da dominação (Adorno; Horkheimer, 2014, p. 20).

O esclarecimento entendido dessa maneira tensiona a ideia otimista de Kant, uma vez que suscita dúvida a respeito da causa e efeito em que mais liberdade e esclarecimento direcionam a humanidade para o progresso. Adorno e Horkheimer, e também Foucault, destacam as relações entre saber e poder e reafirmam o papel da crítica como significado emancipatório. Mas também

reconhecem a habilidade de um esclarecimento manipulador e alienador quando enraizado em aspectos políticos. E é por essa razão que a crítica não busca saber

[...] o que é verdadeiro ou falso, fundamentado ou não fundamentado, real ou ilusório, científico ou ideológico, legítimo ou abusivo. Procura-se saber quais são os elos, quais são as conexões que podem ser observadas entre mecanismo de coerção e elementos de conhecimento, quais jogos de emissão e de suporte se desenvolvem uns nos outros, o que faz com que tal elemento de conhecimento possa tomar efeitos de poder afetados num tal sistema a um elemento verdadeiro ou provável ou incerto ou falso, e o que faz com que tal procedimento de coerção adquira a forma e as justificações a um elemento racional, calculado, tecnicamente eficaz etc (Foucault, s/d, p. 13-14).

Portanto, esses pesquisadores tratam de uma análise, reflexão ou uma *atitude crítica* que tensiona o vínculo saber-poder no intento de conhecer os elementos que constroem a sua aceitabilidade, manutenção e adaptação. É a proposta de chegar ao limite para ponderar sobre a construção da realidade e suscitar hipóteses a respeito dos efeitos da transformação de uma crítica esclarecida. Para Butler (2013), o que conduz ao extremo, ao limite, é a existência de uma crise no âmbito epistemológico no qual estamos inseridos e responsável por afetar as categorias pelas quais a vida social é estruturada, resultando em incoerência ou domínios ininteligíveis; “e é a partir de então, a partir do esgarçamento do tecido de nossa rede epistemológica, que a prática da crítica emerge, justamente com a consciência de que nenhum discurso aqui é adequado e de que um impasse foi produzido por nossos discursos dominantes” (Butler, 2013, p. 164).

Essa primeira parte da investigação revela noções de crítica que emergem a partir de diferentes realidades e perspectivas. Apesar da pluralidade, alguns padrões ficam evidentes. O primeiro é que as bases materiais da crítica se desenvolvem no absolutismo. Enraizada no contexto dual característico desse período, nascia o desejo de *não ser governado por*, a ruptura que surge na relação de crise. Como um recurso prático, ela foi meio para questionar poderes como a instituição político-religiosa a partir de textos, mas também uma atitude perante o existir.

Com a modernidade, principalmente pela abordagem kantiana, a crítica ganha novos contornos: ela é um artifício capaz de estabelecer os princípios que regem a razão humana e determinam os tipos de conhecimento entre os possíveis

ou ilusórios. No contexto do século XX, coloca-se em tela a necessidade do esclarecimento da própria crítica; uma crítica que desvie do mito, do padrão. Alinhando essas leituras, reconheço na crítica a razão da transformação. Contudo, embasada na ideia de Butler do esgarçamento do tecido de nossa rede epistemológica, encerro este tópico com novas perguntas: onde se localiza a atitude crítica em nossas pesquisas?

4.2. A CRÍTICA PARA A LIBERTAÇÃO

A existência da crítica é dependente do objeto que critica e impulsionada pelo ímpeto ou desejo de compreender a realidade e os sistemas que operam a organização das sociedades para expor as relações de poder. Justamente por essa condição toda e qualquer crítica carrega sentido político. Negar o caráter político da crítica a transforma em hipocrisia. Para detalhar a natureza política da crítica faço um paralelo com a perspectiva de Paulo Freire (1967; 1978; 2001; 2008) a respeito da relação entre a política e a educação. A aproximação com Freire não se dá aleatoriamente. O diálogo proposto tem propósito duplo: revelar a dimensão política da crítica e, assim, expor seu caráter pedagógico.

A prática educativa ou pedagógica para Freire (1967, p. 35-37) é fundamentada na existência das pessoas e das relações possíveis delas com e no mundo. Por essa razão, para o pernambucano, a necessidade da educação se justifica na natureza humana, na curiosidade de saber – o que ele chamou de *ser mais* (Freire, 2001, p. 8-10). A curiosidade, nesses moldes, surge da compreensão de um sujeito em permanente mudança, mas sem que esse movimento signifique perambular irresponsavelmente. Portanto, é importante “reconhecer o conhecimento como uma produção social, que resulta da ação e reflexão, da *curiosidade* em constante movimento de procura” (Freire, 2001, p. 8 - grifo do autor).

Essa *curiosidade* é inscrita historicamente na natureza humana e os seus objetivos se dão na História. Os seus métodos para se aproximar dos objetos são gestados e aperfeiçoados na prática histórica, sendo fundamentais para a curiosidade e tornada epistemológica ganha eficácia. Além disso, Freire (2001) coloca em tela as certezas históricas, mas também as ontológicas, sociais e as historicamente fundadas. Nas palavras do estudioso,

Por isso é que a preocupação com a natureza humana se acha tão presente em minhas reflexões. Com a natureza humana constituindo-se na História mesma e não antes ou fora dela. É historicamente que o ser humano veio virando o que vem sendo: não apenas um ser finito, inconcluso, inserido num permanente movimento de busca, mas um ser consciente de sua finitude. Um ser que, vocacionado para ser mais pode, historicamente, porém, perder seu endereço e, distorcendo sua vocação, desumanizar-se. A desumanização, por isso mesmo, não é vocação mas distorção da vocação, para o ser mais. Por isso, digo, [...] que toda prática, pedagógica ou não, que trabalhe contra este núcleo da natureza humana é imoral (Freire, 2001, p. 8).

A ideia de que o ser humano está imbuído da curiosidade de saber de Freire também localiza essa vocação fora da inexistência de *ter*, fora da indigência. Com outras palavras, a vocação para ser mais “demanda liberdade, possibilidade de decisão, de escolha, de autonomia” (Freire, 2001, p. 8). Mas a condição de liberdade, segundo Freire, não se cria sem luta política, que é a luta pelo poder. Sem as condições necessárias à liberdade as pessoas são imobilizadas e a liberdade passa a ser um privilégio de poucos. Além disso, a ausência da liberdade como direito de todos tira a justificativa da política, pois como diz Hannah Arendt (2018), a liberdade é a razão de ser da política; a liberdade para ser livre. Por isso,

Apenas aqueles que conhecem a liberdade em relação à necessidade podem apreciar por completo o significado da liberdade em relação ao medo, e só aqueles que estão livres de ambos, necessidade e medo – têm condições de conceber uma paixão pela liberdade pública [...] (Arendt, 2018, p. 34).

Igualmente à necessidade da liberdade, também é da natureza humana tornar o corpo consciente, cuja prática com outros corpos e contra outros corpos, na existência social, faz ser capaz de produzir socialmente a linguagem e de mudar a qualidade da curiosidade, que nasce com a vida e se aprimora com a existência humana (Freire, 2001). Assim, a curiosidade passa de ingênua, uma leitura pouco rigorosa do mundo, para exigente, metodizada com rigor. Com esses fundamentos o pedagogo defende que:

Como processo de conhecimento, formação política, manifestação ética, procura da boniteza, capacitação científica e técnica, a educação é prática indispensável aos seres humanos e deles específica na História, como movimento, como luta. A história como possibilidade não prescinde da controvérsia, dos conflitos que, em si mesmo, já engendrariam a necessidade da educação (Freire, 2001, p. 10).

Para que a vocação de *ser mais* não seja distorcida e caminhe para a desumanização — ou como diz Adorno e Horkheimer, virar mito — é primordial “[...] repor o ser humano que atua, que pensa, que fala, que sonha, que ama, que odeia, que cria e recria, que sabe e ignora, que se afirma e que se nega, que constrói e destrói, que tanto é o que herda quando o que *adquire*, no centro de nossas preocupações” (Freire, 2001, p. 10). Assim, para Freire

A racionalidade de meu ser, enquanto gente e enquanto mistério, não permite, porém, a inteligência de mim na estreiteza da singularidade de apenas um dos ângulos que só aparentemente me explica. Não é possível entender-me apenas como classe, ou como raça ou como sexo, mas por outro lado, minha posição de classe, a cor da minha pele e o sexo com que cheguei ao mundo não podem ser esquecidos na análise do que faço, do que penso, do que digo. Como não pode ser esquecida a experiência social de que participo, minha formação, minhas crenças, minha cultura, minha opção política, minha esperança (Freire, 2001, p.10).

Ou seja, o que sou, as condições da minha existência, não pode ser desconsiderado para pensar a minha prática. A minha *práxis* no mundo resulta não da minha singularidade, que aparentemente me explica. Por isso, minha classe social ou a cor da minha pele não podem ser dissociados do que sou no mundo e de como me relaciono com ele. Essa característica da análise da *práxis* em relação à existência do sujeito torna toda e qualquer prática condicionada a ser social e histórica e politicamente localizada.

Com essas condições argumentativas, Freire (2001) enfatiza duas abordagens para a educação, a saber: (i) uma prática contínua e (ii) em sentido abrangente, que vai além da educação formal em instituições escolares. A primeira perspectiva, refere-se ao fato de que as pessoas continuam a se educar ao longo de suas vidas. “Em outras palavras e talvez reiteradamente, não é possível ser gente sem, desta ou daquela forma, se achar entranhado numa certa prática educativa. E entranhado não em termos provisórios, mas em termos de vida inteira” (Freire, 2001, p. 13). A segunda complementa a primeira, pois ao propor o processo de educação como incessante subentende-se que essa prática nem sempre passa pela escolarização. Em vistas dessa abordagem, Freire (2001) salienta que a educação formal, tal como a conhecemos, é uma construção relativamente recente na história e que em outros momentos tanto quando na contemporaneidade as cidades, por exemplo, têm potencial de existirem em contextos educativos.

Considerando uma compreensão abrangente da prática educativa, é possível explorar como a cidade pode se tornar um ambiente educativo em diversos contextos. Um deles é o cuidado e a preservação da memória da cidade, conforme aponta Paulo Freire (2001). Nesse sentido, a cidade não apenas mantém sua própria memória, mas também estabelece uma comunicação significativa com as gerações mais jovens, transmitindo conhecimentos e experiências que contribuem para a formação educativa das pessoas. Ou seja,

A Cidade se faz educativa pela necessidade de educar, de aprender, de ensinar, de conhecer, de criar, de sonhar, de imaginar de que todos nós, mulheres e homens, impregnamos seus campos, suas montanhas, seus vales, seus rios, impregnamos suas ruas, suas praças, suas fontes, suas casas, seus edifícios, deixando em tudo o selo de certo tempo, o estilo, o gosto de certa época. A Cidade é cultura, criação, não só pelo que fazemos nela e dela, pelo que criamos nela e com ela, mas também é cultura pela própria mirada estética ou de espanto, gratuita, que lhe damos. A Cidade somos nós e nós somos a Cidade (Freire, 2001, p. 13).

Existe, para Freire (2001), uma espontaneidade no modo das cidades educarem, o que faz com que elas proclamem feitos e fatos vividos por mulheres e homens que passaram ou permaneceram nelas. Essa ideia explica, na visão freiriana, as formas de ser de gerações passadas sem limitá-las a registros arquivados na memória das cidades, pois “são manifestações vivas da sua cultura [...]” (Freire, 2001, p. 14).

Outro fundamento importante para a compreensão da interação entre política e pedagogia nas teorias de Freire tensiona as relações entre as pessoas com o mundo e pode ser sintetizada na ideia de que a educação não existe fora do contexto das sociedades humanas, assim como as pessoas não existem no vazio (Freire, 1967). Neste ponto, reafirmo a consideração de Freire em relação ao seu modelo de educação, destacando que, embora seja aplicável em diferentes contextos e períodos, as condições específicas do Brasil nas décadas de 1950 e 1960 exerceram uma forte influência sobre ele. Ou seja, a sociedade da qual trata e para qual fala é a brasileira.

Freire (1967) percebe a especificidade da sociedade brasileira na sua transição, como uma sociedade em planejamento “[...] que apresentava violentos embates entre um tempo que se esvaziava, com seus valores, com suas peculiares

formas de ser, e que ‘pretendia’ preservar-se e um outro que estava por vir, buscando configurar-se” (Freire, 1967, p. 35) e que:

As sociedades que vivem esta passagem, esta transição de uma para outra época, estão a exigir, pela rapidez e flexibilidade que as caracterizam, a formação e o desenvolvimento de um espírito também flexível. [...] É este choque entre um ontem esvaziando-se, mas querendo permanecer, e um amanhã por se consubstanciar, que caracteriza a fase de trânsito como um tempo anunciador. (Freire, 1967, p. 45).

Desta forma, trata-se de uma sociedade na qual duas visões distintas coexistem em relação à educação e às pessoas. Em primeiro lugar, a opção pelo passado, na qual as pessoas simples, sem consciência da sua condição, são tratadas como coisa e não como pessoas, sendo governadas por uma elite superposta a seu mundo. A outra escolha é pelo futuro, pela construção de uma nova sociedade na qual, sendo sujeito de si mesma, torna-se a ver as pessoas e o povo como sujeitos de sua própria história. Em outras expressões, trata-se do movimento entre a educação voltada para a domesticação e alienação ou a educação voltada para a liberdade; a escolha entre a educação para a pessoa-objeto ou a educação para a pessoa-sujeito (Freire, 1967).

A prática da educação voltada para a pessoa como sujeito de si mesma e de sua história atribui importância à visão da liberdade, como salientado por Francisco Weffort (1967, p. 1-26). Para ele, a liberdade “é a matriz que atribui sentido a uma prática educativa que só pode alcançar efetividade e eficácia na medida da participação livre e crítica dos educandos” (Weffort, 1967, p. 11). Neste contexto, a matriz que atribui sentido a uma determinada prática educativa, também implica na participação livre e crítica dos educadores e das educadoras para a construção de uma prática em que teoria e práxis se fertilizam reciprocamente. É com e nessa liberdade das educadoras e educandas e entre elas que emerge o caráter político da prática educativa.

Para compreender a dimensão política mencionada por Freire, é fundamental abordar duas questões iniciais que são entrelaçadas: (i) a crença ingênua no poder da educação institucionalizada como alavanca da transformação da realidade e (ii) a falsa neutralidade para afirmar a educação como uma prática apolítica. No que diz respeito à primeira questão, Freire (1978) argumenta que não é

a educação sistemática que molda a sociedade de uma determinada maneira, mas sim a sociedade, constituída de determinada forma, que constrói a educação de acordo com os interesses daqueles que detêm o poder.

Não foi, por exemplo, a educação burguesa que criou a burguesia, mas a situação concreta, histórica, em que ela emergiu. Por isso mesmo é que a educação burguesa, enquanto sistema, não poderia instalar-se a não ser quando a burguesia chegasse ao poder. Isto significa que a transformação radical de um sistema educacional implica na transformação radical da sociedade de que ele é expressão e a que ele serve. Mas, precisamente porque as transformações sociais não são um fato mecânico, mas histórico, na medida mesma em que são um fato humano, implica numa prática consciente que, necessariamente, envolve uma certa educação (Freire, 1978, p. 66).

Nesse momento, ocorre a convergência entre as duas questões. Para Freire (1978), a educação só é emancipadora ou para a libertação quando o educador ou educadora entende a sua prática como resultado da sua existência por completo, o que implica na forma como percebe o mundo e as pessoas. Dessa forma, quando um educador ou uma educadora entende o mundo a partir da modernização capitalista a sua prática na alfabetização de adultos “não pode ir, de um lado, além da capacitação dos alfabetizados para que leiam textos sem referência ao contexto; de outro, da capacitação profissional com que melhor vendam sua força de trabalho no que, não por coincidência, se chama ‘mercado de trabalho’” (Freire, 1978, p. 69).

Em contrapartida, quando o educador ou a educadora adota uma postura revolucionária, a alfabetização de adultos não se limita a tornar os alfabetizados leitores de histórias alienadas e alienantes, mas tem como ponto principal que eles descubram que o importante é “fazer história e por ela ser feito” (Freire, 1978, p. 70). Em termos diferentes, “não basta saber ler mecanicamente que ‘Eva viu a uva’. É necessário compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir uvas e quem lucra com esse trabalho” (Freire, 1978, p. 70).

Não há situação educativa que não aponte objetivos que estão mais além da sala de aula, que não tenha a ver com concepções, maneiras de ler o mundo, anseios, utopias. Do ponto de vista técnico, esta instância, em filosofia da educação, recebe o nome de direcionalidade da educação. Muita gente confunde direcionalidade com dirigismo, com autoritarismo. No entanto, a direcionalidade pode viabilizar tanto a posição autoritária como a democrática, da mesma maneira que a falta de direcionalidade pode viabilizar o espontaneísmo. É justamente a direcionalidade que explica essa

qualidade essencial da prática educativa, que pode ser chamada de politicidade da educação. A politicidade da prática educativa não é uma invenção dos subversivos como pensam os reacionários. Ao contrário, é a natureza mesma da prática educativa que conduz o educador a ser político. O educador não é um ser político porque quer e sim porque sua condição de educador o impõe. Isto não significa ser partidário deste ou daquele partido, ainda que se considere que todo educador deva assumir uma posição partidária. A politicidade é então inerente à prática educativa. Isto significa que o professor deve ter suas opções políticas próprias e claras, seus sonhos. Porque, afinal, o que é que nos move, nos dá alento como professores, se ganho tão pouco, se estou tão desprestigiado nesta sociedade de mercado? Que sonho tenho para sonhar, para discutir com os meus alunos? (Freire, 2008, p. 34-35).

Em síntese, toda prática educativa é política, mas nem toda ela é libertadora (Freire, 1967; 1978; 2001; 2008). Considerando a perspectiva freireana de política e educação, indago: quais são as implicações para a compreensão do caráter político-pedagógico da crítica? Para dar fluidez ao texto, organizo a resposta em quatro partes:

A. Crítica como a vontade de *ser mais*

Como mencionado anteriormente, a crítica depende do objeto que critica para existir. Como recurso para a emancipação, ela nasce da vontade das pessoas de conhecer, do desejo constante de aprender, de se tornarem — e tornarem os outros — conscientes das suas condições de existência. Segundo Horkheimer (1980), a crítica emerge da consciência sobre a organização social vigente, com o propósito de romper com a dominação do saber e construir alternativas. Essa vontade de ser mais nos direciona ao segundo aspecto.

B. Entendimento amplo de educação e o caráter pedagógico da crítica

Expandir o sentido da educação legitima outras formas de práticas educativas além das escolares. Portanto, ao adotar essa perspectiva na qual a educação transcende técnicas e métodos, leitura e escrita, e se torna um recurso para que educandos e educandas reconheçam seu contexto social e se percebam como sujeitos capazes, torna-se evidente que a prática educativa também se estende além dos muros da escola. Em nosso país, onde aproximadamente 11 milhões de indivíduos com 15 anos ou mais enfrentam dificuldade para redigir textos curtos, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE)¹⁸, constata-se que a prática educacional acontece predominantemente fora do âmbito escolar. Com 6,6% da população brasileira sem habilidades básicas de leitura e escrita, seria, no mínimo, eticamente questionável afirmar que esses milhões de pessoas não possuem outros conhecimentos adquiridos e compartilhados em centros urbanos e áreas rurais do país.

A dimensão pedagógica da crítica não é algo inédito. Terry Eagleton (1991), como visto anteriormente, delinea esse caráter da crítica durante a formação da sociedade burguesa. À medida que a alfabetização se expandia e a circulação de jornais com periodicidade e obras literárias aumentava, a sociedade recém-formada da burguesia percebeu a necessidade de educar o povo para disseminar seus ideais e conquistar um público cada vez maior. Nesse contexto, aparecem os saraus, nos quais intelectuais reunidos debatiam a respeito da literatura e concepções de mundo. Ao mesmo tempo, esses intelectuais ganhavam espaço nos jornais e revistas para propagar suas críticas, que tinham como propósito letrar novos públicos para consumir literatura e edificar a opinião pública. Em um contexto contemporâneo, mais especificamente no século XX, a crítica cinematográfica revelou igualmente o potencial pedagógico da prática crítica. De acordo com Ismail Xavier (2019), nesse período, a crítica de cinema se articulou com espaços educativos, tais como cineclubes, cinematecas e universidades.

Em suma, no exercício de análise do objeto a ser criticado, a crítica não apenas realiza o movimento de desconstruir para novamente construir, mas também explica o objeto em questão, desempenhando o papel pedagógico ao ensinar seu público. Em consonância com a concepção ampla de educação de Paulo Freire, é possível afirmar o caráter pedagógico da crítica e reconhecê-la como uma prática educativa. Ao ensinar, a crítica contribui para a construção das condições necessárias à emancipação e, ao promover a transformação, revela-se uma práxis política.

C. Dimensão política da crítica

¹⁸ Disponível em:

<<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?edicao=28203&t=resultados>>. Acesso em: 14 mai 2021

Afirmar que a crítica é política por promover transformações pode sugerir que críticas que não o fazem não seriam políticas. No entanto, toda crítica possui uma dimensão educativa, uma vez que seu processo inicial envolve analisar e explicar minuciosamente o seu objeto. Além disso, toda crítica é uma práxis política, mesmo quando se autodenomina apolítica. Assim sendo, toda crítica é transformadora. No entanto, seguindo as ideias de Freire em relação à educação, ressalto que nem toda crítica é libertadora. Ou seja, a crítica não é política por ser revolucionária, emancipatória ou voltada para a libertação, mas sim pela sua própria práxis.

Ao considerar a relação do crítico social com o objeto de análise, o filósofo Alessandro Pinzani (2012) apresenta algumas indicações pertinentes para fundamentar a compreensão da dimensão política da crítica. Pinzani (2012) distingue três possíveis posições para o crítico social. O primeiro, paternalismo crítico, é caracterizado pela visão de superioridade do crítico, que se considera mais conhecedor da realidade do que as próprias pessoas envolvidas na situação. Outra posição do crítico é percebida na postura do filósofo heróico, aquele que julga a sociedade com base em ideias e modelos normativos construídos de forma abstrata. Por fim, há o crítico isento, que se mantém distante do objeto criticado no intuito de operar a crítica e escapar dos mecanismos de dominação e alienação que ele deve analisar e denunciar.

A distância do objeto e a suposta neutralidade adotadas por críticos cria uma espécie de lugar arquimediano, um lugar inexistente (Pinzani, 2012). A crítica, como sugerem tanto Adorno e Horkheimer (2014) quanto como Pinzani (2012) e Freire (1967; 1978; 2001; 2008), precisa partir de uma posição imanente à própria sociedade. Por sua impossibilidade de ser neutra, a crítica sempre se baseará em um lugar social, histórico e politicamente determinado, endossando ou refutando uma determinada visão de mundo.

D. Crítica para a conscientização, emancipação e libertação

A crítica, como uma atitude (Foucault, s/d) ou vontade de ser mais (Freire, 2001, p. 8-10). estabelece uma relação de interdependência com o objeto criticado para existir assim como da transformação. Contudo, não trato de toda crítica e, portanto, é necessário propor parâmetros para a transformação de qual falo. O

contexto do jornalismo contemporâneo formula debates fecundos para refletir a crítica e suas dimensões de conscientização, emancipação e libertação.

O jornalismo passa por questões delicadas que atingem a sua credibilidade. Um fenômeno preocupante é a propagação da desinformação, impulsionada por uma onda conservadora. Isso tem despertado a preocupação de entidades e empresas jornalísticas. E a resposta vem em iniciativas que se dedicam a analisar o processo da desinformação e compreender as possibilidades de formação do público. É o caso das ações do Intervozes (2019) e das empresas jornalísticas Folha de S. Paulo e o portal UOL, hospedeiros da agência de checagens de fatos, Lupa e Pública.

A academia, igualmente, dedica-se a entender o fenômeno da desinformação. Uma dessas iniciativas é a publicação especial e digital de 2021 da Columbia Journalism Review (Wood, 2021)¹⁹. A problemática em questão parte da pergunta do que é jornalismo e em seu quinto capítulo, intitulado Why Bother? ou Por que importa? estabelece algumas pistas.

Relate todas as notícias que você quiser. A realidade de nosso ecossistema de mídia é tal que qualquer história – não importa o quão pertinente e bem intencionada seja – é suscetível de ser alvo de suspeita, ou de rejeição imediata. A confiança na imprensa está em um nível mínimo histórico, o que significa que os jornalistas devem lutar com frustrações de propósito. Como podemos avançar em meio a tudo o que mina o jornalismo, desde os ataques dos governantes eleitos até a desinformação que obstrui as mídias sociais? Como trabalhar através de uma atmosfera de profundo ceticismo sobre a natureza da própria verdade? E como podemos estar tão certos de que sabemos qual é a verdade? (WOOD, 2021. s/p)²⁰.

Dentre as ações desenvolvidas para a mudança desse contexto, temos o manual para educação e treinamento de jornalistas da Unesco (2019) intitulado Jornalismo, Fake News e Desinformação. Magda Abu-Fadil, mobiliza a noção de media and information literacy (MIL) e demonstra a potencialidade educativa da crítica. Segundo Abu-Fadil (2011)

¹⁹ Disponível em: <<https://existential.cjr.org/editors-note/>>. Acesso em: 14 mai 2021.

²⁰ Tradução para o trecho: “Report all the news you want. The reality of our media ecosystem is such that any story — no matter how consequential and well-vetted — is liable to come up against suspicion, or outright dismissal. Trust in the press is at an all-time low, which means that journalists must grapple with frustrations of purpose. How can we move forward amid all that undermines journalism, from the attacks by elected officials to the misinformation that clogs social media? How do we work through an atmosphere of profound skepticism about the nature of truth itself? And how can we be so sure that we know what the truth is?”

A Alfabetização da Mídia e da Informação consiste no conhecimento, nas atitudes e na soma das habilidades necessárias para saber quando e que informação é necessária; onde e como obter essa informação; como avaliá-la criticamente e organizá-la uma vez encontrada; e como utilizá-la de forma ética. O conceito se estende além das tecnologias de comunicação e informação para abranger o aprendizado, o pensamento crítico e as habilidades interpretativas para além das fronteiras profissionais e educacionais. A alfabetização da mídia e da informação inclui todos os tipos de recursos de informação: oral, impressa e digital. A Alfabetização da Mídia e da Informação é um direito humano básico em um mundo cada vez mais digital, interdependente e global, e promove maior inclusão social. Ela pode preencher a lacuna entre a informação rica e a informação pobre. A Alfabetização da Mídia e da Informação capacita e dota os indivíduos com conhecimento das funções dos meios e sistemas de informação e das condições sob as quais essas funções são desempenhadas (IFLA, 2011, p. 1)²¹.

A perspectiva proposta por Abu-Fadil parte da potencialidade pedagógica da crítica. No Brasil, o projeto de extensão Educação para crítica de mídia nas escolas públicas, desenvolvido pelo Observatório da Ética Jornalística (objETHOS/UFSC), também é exemplo dessa característica da crítica. A iniciativa busca compreender a atuação da mídia jornalística em relação às produções de crítica de mídia tendo em vista que a segunda projeta duas questões necessárias ao contexto contemporâneo mundial. Primeiro, a autocrítica por parte das mídias jornalísticas e também a leitura crítica e consciente do jornalismo e por parte das cidadãs e dos cidadãos (Braga; Bezerra; Lima, 2019). Com interesse particular na leitura crítica do público, o projeto, que já atendeu 330 alunos de 2017 a 2019, consiste em uma aula por semestre, com duração média de duas horas, ministradas por pesquisadoras/es e pesquisadoras/es de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina para alunos do ensino médio da rede pública de ensino da região metropolitana de Florianópolis. Nos encontros semestrais, são debatidas questões relacionadas à produção do jornalismo no intento de fomentar a reflexão sobre os processos produtivos dos conteúdos de notícias em relação à sociedade e a política.

²¹ Tradução para o trecho: “Media and Information Literacy consists of the knowledge, the attitudes, and the sum of the skills needed to know when and what information is needed; where and how to obtain that information; how to evaluate it critically and organise it once it is found; and how to use it in an ethical way. The concept extends beyond communication and information technologies to encompass learning, critical thinking, and interpretative skills across and beyond professional and educational boundaries. Media and Information Literacy includes all types of information resources: oral, print, and digital. Media and Information Literacy is a basic human right in an increasingly digital, interdependent, and global world, and promotes greater social inclusion. It can bridge the gap between the information rich and the information poor. Media and Information Literacy empowers and endows individuals with knowledge of the functions of the media and information systems and the conditions under which these functions are performed”

Observar essas ações abre caminho para explicar a conscientização, emancipação e libertação enraizadas na transformação da crítica. Na superfície desses casos, pode-se entender a desinformação como o objeto da crítica. Mas, proponho uma outra mirada à questão. Precisamos entender a desinformação como um elemento de um projeto maior estruturado por uma epistemologia conservadora. Nesse projeto, a desinformação é um artifício para manipular as pessoas e deslegitimar o jornalismo no intuito de criar espaços de autoridade para que essa epistemologia possa significar o que é jornalismo. Ou seja, para essa ação conservadora diante do mundo a desinformação é em si o próprio jornalismo. Por essa razão, entendem ser possível um outro jornalismo, um jornalismo autoproclamado por eles. Nesse sentido, essas iniciativas citadas anteriormente são críticas, pois analisam essa ideia de um jornalismo conservador para entendê-lo em suas limitações e efeitos na realidade concreta. Como consequência, consciente da realidade da qual faz parte, o público é emancipado e, portanto, dotado de autonomia e liberdade.

5. O ARGUMENTO PARA UMA TESE: O PROJETO CRÍTICO DO FEMINISMO PARA O JORNALISMO

5.1. A CRÍTICA FEMINISTA

Se quisermos renovar a luta feminista e garantir que estamos na direção certa, ainda precisamos de uma teoria feminista que fale a todas, que deixe todos cientes de que o movimento feminista pode mudar suas vidas para melhor. Essa teoria, assim como a análise oferecida em *Teoria Feminista*, sempre irá nos desafiar, sacudir, provocar, mudar nossos paradigmas e nosso modo de pensar, dando uma guinada em nossas vidas. É o que fazem as revoluções. E a revolução feminista é necessária caso queiramos viver num mundo livre de sexismo; em que a paz, a liberdade e a justiça prevaleçam; um mundo sem dominação. Se trilharmos um caminho feminista, é onde chegaremos (hooks, 2019, p. 21).

Como mostrei no capítulo anterior, a crítica é a atitude de insubmissão ou desobediência (Foucault, s/d); ela também emerge de seu objeto e da vontade de ser mais (Freire, 1967; 1978; 2001; 2008); exige a recusa do mito (Adorno; Horkheimer, 2014); mas também é uma categoria histórica que se relaciona com a crise política (Koselleck, 1999). Não me afasto de nenhuma dessas formulações, mas, agora, proponho alguns ajustes e os faço a partir do pensamento feminista.

Isso exige um deslocamento: ao tomar o feminismo como crítica, não se trata apenas de uma atitude. Assim como bell hooks (2019), acredito no projeto de mundo do feminismo, compreendo-o como um compromisso e defendo que o melhor caminho é revolucionário. Com esse tópico, começa a resposta para a pergunta feita anteriormente: onde está a crítica em nossos estudos? As possibilidades de respostas são muitas, como indicou Foucault (s/d) quando tratou da crítica, o que apresento aqui é apenas um deles. Base teórica para a análise das dissertações e teses, que também serve de alicerce ao que chamo de crítica feminista de jornalismo.

Ao afirmar a existência de um projeto feminista, tomo a cautela de explicar que não se trata de um consenso entre todas as feministas. Não há, e nem precisa haver. O que existe são pactos parciais, pontos de encontro, mas também tensionamentos. É justamente essa combinação entre os consensos possíveis e os dissensos inevitáveis que dá forma a um projeto de mundo. Reforço essa ideia a partir da defesa de Lourdes Bandeira (2008):

Cabe lembrar que não há uma ‘teoria crítica geral’ - única - do pensamento feminista. Existem correntes teóricas diversas, que, apropriadas a partir das teorias gerais, cada uma a seu modo procura compreender por que e como as mulheres ocupam uma posição/condição subordinada na sociedade. Desde que se fala em crítica feminista, faz-se geralmente, apelo a esse bloco de correntes heterogêneas que tentam explicar por que as mulheres continuam, em boa medida, a viver em condições de subordinação, uma vez que na base de qualquer corrente feminista há o reconhecimento de uma causa social e cultural para a condição feminina de subordinação. Portanto, a crítica feminista explicita, incorpora e assume a tomada de consciência individual e coletiva, a qual é seguida por uma revolta contra o entendimento presente nas relações de sexo/gênero e a posição subordinada que as mulheres ocupam em uma dada sociedade, em um dado momento de sua história assim como na produção do conhecimento. trata-se de uma luta para mudar/transformar essas relações e essa situação (Bandeira,2008, p.2010).

O contraditório, contudo, não vem como sinônimo de fraqueza, pelo contrário. Concorro novamente com hooks (2019, p.15) quando ela diz que “o movimento feminista continua sendo uma das frentes mais poderosas de luta por justiça social no mundo de hoje”. Além dessa pluralidade de correntes de pensamento, a possibilidade de dialogar em conjunto essas diferenças enriquece a teoria do feminismo e, conseqüentemente, a sua crítica e projeto de sociedade.

Apesar disso, fazer essa colaboração entre pensadoras de distintas perspectivas não é o mesmo que concordar total e irrestritamente com o que elas afirmam. Em toda ideia existe um limite. Demonstro essa posição com o uso de algumas autoras na tese: decidi construir meu argumento feminista a partir de Saffioti (2019), Gonzalez (2020) e hooks (2019). A primeira fala sobre igualdade entre homens e mulheres, mas também reconhece questões de raça e classe (no que chamou de *nó*) e defende que não adianta as mulheres ocuparem igualmente os lugares dos homens. Em outro sentido, hooks direciona o feminismo não para a igualdade, mas para a luta contra o sexismo.

Ainda podemos dialogar com Lélia Gonzalez (2020) e ressaltar que a leitura de hooks tem como limite questões geográficas. A mulher negra e pobre da qual ela fala é restrita à realidade estadunidense e, por isso, não consegue explicar a opressão e exploração que atingem as mulheres da América Latina ou das Filipinas (Biana, 2020), por exemplo. No entanto, todas convergem quando teorizam um feminismo revolucionário.

Esse talvez seja o maior ponto de encontro entre as feministas. Podem divergir quanto aos diagnósticos, aos conceitos ou às estratégias de transformação,

mas compartilham o compromisso de partir das experiências concretas de opressão e luta das mulheres. Tal compromisso, como sintetiza Cláudia Pons Cardoso na apresentação do livro *Teoria Feminista: da margem ao centro*, de bell hooks, expressa-se como um projeto “[...] ético, político, teórico e prático com a transformação da sociedade a partir de uma perspectiva antirracista, antissexista, antilesbofóbica, anti-homofóbica, antitransfóbica, anticapitalista” (hooks, 2019, p. 11).

Ao enxergar o feminismo como um compromisso político, estamos nos contrapondo ao feminismo enquanto mera identidade individual e estilo de vida (que não deve ser confundido com a necessidade real e legítima de unir teoria e prática). Trata-se de uma forma de resistência que nos engaja numa práxis revolucionária. Os modelos éticos ocidentais formulados pelo capitalismo e pelo imperialismo estão voltados mais para a pessoa do que para a sociedade. Eles nos ensinam que o bem individual é melhor do que o bem comum e, conseqüentemente, que a mudança individual é mais importante do que a mudança coletiva (hooks, 2019, p.62).

Quando entendido como compromisso, o feminismo se diferencia de um estilo de vida ou identidade e rejeita o falso engajamento prático que essas visões implementam (hooks, 2019). Para hooks, “o engajamento real de quem adere ao movimento das mulheres para acabar com a opressão sexista é feito de lutas revolucionárias. E uma luta raramente é algo seguro e prazeroso” (hooks, 2019, p.62). Esse ímpeto revolucionário, uma tentativa de mudar a ordem social (hooks, 2019), não foi, e nem é, exclusivo do feminismo. Como indicam Marx e Engels (2008), a burguesia propôs e realizou uma revolução.

A burguesia desempenhou na história um papel altamente revolucionário.

Onde passou a dominar, destruiu as relações feudais, patriarcais e idílicas. Dilacerou sem piedades os laços feudais, tão diferenciados, que mantinham as pessoas amarradas a seus “superiores naturais”, sem pôr no lugar qualquer outra relação entre os indivíduos que não o interesse nu e cru do pagamento impessoal e insensível “em dinheiro”. Afogou na água fria do cálculo egoísta todo fervor próprio do fanatismo religioso, do entusiasmo cavalheiresco e do sentimentalismo pequeno-burguês. Dissolveu a dignidade pessoal no valor de troca e substituiu as muitas liberdades, conquistadas e decretadas, por uma determinada liberdade, a de comércio. Em uma palavra, no lugar da exploração encoberta por ilusões religiosas e políticas ela colocou uma exploração aberta, desavergonhada, direta e seca.

A burguesia despiu de sua auréola todas as atividades veneráveis, até agora consideradas dignas de pudor piedoso. Transformou o médico, o jurista, o sacerdote, o poeta e o homem de ciência em trabalhadores assalariados (Marx; Engels, 2008, p.12).

A burguesia não só reorganizou a economia, como também ressignificou a vida social inteira, o que é intrínseco às mudanças radicais. Embora as revoluções sejam majoritariamente iniciadas com violência para a retirada da estrutura política vigente, o feminismo, como propõe hooks (2019), toma outra direção. Seria ingênuo pensar em lutar armadas quando o inimigo tem poder bélico e treinamento para a violência. “Nossa ênfase precisa ser uma transformação cultural: destruir o dualismo, erradicar os sistemas de dominação” (hooks, 2019, p. 237).

No contexto contemporâneo, fica mais evidente nas ações dos movimentos sociais de extrema-direita, principalmente com as redes sociais digitais e o jornalismo. Segundo Renan Albuquerque, Rodrigo Vivar y Soler, Flávia Busarello e Jalna Gordiano (2024), Jair Bolsonaro é o sujeito que representa esse plano de comunicação do submundo que, pelas redes sociais, propaga discurso de ódio com intenções totalitárias. As eleições de 2018 marcaram um período em que a desinformação ganhou espaço antes ocupado pelo jornalismo. Os ataques eram direcionados a políticos, mas também ao jornalismo enquanto instituição social e aos jornalistas das editorias de política, principalmente.

O cenário não é exclusivo do Brasil. Ao tratar da extrema direita e a resistência ao projeto feminista na Holanda, Verloo Mieke (2018) também identifica uma apropriação estratégica das mídias e jornalismo. Ela, inclusive, se propõe a “[...] distinguir a episteme (um sistema que produz e organiza o conhecimento e a verdade, situado de forma proeminente em campos sociais como religião, educação, mídia e pesquisa) como um quinto domínio separado²²” (Mieke, 2018, p. 22).

Para Daniel Duarte e Pedro Benetti (2021), esses grupos não negam a ciência — e aqui podemos falar o jornalismo, visto que em todos os governos da extrema direita a categoria e o campo foram atacados — mas buscam deter o poder de dizer o que é ciência, o que é científico e quem pode fazer ciência.

[...] a postura de Bolsonaro, em muitos momentos, não nega diretamente a relevância do discurso científico e da formulação de políticas públicas pautadas em evidências. Não se trata exatamente de um jogo “Ciência versus Ideologia” (Carvalho, 2020, p. 13), mas da disputa pelo sentido das políticas de saúde a partir das controvérsias públicas sobre a ciência. Em outras palavras, ao invés de questionar a autoridade da epistemologia

²² Do original: I propose to distinguish episteme (a system that produces and organizes knowledge and truth, located strongly in social fields such as religion, education, media and research) as a fifth and separate domain.

científica, Bolsonaro se vale de um discurso ambíguo. Por um lado, aposta em uma estratégia empregada há décadas por grupos de interesse para influenciar o debate público: “combater a ciência com ciência — ou ao menos com as lacunas e incertezas na ciência existente” (Oreskes; Conway, 2010, p. 13).⁴ Por outro, o presidente e seu entorno avançam uma imagem transcendental da ciência, que reifica a divisão moderna entre o saber científico e a cultura (Latour, 1993), para criticar a politização de algumas instituições científicas no período de pandemia. O negacionismo de Bolsonaro, portanto, não opera no sentido de substituição da ciência no lugar da portadora da verdade, mas sim de sua purificação. Ou seja, os “profissionais da negação” (Danowski, 2018) não são aqueles que desorganizam as coordenadas entre ciência e ideologia, mas os que demandam uma ciência realmente apartada de qualquer articulação social. Como coloca Alyne Costa (2021, p. 307), negacionistas “só podem ter sucesso se explorarem a imagem de uma ciência desinteressada que deve ser protegida das deturpações decorrentes da ignorância e de interesses mesquinhos”. (Duarte; Benetti, 2022, p.101-102).

Outro grupo extremista que tem utilizado essa estratégia são alguns grupos religiosos (hooks, 2018), que no Brasil vemos entrelaçados com a extrema direita. A estratégia não é acabar com a ciência, mas criar um novo sentido social para ela. Nessa nova ordem, quem tem o poder de dizer o que as coisas são consegue realizar transformações.

É com essa mesma compreensão que o projeto feminista tem se movimentado para se apropriar de diferentes instituições sociais, não apenas do jornalismo. Isso se encontra quando lemos os textos das pesquisadoras que se empenham em atravessar o feminismo na ciência, como Cecília Sardenberg (2008) e Lourdes Bandeira (2008). Pensando ainda na ciência, segundo Bandeira

Deve-se incorporar a necessidade de repensar a história e a teoria social a partir da presença das mulheres, com isso demarcando a necessidade de uso de um vocabulário generizado. Portanto, o pensamento crítico feminista surgiu como novidade no campo acadêmico e impõe-se como uma tendência teórica inovadora e de forte potencial crítico e político, o qual, a partir da década de 1970, evidencia um debate sobre a questão da ciência, cujas especialistas passaram a se perguntar: em que medida a ciência discrimina a presença das mulheres? O que ainda impede as mulheres de participarem equitativamente nos escalões científicos? Schiebinger se pergunta: “A exclusão das mulheres, das ciências, teve consequência para o conteúdo da ciência? (Bandeira, 2008, p.218).

O desafio da crítica feminista, portanto, é o de “[...] contrapor-se aos hegemônicos eixos epistemológicos e conceituais – categorias, conceitos e métodos – para não reproduzir como espelho distorcido as próprias categorias do sistema de dominação científica que tomou como objeto da crítica” (Bandeira, 2008, p.211).

Essa pontuação, por mais óbvia que possa parecer, é necessária. Pesquisadoras como hooks (2019) e Gonzalez (2020) demonstram algumas reproduções da dominação e exploração de mulheres entre feministas. Mais a fundo, as autoras escancaram a existência do racismo no feminismo. Ao tratar da temática, a pesquisadora brasileira questiona: “[...] como podemos explicar esse ‘esquecimento’ por parte do feminismo?” e logo se responde: “[...] em nossa opinião, está no que alguns cientistas sociais caracterizam como racismo por omissão e cujas raízes, dizemos, estão em uma visão de mundo eurocêntrica e neocolonialista” (Gonzalez, 2020, p.42). Na realidade estadunidense, hooks (2019), destaca a importância da mulher negra no movimento feminista do passado, como aquela que conta histórias importantes para validar as proposições teóricas de outras. Ela acrescenta:

Isso tem levado muitas mulheres que não integram grupos privilegiados em termos de classe e raça a considerar a atividade teórica, inclusive o próprio uso do termo “teoria”, como um tipo de preocupação que serve apenas para reforçar o poder dos grupos de elite. Esse tipo de reação reforça a noção classista/sexista/racista de que desenvolver teoria é uma atividade exclusiva da elite intelectual (hooks, 2019, p.64).

Apesar de elas falarem do passado, sendo o texto original de González de 1988 e o de hooks de 1952, esse ainda é um desafio concreto para o movimento e para a teoria feminista. Encontrei um exemplo escancarado dessa omissão. Ao longo de cinco décadas de pesquisas, apenas dez trabalhos sobre jornalismo com enfoque feminista ou de gênero também abordam as questões da população não branca, sendo nove dissertações e uma tese, e apenas uma dissertação sobre mulheres lésbicas. Além disso, dentre os trabalhos que analisarei, também percebo um reflexo. Apenas um deles analisa um veículo de jornalismo periférico.

A crítica de hooks (2019) e González (2020) resulta em propostas de construção de novas formas de pensar a realidade com o intuito de transformá-la e, portanto, proporcionar novas formas de ser. A primeira delas, investe na necessidade de as mulheres negras participarem de forma ampla, principalmente pensando a teoria feminista. Com outra proposta, González (2020), embasada no pensamento do intelectual Molefi Kete Asante, compreende o papel transformador da palavra. Para eles, a linguagem é epistêmica. Essa é uma das ideias que a guiam para aquilo que chama de *pretoguês* e sustentam a insistência na categoria *Amefricanidade*. Nessa frente, a categoria resolve de forma mais explícita duas

questões. Primeiramente, tem o poder de identificar todos os brasileiros sem a divisão entre brancos e negros em termos como *Afro-americano* (Gonzalez, 2020) e envolve a geografia limitante representado por ela no termo *Latino*. Além disso, Gonzalez alega que o seu valor metodológico

[...] está no fato de resgatar uma unidade específica, historicamente forjada no interior de diferentes sociedades que formaram uma determinada parte do mundo. Em consequência, o termo *amefricanas /amefricanos* nomeia a descendência não só dos africanos “gentilmente” trazidos pelo tráfico negreiro como daqueles chegados à América antes de seu “descobrimento” por Cristóvão Colombo (Gonzalez, 2020, p. 151).

Posso, portanto, avaliar que ambas as estudiosas entendem a crítica feminista como algo do pensamento, mas existente a partir da sua prática. Essa prática transformadora acontece quando elas deslocam e criam novos significados para o mundo. Esse movimento permite que pessoas marginalizadas passem a ser tanto objeto quanto sujeito de conhecimento.

Com as suas devidas particularidades, a tomada da crítica feminista do jornalismo dialoga com a da ciência e com a autocrítica do próprio feminismo, visto que a ausência das mulheres nesses espaços foi uma das razões desse movimento. Nas palavras de Karina Woitowicz, a “[...] necessidade das mulheres se fazerem ouvir, apostando em um discurso de contrainformação que assumiu, em alguns momentos, o duplo papel de denunciar e de mobilizar as mulheres na defesa dos seus direitos e na conquista da cidadania” (Woitowicz, 2010, p. 81) foi o primeiro motivo para o atravessamento feminista no jornalismo. Mas essa relação é mais complexa, como complementa Woitowicz:

O movimento feminista desde cedo reconheceu na mídia uma lógica impulsionadora da cultura do consumo e de imagens estereotipadas da mulher – ligadas ao ideal de beleza e aos papéis de esposa e mãe – que se cristalizam no imaginário social de diferentes épocas. Ao reconhecer o papel da mídia na produção de representações de gênero, os grupos de mulheres passam a lançar críticas ao tratamento de determinadas questões e à propagação de valores de uma ideologia hegemônica que reforça a desigualdade entre homens e mulheres (Woitowicz, 2010, p. 81).

Segundo John Hartley (1996, p.28), o jornalismo é “o sistema textual da modernidade” e, enquanto prática, o seu mais importante produtor de sentido (Hartley, 1996, p.32). Nas palavras dele, “o jornalismo é a prática de produção de

sentido da modernidade (a condição) e o popularizador do modernismo (a ideologia); é um produto e promotor da vida moderna, e é desconhecido nas sociedades tradicionais” (Hartley, 1996, p. 33). É também essa uma das razões para que o jornalismo tenha se tornado objeto da crítica feminista. Para Rayza Sarmiento, a mídia, acrescento o jornalismo, é comumente vista pelas feministas como:

[...] uma arena importante das sociedades contemporâneas, especialmente dentro das dinâmicas de (re)interpretação e comunicação de lutas públicas, como em Fraser (2013). Os meios de comunicação são tidos também como espaços de reprodução da opressão, seja a partir da sub-representação feminina (Okin, 1987) ou da ratificação de papéis tradicionais (hooks, 1984), tais como os que naturalizam a heterossexualidade (Young, 2005). A mídia também é tida como o espaço próprio da violação ou como diretamente responsável por ela, tal qual na perspectiva radical de Dworkin e MacKinnon (1997), sobre a influência da pornografia nos casos de violência sexual (Sarmiento, 2017, p. 50).

O feminismo, portanto, entrou na disputa pelo poder de moldar a realidade através da produção de conhecimento e representações. Ele se apropria da própria produção de sentido do jornalismo, inserindo-se nessa arena não como um produtor paralelo de conteúdo, mas, sim, como um projeto político-epistêmico. Assim, o que está em jogo não é apenas a criação de novos espaços de fala, mas a reorganização das lógicas de produção de conhecimento. O feminismo tenciona quem pode falar e o que se pode falar no e pelo jornalismo. O jornalismo não só se apresenta como uma arena na qual acontecem disputas, mas também aparece, nessa perspectiva, como algo a ser disputado.

A apropriação do jornalismo pelo feminismo, que tenciona as lógicas de produção de conhecimento, torna-se ainda mais evidente na contemporaneidade, especialmente na relação do movimento com as redes sociais digitais. Embora não concorde com a marcação por ondas para o feminismo, compartilho da ideia de Fabiana Martinez (2021, p. 2) quando ela diz que “se há um aspecto que seja capaz de definir a experiência feminista da quarta onda é que ela tem se construído intensamente através das redes digitais”.

No Brasil, segundo Martinez, o ciberfeminismo se popularizou em 2015 com mobilizações “[...] entre as redes sociais e as ruas, entre hashtags e passeatas” (Martinez, 2021, p. 3). Mesmo que diversas dessas ações não tenham se iniciado a partir de um plano ou estratégia pré-definida, a autora ressalta que “algumas delas catalisaram transformações radicais na política, gerando grandes mobilizações de

mulheres” (Martinez, 2021, p. 3). Além disso, elas operaram uma mudança importante, conforme Martinez aponta:

Esse incremento de informações ensejou uma nova epistemologia feminista, onde a novidade era seu caráter acessível e articulado às vivências e às práticas cotidianas. A teoria feminista não precisava mais ser privilégio de acadêmicos através de uma linguagem especializada e, para muitos, hermética e inacessível. O blog “Escreva Lola, Escreva” e a lista de emails do site “Blogueiras Feministas” podem ser considerados instrumentos pioneiros e iniciatórios do feminismo de muitas mulheres entre os anos 2000 e 2010. Neste período, além de blogs feministas de grande penetração, o conhecimento feminista também era difundido através de comunidades do Orkut, como a “Feminismo e Feministas”. Mais tarde, a interatividade de redes sociais como Facebook, Instagram e Twitter permitiu que o conhecimento dos blogs fosse compartilhado, comentado e reproduzido. Diversas páginas e grupos de discussão feministas que emergiram a partir de 2015 permanecem até hoje, a despeito da dinâmica rotativa e instável das redes sociais (Martinez, 2021, p. 4).

Essa nova epistemologia reforça a ideia teoria-práxis. Ela democratiza o conhecimento ao desvincular parcialmente a sua construção das instituições de poder como universidades, congressos e periódicos científicos. Dessa forma, a diversidade de mulheres tem a possibilidade de, a partir de suas experiências, participar do processo de teorização do feminismo. Esse contexto demonstra como a teoria feminista não se organiza como um processo posterior à prática; essa não é mais a única via. Mais do que isso, arranca o projeto feminista do campo das ideias e o leva para a concretude.

Repito: o feminismo é um projeto de mundo e isso implica compreender que ele não nasceu de um plano único nem de um grupo coeso, mas de forças diversas que estavam atravessadas por uma lógica comum. No início, a marcha feminista foi protagonizada por mulheres que, em geral, sequer sabiam da existência umas das outras. Não havia uma plataforma comum definida com clareza (hooks, 2019, p. 15). O que une o projeto feminista não é a uniformidade, mas a crítica compartilhada à [...] “opressão sexista que chama nossa atenção para os sistemas de dominação e para a inter-relação entre sexo, raça e opressão de classe” (hooks, 2019, p.65). Com essa visão transformadora, acrescento que a crítica feminista

[...] deve constituir-se, necessariamente, através de um processo de mão dupla, ou seja, de um processo tanto de desconstrução como de construção, principalmente porque, como bem coloca Linda Alcoff (1994, p.441), um feminismo que “(...) desconstrói tudo e não constrói nada (...)” é potencialmente perigoso para qualquer grupo politicamente atuante. Cabe-lhe, pois, propor princípios, conceitos e práticas que possam superar as limitações de outras estratégias epistemológicas, no sentido de atender aos interesses sociais, políticos e cognitivos das mulheres e de outros grupos historicamente subordinados (Sardenberg, 2008, p.10).

Por fim, fecho esse tópico com o argumento de que o feminismo é, em si, uma crítica e, como tal, projeta a transformação da sociedade capitalista, patriarcal e racista, convocando diferentes sujeitos à mudança. A crítica feminista deve seguir o caminho contrário aos dos filósofos, quando lemos que eles “têm apenas interpretado o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é transformá-lo” (Marx, 1845, tese 11, versão online).

5.2. O PRIMEIRO AMBIENTE DA CRÍTICA FEMINISTA DE JORNALISMO

Durante a leitura e categorização das 390 pesquisas, busquei observar padrões que indicassem possíveis conexões com o que identifiquei como crítica: análise, denúncia e proposta. A categoria *Estudo Teórico*, aparentemente, seria a mais adequada para esse propósito, mas percebi um potencial inovador na categoria *Jornalismo Feminista*. Embora práticas feministas no jornalismo sejam antigas, existe um movimento atual na academia para conceituar o jornalismo feminista. Com mais precisão, são estudos que se consolidam no final da década de 2010. Por essa razão, optei por focar na categoria relacionada ao que vem se chamando de jornalismo feminista ou jornalismo com perspectiva de gênero.

Assim, este tópico tem dois objetivos principais. O primeiro é apresentar, de forma breve, a trajetória acadêmica das pesquisadoras dessa categoria e, em seguida, realizar uma análise das teses e dissertações com o intuito de estender ao máximo as definições dessa prática jornalística para, em um movimento crítico, contribuir para o debate conceitual sobre ela.

A categoria *Jornalismo Feminista* foi construída por 22 pesquisas, mas a análise se concentra em 12 delas. O critério de seleção foi o uso simultâneo dos termos *gênero* e *feminismo/feminista* em qualquer um dos seguintes campos: resumo, título e palavras-chave. Esse critério está em diálogo com a proposição de

Ana Alice Costa e Cecília Sardenberg (1994), que defendem a centralidade dos estudos feministas como referencial teórico e não apenas uma abordagem de gênero em sentido amplo, visto que, por mais estranho que seja, pode-se estudar gênero sem o suporte teórico do feminismo. Também excluí uma dissertação em que o objeto empírico era composto por portais de jornalismo feminista, mas a análise estava voltada exclusivamente às redes sociais.

Para este momento, trago uma breve apresentação da trajetória das 12 pesquisadoras. Esse movimento tem duas razões, uma voltada à estrutura do campo e outra a demandas de uma epistemologia política. Entender a trajetória das pesquisadoras, ainda que com informações limitadas às declaradas no *Currículo Lattes*, permite entrever elementos importantes para o campo do jornalismo de forma geral e, mais especificamente, para os estudos feministas. Portanto, não se trata de uma curiosidade biográfica, mas de um mapeamento estratégico: saber se essas autoras continuam na pós-graduação, se permaneceram na mesma área e com temáticas semelhantes.

Para além disso, boa parte das pesquisadoras reconhece a experiência e vivência das autoras como componente constitutivo da produção de conhecimento. Essa também foi a minha escolha e ela é, evidentemente, política. Contudo, entendo que a marca do *eu* não é um fim em si mesma, pois a radicalidade epistemológica não se esgota na forma como o texto é redigido. Pelo contrário, ela se concretiza na articulação entre a experiência e os elementos que sustentam a pesquisa. É preciso que essa experiência seja elaborada política e teoricamente. Como afirma bell hooks (2013, p. 86 - colchetes meus) “A teoria [escrita] não é intrinsecamente curativa, libertadora e revolucionária. Só cumpre essa função quando lhe pedimos que o faça e dirigimos nossa teorização [escrita] para esse fim”. Isso porque, ainda em acordo com hooks,

Quando as mulheres internalizaram a ideia de que descrever as próprias mazelas era o mesmo que desenvolver uma consciência política, o movimento feminista entrou em pane. Não surpreende que desse tipo de perspectiva tacanha surgisse teorias e estratégias inadequadas ao movimento feminista, muitas das quais, em vez de apontar numa direção correta, levaram a mais desorientação. Para corrigir essa inadequação, precisamos agora encorajar as mulheres a desenvolver uma compreensão abrangente, aguçada, da realidade política da mulher. Perspectivas mais amplas só podem emergir se examinarmos tanto a dimensão pessoal que é política quanto os aspectos políticos da sociedade como um todo, assim como as políticas orientadas à revolução global. (hooks, 2019, p.57)

É, portanto, com essa mirada política que escolho a escrita em primeira pessoa e também que leio e interpreto as colegas. Feita essa observação, segue tabela com as teses e dissertações a serem analisadas:

Tabela 8 - Jornalismo Feministas: teses e dissertações analisadas

Pesquisadora	Título	Ano	IES	Nível
Elizabeth Cardoso	Imprensa feminista brasileira pós-1974	2004	USP	D
Ana Veloso	O Fenômeno Rádio Mulher: Comunicação E Gênero Nas Ondas De Rádio	2005	UFPE	D
Viviane Garbelini Cardoso	Minha Roupa Não É Um Convite": Uma Análise Da Construção Do Discurso Feminista Da Revista Elle Brasil	2017	FCL	D
Jessica Gustafson Costa	Jornalismo Feminista: Estudo De Caso Sobre A Construção Da Perspectiva De Gênero No Jornalismo	2018	UFSC	D
Francielle Esmitiz Da Silva	Jornalismo Feminista: Uma Análise Dos Processos De Comunicação Em Rede Do Portal Catarinas	2019	Unisinos	D
Camilla Rodrigues Netto Da Costa Rocha	O Consumo Simbólico Do Esporte E O Jornalismo Feminista: Entrecruzamentos Discursivos Na Representação Da Mulher Esportista Na Imprensa Feita Por E Para Mulheres	2020	ESPM	T
Leticia De Faria Avila Santos	Midialivrismo E Feminismos: Análise Da Cobertura Jornalística Com Perspectiva De Gênero Da Revista Azmina	2020	UFMS	D
Carolina Bortoleto Firmino	Gênero E Posicionamento No Esporte: A Noticiabilidade No Jornalismo Esportivo Feminista Do Dibradoras	2021	UNESP	T
Jade Vilar De Azevedo	Quando Azmina Falam: Um Estudo De Caso Sobre O Jornalismo Feminista, Digital E Interseccional Na Revista Azmina	2021	UFPB/J or.	D
Luiza Buzzacaro Barcellos	"Não É Ativismo, É Jornalismo": O Feminismo Do Projeto Celina Nas Narrativas Sobre Violência De Gênero	2021	Unisinos	D
Laura Botosso Gomes Da Silva	Mediações No Jornalismo Feminista: O Conceito De Cuidado Na Cobertura Da Pandemia De Covid-19 Pela Revista Azmina	2022	UNESP	D
Suzanne Da Silva Borela	Mulheres E Covid-19: A Mobilização De Experiências Em Uma Narrativa Jornalística Feminista Interseccional Da Pandemia No Brasil	2022	UFMS	T

Fonte: autora

De modo geral, percebi que a maioria das pesquisadoras tem formação de base em Jornalismo ou Comunicação Social. Muitas fizeram todo ou quase todo o percurso acadêmico dentro de uma mesma instituição, o que sugere a força dos vínculos locais e regionais na constituição das trajetórias. É o caso de Francielle

Esmitez da Silva, que realizou toda a sua formação na Unisinos. Além disso, foi orientada na graduação e no mestrado pelo pesquisador Ronaldo Henn e apenas no doutorado por outra pesquisadora, Maria Clara Jobst de Aquino. A graduação dela é em Publicidade e Propaganda e as demais formações em Ciências da Comunicação. Esse também é o caso de Laura Botosso Gomes da Silva, com graduação e mestrado na Unesp/Bauru, nos dois cursos orientados por Larissa Maués Pelúcio Silva.

Essa questão da permanência e sequência com o mesmo orientador tem aspectos positivos e negativos. Pode indicar redes de orientação consolidadas em certos grupos de pesquisa demonstrando estabilidade institucional, o que pode garantir condições materiais e afetivas de permanência. Além disso, a pesquisadora pode aprofundar com mais densidade um objeto ou campo específico, construindo um pensamento consistente ao longo dos anos. Contudo, permanecer no mesmo grupo e com a mesma orientação ao longo de todos os níveis pode limitar o contato com outras correntes teóricas e metodologias. A repetição de referências, autores e abordagens pode gerar um fechamento epistêmico involuntário.

Outras das pesquisadoras se deslocaram entre diferentes universidades e regiões. Nesse cenário temos, por exemplo, Letícia de Faria Ávila Santos, que apesar de se manter na graduação e mestrado na UFMS, região centro-oeste do país, está no doutorado da UFSC, região sul. Em todos os cursos ela mudou de orientador. Graduação: Marcos Paulo da Silva; Mestrado: Katarini Giroldo Miguel; Doutorado: Daiane Ribeiro Bertasso. A pesquisadora estuda questões de gênero desde a graduação.

A continuidade na área de formação também chama atenção: com exceção de Elizabeth Cardoso, que migrou para a Teoria da Literatura, todas permaneceram no mesmo campo disciplinar. Aqui vale relembrar que esse cenário é inverso ao dos pesquisadores que recebem bolsa produtividade PQ. Uma hipótese é que por se tratar de uma seleção baseada também na temporalidade, as(os) pesquisadoras(os) desse quadro são mais velhas(os). Isso também deixa implícito que as novas gerações, com maior oferta de cursos, embora centralizados no sudeste, permanecem na Comunicação e no Jornalismo. Mais uma observação acerca de Cardoso, ela é a única a que recebe bolsa PQ, mas em outra área.

Um ponto que chamou atenção foi a atuação profissional dessas pesquisadoras no universo da academia: apenas Ana Veloso é professora efetiva em cursos de comunicação. Ela atua nas graduações de *Jornalismo, Publicidade e Rádio, TV e Internet* da UFPE desde 2014. Nesse tempo, orientou duas monografias de especialização, sendo uma delas sobre gênero e mídia, e 11 de graduação, todas com temas voltados para os grupos minoritários ou as questões políticas. Entre as outras pesquisadoras, algumas têm passagem pela docência, mas como professoras substitutas, caso de Jessica Gustafsson que leciona na UFSC. Elas também participaram de bancas avaliadoras de conclusão de curso, mas nenhuma orientou trabalhos em qualquer nível. A professora Elizabeth Cardoso atualmente integra os Programas de Pós-Graduação em Literatura e Crítica Literária e em Educação: Psicologia da Educação, ambos da PUC-SP (doutorado e mestrado). Além disso, foi professora nos cursos de jornalismo (Unesp) e Literatura (Fatea-Lorena).

Essa realidade constrói uma hipótese com muita chance de se comprovar: a inserção das doutoras nas universidades, principalmente nas públicas, tem ficado cada vez mais difícil. Poucos concursos e a precarização do sistema de pesquisa brasileiro refletem em uma reserva de profissionais qualificados. Assim, a força de trabalho das professoras/pesquisadoras é cada vez mais desvalorizada e essas profissionais são empurradas para empregos que não valorizam seu nível de formação ou para faculdades particulares que precarizam ainda mais o trabalho docente no ensino superior.

Há também pesquisadoras cujo currículo não foi atualizado recentemente ou que não registram publicações novas, o que pode indicar um afastamento da carreira acadêmica. Esse é o caso de Jade Vilar de Azevedo (2021), Carolina Bortoleto Firmino (2023), Laura Botoso Gomes da Silva (2022) e Suzanne da Silva Borela (2023). Ou seja, 33,33% delas. Dentre elas, apenas Suzanne Borela e Carolina Firmino têm doutorado concluídos em 2023 e 2021, respectivamente. Entre as 12 pesquisadoras analisadas, sete já concluíram ou estão cursando o doutorado. No caso de Azevedo, o mestrado ainda não aparece como concluído por falta de atualização.

Por fim, para concluir a apresentação da trajetória das pesquisadoras, observei que embora todas pesquisem temas relacionados ao jornalismo, ao gênero

ou ao feminismo, os recortes variam bastante: há pesquisas sobre jornalismo esportivo feminista, midialivrismo e objetividade feminista, para citar alguns. Essa diversidade, longe de fragmentar o campo, demonstra que os estudos em jornalismo com abordagem feminista têm sido realizados por diferentes perspectivas e metodologias. Além disso, as ausências — na docência, nas atualizações curriculares, nas oportunidades de permanência na academia — evidenciam os limites impostos por uma política de pesquisa precarizada, que afeta diretamente as possibilidades de consolidação de qualquer campo de pesquisa, não só o do jornalismo.

Feita essa apresentação, passo para a análise qualitativa das 12 pesquisas. Para auxiliar a minha leitura, criei um protocolo para identificar as definições do jornalismo tradicional, do jornalismo feminista e as características críticas que estavam presentes nos estudos. Contudo, no decorrer da leitura, percebi a importância de também observar as definições de imprensa feminina. Dessa forma, a análise seguiu uma ficha de leitura composta pelos seguintes campos: **Informações gerais:** título, autora, ano, universidade, programa, orientação; e **quadro metodológico:** tema, objeto de pesquisa, problema, hipóteses, objetivos, procedimentos metodológicos (método e técnica), objeto empírico/corpus. pressuposto, referencial teórico/conceitos. Além disso, um espaço para anotações e citações diretas que definem o jornalismo tradicional, imprensa feminina e jornalismo feminista.

Neste momento, gostaria de explicar que a análise que se segue, em vez de reforçar o que já foi consolidado, tem como objetivo abrir novos caminhos para o debate, ampliando as discussões em torno do jornalismo feminista. Assim, ela visa à apresentação de questões não resolvidas e a identificação de lacunas que ainda existem no campo, com a intenção de contribuir para o avanço teórico da área. Ou seja, meu intuito não é fazer um juízo de valor quais pesquisas são melhores ou piores. Vale lembrar que são dissertações e teses aprovadas pelos pares, o que legitima sua qualidade. Além disso, evito citações²³ diretas dos trabalhos. Em apêndice, segue lista com citações que sustentam a análise.

²³ Deixo no apêndice II algumas das citações que sustentam a análise. Obviamente, não se tratam de todas elas, mas trago as fundamentais para exemplificar as questões levantadas, tanto quando me aproximo delas quanto quando me distancio.

Entre as pesquisadoras, há um consenso quanto ao vínculo entre o jornalismo tradicional e os valores masculinistas, patriarcais, heteronormativos e capitalista. Elas também concordam em que ele é uma forma de conhecimento e que é construído e construtor da realidade. Contudo, mesmo que seja perceptível essa noção sobre o jornalismo em todas as pesquisas, em algumas esse debate acontece apenas como pano de fundo, enquanto o foco principal é o jornalismo feminista, e o jornalismo tradicional surge como o contraponto. Entre os pesquisadores mobilizados para tratar do jornalismo (tanto o tradicional quanto o feminista) estão os nomes de Marcia Veiga, Jessica Gustafson e de Stuart Hall, destacando a força dos Estudos Culturais em nossa área, o que também é percebido em outras pesquisas com objetivos próximos aos meus (Tomazetti, 2019; Escosteguy, 2008). Além disso, a presença recorrente da produção de Veiga e Gustafson destaca a construção de referências nos estudos feministas no campo do jornalismo.

Com centralidade no jornalismo feminista, as pesquisadoras utilizam três métodos para a definição dele, que às vezes aparecem em conjunto: pela sua história, por contraste ou a partir das características da cobertura de veículos jornalísticos específicos. As estratégias adotadas dialogam com abordagens teórico-metodológicas que têm sido recorrentes ao conceituar o jornalismo. Ainda que sejam amplamente utilizadas, essas abordagens também são atravessadas por limites.

Para Felipe Pontes (2009), a história do jornalismo é uma possível ferramenta teórica para identificar continuidades e rupturas, tanto na prática quanto na formulação conceitual do campo. Analisar o passado com interesse teórico, segundo ele, possibilita compreender de que maneira prática e teoria foram se organizando ao longo do tempo e como isso nos ajuda a entender as formas atuais do fazer jornalístico. Além disso, a perspectiva histórica permite particularizar contextos, traçando as singularidades que tornam determinada prática um acontecimento digno de ser inscrito na história que se escolhe construir (Pontes, 2009). Pontes ainda indica que:

A história do jornalismo serve para demonstrar que o jornalismo não pode pautar suas concepções apenas ao presente da prática. Que a diversidade de manifestações e de práticas não deve restringir o conceito a apenas

parte do jornalismo. Que sua pesquisa não deve furtar-se da atividade de conceituar, de esclarecer, de iluminar aspectos da teoria e da prática que não estão entendidos. A história do jornalismo possui o potencial para um trabalho de campo teórico que serve para reconhecer o campo e trazer questões pertinentes à pesquisa do jornalismo na atualidade (Pontes, 2009, p. 223).

Ainda que ofereça importantes contribuições, a tentativa de sistematizar o significado do jornalismo a partir de sua história também impõe certos limites. Em sua pesquisa, Luís Munaro (2017) analisa duas formas recorrentes de se narrar a história do jornalismo: a primeira declara o jornalismo como uma invenção anglo-americana do século XIX e a outra reconhece as publicações do século XVII como jornalismo ou pré-jornalismo. Ambas as abordagens apresentam lacunas no tratamento documental. A primeira é pouco analítica em relação às ações fundamentais empreendidas por jornalistas na invenção da profissão; a segunda se apoia na repetição de uma sequência histórica centrada em periódicos consagrados como fundadores, sem problematizar os critérios que legitimam essa posição (Munaro, 2017). O resultado é o esgarçamento do conceito de jornalismo, a ponto de qualquer forma de transmissão de informação ser enquadrada como jornalística.

Essa segunda corrente — que toma como fundadores determinados veículos e os organiza em uma cronologia pretensamente natural — é, inclusive, a que prevalece nas pesquisas que se dedicam a narrar a história do jornalismo feminista. Em grande parte dos trabalhos analisados, observei a tendência de elencar marcos inaugurais a partir de títulos específicos ou mesmo a intenção de encontrar nesse princípio do jornalismo o seu sentido de ser e sua gênese. Soma-se a isso o movimento de projetar características do feminismo contemporâneo em publicações do século XIX, desconsiderando as diferenças históricas, políticas e conceituais entre os contextos que produziram essas experiências.

Mais do que uma escolha historiográfica, essa narrativa costuma ser acompanhada de uma contraposição direta à imprensa feminina, estabelecendo uma distinção que opera tanto no plano cronológico quanto no conceitual e, assim, define-se o jornalismo feminista, em muitos casos, a partir daquilo que ele não é — o que não configura um problema, de fato. Não raro, isso resulta em uma narrativa linear, que sugere que o jornalismo feminista seria uma espécie de desdobramento mais avançado da imprensa feminina, como se ambas compartilhassem uma origem

comum e a segunda evoluísse em direção à primeira. Trata-se de uma leitura teleológica, orientada por uma lógica de progresso inevitável, que naturaliza rupturas e continuidades, como se fossem movimentos espontâneos.

Além disso, existe a tendência de despolitizar a imprensa feminina, enquanto a feminista é completamente atravessada pela ação política. É possível identificar, na justificativa de que a imprensa feminina não seria política, um movimento semelhante ao antiteoricista descrito por Terry Eagleton (2006). Para o autor, o discurso que se pretende contrário à teoria é, em si mesmo, uma forma de teoria, geralmente mais antiga, que busca esconder sua orientação sob a aparência de neutralidade ou senso comum. Aplicada ao campo jornalístico, percebo que caímos na ingenuidade de reproduzir o discurso segundo o qual a imprensa feminina é despolitizada. Pelo contrário, toda práxis é política, ainda que se queira ou tente disfarçá-la como isenta, como lembra Freire (1967; 1978; 2001; 2008).

Essa compreensão atravessa igualmente os estudos feministas, nos quais os processos simbólicos não estão à margem do poder, mas operam como um de seus modos mais eficazes. Essa noção fica perceptível, por exemplo, em Joan Scott, quando ela afirma: “(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (Scott, 1991, p. 7). Ou quando Butler vai dizer que “o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual ‘a natureza sexuada’ ou ‘um sexo natural’ é produzido e estabelecido como ‘pré-discursivo’, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura” (Butler, 2018, p.22). Compreendo que essa diferenciação se apoie no fato de que o jornalismo feminista mantém vínculo direto com os movimentos sociais progressistas, mas não se pode esquecer que a imprensa feminina também se relaciona com estruturas de poder, nesse caso, com o capital.

Esse tipo de contradição também aparece nas escolhas conceituais feitas para tratar da imprensa feminina. Em alguns dos trabalhos, utiliza-se o conceito formulado por Buitoni, que a define como “um conceito definitivamente sexuada: o sexo de seu público faz parte de sua natureza” (Buitoni, 2009, p. 17). Algumas dessas pesquisadoras que recorrem a essa definição, de forma direta ou indireta, mobilizam, ao mesmo tempo, conceituações de gênero e sexo que não dialogam

com essa perspectiva essencialista. Em um dos casos, por exemplo, é citada Judith Butler, que parte da ideia de que “se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado ‘sexo’ seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nula” (Butler, 2018, p. 22). Assim, a ideia de uma imprensa feminina definida pelo sexo do público reforça uma lógica essencialista, como se houvesse características ou interesses naturais das mulheres que, por si só, justificariam a existência de um tipo específico de imprensa voltado a elas. Essa relação conceitual evidencia um tensionamento não resolvido entre duas perspectivas que não dialogam. Em termos teóricos, essa costura é frágil: ou se considera que o gênero é uma construção discursiva e relacional e o sexo também como construto social, ou se adota uma perspectiva baseada no sexo biológico.

Outra observação acerca da definição do jornalismo feminista é que, muitas vezes, ela depende exclusivamente da análise e das generalizações sobre o veículo jornalístico que compõe o empírico. Ou seja, o jornalismo feminista é entendido a partir da produção de uma só iniciativa, o que exclui toda uma diversidade de práticas. Esse movimento é compreensível e até esperado, visto que o campo do jornalismo não tem formulado conceitos que dêem conta da definição do jornalismo feminista. Esse problema parece ser crônico no nosso campo. Na análise de Pontes sobre dissertações e teses sobre a história do jornalismo, ele alega:

O que se observa é que por falta de referentes teóricos ou de trabalhos de conceituação, o conceito de jornalismo precisa em demasia do objeto empírico analisado. As mudanças que acontecem nas redações, os conceitos trabalhados por jornalistas, as mudanças proporcionadas por novas tecnologias, a inserção e o contexto político em sua relação com as empresas jornalísticas em um dado período acabam gerando os conceitos de jornalismo. Resultado disso é que algumas pesquisas tomam a realidade empírica analisada como conceito válido para todo o jornalismo. Conceito que se esgota conforme muda o objeto, passa o tempo ou evolui o meio (Pontes, 2009, p. 216)

Isso resulta em limitações significativas. Os veículos jornalísticos estudados são todos, com exceção de um, produzidos por e para pessoas com maior privilégio, principalmente no campo educacional. Um exemplo é a Revista AzMina, que foi a produção mais analisada: a equipe é formada majoritariamente por mulheres com

ensino superior completo. Embora não haja acesso a dados exatos sobre seu público, uma breve leitura das publicações permite identificar que ele também é composto, em grande parte, por pessoas com maior nível de escolaridade e poder aquisitivo. Trata-se de um veículo que, além de produzir jornalismo, realiza outras atividades, como palestras e formações.

Conforme informado no próprio site da *Revista AzMina*, a organização conta com “diversos parceiros que financiam a estrutura institucional e de projetos de jornalismo. São recursos vindos de doações de fundações e pessoas físicas, editais e patrocínio a projetos. Também temos parceiros que prestam serviços pro bono” (Revista AzMina, [sd]). Entre esses parceiros e patrocinadores estão empresas e instituições como: *Equality Fund*, *Mama Cash*, *Open Society Foundations*, *Youtube + Google News Initiative* e *Manesco, Ramires, Perez, Azevedo Marques Sociedade de Advogados*.

Essas questões não configuram um problema nas pesquisas, mas, quando olhadas em conjunto, podem resultar na determinação do jornalismo feminista a partir de uma prática ou empresa específica. Nesse caso, falamos das práticas do jornalismo online e das empresas *Revista AzMina*, *Portal Catarinas* e *Dribladoras*. Isso exclui iniciativas como a *Rádio Mulher*, na qual todas as etapas da produção jornalística são feitas por mulheres de uma comunidade da mata sul pernambucana, com o acompanhamento de uma jornalista profissional. São realidades e propósitos diferentes, mas todas elas são e fazem o que essas pesquisas defendem como jornalismo feminista.

Em conclusão, o debate sobre o jornalismo feminista, embora promissor, ainda enfrenta desafios conceituais significativos, especialmente no que se refere à definição e à multiplicidade de suas práticas. Um reflexo dessa carência, observado ao longo de todas as temáticas que atravessam a pesquisa, é o efeito de sinonímia das expressões: *jornalismo com perspectiva de gênero*, *jornalismo feminista*, *imprensa feminista*. É, portanto, um problema maior da pesquisa em jornalismo. Termos que são jargões acabam sendo adotados como conceito, chamamos jornalismo de imprensa ou generalizamos mídia e jornalismo para falar da crítica de jornalismo.

Pensando dos estudos feminista, no qual me insiro, concordo com hooks (2019) ao declarar a importância das feministas definirem o que é o feminismo para

estruturar sua teoria. Corroboro também com Gonzalez (2020), ao enfatizar o poder das palavras e criar a proposta do *pretoguês*. É importante para o feminismo e a sua produção jornalística um conceito que seja capaz de explicar sua complexidade. O próximo tópico tem como objetivo buscar algumas pistas para essa tarefa. Para tanto, apresento mais duas formas utilizadas pelas pesquisadoras para definir o jornalismo feminista: pela relação entre objetividade (jornalismo tradicional) e subjetividade (jornalismo feminista) e pela transversalidade das questões feministas na prática jornalística. Assim, proponho ao final passos iniciais para significar o *jornalismo com perspectiva feminista*.

5.3. UMA PROPOSTA PARA O JORNALISMO COM PERSPECTIVA FEMINISTA

A partir dos impasses conceituais e das múltiplas formas de nomear o que se entende por jornalismo feminista, este tópico propõe um debate acerca da nomenclatura *jornalismo com perspectiva feminista*. O ponto de partida é a constatação de que a distinção entre jornalismo tradicional e jornalismo feminista tem se apoiado sobretudo na oposição entre objetividade e subjetividade. Além disso, que o avanço da noção de transversalidade feminista no jornalismo tem, por vezes, restringido-se ao plano temático. Proponho aqui um deslocamento para compreender a perspectiva feminista como uma posição histórica e epistêmica, que tensiona a própria forma de ser e de fazer jornalismo.

Ainda que ao longo do texto eu venha a adotar majoritariamente o termo jornalismo feminista, é apenas ao final do percurso argumentativo que proponho sua substituição por *jornalismo com perspectiva feminista*. Essa escolha metodológica permite que a mudança terminológica não se antecipe à própria argumentação, mas surja como desdobramento teórico das reflexões apresentadas.

Para propor o debate sobre os sentidos da adjetivação do jornalismo, mais especificamente, ao refletir sobre os limites e as potências da expressão jornalismo feminista, é necessário delimitar o que se entende por jornalismo. Parto do pressuposto de que ele é um produto histórico das estruturas capitalistas e da sociedade burguesa (Genro Filho, 1987; Pontes, 2009; 2015). Com outras palavras, fatores tecnológicos relacionados à circulação da informação, sociodemográficos e

comerciais da metade do século XIX, fornecem as bases materiais e sociais para o jornalismo (Genro Filho, 1987; Pontes, 2009; 2015).

O jornalismo não é somente uma modalidade de informação. Também não pode ser confundido com o meio em que é produzido. Ou seja, não é imprensa, televisão, rádio ou internet. Trata-se de uma prática profissional que nasce de uma necessidade social profunda. Nesse sentido, não pode ser reduzido à epifenômeno do capitalismo ou como aparelho ideológico de classe burguesa (Pontes, 2015. p. 395).

Ele é um produto histórico da burguesia, “[...] mas um produto cuja potencialidade a ultrapassa e se expressa desde agora de forma contraditória, à medida que se constituiu como uma nova modalidade social de conhecimento cuja categoria central é o singular” (Genro Filho, 1987, p.23). Portanto, entender essa forma de conhecimento implica reconhecer a relação dialética entre o singular, particular e universal, que são “[...] os reflexos de situações objetivas na natureza e na sociedade, que devem ser confirmadas na práxis humana a fim de se tornarem [...] categorias lógicas” (Lukács, 2018, p.81). Ou seja, não são criações arbitrárias do pensamento, mas, sim, traços, estruturas da realidade objetiva validados na práxis. Genro Filho (1987) considera que:

No universal, estão contidos e dissolvidos os diversos fenômenos singulares e os grupos de fenômenos particulares que o constituem. No singular, através da identidade real, estão presentes o particular e o universal dos quais ele é parte integrante e ativamente relacionada. O particular é um ponto intermediário entre os extremos, sendo também uma realidade dinâmica e efetiva (Genro Filho, 1987, p.170)

Para exemplificar a relação dialética entre as categorias, recorro a um exemplo dado por Livia Moraes (2021). A pesquisadora recupera a reflexão de Angela Davis sobre o trabalho doméstico, destacando que as mulheres negras não eram donas de casa em tempo integral. Por essa razão, campanhas em favor do salário para o trabalho doméstico não produziam entre elas o mesmo efeito que em grupos de mulheres brancas de classe média. No plano singular, podemos imaginar a experiência de uma trabalhadora negra que, além de cuidar de sua casa, realiza faxinas em lares de famílias brancas. Sua vivência particulariza e materializa, no cotidiano, a universalidade do trabalho doméstico na reprodução social do capital.

No jornalismo, Genro Filho usa o caso da cobertura de uma greve. O singular será o fato do *aqui e agora* (imediato), específico daquele movimento. O jornalismo precisa saber quem está em greve, o que se reivindica, quem são os líderes, qual o pronunciamento dos empresários. A notícia da greve, contudo, não existe fora do tempo-espço, portanto será contextualizada por um cenário político particular, por outros movimentos de greve ou outros fenômenos sociais relevantes. Por fim, o universal não é um detalhe empírico do acontecimento, mas a estrutura mais ampla que dá sentido a ele. Genro Filho complexifica e diz que o singular é a forma do jornalismo, “[...] a estrutura interna através da qual se cristaliza a significação trazida pelo particular e o universal que foram superados. O particular e o universal são negados em sua preponderância ou autonomia e mantidos como o horizonte do conteúdo” (Genro Filho, 1987, p.172).

Sabendo que o jornalismo é uma forma de conhecimento diferente da ciência e da arte, ao cristalizar no singular, passo à explicação de como ele supera a organização social que o criou. O próprio capitalismo é uma forma particular de modo de produção e, por isso, não é linear, mas contraditório e transitório (Moraes, 2021). É essa mesma contradição que desprende o jornalismo dele.

Genro Filho (1987, p. 188-193) explica essa condição por meio das duas cidadanias, real e imaginária, para tratar da ambivalência do jornalismo. A primeira delas, no contexto burguês, é baseada em um sistema de direitos e deveres, que promete a igualdade de todos perante a lei. No entanto, na prática, ela se concretiza em desigualdades sociais, econômicas e políticas. A cidadania imaginária corresponde ao ideal de igualdade e liberdade. Ela existe concretamente no plano do discurso jurídico e político, sustentando a ideia de uma igualdade abstrata. A contradição entre essas cidadanias está no desajuste entre a universalidade prometida pela cidadania formal e a realidade excludente produzida pelas condições materiais do sistema. Para Genro Filho,

Por um lado, o jornalismo vem suprir necessidades profundas dos indivíduos e da sociedade que, teoricamente, independem das relações mercantis e capitalistas, embora tenham sido necessidades nascidas de tais relações e determinadas por elas. Não se trata, então, de carências meramente subjetivas ou ideológicas dos indivíduos que, através do jornalismo, teriam reforçada sua “condição imaginária” de cidadania. Por outro lado, em virtude do caráter de classe da sociedade burguesa, o jornalismo cumpre uma tarefa que corresponde aos interesses de reprodução objetiva e subjetiva da ordem social (Genro Filho, 1987, p. 179-180).

Portanto, é a ambivalência do próprio capitalismo que abre espaço ao contraditório permitindo outras práticas jornalísticas, mas não outros jornalismo. Trago uma abordagem ontológica do jornalismo que em síntese diz:

O jornalismo apresenta claramente as características dialéticas da liberdade (que tem sua gênese na escolha alternativa entre opções) e da necessidade (vinculada aos carecimentos da sociedade e da estrutura de posições dispostas pelos diferentes complexos econômicos e superestruturais – incluindo a ação do próprio jornalismo sobre si). Nesse sentido possui uma gênese, resultado de uma necessidade social complexa, que se manifesta de diferentes maneiras, em diferentes sociedades, mas que possui uma unicidade como resposta ao caminho de universalização concretizado pelo capitalismo. Estabelece formas específicas de relação com a realidade, demandando a compreensão de sua inserção na vida social. E se constitui como ideologia, seja na forma de disputas políticas pela hegemonia, como na forma de conhecimento, de oferecimento do acúmulo socialmente construído ao longo da história (Pontes, 2015, p. 316).

Essa leitura é a base para o que desenvolvo a partir daqui. Nas condições que trouxe, não existem outros jornalismo, mas ele pode ser tensionado por diferentes sujeitos. Quando dizemos: o jornalismo tradicional é objetivo e, em seguida, que o jornalismo feminista é mais adequado à sujeividade; ou quando colocamos que precisamos romper com a objetividade; que a objeividade é um obstáculo para o jornalismo feminista; ou que, dentre as características do jornalismo feminista está a subjetividade acionamos a lógica: *se, logo*. Se o jornalismo tradicional é objetivo, logo o feminista é subjetivo. Mais a fundo, chamar de jornalismo feminista deixa a entender que ele é um epifenômeno do jornalismo, um tipo que existe em dependência do outro.

Como dito anteriormente, notei que as teses e dissertações analisadas tendem a definir o jornalismo tradicional e o jornalismo feminista acionando essa lógica. Em vez de recusar essas contribuições das pesquisadoras, busco dialogar com elas a partir de um referencial que me ajuda a ler a objetividade e a

subjetividade de uma nova forma. Assim, estou partindo da noção de que, se existe apenas um jornalismo, historicamente determinado pelas contradições do capitalismo, o que varia é como ele pode ser atravessado por diferentes perspectivas políticas e epistêmicas. Com outras palavras, a forma jornalística é uma, é singular, mas pode ser tensionada por diversas práticas (particular). É nesse ponto que emerge a ideia do *jornalismo com perspectiva feminista* e não de um jornalismo feminista como tipo autônomo.

Essa mudança pode parecer simples à primeira vista, mas realiza transformações significativas para a apreensão da prática do jornalismo. Linguisticamente, a escolha por essa expressão não é apenas retórica, mas possui implicações gramaticais e discursivas. Em termos sintáticos, tanto *feminista* quanto *com perspectiva feminista* atuam como adjuntos adnominais, qualificando o substantivo jornalismo. No entanto, enquanto o adjetivo *feminista*, ao incidir diretamente sobre jornalismo, cria a impressão de um novo jornalismo — ou mesmo de uma subcategoria dele —, a locução *com perspectiva feminista* organiza-se de maneira diferente. Nela, *feminista* qualifica *perspectiva*, e *perspectiva feminista*, por sua vez, qualifica *jornalismo*. Essa estrutura evita a essencialização de um novo tipo de jornalismo e indica, em vez disso, um posicionamento ou um ponto de vista a partir do qual se interpreta e se pratica o jornalismo. Assim, preserva-se a ideia de uma unidade, aberta a diferentes perspectivas situadas, históricas e políticas.

A análise sintática que faço tem como inspiração o debate construído por bell hooks (2019) acerca do sentido das frases: *sou feminista* e *defendo o feminismo*. Para ela, *sou feminista* tem uma “[...] estrutura linguística que remete à identidade e à autodefinição da pessoa” (hooks, 2019, p. 63). Em contraponto a essa ideia, hooks ressalta a necessidade de enxergar o feminismo como um compromisso político e não como uma identidade individual. Essa mudança, na perspectiva dela, é capaz de fortalecer o engajamento político.

Tenho constatado que dizer “sou *feminista*” geralmente significa que estou conectada a noções preconcebidas de identidade, papel e comportamento. Quando digo “defendo o feminismo”, a resposta que geralmente surge é “o que é feminismo?”. A frase “defendo o feminismo” não implica o tipo de absolutismo sugerido pela afirmação “sou *feminista*”. Ela não nos engaja naquela mentalidade dualista que constitui um componente ideológico central de todos os sistemas de dominação da sociedade ocidental. Implica antes que uma opção foi feita, que o compromisso com o feminismo é um ato de vontade. Não sugere a ideia de que, uma vez firmado o compromisso com o feminismo, desaparece qualquer possibilidade de apoio a outro movimento político (hooks, 2019, p. 63).

Além dessas questões da linguagem, pondero algumas outras de caráter teórico. Primeiramente, recuso a ideia de *perspectiva* como opinião ou percepção pessoal. Compreendo-a como uma forma de entender as relações reais entre os seres humanos e o mundo material em que vivem (Hartsock, 1993). Essa ideia é embasada na abordagem marxista “[...] de que uma visão correta da sociedade de classes só está disponível a partir de uma das duas principais posições de classe na sociedade capitalista” (Hartsock, 1993, p. 284)²⁴. A filósofa Nancy Hartsock, ao complexificar a condição do proletariado como privilegiada, descreve a natureza do ponto de vista, que aqui chamo de perspectiva, da seguinte maneira:

Um ponto de vista não é simplesmente uma posição interessada (interpretada como tendenciosa), mas é interessada no sentido de estar engajado. É verdade que o desejo de ocultar as relações sociais reais pode contribuir para uma narrativa obscurantista, e também é verdade que o gênero e a classe dominantes têm interesses materiais em engano. No entanto, um ponto de vista implica a afirmação de que existem algumas perspectivas da sociedade a partir das quais, por muito bem-intencionadas que sejam, as relações reais dos seres humanos entre si e com o mundo natural não são visíveis (Hartsock, 1993, p.285)²⁵.

Embasada em Marx e Lukács, Hartsock (1993) não aplica a teoria de classe a qualquer grupo de trabalhadores, mas às práticas sociais institucionalizadas e à epistemologia e ontologia manifestadas pela divisão sexual do trabalho. Para ela, o trabalho das mulheres difere do trabalho dos homens e isso, além de ser central

²⁴ Do original: [...] that a correct vision of class society is available from only one of the two major class positions in capitalist society.

²⁵ Do original: A standpoint is not simply an interested position (interpreted as bias) but is interested in the sense of being engaged. It is true that a desire to conceal real social relations can contribute to an obscurantist account, and it is also true that the ruling gender and class have material interests in deception. A standpoint, however, carries with it the contention that there are some perspectives on society from which, however well-intentioned one may be, the real relations of humans with each other and with the natural world are not visible

para a organização do trabalho social em geral, também traz consequências para a epistemologia quando pensamos em uma perspectiva feminista. Essa transformação tem como pilar cinco implicações, que são:

(1) A vida material (posição de classe na teoria marxista) não só estrutura como estabelece limites à compreensão das relações sociais. (2) Se a vida material está estruturada de formas fundamentalmente opostas para dois grupos diferentes, é de esperar que a visão de cada um represente uma inversão da outra e, em sistemas de dominação, a visão disponível para os governantes será tanto parcial como perversa. (3) A visão da classe dominante (ou do gênero) estrutura as relações materiais em que todas as partes são forçadas a participar e, por isso, não pode ser descartada como simplesmente falsa. (4) Consequentemente, a visão disponível para o grupo oprimido tem de ser lutada e representa uma conquista que requer tanto a ciência para ver por baixo da superfície das relações sociais em que todos são forçados a participar, como a educação que só pode crescer a partir da luta para mudar essas relações. (5) Enquanto visão empenhada, a compreensão do oprimido, a adoção de um ponto de vista que expõe as relações reais entre os seres humanos como desumanas, aponta para além do presente e tem um papel historicamente libertador (Hartsock, 1993, p. 285)²⁶

Essa leitura compreende que o trabalho das mulheres, assim como o dos homens, também une corpo e mente para transformar substâncias naturais (alimentos ou objetos) e também a transformação da realidade social (Hartsock, 1993). Mas, no caso das mulheres, as contribuições para a subsistência no capitalismo têm dupla consequência: no trabalho doméstico, o cuidado com o lar e a criação de uma vida familiar, e no remunerado, produtos socialmente importantes em fábricas e escritórios, por exemplo (Hartsock, 1993).

²⁶ Do original: (1) Material life (class position in Marxist theory) not only structures but sets limits on the understanding of social relations. (2) If material life is structured in fundamentally opposing ways for two different groups, one can expect that the vision of each will represent an inversion of the other, and in systems of domination the vision available to the rulers will be both partial and perverse, (3) The vision of the ruling class (or gender) structures the material relations in which all parties are forced to participate, and therefore cannot be dismissed as simply false. (4) In consequence, the vision available to the oppressed group must be struggled for and represents an achievement which requires both science to see beneath the surface of the social relations in which all are forced to participate, and the education which can only grow from struggle to change those relations. (5) As an engaged vision, the understanding of the oppressed, the adoption of a standpoint exposes the real relations among human beings as inhuman, points beyond the present, and carries a historically liberatory role.

Assim, o trabalhador masculino, no processo de produção, está envolvido no contato com a necessidade e em intercâmbio com a natureza, bem como com outros seres humanos, mas o processo de produção ou de trabalho não consome toda a sua vida. A atividade da mulher em casa, bem como o trabalho remunerado, a mantém continuamente em contato com um mundo de qualidades e mudanças. A sua imersão no mundo do uso - em processos materiais concretos, multiquificados e mutáveis - é mais completa do que a dele. E se a própria vida consiste em atividade sensorial, a posição vantajosa de que as mulheres dispõem com base na sua contribuição para a subsistência representa uma intensificação e um aprofundamento da visão materialista do mundo e da consciência de que dispõem os produtores de mercadorias no capitalismo, uma intensificação da consciência de classe (Hartsock, 1993, p. 292)²⁷.

Nessa condição, Hartsock (1993) destaca que as mulheres trabalham mais do que os homens e isso se expressa tanto na sobrecarga da dupla jornada quanto na natureza dos trabalhos que realizam. Em sua maioria, as mulheres dedicam o tempo de trabalho à produção de valores de uso, ou seja, àquilo que é essencial à reprodução da vida: alimentos, roupas, móveis, limpeza, cuidado e educação (Hartsock, 1993). Além disso, a repetição nesse tipo de trabalho assume características próprias. Mesmo quando comparável ao trabalho fabril, pela repetição do gesto, o trabalho doméstico se distingue: a limpeza nunca finda, a casa suja novamente, a louça reaparece cotidianamente (Hartsock, 1993). Ao contrário do que ocorre na produção de um tênis, por exemplo, no trabalho doméstico não há produto final delimitado, nem objetivo claro. É com essa fundamentação que, para Hartsock (1993), o homem trabalhador está em uma posição chamada por ela de “estação de passagem” (*way station*), em um ponto intermediário entre o capitalista e a mulher.

Apesar de concordar com as colocações de Hartsock (1993), considero necessário reconhecer as limitações da Teoria do Ponto de Vista (Feminist Standpoint Theory) para que se avance na construção de possibilidades concretas de uma perspectiva feminista no e para o jornalismo. Ela, em seu texto, opta por “[...] deixar de lado as importantes diferenças entre as mulheres através das fronteiras de

²⁷ Do original: Thus, the male worker in the process of production, is involved in contact with necessity, and interchange with nature as well as with other human beings but the process of production or work does not consume his whole life. The activity of a woman in the home as well as the work she does for wages keeps her continually in contact with a world of qualities and change. Her immersion in the world of use – in concrete, many-qualified, changing material processes – is more complete than his. And if life itself consists of sensuous activity, the vantage point available to women on the basis of their contribution to subsistence represents an intensification and deepening of the materialist world view and consciousness available to the producers of commodities in capitalism, an intensification of class consciousness.

raça e classe e, em vez disso, procurar pontos comuns centrais” (Hartsock, 1993, p. 290)²⁸. Essa escolha metodológica revela uma fragilidade importante: ao tomar como base um modelo homogêneo de mulher, corre-se o risco de reproduzir uma epistemologia que silencia as experiências históricas das mulheres negras, indígenas, trans e pobres.

Embora Hartsock (1993) também reconheça o perigo de fazer uma análise com essa exclusão, o ato não é suficiente. Pensadora da mesma corrente de Hartsock, Donna Haraway (2018) admite a contribuição dos feminismos socialista e marxista — lugar do qual ambas as pesquisadoras falam — na aplicação do significado de trabalho de Marx, o que permite considerar o trabalho não remunerado. Com esse movimento, elas deslocam a base da categoria mulher da biologia para a divisão sexual do trabalho. O que está em jogo, para Haraway (2018), é que a unidade da categoria mulher continua sendo produzida, agora não mais por uma ideia natural de corpo, mas por uma epistemologia fundada na ontologia do trabalho.

Ainda segundo Haraway (2018), “não existe nada no fato de ser ‘mulher’ que naturalmente una as mulheres. Não existe nem mesmo uma tal situação — ‘ser’ mulher” (Haraway, 2018, p. 47). Assim, a identidade da mulher de cor, por exemplo, não acontece pela existência de uma essência entre as mulheres de cor, mas de uma construção autoconsciente formada a partir da exclusão histórica e da negação de categorias tradicionais como mulher ou negro (Haraway, 2018). Existe uma identificação por coalizão, por afinidade, e não por identificação natural. Portanto, essa consciência de oposição é politicamente construída e reconhece as diferentes experiências entre as próprias mulheres de cor (Haraway, 2018).

Observando uma realidade diferente de Haraway (2018) e Hartsock (1993), Gonzalez (2020) contextualiza essa diferença a partir da América Latina e afirma:

Tratar, por exemplo, da divisão sexual do trabalho sem articulá-la com seu correspondente em nível racial é recair numa espécie de racionalismo universal abstrato, típico de um discurso masculinizante e branco. Falar da opressão à mulher latino-americana é falar de uma generalidade que oculta, enfatiza, que tira de cena a dura realidade vivida por milhões de mulheres que pagam um preço caro por não serem brancas. Concordamos

²⁸ Do original: [...] lay aside the important differences among women across race and class boundaries and instead search for central commonalities.

plenamente com Jenny Bourne, quando afirma: 'Eu vejo o antirracismo como algo que não está fora do Movimento de Mulheres, mas sim como algo intrínseco aos melhores princípios feministas' (Gonzalez, 2020, p. 42).

Aqui tomo alguns cuidados, porque a concepção da necessidade de destacar a inter-relação entre raça, classe e gênero pode levar a sistemas duplos ou triplos. Contudo, minha concepção é a de uma teoria unitária, fundamentada na Teoria da Reprodução Social (TRS), que tem por método a relação entre universal, particular e singular, a partir da categoria totalidade. Ou seja, "a defesa do método, assim, é também a defesa de uma práxis política transformadora e emancipatória" (Moraes, 2021, p.134).

Se, no jornalismo, a categoria do singular é ponto de partida, na TRS se coloca em destaque a categoria mediação (particularidade), "[...] como fundamental para pensar os desafios postos à sociabilidade generificada e racializada e a totalidade social capitalista, de uma perspectiva feminista marxista" (Moraes, 2021, p.132). Segundo Livia Moraes, essa teoria, que ainda está em construção e, consequentemente em disputa, não toma capitalismo, patriarcado e racismo como sistemas autônomos e com leis próprias. A exploração e as opressões fazem parte de um único sistema, "[...] uno e contraditório, e que as análises devem ocorrer desde a perspectiva de totalidade, que envolvam exploração, opressão, alienação, dominação e expropriações, desenvolvidas em níveis de abstração diversos e integrados" (Moraes, 2025, p.310).

Como se nota, a TRS é uma crítica, em movimento de aproximação e distanciamento, à interseccionalidade e à consubstancialidade. Compreender essa relação é fundamental para o conceito de objetividade e subjetividade ao pensar o jornalismo feminista. Segundo Moraes (2021), a interseccionalidade trata as opressões como sistemas separados que apenas se cruzam e acaba produzindo uma solidariedade baseada na adição de discriminações. Ainda para ela, as materialistas francesas, com a consubstancialidade, mostram que classe, raça e patriarcado não se cruzam depois de existir, mas nascem imbricados. Trata-se, para elas, de uma trama única de relações sociais.

A limitação dessas abordagens é a ausência de um fundamento ontológico que capte as relações sociais no capitalismo; uma ontologia integrativa que se

debruça sobre a relação entre objeto-sujeito. Não se trata de uma soma, visto que o todo não é resultado da soma das partes (Moraes, 2021). Nas palavras de Moraes

A solução para os problemas até aqui apontados não pode se bastar em apenas adicionar a categoria “classe social” nos desenvolvimentos teóricos, mas entender como as relações sociais se estruturam, na particularidade do tempo presente, na dialética entre o concreto dessas relações, com suas singularidades e particularidades, e a totalidade social, historicamente constituída e repleta de contradições (Moraes, 2021, p. 149).

Adiciono mais uma questão, concordando novamente com Moraes, quando ela rebate a crítica ao essencialismo marxista:

A crítica ao “essencialismo marxista” feita pelos pós-modernos diz respeito a uma não compreensão do que seja universalidade em Marx. Equivocam-se em uma noção enrijecida e fetichizada de universal. É preciso “compreender a universalidade em uma contínua tensão com a singularidade, em uma contínua conversão em particularidade e vice-versa” (Lukács, 1970, p. 96) (Moraes, 2021, p.152)

Dito isso, preciso agora tratar da relação objeto-sujeito para trazer também ao jornalismo feminista uma ontologia integrativa. Quando trata da relação objeto-sujeito, Saffioti (2019) emprega a expressão dessa forma justamente para enfatizar a indissociabilidade entre quem conhece e aquilo que é conhecido. Essa formulação não é arbitrária: ela é embasada nas teses de Feuerbach, de Marx (1845), onde se afirma que o sujeito e o objeto não existem de forma independente, em especial na primeira, onde Marx afirma:

A principal insuficiência de todo o materialismo até aos nossos dias — o de Feuerbach incluído — é que as coisas [*der Gegenstand*], a realidade, o mundo sensível são tomados apenas sobre a forma do *objecto* [*des Objekts*] ou da contemplação [*Anschauung*]; mas não como *atividade sensível humana, práxis*, não subjectivamente (Marx, 1845, [s/p])²⁹

Sujeito e objeto não são categorias fixas ou ontologias separadas, mas expressões distintas de uma mesma dinâmica (Saffioti, 2019). A realidade objetiva existe sem depender da subjetividade dos sujeitos, mas a subjetivação-objetivação só se dá na práxis, na execução da vida. Isso quer dizer que “quando os seres humanos, seja individualmente, seja coletivamente, se apropriam do resultado de sua práxis procedem à subjetivação, tornando-se sujeitos que, por sua vez, se

²⁹ Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1845/tesfeuer.htm>>

objetivam por meio de sua atividade” (Saffioti, 2019, p. 140). Complemento com as palavras de Marx:

Adquirindo novas forças produtivas, os homens transformam o seu modo de produção e, ao transformá-lo, alterando a maneira de ganhar a sua vida, eles transformam todas as suas relações sociais. O moinho movido pelo braço humano nos dá a sociedade com o suserano; o moinho a vapor dá-nos a sociedade como o capitalismo industrial (Marx, 1985, p. 106).

Com outras palavras, um processo dialético, em que a subjetivação-objetivação só ocorre no movimento da vida em execução. Nessa perspectiva, só é sujeito quem se apropria do mundo, quem age sobre a realidade, aquele que faz história. Essa estrutura recusa tanto o relativismo quanto o determinismo. A verdade não é garantida por uma consciência isolada, nem imposta por uma realidade externa. Ela só pode ser verificada na práxis: “A questão de saber se ao pensamento humano pertence a verdade objectiva não é uma questão da teoria, mas uma questão prática” (Marx, 1845, [s/p]). Também não há sujeito anterior à história, como mostra Marx na Tese III (Marx, 1845, [s/p]): “A doutrina materialista de que os seres humanos são produtos das circunstâncias e da educação [...] esquece que as circunstâncias são transformadas precisamente pelos seres humanos e que o educador tem ele próprio de ser educado”. A mediação entre sujeito e realidade é sempre ativa, histórica e transformadora. Contudo, como enfatiza Saffioti, a subjetivação e a objetivação não acontecem de maneira livre e simétrica.

Quando as relações entre pessoas assumem a forma fantasmagórica de relações entre as coisas, o objeto a ser apropriado está reificado. A isto “corresponde uma subjetivação alienada. Isso esclarece também que não há uma precedência nem do sujeito nem do objeto, mas da atividade, da práxis, que é a condição e pressuposto da vida e da história humanas” (Silveira, 1989:50, grifos no original) (Saffioti, 2019, p. 141).

Portanto, a própria essência humana não está no indivíduo isolado, mas “[...] é o conjunto das relações sociais” (Marx, 1845, [s/p]). Nesse ponto, destaco um diálogo possível entre Saffioti (2019) e Genro Filho (1987). Se, para Genro Filho a ambiguidade do jornalismo é resultante da estrutura contraditória do próprio capitalismo, que ele materializa com a noção de cidadania real e imaginária, para Saffioti essa fissura está na ideologia. A ideologia, em sua perspectiva, é a inversão

dos fenômenos sociais, uma máscara que oculta as relações de dominação. Mas não se trata de uma estrutura impenetrável, pois ela também é porosa e abre espaço para a emergência de contraideologias oriundas da práxis. Ou seja,

É importante dizer, conforme Arruzza (2017), que afirmar que o todo social é dominado pela dinâmica capitalista não é mesmo que dizer que o imperativo capitalista é absoluto, que ele é a base econômica que determina mecanicamente toda a ideologia de uma sociedade, ou que o capitalismo é a base, e o patriarcado é a sua superestrutura ideológica (Moraes, 2021, p.151).

Em uma última tentativa de sintetizar essa dialética da relação objeto-sujeito, pensando o contexto dos estudos em jornalismo, trago uma pertinente síntese elaborada por Pontes:

Trata-se, para Lukács, de uma relação dialética entre realidade e ser, da qual não é possível dissociar o ato da apropriação do vínculo mútuo e necessário reconhecimento por parte do sujeito das condições para realização do seu pôr, como também do processo criativo de transformação do objeto por parte do sujeito, objetivo do próprio pôr. Segundo, que a ontologia não se resume à anterioridade do ser em relação à consciência. A ontologia do ser social expõe a inter-relação de teleologia e causalidade, consciência e ser. Terceiro, se é válida a ênfase de Genro Filho à consciência devido ao naturalismo da tradição stalinista e o materialismo quase mecanicista em que se converteram algumas das correntes do marxismo, é igualmente perigoso cair no lado oposto, defendendo uma liberdade excessiva do sujeito que, ademais, redundaria na concepção do conhecimento como um construto e não em sua vinculação com a realidade (social, orgânica e inorgânica). (Pontes, 2015, p. 425)

Toda essa abordagem, leva a questionar afirmações como: o jornalismo feminista é mais propenso à subjetividade e a objetividade jornalística é um obstáculo. Embora acredite que esses enunciados sejam frutos de contradições epistemológicas, visto que muitas das pesquisadoras que usaram termos semelhantes, em alguns momentos afirmaram considerar objetividade e subjetividade como não opostos, precisamos repensar essa questão. É necessário complexificar os conceitos para entender características próprias da prática jornalista quando apropriada pelo projeto feminista.

Quando assim procedemos, com essa contradição conceitual, reforçamos que a subjetividade é restrita ao particular, reforçando o discurso dominante de que as emoções, por exemplo, são das subjetividades e, assim, das mulheres. Uma

alternativa, consolidada na argumentação feita neste tópico e no debate com as pesquisadoras, é evitar entender o jornalismo como machista, sexista, misógino, racista homofóbico. Ele não é fixo nem ahistórico, mas é determinado pelo seu tempo e contexto. Portanto, o jornalismo é uno, mas sua prática é condicionada a fatores também externos a ele. Costuma-se dizer que o jornalismo está em crise, mas, penso que ele está constantemente sendo disputado. O discurso da sua negação será permanente em sua história.

Nesse caminho, proponho a abertura para o conceito de *jornalismo com perspectiva feminista*. Mas, adianto, trata-se de uma pista ainda em construção. Como as pesquisadoras demonstraram, existe uma história registrada que envolve o *jornalismo com perspectiva feminista*. Consolidar esse debate demanda, principalmente, identificar as bases materiais que permitiram a emergência dessa prática. Assim, as suas especificidades surgirão. Poderemos, por fim, caracterizá-lo por ele próprio e não por semelhança com as práticas alternativas ou engajadas, por exemplo.

Além disso, complemento a proposta de Jessica Gustafsson (2018) para transversalizar as questões de gênero no jornalismo — outras pesquisadoras partiram dela para também trazer esse argumento, mas sempre se valendo de Gustafsson. Ela demonstra que temáticas como pobreza, saúde pública, políticas sociais ou violência institucional, por exemplo, atravessam de modo específico a vida das mulheres, o que exige um olhar atento às implicações de gênero em qualquer cobertura jornalística. Observo que essa transversalidade permanece, em grande parte, no âmbito temático das pautas e fontes, sem alterar de maneira mais profunda as bases de organização e funcionamento da prática jornalística. Radicalizo para pensar a transversalidade do modelo de negócio à organização da redação, da produção à recepção. Passo para o subtópico seguinte com um roteiro para a *crítica de jornalismo feminista*.

5.3.1. Roteiro metodológico para a crítica feminista de jornalismo

Diferentemente de um método ou protocolo, um roteiro não é uma estratégia para alcançar objetivos, nem um conjunto detalhado de instruções, procedimentos e passos específicos para a execução de um método. Trata-se, aqui, de um primeiro

passo: um instrumento inicial que poderá, no futuro, evoluir para uma formulação mais estruturada. O objetivo deste roteiro é oferecer um recurso que contribua para a construção de uma crítica feminista de jornalismo, sem pretensão de fechamento, mas de um roteiro aberto, em permanente construção.

Sua estrutura é dividida em dois componentes: Dimensões jornalísticas, apresenta as áreas do jornalismo que devem ser consideradas na análise, e Etapas da Crítica, define o processo crítico em três fases interligadas: análise, denúncia e proposição. É importante ressaltar que este roteiro não substitui metodologias de pesquisa estabelecidas. Pelo contrário, ele pode ser usado em conjunto com métodos como análise de conteúdo, análise do discurso ou análise crítica do discurso, e até mesmo com protocolos específicos, como a análise de cobertura jornalística. A escolha da metodologia complementar dependerá do objeto e dos objetivos de cada investigação.

Ao tratar da crítica, Vera França (2019) elenca diversos sujeitos e formas em que ela existe. Contudo, o foco deste roteiro é a crítica produzida no campo acadêmico, mais especificamente nos trabalhos científicos. Mesmo com essa delimitação do sujeito crítico, os objetos e as dimensões sobre as quais essa crítica pode incidir são, na verdade, bastante diversos.

Um primeiro exercício de aplicação deste roteiro foi realizado neste Capítulo 5. A proposta foi seguir, de forma coerente, seus dois componentes — Dimensões Jornalísticas e Etapas da Crítica — como orientadores do movimento de análise. De certo modo, toda a tese acompanhou uma lógica semelhante àquela que apresento neste subtópico, como se verá a seguir.

Componente 1: Dimensões jornalísticas

1. Dimensão jornalística

Estou partindo da noção de que o jornalismo é um tipo de conhecimento cristalizado no singular (Genro Filho, 1987) e que exerce um papel importante na construção da realidade social (Pontes; Silva, 2009). Assim, entendo o jornalismo como um:

[...] produto de uma prática humana cultural e social. Ele é também resultado de um processo de institucionalização e, por isso, experiência uma história que mostra sua dinamicidade, suas mudanças e complexificações. Possui inferência causal sobre os indivíduos a partir de sua prática. É fenômeno de linguagem, agindo no mundo de maneira performática, assim como transmite um fato da realidade. Por todas essas considerações, o jornalismo deve, então, ser visto como um sistema completo, uma instituição plena na sociedade (Pontes; Silva, 2009, p. 49-50).

Nesse sentido, o jornalismo ultrapassa as redações e os produtos, envolvendo também suas estruturas institucionais, seus processos de formação e seus modos de legitimação e circulação na sociedade. Essa abordagem reforça a proposta deste roteiro: uma crítica que não se limita ao produto jornalístico, mas atua sobre o jornalismo em suas distintas dimensões.

Exemplos:

- Textos e discursos jornalísticos:
Narrativas produzidas pelo jornalismo; cobertura de temas; formas narrativas; seleção e enquadramento de fontes; vocabulário e categorias mobilizadas; construção de sujeitos e representações.
- Práticas institucionais:
Políticas editoriais; processos de seleção e ascensão profissional; políticas de diversidade e inclusão; condições de trabalho e precarização; rotinas de produção.
- Estruturas organizacionais:
Hierarquias de gênero, raça e classe; divisão sexual e racial do trabalho jornalístico; modelos de financiamento e sustentação econômica.
- Circulação e apropriação pública:
Formas de circulação das narrativas jornalísticas; modos de recepção e apropriação pelo público; processos de legitimação do que é reconhecido como jornalismo; participação cidadã na crítica e

produção de narrativas.

- Formas de ensino e formação:
Currículos e práticas pedagógicas em cursos de jornalismo; epistemologias dominantes e saberes marginalizados; condições de acesso e permanência de mulheres e grupos subalternizados no campo.
- Produção acadêmica:
Teses, dissertações, artigos; categorias teóricas mobilizadas; reprodução ou ruptura de silêncios e exclusões epistemológicas.

Componente 2: Etapas da Crítica

1. Análise

Dentre as etapas da crítica, começamos com o esforço da análise, que é parte central de qualquer pesquisa. Sem a análise do mundo, do objeto, da coisa, não é possível fazer pesquisa. Esse é o ponto de partida de qualquer crítica. Uma leitura do mundo próxima àquela de Paulo Freire (1989), um trânsito de mão dupla entre a leitura do mundo e a da palavra. Assim, ele afirma que o ato de ler criticamente:

[...] não se esgota na decodificação pura da palavra escrita ou da linguagem escrita, mas que se antecipa e se alonga na inteligência do mundo. A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto” (Freire, 1989, p. 9)

Ler a palavra puramente é entender um conjunto de letras, enquanto ler o mundo envolve um conjunto de elementos sobre a realidade em que o objeto lido existe. No mesmo sentido da leitura crítica, uma análise precisa ir além do objeto e articular-se ao seu contexto. Essa ideia também é defendida de bell hooks (2020) acerca do pensamento crítico. Segundo ela, é o momento de descobrir quem, o quê, o quando, o onde e o como das coisas. É, para hooks (2020), uma ação que nasce

do anseio por saber, noção inspirada no que Freire chama de ser mais, e que difere da simples curiosidade. Cabe, nesse momento da crítica, o seu caráter pedagógico.

Perguntas possíveis:

- Quem ocupa quais posições?
- Quem pauta, quem fala, quem silencia?
- Quais epistemologias e saberes são mobilizados ou excluídos?
- Como se definem os critérios de noticiabilidade?
- Que relações de poder e opressão (gênero, raça, classe, sexualidade) estruturam a prática analisada?
- Como o jornalismo, como instituição, atua performativamente na construção da realidade social?

2. Denúncia

A denúncia sempre emerge da análise. Ela é a parte do método da exposição (Marx, 2013) na qual as contradições internas do objeto são reveladas. Dessa forma, é um produto da investigação e se manifesta na exposição. Não se trata de um juízo de valor ou moral. A sua materialização depende da compreensão do desenvolvimento histórico do objeto, da revelação das relações de poder envolvidas e da demonstração dos impactos do que está sendo denunciado.

Perguntas possíveis:

- Que relações de dominação são reproduzidas?
- Que epistemologias ou experiências são silenciadas?

- Quais são os efeitos sociais e políticos das práticas analisadas?
- Como as práticas jornalísticas performam e reforçam (ou tensionam) desigualdades de gênero, raça, classe e sexualidade?
- Que pressupostos normativos precisam ser desnaturalizados?

3. Proposição

A proposição é resultado de um tensionamento. Ela é uma alternativa, um movimento de transformação. Todo o processo da crítica é político, como vimos com Freire (1967; 1978; 2001; 2008), mas, neste momento final, o caráter político se sobressai, pois é o momento em que a pesquisadora afirma a sua existência no conhecimento que produz.

Perguntas possíveis:

- Que alternativas epistemológicas e metodológicas podem ser formuladas?
- Que práticas institucionais e organizacionais poderiam ser transformadas?
- Que modelos de financiamento poderiam favorecer maior democratização e justiça social no campo jornalístico?
- Como tensionar e transformar os processos de formação e produção de saberes no jornalismo?
- Como criar caminhos de circulação e apropriação mais democráticos e inclusivos para as narrativas jornalísticas?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crítica feminista existe na produção científica de jornalismo. Compreendendo o feminismo como essa crítica intrínseca, busquei investigar como ela opera no jornalismo. Meu objetivo principal desdobrou-se em três etapas estratégicas: descrever e interpretar como a crítica feminista incide sobre o jornalismo; mapear as temáticas abordadas e suas permanências ou mudanças ao longo do tempo; identificar os conceitos do feminismo que são apropriados pela crítica ao jornalismo; e observar os conceitos jornalísticos que são tensionados ou recusados. Em um movimento consequente desse conjunto de objetivos, esboço um roteiro para a construção crítica. Além disso, no processo de análise-denúncia-proposta, trago contribuições para o conceito de jornalismo com perspectiva feminista como sugestão para substituir o termo jornalismo feminista.

A apresentação das conclusões também adota uma estratégia em etapas, nesse caso duas. Primeiramente, apresento conclusões específicas dos tópicos que constroem os capítulos. Assim, aspectos já apresentados nesses espaços reaparecem em diálogo. Em um segundo momento, exponho a minha tese, com observações que também colocam em tela os seus limites e as possibilidades deixadas pelas argumentações edificadas com a pesquisa.

A primeira parte da tese, composta pelos capítulos dois e três, funciona como base concreta para depois avançar na abordagem sobre a crítica feminista de jornalismo, pois evidencia que para qualquer formulação conceitual só se sustenta quando se atenta às condições materiais e institucionais da produção do conhecimento. Ainda que limitada a uma análise mais qualitativa e sem a capacidade de abraçar todo o campo, essa cartografia auxilia a ilustrar potencialidades e problemas estruturais e estruturantes nos espaços em que fazemos pesquisa.

Com o primeiro capítulo, segui caminho distinto do realizado na dissertação (Almeida, 2018) e observei as questões institucionais a partir de três frentes de produção de conhecimento: as linhas de pesquisa, os bolsistas produtividade e a produção dos eventos científicos da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós) e da Intercom (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação).

Ao falarmos da institucionalização do campo, temos como marco a criação de associação (SBPjor), revista científica (Brazilian Journalism Research), Programas de Pós-Graduação, linhas de pesquisa e Grupos de Trabalhos e Grupos de Pesquisas específicos. Como visto em Anunciação (2020), esse fenômeno acontece no decorrer das décadas de 2000 e 2010. Contudo, essa institucionalização não representa ausência de embates. O jornalismo ainda disputa legitimidade científica, que esbarra na definição e defesa da existência de um objeto de estudo. Ainda em observação ampla, alegou que a produção acadêmica em jornalismo deve ser analisada como trabalho intelectual inserido na lógica capitalista, o que implica reconhecer tanto sua dimensão transformadora quanto sua sujeição a interesses econômicos e políticos, uma dualidade própria da sociedade burguesa.

Em relação à análise empírica, trago como resultado a observação de um campo marcado pela desigualdade regional, com concentração de ppgs e de recursos na região Sudeste. Basta observar que as instituições com o maior número de pesquisadores contemplados com a bolsa produtividade da CNPq estão nesse eixo. Dos 173 bolsistas, 17 estão na UFRJ, 14 na USP e 13 na UFF e na UFMG, respectivamente. Também se destaca uma questão de poder. Essas instituições têm os programas mais antigos, com maior quantidade de programas e de linhas de pesquisa. Vale ainda destacar que, em muitos casos, a limitação de recursos atua como barreira à internacionalização de PPGs menores e aprofunda outras assimetrias regionais.

Além disso, o recorte de gênero entre os bolsistas produtividade e sênior conservou desigualdade em comparação aos dados coletados para a dissertação (2018) e aos atuais. Mas, para conseguir identificar esse problema, é necessário olhar para outras variáveis. Em 2018, eram 68 pesquisadores e 67 pesquisadoras, o que poderia representar estabilidade. Contudo, elas eram maioria entre as que recebiam as menores bolsas e os homens eram maioria em todos os outros níveis. O cenário atual desenha um problema diferente. São 91 homens e 82 mulheres. Elas continuam minoria no topo, mas deixaram de ocupar o maior espaço no chão da fábrica. Elas estão esmagadas na faixa do meio. O que sinaliza para uma maior desigualdade no número de homens e mulheres bolsistas em todos os níveis para o futuro.

Ainda em comparação aos dados de 2018 e os atuais, percebi um crescimento significativo dos programas de pós-graduação, com uma expansão de 27% em sete anos (2015-2022). Dentre os cursos com maior avanço, tiveram destaque os de doutorado, que passaram de 17 para 31, e os mestrados profissionais, de 1 para 10. Esse último dando destaque a indústria e mídias criativas, visto os nomes de alguns dos programas: Inovação em comunicação e economia criativa (UCB), Mídia criativa (UFRJ), Indústria criativa (Unicap) e Comunicação e indústria criativa (Unipampa). Assim, quando observadas as linhas de pesquisas, além de um êxito produtivo focado nos processos de produção e prática do jornalismo, também encontramos pesquisas dedicadas às novas tecnologias e linguagens do jornalismo.

Na interface do jornalismo com a crítica, encontrei 145 trabalhos entre teses e dissertações no período que vai de 2017 a 2022. Divididos em cinco subcategorias, a nomeada de Análise Crítica se sobressai com 60% da produção do período. Apesar do grande volume, percebi também um uso genérico do termo crítica, assim como identificou Zank (2016) nos estudos da educação. A palavra aparece, na maioria das vezes, com significado de que a análise feita ali será contra ou de oposição a algo. Em outros momentos, ele surge relacionado a metodologia da Análise Crítica do Discurso, principalmente no seu caráter de método, com abordagem teórica restrita.

Os trabalhos enquadrados na categoria Crítica de Jornalismo apresentam duas vertentes, a primeira é a autodeclarada crítica de mídia, que, em sua maioria, tematiza os observatórios, as colunas de ombudsman e o público. A outra alega realizar uma crítica de jornalismo a partir de expressões como crítica de cobertura jornalística e foca na prática jornalística. No total, encontrei 58 trabalhos, sendo 41 teses e 17 dissertações, defendidos entre 1972 e 2022. Nessa categoria reforcei o que já havia identificado em pesquisa anterior (Almeida, 2022): existe uma confusão entre os termos crítica de mídia e crítica de jornalismo. Essa questão é reflexo de uma pesquisa acerca da crítica de jornalismo dispersa. Além disso, esses estudos se concentram em três instituições: UFSC, Unisinos e UFMG. Os docentes com maior volume de orientação são Gislene Silva, Rogério Cristofolletti e Bruno Souza Leal.

O segundo capítulo da primeira parte apresenta as interlocuções entre o jornalismo e o feminismo. A cartografia dos estudos em jornalismo que trabalham com os estudos de gênero e feminismo mostrou 390 pesquisas em 50 anos. A categoria com maior volume foi a de Mulheres no Jornalismo, que reúne pesquisas que, de alguma maneira, analisam como as mulheres são representadas no jornalismo. Foram 76 dissertações e 18 teses. Em seguida, os estudos sobre a imprensa feminina (65 dissertações e 7 teses) e os sobre a população LGBTQIA+ (35 dissertações e 6 teses). Essas são temáticas que têm maior longevidade e essa é uma das razões para a colocação, com exceção da categoria Mulheres no Jornalismo.

Embora sejam pesquisas centradas na análise do discurso, percebe-se também uma preocupação com as “coisas” e não apenas com as “palavras”. Uma demonstração disso é a categoria Mulher Jornalista, dedicada à pesquisa acerca da mulher profissional do jornalismo e seus problemas da realidade concreta. Já as categorias Femicídio e Violência contra mulher representam a aproximação da academia com o movimento social.

As pesquisas em jornalismo que são atravessadas pelo feminismo apresentam crescente em três fases. Entre 2017 e 2019 teve crescimento exponencial, em 2020 uma queda de produção com recuperação em 2021 e 2022. Apesar disso, alguns dos silenciamentos estruturais do movimento feminista permanecem. Existe um baixo número de pesquisas sobre mulheres não brancas e apenas 1 dissertação sobre mulheres lésbicas, por exemplo.

Duas problemáticas centrais a respeito de ausências são percebidas nesse segundo capítulo. A primeira delas é sobre o uso dos termos gênero e feminismo/feminista nos títulos, resumos e palavras-chave dos trabalhos. Do universo de 390 pesquisas, 153 utilizaram a palavra gênero (39,2%), 33 feminismo ou feminista (8%), e 47 (12%) ambos os conceitos. Isso quer dizer que 52,3% das pesquisas não utilizam nem o termo gênero nem feminismo/ feminista. São 204 trabalhos. Esse resultado me levou à conclusão de que ainda predominam os estudos voltados majoritariamente para as mulheres. Por fim, não encontrei o termo crítica feminista de jornalismo. Ainda assim, isso não exclui a possibilidade da existência da ação. Primeiro surge a coisa, depois o seu nome.

Esta primeira parte, auxiliou a compreender como funciona o ambiente do qual pertencem as teses e dissertações que analiso. Assim, antes mesmo de chegar na leitura das pesquisas para identificar como o projeto crítico feminista opera no jornalismo pude estabelecer parâmetros de relação. Desta forma, fui aos estudos com a percepção de que estudos conceituais ainda não são fortes em nosso campo, visto que a materialidade do produto chama maior atenção. Essa fragilidade também pode ser percebida no uso simplório do termo crítica nos estudos feministas e da crítica de jornalismo. Além disso, a confusão entre mídia e jornalismo e a baixa incidência de conceitos fundamentais do feminismo nas teses e dissertações também caminham para essa percepção. Por essa razão, busquei começar a segunda parte da tese com um capítulo para compreender conceitualmente a crítica.

Essa escolha demonstra a crítica não apenas como teoria, mas atitude, prática e transformação histórica, no primeiro momento. O caminho perpassou a história no intuito de identificar as mudanças e permanências de significados. Em relação ao encontrado no campo da crítica de jornalismo, encontro que a questão da dualidade ou mesmo a de se opor a algo intrínseco a crítica pode vir das suas relações primeiras, quando ela estava mais vinculada ao juízo do valor. Por exemplo, quando passa do religioso ao político, a crítica se instaura como instrumento de distinção entre verdadeiro/falso e belo/feio, como indicou Koselleck (1999). Combina também, em certa medida, com a proposta interpretativa de Foucault (s/d) para a emergência da crítica de ser governado ou não ser governado por. Percebi também as marcas da compreensão da crítica que são da modernidade: a crítica como razão ou esclarecimento (Kant, 1985). É preciso, contudo, lembrar Adorno e Horkheimer (2014) para que essa crítica não passe ao nível do mito. Em síntese, a crítica emerge como a atitude de não ser governado, transformou-se em recurso racional da modernidade, e no século XX, precisa esclarecer de si mesma para não cair no mito.

Por tratar de uma crítica específica, a crítica feminista, precisei aproximar dela o seu conceito. Esse movimento começou com a interlocução com Paulo Freire (2008;2001; 1989, 1978; 1967). Assim, amplio o que foi debatido anteriormente ao articular crítica política e pedagógica, deslocando o conceito para a dimensão da prática transformadora e da libertação. Com essa concepção, a crítica deixa de ser um exercício intelectual e passa a constituir uma práxis com implicações concretas

para a vida social. Nesse processo, destaco ainda a importância da crítica para momentos de crise e de quebra da credibilidade do jornalismo, tanto no seu caráter pedagógico como político.

Com essa base filosófica construída no capítulo anterior, apresento a crítica feminista como projeto político e revolucionário, não apenas como atitude individual, mas como compromisso coletivo de transformação social. O jornalismo é situado como espaço de disputa epistêmica e política. Portanto, tal qual um projeto revolucionário, o projeto crítico feminista opera no jornalismo em um movimento de disputa. Ou seja, o feminismo disputa a produção de conhecimento e de sentido, apropriando-se da ciência, da linguagem e do jornalismo como arenas de transformação social. Os resultados da investigação até aqui demonstraram ser estratégica a categoria Jornalismo Feminista (18 dissertações e 4 teses) como a de análise. Além disso, nela percebi potencial inovador e movimento recente de conceituação da prática jornalística a partir do feminismo.

Se de maneira ampla, os estudos feministas tematizam diferentes questões no e do jornalismo, na categoria específica analisada, Jornalismo Feminista, as temáticas focaram mais em questões voltadas para como o jornalismo com perspectiva feminista faz jornalismo. Com exceção das dissertações de Veloso (2005) e Cardoso (2004), as produções têm início no final da década de 2010, percepção semelhante à análise da dissertação também (Almeida, 2018). Essa diversidade de recortes empíricos e metodológicos não fragmentam o campo, mas o fortalecem, mostrando que os estudos a respeito do jornalismo com perspectiva feminista são construídos a partir de múltiplas perspectivas. Além disso, as iniciativas jornalísticas que se autodeclaram feministas são recentes. Isso significa que os estudos ainda estão em fase inicial, com pouco mais de 10 anos de desenvolvimento.

Essa crítica revela, ainda, uma preocupação recorrente com o caráter discursivo do jornalismo. Dos 10 trabalhos analisados, seis abordam essa dimensão a partir de diferentes perspectivas. Gustafson (2018) compreende o jornalismo como uma prática discursiva; Borela (2022) investiga os sentidos produzidos pelas narrativas jornalísticas; Viviane Cardoso (2017) analisa a construção do discurso feminista no jornalismo; Francielle da Silva (2019) observa como um portal de jornalismo com perspectiva feminista mobiliza critérios técnicos, sociais e narrativos

ao atuar nas dinâmicas das redes sociais; Luíza Barcellos (2021) estuda as narrativas de violência de gênero em um projeto jornalístico feminista; e Camilla Rocha (2020) examina os entrecruzamentos discursivos na representação da mulher esportista em produto de jornalismo com perspectiva feminista. Os demais trabalhos abordam questões distintas, como o percurso histórico do jornalismo com perspectiva feminista (Cardoso, 2004) ou a produção radiofônica de um coletivo de mulheres (Veloso, 2005).

Na categoria foram encontradas 22 pesquisas, contudo, escolhi como critério de seleção o uso simultâneo dos termos gênero e feminismo/feminista, o que garante trabalhos que tanto desenvolve e trabalham com conceito importante para o feminismo como por um recorte teórico feminista. Além disso, duas dissertações foram desconsideradas por tratarem de práticas das redes sociais sem tanta aproximação com o jornalismo. Assim, no final, analisei 12 trabalhos, sendo três teses e nove dissertações.

A partir da trajetória das pesquisadoras revelam questões importantes para o campo. Todas têm formação em cursos da comunicação (publicidade e propaganda e jornalismo), sendo maioria o de jornalismo. A maioria delas permanece na mesma instituição e com orientadores, com a vantagem de continuidade e riscos de fechamento epistêmico. A inserção acadêmica delas é frágil, pois poucas atuam como docentes efetivas em universidades públicas. Algumas passaram pela docência como professoras substitutas, o que demonstra uma estrutura do sistema de pesquisa e docência altamente precarizado.

Quanto ao conteúdo das pesquisas, há consenso entre as pesquisadoras sobre o vínculo do jornalismo tradicional com valores patriarcais, heteronormativos e capitalistas. Assim, para definir o jornalismo com perspectiva feministas elas recorrem a três artifícios: (i.) pela história, com narrativas de origem e marcos inaugurais; (ii.) pelo contraste com o jornalismo tradicional ou a imprensa feminina; e, por fim, (iii.) pela análise de práticas específica, com estudos sobre veículos e coberturas determinados. Além disso, nesse último recurso, elas colocam, em alguns momentos, em oposição objetividade e subjetividade. Esses métodos são úteis, mas também apresentam limites, como o risco de projetar características do feminismo contemporâneo em experiências passadas; excesso de foco em marcos inaugurais; e definição restrita a uma única prática.

O que coloquei em debate na tese é a expansão dessa ideia. A crítica feminista de jornalismo existe e é recente, mas em outros campos ela já se desenvolve há mais tempo. Existe um conjunto de críticas feministas e não só nas universidades. bell hooks (2019) diz que a luta depende exclusivamente de uma pessoa para acontecer, mas o movimento feminista só existe quando um grupo de pessoas organizadas se dispõem a transformar, a mudar a realidade concreta das pessoas a partir do combate a opressão sexual. Isso que chamam de movimento, e em muitos casos de coletivo, eu chamo de projeto crítico feminista e a crítica feminista no nosso campo é um dos braços dele. Um projeto que, como percebe-se nas análises, propõe novas formas de ser no mundo.

A ideia de apropriação opera no jornalismo transversalmente, assim como defenderam todas as pesquisas analisadas. Acrescentei ao trabalho das colegas a ideia de uma radicalização. A perspectiva feminista, quando incide no jornalismo, precisa atravessá-lo em todas as suas dimensões (Componente 1 do roteiro de pesquisa). Pensá-lo, como Felipe Pontes e Gislene Silva (2009), em toda a sua complexidade. Por isso, é importante que a Crítica de Jornalismo Feminista se dedique na investigação das pautas. Mas também precisamos colocar na mira a dimensão dos currículos e práticas pedagógicas, como fizeram Marcia Veiga e Gean Gonçalves em suas teses de doutorado.

Essa complexidade demanda ferramentas de análise sofisticadas e, aqui, a crítica demonstra seu caráter epistemológico, propondo novos conhecimentos. Esse ponto pode parecer distante e difícil de concretizar por causa da abstração que demanda. Mas, para deixar mais didático, utilizo o exemplo do feminicídio. Uma realidade das mulheres no mundo inteiro que é debatido (Componente 2/ Etapa 1 do roteiro de pesquisa, análise) no movimento feministas desde a década de 1970. Essa demanda chega na universidade (Componente 2/ Etapa 2, denúncia), surge um conceito e depois, uma lei (Componente 2/ Etapa 3, proposição). Novas formas de conhecer o real que transformam a realidade e a vida das pessoas. Nesse momento também se percebe o deslocamento metodológico.

Em um modelo guia, sintetizei esse caminho como um suporte técnico para o momento metodológico de outras pesquisas que pretendam realizar uma crítica feminista de jornalismo. O roteiro não resolve problemas próprios para métodos, mas tem como objetivo complementar. Ele é provisório e tenho pretensão de continuar.

Ele é dividido em dois componentes, as dimensões jornalísticas e as etapas da crítica. A primeira se relaciona diretamente com o objeto empírico da pesquisa e a segunda com procedimentos metodológicos, ainda que, da forma apresentada, ainda não seja suficiente para constituir protocolo ou método. As etapas são três: a análise, a denúncia e a proposição. A primeira delas é uma etapa de toda pesquisa: a investigação; a segunda expõe lógicas desviantes; e, por fim, a terceira constrói caminhos.

De forma sintética, concluo, de forma central, que o jornalismo deve ser compreendido como uma forma social única, historicamente determinada pelo capitalismo e pelas contradições que o atravessam. Não se trata de reconhecer tipos de jornalismo, como o tradicional, feminista ou alternativo, mas de entender que a forma jornalística pode ser tensionada por diferentes perspectivas políticas e epistêmicas. Assim, o feminismo se afirma não como adjetivo acessório, mas como crítica e projeto político. Ele é mais que atitude ou identidade individual, visto que constitui compromisso revolucionário que busca transformar as estruturas de dominação, propondo novas formas de ser e de narrar o mundo.

É nesse movimento que emerge a crítica feminista de jornalismo, aqui formulada como categoria teórico-metodológica. Ela articula três momentos que são: análise, denúncia e proposição. Dessa forma, é capaz de operar tanto na investigação acadêmica quanto na prática jornalística. A partir desse percurso, defendo que a expressão mais adequada é jornalismo com perspectiva feminista. A escolha não é meramente terminológica, é mais um recurso para evitar a essencialização de um novo tipo de jornalismo e, ao mesmo tempo, preservar a unidade da forma jornalística enquanto abre espaço para práticas críticas. Nesse sentido, o conceito de perspectiva feminista possibilita um entendimento de crítica mais amplo no que diz respeito à relação entre jornalismo, sociedade e transformação social. Além disso, as análises mostraram que a oposição entre objetividade e subjetividade, recorrentemente usada para diferenciar jornalismo tradicional e feminista, é insuficiente e precisa ser superada, o que pode acontecer a partir de uma crítica da própria forma jornalística.

Reconheço que a tese não esgota as questões que se colocam à crítica feminista de jornalismo. Pelo contrário, ela abre trilhas a serem exploradas em trabalhos futuros. Dentre todas as limitações, destaco a necessidade de maior

complexificação do modelo guia proposto ao final da tese e de reconhecer as bases materiais que possibilitaram a prática de um jornalismo atravessado pelo feminismo para assim defini-lo sem impor uma divisão de vários tipos jornalísticos. Apesar disso, compreendo que essas limitações podem e serão articuladas para estruturar novas pesquisas.

Por fim, afirmo que elevar o feminismo à crítica é projetar o futuro.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

AHVA, Laura; STEENSEN, Steen. Journalism theory. **In: The handbook of journalism studies**. Routledge, 2019. p. 38-54.

ALBUQUERQUE, Renan et al. O bolsonarismo e a cólera nas redes sociais: reflexão e crítica sobre a comunicação do submundo. **Emancipação**, v. 24, p. 1-18, 2024.

ALMEIDA, Gabriela. A crítica de jornalismo nos estudos de crítica de mídia. **In: Congresso brasileiro de Ciências da Comunicação**, 45., 2022, João Pessoa. Anais [...]. João Pessoa: Intercom, 2022.

_____. O lugar da produção científica brasileira sobre o jornalismo e os estudos feministas e de gênero (2016). **In: Colóquio Mulher E Sociedade**, 6., 2019, Ponta Grossa. Anais [...]. Ponta Grossa, 2019.

_____. **A mulher na pesquisa em jornalismo**: teses e dissertações defendidas em programas de pós-graduação em jornalismo e comunicação do Brasil (1972-2015). 2018. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018.

ALMEIDA, Amanda. **Movimento antivacinas na internet**: da apropriação e recirculação do jornalismo de saúde ao empoderamento de grupos no Facebook. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

ANUNCIAÇÃO, Cristiano. A pesquisa brasileira em jornalismo: história e institucionalização. **Revista Comunicação Midiática**, v. 15, n. 1, 2020.

ANUNCIAÇÃO, Cristiano. **Dos estudos sobre jornalismo às teorias do jornalismo**: reflexões epistemológicas. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

ARENDT, Hannah. **Liberdade para ser livre**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2018.

BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista à ciência. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 2008.

BARBOSA, Paula Évelyn Silveira. **Trajetória da Imprensa Lésbica no Brasil (1981-1995)**: uma história possível para (re)-pensar o jornalismo. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019.

BARROS, Samuel; CARREIRO, Rodrigo. **A discussão pública e as redes sociais online**: o comentário de notícias no Facebook. **Revista Fronteiras**, v. 17, n. 2, 2015.

BECKER, Denise. **Transparência como valor e prática**: contribuições do projeto Credibilidades para o jornalismo brasileiro. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

BIANA, Hazel T. Extending bell hooks' feminist theory. **Journal of International Women's Studies**, v. 21, n. 1, p. 13-29, 2020.

BITTENCOURT, Wania Célia. **Critérios de crítica de mídia noticiosa**: Uma investigação a partir da polêmica do livro didático. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, 2014.

BORGER, Merel et al. Constructing participatory journalism as a scholarly object: A genealogical analysis. **Digital journalism**, v. 1, n. 1, p. 117-134, 2013.

BRAGA, José Luiz. **A sociedade enfrenta sua mídia**. Editora Paulus, 2006.

BRAGA, Ana Paula Goulart Ribeiro; BEZERRA, Juliana; LIMA, Samuel. Projeto de extensão para educação midiática e crítica de jornalismo. **REBEJ** (Brasília), v. 9, p. 158–179, 2019

BITTONI, Dulcilia Schroeder. **Mulher de papel**: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira. São Paulo: Summus, 2009.

BUTLER, Judith. O que é a crítica? Um ensaio sobre a virtude de Foucault. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, v. 1, n. 22, p. 159–179, 2013.

CALLADO, Ana Arruda. **Amazona, Valquiria e Vitória Régia**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995

CHRISTOFOLETTI, Rogério. Tesis para una autocrítica de los observatorios de comunicación / Thesis for a self-criticism of the media observatories. **Revista Internacional de Comunicación y Desarrollo**, v. 2, p. 105, 2017a.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. O problema da assimilação da crítica: percepções de ouvidores, observadores e ombudsmans de imprensa no Brasil. In: Carla Candida Rizzotto. (Org.). *A gente vê por aqui? Práticas e Reflexões sobre crítica de mídia*. 1ed. Londrina: Syntagma Editores, 2017b.

CHRISTOFOLETTI, Rogério; MOTTA, Luiz Gonzaga (Orgs). **Observatórios de mídia: olhares da cidadania**. São Paulo: Paulus, 2008.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. Observatorio de medios: un caso brasileño. **Revista Latinoamericana Comunicación Chasqui**, v. 95, p. 40-45, 2006.

CNPQ. Bolsas e auxílios: modalidades. **Governo Federal**, [2025?]. Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/aceso-a-informacao/bolsas-e-auxilios/copy_of_modalidades/bolsas-modalidades>. Acesso em: 10 jul 2025.

COACCI, Thiago. Encontrando o transfeminismo brasileiro: um mapeamento preliminar de uma corrente em ascensão. **História Agora**, v. 1, n. 15, p. 134-161, 2014.

COELHO, Dionatas Alison. **A construção social da crítica das práticas jornalísticas**: Dispositivos críticos na esfera pública em rede. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Universidade do Vale do Rio Sinos. São Leopoldo, 2019.

COSTA, Marina. **Uol Tab: a inovação na reportagem multimídia?** Análise das características e elementos das narrativas jornalísticas na web. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, 2021;

COMPÓS. Programas. **Compós**, [2025?]. Disponível em: <<https://compos.org.br/programas/>>. Acessado em: 10 jul 2025.

DABBOUS, Yasmine Tarek. **"Blessed be the critics of newspapers"**: journalistic criticism of journalism 1865-1930. Tese (Doutorado em Filosofia) - Louisiana State University, 2010.

DE MORAES, Ângela Teixeira; BORGES, Rogério Pereira. Pode-se explicar o jornalismo pelo seu discurso? Reflexões epistemológicas para uma matriz teórica do campo. **COMPÓS**. 2025.

DINES, Alberto. **O papel do jornal e a profissão de jornalista**. 9. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Summus, 2009.

DUARTE, Constância Lima. **Imprensa feminina e feminista no Brasil**: século XIX: dicionário ilustrado. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

DUARTE, Daniel Edler; BENETTI, Pedro Rolo. Pela Ciência, contra os cientistas? Negacionismo e as disputas em torno das políticas de saúde durante a pandemia. **Sociologias**, v. 24, p. 98-138, 2022.

DURÃO, Fabio Akcelrud. **O que é crítica literária?** São Paulo: Nankin Editorial, Parábola Editora, 2016.

EAGLETON, Terry. **Teoria da Literatura**: uma introdução. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

EAGLETON, Terry. **A função da crítica**. São Paulo: Martins Fontes Editora, 1991.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Coord. da tradução, revisão técnica e prefácio: Isabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FENAJ. **Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil**, Relatório 2024. 2025.

FLECK, Amaro. Afinal de contas, o que é teoria crítica?. **Princípios**, v. 24, n. 44, p. 97–127, 2017.

FLORES, Vinícius. **Vigiar e compartilhar**: marcas da violência armada nas redes digitais do Fogo Cruzado. Tese (Doutorado em Comunicação)- Universidade do Vale do Rio Sinos, São Leopoldo, 2021.

FOUCAULT, Michel. **O que é crítica?** Crítica e Aufklärung. Tradução de Gabriela Lafetá Borges; revisão de Wanderson Flor do Nascimento. Espaço Michel Foucault, s/d. Disponível em: <http://michel-foucault.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/critica.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2021

FRANÇA, Vera. Contraponto: o que critica a crítica de mídia numa época de múltiplas mídias?. Palestra proferida no **III Colóquio de Crítica de Mídia**, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

FRANCISCO, Kárita Cristina. O jornalismo e as redes sociais: participação, inovação ou repetição de modelos tradicionais?. **Prisma**. com, n. 12, p. 193-218, 2010.

FRANCISCATO, Carlos. As fronteiras do campo do jornalismo: uma análise a partir da notícia como objeto de estudo. **In: Encontro Nacional da Compós**, 2013, Salvador. Anais eletrônicos... Salvador: Compós, 2013.

FRANCO, Jean. Apuntes sobre la crítica feminista y la literatura hispanoamericana. **Hispanamérica**, p. 31-43, 1986.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do compromisso**: América Latina e educação popular. Indaiatuba, SP: Villa das Letras, 2008.

_____. **Política e educação**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

_____. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1989.

_____. A alfabetização de adultos: é ela um quefazer neutro? **Educação & Sociedade**, n. 1, p. 64–70, 1978.

_____. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

GRILLO, Gabriela. **A emoção como dimensão epistemológica do jornalismo como forma social de conhecimento**. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. 1987. 253 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1987.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. **in**: Hollanda, Heloise. Pensamento feminista hoje: perspectivas decolônias. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

HARAWAY, Donna. **Manifesto ciborgue**: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

HARTLEY, John. **The Popular Reality**: journalism, modernity and popular culture. London: 1996.

HARTSOCK, Nancy C. M. The feminist standpoint: developing the ground for a specifically feminist historical materialism. **In**: SANDRA HARDING; MERRILL B. HINTIKKA (Ed.). Discovering reality: feminist perspectives on epistemology, metaphysics, methodology, and philosophy of science. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, 1983. p. 283–310.

HAUSER, Vanessa. **A práxis das redações em contexto de crise**: continuidades e rupturas no jornalismo. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Universidade do Vale do Rio Sinus, São Leopoldo, 2017.

HOLLADA, Heloisa Buarque. O estranho horizonte da crítica feminista no Brasil. **Nuevo Texto Crítico**, 1995.

hooks, bell. **Teoria feminista**: da margem ao centro. São Paulo: Perspectiva, 2019.

_____. **O feminismo é para todo mundo**. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 2018

_____. **Ensinando a transgredir**: educação como prática da liberdade. São Paulo: Elefante, 2013.

HORKHEIMER, Max. Teoria tradicional e teoria crítica. **In**: HORKHEIMER, Max et al. Textos escolhidos. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. 117–161. (Coleção Os Pensadores).

HRENECHEN, Vanessa. **O observatório da imprensa como espaço de crítica de mídia**: análise dos textos da seção Imprensa em questão. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019.
HUMM, Maggie. **Feminist criticism**: Women as contemporary critics. (No Title), 1986.

HUMM, Maggie. **Feminist criticism**: Women as contemporary critics. (No Title), 1986.

INTERVOZES. **Desinformação**: ameaça ao direito à comunicação muito além das fake news. São Paulo, 2019.

JARDELINO, Fábio; CAVALCANTI, Davi; TONIOLO, Bianca. A proliferação das fake news nas eleições brasileiras de 2018. **Comunicação Pública**, 2020.

JUNIOR TAVARES, Renato. **Programação de tv**: conceitos, estratégias, táticas e formatos. Dissertação (Tese em Comunicação) - Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, 2019.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária de São Francisco, 2015. (Coleção Pensamento Humano).

KANT, Immanuel. **Resposta à pergunta**: que é esclarecimento. Textos seletos, v. 9, 1985.

KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise**: uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro. EDUERJ: Contraponto, 1999.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo. **Diversidade & Interdisciplinaridade** - teses e dissertações: Ciências da Comunicação. ECA-USP, 1972-2002. São Paulo, Nupem, 2003.

LOURES, Ângela da Costa Cruz. Pequena história da crítica de mídia no Brasil. In: CHRISTOFOLETTI, Rogério; MOTTA, Luiz Gonzaga (Orgs). Observatórios de mídia: olhares da cidadania. São Paulo: Paulus, 2008.

LUCAS, Regina. **Mobilização antiracista e representatividade pós George Floyd**: um estudo de caso sobre a inédita bancada negra do programa jornalístico em pauta. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, 2022.

LUKÁCS, Georg. **Introdução a uma estética marxista**: sobre a particularidade como categoria da estética. São Paulo: Instituto Lukács, 2018

MACHADO, Elias. Dos estudos sobre o jornalismo às teorias do jornalismo. **E-Compós**. 2004.

MAGALHÃES, Lilian Ferreira. Obra cultural e científica: Contribuições de Otto Groth para a construção de Teorias do Jornalismo. **COMPÓS**. 2025.

MALDONADO, Alberto. Explorações sobre a Problemática Epistemológica no Campo das Ciências da Comunicação. In: LOPES, Maria I. V. (org). **Epistemologia da Comunicação**. São Paulo: Editora Loyola, 2003 p. 205-225.

MARTINEZ, Fabiana Jordão. Militantes e radicais da quarta onda: o feminismo na era digital. **Revista Estudos Feministas**, v. 29, 2021.

MARTINO, Luis Mauro Sá. A formação do capital científico no campo acadêmico do jornalismo: dimensões institucionais, teóricas e de ensino. **Pauta Geral**, v. 11, n. 1, p. 4-4, 2024.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **A miséria da filosofia**. São Paulo, Globo, 1985.

_____. I. **Teses sobre Feuerbach**, 1845. Tradução disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1845/tesfeuer.htm>. Acesso em: 21 set. 2024.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto do partido comunista**. Editora Expressão Popular, 2008.

_____. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MASIELLO, Francine. Discurso de mujeres, lenguaje del poder: reflexiones sobre la crítica feminista a mediados de la década del 80. **Hispanamérica**, p. 53-60, 1986.

MEDITSCH, Eduardo; AYRAS, Milena; BETTI, Juliana. Dez anos do Posjor UFSC: relato do percurso e perfil da produção. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, 2017.

MIRANDA, Amanda. **Narrativas híbridas do científico e o popular no jornalismo especializado em saúde**. Tese (Doutorado em Jornalismo) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2018.

MELO, José Marques de. **Teoria do Jornalismo**: identidades brasileiras. São Paulo: Paulus, 2006.

MORAES, Livia. Porque retomar o debate sobre "casamento e divórcio" entre feminismo e marxismo? **Germinal**: marxismo e educação em debate, Salvador, 2025.

MORAES, Livia. Relação entre universal, particular e singular em análises feministas marxistas: por uma ontologia integrativa. **PLURAL**, 2021

MORAN, Rachel; USHER, Nikki. Objects of journalism, revised: rethinking materiality in journalism studies through emotion, culture and 'unexpected objects'. **Journalism**, v. 22, n. 5, p. 1155-1172, 2021.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Crítica da mídia: da resistência civil ao desenvolvimento humano. In: CHRISTOFOLETTI, Rogério; MOTTA, Luiz Gonzaga (Orgs). Observatórios de mídia: olhares da cidadania. São Paulo: Paulus, 2008.

MUNARO, Luís Francisco. O momento do Jornalismo: Entre a Cultura e a Técnica da Notícia. **Leituras do Jornalismo**, n. 7, 2017.

OGAWA, Alfredo. **Mídia e ódio**: como a agressividade da audiência no ambiente digital impacta a relação leitor-jornal. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

OUARDI, Samira. La critique des médias à l'ère de leur industrialisation: contours d'une problématique et traces d'une tradition. **Mouvements**, n. 61, p. 11–22, 2010. Disponível em: <<https://shs.cairn.info/revue-mouvements-2010-1-page-11?lang=fr>> Acesso em: 13 maio 2021.

PINZANI, Alessandro. Teoria crítica e justiça social. *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, v. 12, n. 1, p. 88-106, 2012.

PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, L. (Org). A prática feminista e o conceito de gênero. *Textos Didáticos*, n. 48. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002, p. 7-42.

PONTES, Felipe Simão. **Adelmo Genro Filho e a teoria do jornalismo no Brasil**: uma análise crítica. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2015.

PONTES, Felipe. **Teoria e História do Jornalismo**: desafios epistemológicos. 2009. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

PONTES, Felipe; SILVA, Gislene. Jornalismo e realidade: da necessidade social de notícia. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 18, p. 44-55, dez. 2009.

QUADRADO, Jaqueline; FERREIRA, Ewerton. Ódio e intolerância nas redes sociais digitais. *Revista Katálisis*, 2020.

QUEIROZ, Adriana. **Crise de autoridade jornalística e críticas ao jornalismo nas eleições 2018**: uma análise dos comentários dos leitores nas páginas dos jornais Campo Grande News e Correio do Estado no Facebook. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2020.

RECUERO, Raquel. Redes sociais na internet, difusão de informação e jornalismo: elementos para discussão. *Metamorfoses jornalísticas*, v. 2, p. 1-269, 2009.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. **Revista Estudos Históricos**, v. 1, n. 31, p. 147-160, 2003.

ROCHA Arthur. **Paródia satírica e crítica midiática nas notícias fictícias do site Sensacionalista**. Dissertação (Mestrado em Estudos da Mídia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

ROCHA, Paula Melani. **As mulheres Jornalistas no Estado de São Paulo**: o processo de profissionalização e feminização da carreira. Tese (Programa de

Pós-graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004

ROCHA, Paula Melani; ROVIDA, Mara Ferreira; VILLANUEVA, Lina María Patricia Manrique. Sobreviventes da pauta: o adoecimento das jornalistas sob ataques no exercício da profissão. In: **E-Compós**. 2025.

ROCHA, Paula Melani; VILLANUEVA, Lina Manrique; DOLGAN, Alex Daniel. Adoecimento e silenciamento: os impactos dos ataques contra as jornalistas mulheres brasileiras. Chasqui: **Revista Latinoamericana de Comunicación**, n. 158, p. 189-204, 2025.

ROCIO, Lais. **Vítimas do silêncio**: jornalismo literário e representação de mulheres em contextos históricos. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Territorialidades) - Universidades Federal do Espírito Santo, Vitória, 2022.

RODRIGUES, Tacyana. **Jornalismo em provação**: contribuições das Sociologias Pragmáticas Francesas para o estudo do Jornalismo. Tese (Doutorado em Comunicação Social) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

ROMANCINI, Richard. **O campo científico da Comunicação no Brasil**: institucionalização e capital científico. Tese (Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

ROSAS, Juliana. **Quem vigia os vigilantes?** O ombudsman e a teoria da crítica de imprensa. Tese (Doutorado em Jornalismo) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

RÜDIGER, Francisco. **As teorias do jornalismo no Brasil**. Insular, Florianópolis, 2021.

SAFFIOTI, Heleieth. Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. In: BUARQUE, Heloísa (Org.) *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019,

SARDENBERG, Cecília. História e memória do feminismo acadêmico no Brasil: o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM/UFBA (1983–2020). **Revista Feminismos**, v. 8, n. 3, p. 1–20, 2021.

_____. Transcrição revisada da comunicação apresentada à mesa “Teorias e Metodologias nas Pesquisas com Enfoque de Gênero”, realizada durante o I Simpósio Cearense de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero, promovido pelo NEGIF/UFC, Fortaleza, CE, mar. 2002. In: AMARAL, Célia (org.). *Teoria e práxis dos enfoques de gênero*. Salvador; Fortaleza: REDOR; NEGIF, 2004

_____. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista. **Estudos Feministas**, 2008

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar; COSTA, Ana Alice (Org.). **Feminismo, Ciência e Tecnologia**. REDOR/NEIM-FFCH/UFBA, 2002.

SARMENTO, Rayza. **Das sufragistas às ativistas 2.0**: feminismo, mídia e política no Brasil (1921 a 2016). tese (Doutorado em Ciências Políticas) Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas, Universidade Federal de Belo Horizonte, 2017.

SANTINI, Rose Marie; TERRA, Camyla; ALMEIDA, Alda RD. Feminismo 2.0: a mobilização das mulheres no Brasil contra o assédio sexual através das mídias sociais (#primeiroassedio). **P2P Inovação**, v. 3, p. 148-164, 2016.

SILVA, Gislene. Crítica de cobertura jornalística em um periódico científico espanhol e um periódico brasileiro. **Estudos de Jornalismo e Mídia**, v. 15, p. 84-99, 2019.

_____. A engrenagem da noticiabilidade no meio do redemoinho. **Revista Observatório**, v. 4, p. 308-333, 2018.

_____. Imaginário coletivo: estudos do sensível na teoria do jornalismo. **Revista Famecos**, v. 17, p. 244-252, 2011.

_____. Sobre a imaterialidade do objeto de estudo do jornalismo. **E-compós**, 2009a.

_____. De que campo do Jornalismo estamos falando?. **Matrizes**. v.3, n.1, 2009b.

_____. O fenômeno noticioso: objeto singular, natureza plural. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. v.6, n.2, 2009c.

_____. Problemática metodológica em jornalismo impresso. **Rumores**, v. 2, p. 1-9, 2008.

_____. Para pensar critérios de noticiabilidade. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis - SC, v. 2, n.1, p. 95-107, 2005

_____. **Do detalhe ao talhe**: dissertações/teses em comunicação rural. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, 1989.

SILVA, Gislene; GUSTAFSON, Jéssica; NUNES, V. ; WINCH, Rafael. O desperdício do jornalismo opinativo na cobertura da posse de Jair Bolsonaro. **Estudos de Jornalismo e Mídia**, v. 19, p. 125-139, 2022.

SILVA, Gislene; MAIA, Flávia. Análise de cobertura jornalística: um protocolo metodológico. **Rumores**, v. 5, p. 18, 2011.

SILVA, Gislene.; PONTES, Felipe . Teorias da Notícia: impasses para a Teoria do Jornalismo. **Revista Fronteiras**, v. 11, p. 176-184, 2009.

SILVA, Gislene; SILVA, Terezinha; BERTASSO, Daiane; NUNES, V. ; AZEREDO, Diana; GUSTAFSON, Jéssica. Análise da apuração jornalística na cobertura da posse de Jair Bolsonaro. **Novos Olhares**, v. 9, p. 7-20, 2020.

SILVA, Gislene; SANCHEZ M.. La crítica de la cobertura periodística en las revistas académicas españolas. **Estudios sobre el Mensaje Periodístico**, v. 24, p. 887-903, 2018.

SILVA, Gislene; SOARES, Rosana. Para pensar a crítica de mídias. **Revista Famecos**, 2014.

SILVA, Gislene; SOARES, Rosana. O método Análise de Cobertura Jornalística e o acontecimento noticioso da doença do ex-presidente Lula. **Rumores**, v. 7, p. 80, 2013.

SILVA, Gislene; SOARES, Rosana. Da necessidade e da vontade de se consumir notícia. **Comunicação, Mídia E Consumo**, v. 8, p. 181-198, 2011.

SILVA, Marcos Fabrício Lopes da. **Machado de Assis, crítico da imprensa: o jornal entre palmas e piparotes**. Dissertação (Mestrado em Letras – Estudos Literários) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras, Belo Horizonte, 2005.

SILVA, Marcos Fabrício Lopes da. Machado de Assis e Lima Barreto, críticos da imprensa. In: Encontro Nacional Do Silel, 1., 2009, Uberlândia. Anais... Uberlândia: EDUFU, 2009. Disponível em: <https://www.ileel.ufu.br/anaisdosilel/pt/arquivos/gt_lt13_artigo_6.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.

SILVA, Terezinha; SILVA, Gislene; BERTASSO, Daiane; WINCH, Rafael; SARMENTO, Anaíra. Fontes de informação na cobertura da posse presidencial de Jair Bolsonaro pela imprensa brasileira. **Rumores**, v. 15, p. 175-202, 2021.

SILVA, Wellington. **A cor do jornal: exclusão e inclusão do negro na imprensa brasileira**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

SOARES, Rosana; SILVA, Gislene . Lugares da crítica na cultura midiática. **Comunicação, Mídia e Consumo (ONLINE)**, v. 13, p. 9-'28, 2016.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do Espelho**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

SOUZA, Rafael. **A abordagem do sofrimento psíquico nas revistas Exame, Você S/A e Você RH: dimensões simbólicas das dores emocionais no ambiente de trabalho**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Paulista, São Paulo, 2022.

SWART, Joëlle et al. Advancing a radical audience turn in journalism. Fundamental dilemmas for journalism studies. **Digital Journalism**, v. 10, n. 1, p. 8-22, 2022.

TOLEDO, Eli Fernando Tavano. São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte: a manutenção da concentração socioeconômica nas metrópoles da região sudeste do Brasil. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, n. 47E, 2011.

TOMAZETTI, Tainan. **Genealogias dissidentes**: os estudos de gênero nas teses e dissertações em comunicação do Brasil (1972-2015). Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019.

UNESCO. **Jornalismo, fake news e desinformação**: manual para educação e treinamento em jornalismo. Paris: UNESCO, 2019.

VERLOO, Mieke. Gender knowledge, and opposition to the feminist project: Extreme-right populist parties in the Netherlands. **Politics and Governance**, v. 6, n. 3, p. 20-30, 2018.

WEFFORT, Francisco. **Educação e Política**: reflexões sociológicas sobre uma pedagogia da Liberdade. In: FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1967.

WOITOWICZ, Karina Janz. **Dizeres e fazeres feministas**: a tematização dos direitos reprodutivos no movimento feminista brasileiro a partir da produção midiática alternativa. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

WOOD, Mary Retta. Why bother? **Columbia Journalism Review**, 2021.

XAVIER, Ismail. O papel estratégico da crítica na formação do pensamento cinematográfico. *Rumores*, v. 13, n. 25, p. 12-31, 2019.

ZANK, Cláudia. **Criticidade na educação profissional**: prática e ferramentas dialógicas. 2016. 239 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Porto Alegre, 2016.

ZIRBEL, Ilze. **Estudos feministas e estudos de gênero no Brasil**: um debate. 2007. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política.

APÊNDICE I - Modelo da ficha de leitura**INFORMAÇÕES GERAIS**

Título:
Autoria:
Ano:
Universidade:
Programa:
Orientação:
Banca:

QUADRO METODOLÓGICO

TEMA	
OBJETO	
PROBLEMA	
HIPÓTESE	
OBJETIVOS	

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	
OBJETO EMPÍRICO/CORPUS	
PRESSUPOSTO	
REFERENCIAL TEÓRICO/ CONCEITOS	

Anotações Gerais

Comentário	Citação direta (se necessário)

Jornalismo tradicional

Comentário	Citação direta (se necessário)

Jornalismo com perspectiva feminista

Comentário	Citação direta (se necessário)

APÊNDICE II - Citações das teses e dissertações

Temáticas	Citação direta com referência
Termos sinônimo, imprensa feminina, jornalismo feminista, proposições, jornalismo tradicional/ hegemônico, imprensa/ jornalismo para/por mulheres, transversalidade, Subjetividade e objetividade.	“Posição que nos fez questionar os limites da relação entre o conteúdo do jornalismo feminista e o movimento a ele atrelado como seu contexto social; assim como as imbricações entre comunicação, cultura e política, em nível abrangente” (Silva, 2022, [Resumo] - grifo meu). “[...] nosso objetivo é compreender empiricamente o caráter totalizante dos processos culturais e comunicativos de produção dos sentidos circulantes em sociedade. Em específico, no exame das práticas mobilizadas no cotidiano de um veículo feminista”.(Silva, 2022, [Resumo] - grifo meu) “[...] partindo do referencial teórico sobre a) jornalismo feminista e b) a dimensão social do cuidado, perpassada por aspectos de gênero e raça, propomos

um uso parcial do Mapa das Mediações Comunicativas (1998) [2003], deslocando este para estudo do **jornalismo com perspectiva de gênero**”.(Silva, 2022, [Resumo] - grifo meu)

“Desse modo, tanto o conceito de gênero, como marcador social da diferença, quanto a categoria mulher, enquanto sujeito político, são operacionalizados e tensionados na trajetória da **imprensa feminista** explorada — e, conseqüentemente, trabalhadas ao longo da presente pesquisa” (Silva, 2022, p. 10 - grifo meu)

“À semelhança de Raymond Williams (1979), que com seu modelo da dinâmica cultural (MARTÍN-BARBERO, 1987, p. 110) retorna ao passado para desvendar o presente e identificar o caminho de formações futuras, reconstituimos matrizes da **imprensa feminista** para melhor compreender as particularidades do em torno da Revista AzMina — em especial, de suas matrizes culturais” (Silva, 2022, p. 62--63)

“Gradativamente, elas passam a colaborar também em veículos de comunicação da **imprensa comum** (HAHNER, 1981)” (Silva, 2022, p. 87)”

A partir do ano seguinte, Bertha é convidada a escrever sobre a emancipação feminina em jornais e revistas da **grande imprensa** (PINTO, 2003; KARAWJCZYK, 2013).

“Há pouco espaço para discutir questões de **gênero em grandes veículos de comunicação**. Quando assuntos ligados a essa temática permeiam a produção de conteúdo na **mídia hegemônica** [...]” (Borela, 2022, p.22)

“Contudo, mesmo com todas as contribuições do movimento feminista para repensar as pautas e a produção noticiosa relacionada às mulheres, ainda é possível visualizar nos **meios de comunicação hegemônicos** uma postura altamente sexista, especialmente no **jornalismo convencional**, em que as mulheres sofrem banalização, ofensas e são julgadas por sua aparência e competência (GILL, Rosalind; TOMS, Katie, 2019)” (Borela, 2022, p. 36)

A diversidade se estende à nomenclatura, nas variadas expressões para designar o jornalismo feminista e os grupos que produzem seu conteúdo. Desde o

autoexplicativo “imprensa ou mídia feminista”, “jornalismo independente com perspectiva de gênero”, e suas variações: mídias “caracterizadas por um enfoque de gênero” (BRAGA, 2019), “autodeclaradas feministas” (SCHANDER, BERTASSO, 2019) ou não sexistas (SCHANDER, 2021, p. 106). Até as um pouco mais descritivas, como o “jornalismo alternativo atento às mulheres” (SILVA, 2020), “voltado para as causas feministas”, ou “produção jornalística generificada” (BARBOSA, VARÃO, 2018, p. 26” (Silva, 2022, p. 64)

“Nesse sentido, algumas terminologias em específico chamaram nossa atenção: “mercado editorial feminino”, “imprensa voltada às mulheres” (JESUS, 2017); “jornalismo sobre mulheres e para mulheres” (BITTELBRUN, 2019) e seu complemento “mídias de notícias produzidas por, para e sobre mulheres” (CHAMBERS, STEINER, FLEMING, 2004, p. 128). Embora não utilizadas especificamente para definir o jornalismo feminista, referiam-se a um contexto que englobava também esse fazer jornalístico” (Silva, 2022, p. 65)

Definição direta

“Aqui, entretanto, deslocamos esse aporte teórico-metodológico para o jornalismo feminista, este atrelado a práticas e contextos específicos ao movimento Feminista; e, portanto, assumindo uma importância e significados na totalidade social (ESCOSTEGUY, FELIPPI, 2013, p. 18) **distintos do que os evocados pelos veículos jornalísticos hegemônicos**. O que implica considerar algumas diferenças nas realidades do nosso objeto de estudo e no modo de abordá-lo” (Silva, 2022, p.58);

“Com essa terminologia, acenamos a um movimento do jornalismo independente contemporâneo que há anos preenche o ambiente online, também compreendidas por ou relacionadas a iniciativas midialivristas (SANTOS; MIGUEL, 2018; SANTOS; MIGUEL, 2019; SANTOS, 2020); ou ciberjornalísticas (SCHANDER, 2021). **Estas apresentam-se como alternativa a mídia tradicional e comercial que, embora partilhe as mesmas bases digitais, distingue-se no restante dos aspectos produtivos que condicionam um enquadramento diferente do conteúdo final**” (Silva, 2022 61-62 - grifo nosso)

Em uma concepção mais refinada, as professoras Karina Gomes Barbosa e Rafiza Varão argumentam que produções feministas **demandam ser estruturadas a partir de um projeto que desafie “fundamentos do jornalismo ocidental à luz das contribuições feministas”** (BARBOSA, VARÃO, 2018, p. 14). Na teoria, tal possibilidade de exercer um jornalismo generificado passa por repensar “as práticas, as perguntas e os contextos” trabalhados tradicionalmente pela profissão (SILVA, 2020, pp. 67). Na prática, a empreitada exige a constante busca pelos direitos femininos e o foco em “pautas que tratem das vidas das mulheres” — mas nunca dissociadas das orientações produtivas de seu projeto de base (BARBOSA, VARÃO, 2018, p. 19). Seria o caso de desenvolver uma ótica própria de cobertura do jornalismo, e através dela evidenciar tanto as desigualdades de poder vinculadas aos gêneros (SANTOS, 2020. p. 16) como a necessidade de “repensar os modos de reprodução de valores dominantes” (SCHANDER, 2021, p. 106)” (Silva, 2022, p. 67)

“Afora responsável por pautar e defender versões alternativas às publicadas pela mídia hegemônica em assuntos relacionados às mulheres (CHAMBERS et al., 2004, p. 128, tradução nossa), o **jornalismo feminista representa outra via de atuação para suas profissionais** (Ibidem, p. 23)” (Silva, p. 68).

“Conforme introduzido, afora o conteúdo que produz por meio das revistas femininas, os bastidores da **grande imprensa** também **motivaram o surgimento de AzMina**. Estes são vistos como “motores do problema” por sua idealizadora, principalmente por conta do desequilíbrio de gênero gritante nas redações dos maiores veículos brasileiros” (Silva, 2022, p. 141)

“Com os avanços tecnológicos e as potencialidades da internet, **surge uma brecha para a produção de conteúdo jornalístico que procura independência do campo hegemônico**, seja em caráter editorial, financeiro ou cultural” (Borela, 2022, p. 22) - *transversalidade*

“As mídias independentes criam um **distanciamento do campo hegemônico, não apenas nas rotinas de produção ou nas práticas, mas possibilitam “um jeito diferente de fazer o jornalismo, onde as regras do**

mercado e da indústria convencional não aprisionariam a criatividade e a liberdade autoral dos produtores” (ASSIS, Evandro, et. al., 2017, p. 7)” (Borela, 2022, p. 23) - indiretamente

“[...] **práticas independentes surgem como alternativas** para repensar os modos de fazer jornalismo, considerando sua responsabilidade social e sua função de contribuir para uma visão (e reflexão) da realidade, especialmente ao olharmos para produções que abordam questões identitárias e de gênero em sua essência e profundidade, questões estas tão esquecidas na mídia hegemônica” (Borela, 2022, p. 23)

“Neste caminho, os veículos de mídia independente, alternativos, olaborativos, comunitários e outros que surgem no ambiente online, podem contribuir significativamente para **abalar as lógicas hegemônicas do campo** e propor **novas maneiras para o fazer jornalismo**” (Borela, 2022, P. 26)

“Ainda, coloca-se em **oposição ao jornalismo convencional** mostrando-se **engajada**, com produções aprofundadas relacionadas a gênero, sexualidade e empoderamento feminino. Tais reconfigurações do fazer jornalístico refletem não apenas na construção das notícias como também no próprio processo de consumo da informação, revigorando-se na utilização de campanhas, debates e mobilizações virtuais desenvolvidas pelo portal” (Santos, 2020, p. 15)

“[...] reconhecemos que as pautas da Revista AzMina **fogem dos modelos tradicionais de jornalismo segmentado e das revistas especializadas femininas**, apresentando **discussões sobre gênero fora da ordem vigente** como casamento em comunidades ciganas, saúde sexual da mulher lésbica, o papel da religião na violência doméstica, mães que tiveram filhos mortos pela polícia, debates sobre prostituição, mulheres com deficiência e outros” (Santos, 2020, p.15)

Subjetividade X Objetividade indiretamente (por oposição)

“Nessa perspectiva, um debate possível é a **substituição da lógica objetiva e comercial por uma ética e entendimento feministas** (SILVA, 2020, p. 57). O que

nos leva a um cenário transversal, em que o jornalismo feminista é condensado a apenas um aspecto da atividade profissional jornalística, destinado a assegurar tratamento igualitário em termos de representação de gênero (WOITOWICZ, 2018, p. 82)” (Silva, 2022, p. 63 - grifo nosso)

“O jornalismo feminista se diferencia do jornalismo hegemônico por **colocar a emancipação sociopolítica e econômica das mulheres como critério basilador**, tanto para as representações das mesmas em suas narrativas, quanto para a finalidade da criação dos seus conteúdos” (Azevedo, 2021, p.44).

“Para Folego (2021, online), na prática da técnica jornalística o **jornalismo feminista** e o **tradicional se assemelham, o método jornalístico é o mesmo**, o que diferencia o jornalismo feminista, na visão dela, é a certeza de que a **imparcialidade jornalística não existe**. Portanto, **é necessário se posicionar** enquanto um veículo mediador para a busca de direitos. É uma **escolha ativa de posicionamento** a se fazer. Segundo Jessica Gustafson (2019, online) o grande diferencial do fazer jornalístico feminista em relação ao tradicional, é justamente **romper com a imparcialidade** e construir **narrativas abertas** à somatória de encontros com outros saberes parciais que compõem a complexidade do social, o encontro de verdades únicas e excludentes não é a finalidade das suas narrativas” (Azevedo, 2021, p.44-45).

“São projetos que utilizam o jornalismo enquanto **método e ferramenta de ação no ativismo** digital feminista, que constroem um jornalismo ancorado na ideia de **gênero enquanto conceito de poder e organização social**, entendendo que assim como todas as demais esferas da sociedade, o **jornalismo tradicional** se forja em uma lógica **masculinista hegemônica**, e que, portanto, são necessários **projetos que tenham sua lógica de produção centrada no rompimento com as tessituras dominantes**” (Azevedo, 2021, p. 62)

“As linguagens que o feminismo explora na rede tem características próprias. Em primeiro lugar, está o investimento pesado nas perspectivas abertas para muitas experimentações possíveis entre o **pessoal e o público**, como já mencionado” (COSTA; HOLLANDA, 2019, p. 46). Ao se descreverem por nuances mais

próprias e íntimas, as colunistas dão um passo adiante na **reverberação dessa prática de escrita feminista** na rede, de aproximação por similaridade, **se afastando um pouco do elo de pretensa objetividade, neutralidade e distanciamento do pessoal da prática jornalística tradicional**" (Azevedo, 2021, p.109)

Por aproximação

"Folego (2021, online) aponta que a **rotina de produção jornalística na parte prática funciona semelhante a rotinas de outros veículos tradicionais**, elas fazem reuniões de pauta semanalmente, às vezes quinzenalmente, distribuem as funções entre as profissionais internas e contratam freelancers caso necessitem de alguma demanda que a equipe não consiga executar" (Azevedo, 2021, p.114)

Contrapor

"Portanto, os **discursos midiáticos** que desde a sua mais tenra concepção almejam **contrapor-se aos discursos hegemônicos** da mídia massiva" (Rocha, 2020, p.11)

"Os novos arranjos do trabalho jornalístico, a exemplo da Revista AzMina, estão configurando-se como possibilidade para **trabalhar com jornalismo fora dos enquadramentos dos veículos tradicionais de comunicação**. "A par de toda a dificuldade de sustentação, verifica-se o vigor e o compromisso desses(as) profissionais em realizar seu trabalho" (FIGAROa, 2018, p. 585)" (Santos, 2020, p.86)

Características do jornalismo tradicional

"O **jornalismo tradicional**, em vários momentos de sua história no Brasil, **chegou a abordar temáticas do âmbito do feminino em perspectiva feminista**, mas com muitas limitações. O **enquadramento** predominante sempre foi o **heteronormativo**, lançando o que era entendido como feminino para as bordas da superfluidade. O próprio **paradigma da objetividade**, questionável em vários aspectos, reitera essa posição que ainda persiste" (Silva, F., 2019, p.149)

"[...] são os **procedimentos jornalísticos** para obtenção de informações os principais modos de **agregar valor de veracidade** às notícias, orientadas pelas **noções de imparcialidade, equilíbrio e objetividade** (VEIGA DA

SILVA, 2014; 2015)” (Gustafson, 2018, p.13)

“Mas a **objetividade jornalística**, enquanto um fundamento da profissão, é interpretada de forma muito distinta no campo do jornalismo, sendo relacionada a **valores inerentes à prática**, como o apartidarismo e o equilíbrio; a procedimentos epistemológicos, como a transparência e o rigor; aos valores estéticos, como clareza e concisão do texto; e também a valores éticos, como a justiça (DEMENECK, 2009). Para Demeneck, essas distinções se resumem “**como um conjunto de valores e procedimentos orientados à verdade no jornalismo**” (2009, p. 19).” (Gustafson, 2018, p.77)

“Alicerçado na **racionalidade moderna**, considera-se que o conhecimento produzido pelo **jornalismo hegemonicamente** é o que Santos (2009) chama de **conhecimento mínimo**, desencantado e triste, pois fecha as portas para muitos outros saberes sobre o mundo” (Gustafson, 2018, p.87)

Características da mídia tradicional e hegemônica

“De modo semelhante, identificam GILL, Rosalind; TOMS, Katie (2019), permanece na **mídia tradicional e hegemônica** uma **postura sexista, com foco na aparência feminina e em seu valor sexual, em reportagens com textos e imagens que geram humilhação às mulheres**” (Borela, 2022, p. 37)

Entrevista Patrícia - Portal Feminista

“A **Globo também é ativista**. Tem relação com **grupos empresariais**, uma relação forte com essas pessoas, **mas o ativismo é visto como coisa de quem não tem grana.**” (PATRÍCIA, 2018, S/N)” (Gustafson, 2018, p.157)

Direta

“Como apreendemos no presente trabalho de pesquisa e fazendo eco aos entendimentos de Silva (2017), Bittelbrun (2019) e Schander (2021), identificamos que nosso objeto mobiliza elementos originários de duas **imprensas brasileiras direcionadas a mulheres: a feminista e a feminina**” (Silva, 2022, 61 - grifo nosso).

“Além disso, a partir desse conhecimento sobre as mídias e periódicos ligados ao movimento feminista, foi mais fácil contextualizar os momentos em que sua trajetória cruza com a do jornalismo feminino, este como outro tipo de produção de conteúdo voltado para mulheres” (Silva, 2022, p. 63)

“Apesar de à primeira vista serem direcionadas ao mesmo **público representado pela categoria “mulher”**, existem diferenças fundamentais entre as mídias consideradas femininas e feministas. Para Dulcília Buitoni (1990), **o elemento fundamental definidor da imprensa direcionada a mulheres “é o sexo de suas consumidoras”**. A figura da mulher faz parte de sua caracterização como receptora “e, às vezes, como produtora também” — embora esta circunstância não seja condição necessária para assim qualificá-la (BUITONI, 1990, p. 6). Em concordância, em especial sobre tais **periódicos do século XIX no Brasil**, Constância Lima Duarte (2017) argumenta que **devem ser definidos partindo da segmentação generificada de seu público-alvo, dado que suas publicações são dirigidas e pensadas especialmente para as leitoras brasileiras. Portanto, é direcionada “aos interesses do sexo feminino” (JESUS, 2017. p. 9)** como via de regra são considerados, a exemplo de **“moda, beleza, educação dos filhos, sexo e carreira profissional”** (BANDEIRA, 2015, p. 191)” (Silva, 2022, p. 65 - grifo nosso).

“Defendemos que, no Brasil, desde 2015, esse papel é desempenhado de forma pioneira pelo blog Dibradoras, que **tem produção 100% feminina** e independente” (Firmino, 2021, p.19)

“Sobre a prática do jornalismo feminista, Thais Martins Rossi e Maria Emília Manente refletem ser muito mais “sobre” do que **“para mulheres”** (ROSSI, MANENTE, p. 3). É nesse sentido que Omar Rincón afirma: **fazer jornalismo com perspectiva de gênero não é falar de mulheres ou de temas a elas associados, e sim “assumir um compromisso político com a visibilidade e reconhecimento” dessa categoria, historicamente ocultada ou sub-representada pelos meios de comunicação (RINCÓN, 2009, p. 7, tradução nossa).**(Silva, 2022, p. 66-67)

Definição dúbia: para mulheres ou em disputa?

“Resguardadas as possíveis diferenças entre veículos feministas, **um fator que têm em comum é o direcionamento do conteúdo produzido, ao tratar de mulheres e as realidades que compartilham.**

Entretanto, longe de levar a um desfecho, essa concordância acerca do enfoque especializado do gênero feminino alimenta ainda mais o debate sobre sua prática: deve-se falar somente de mulheres, ou seja: a pauta segmentada por gênero é exclusiva? Ou a prioridade é cobrir assuntos que englobam qualquer sexo, mas com olhos críticos a situações de submissão por parte de algum deles? O que é considerado noticiável, a saber, como selecionar os assuntos que serão abordados? São as mulheres e suas diferentes vivências, ou as opressões a que estruturalmente estão submetidas? Ainda, é necessário ser produzido unicamente por mulheres? E, acima de tudo: é isso que significa fazer jornalismo feminista?” (Silva, 2022, p. 64).

Direta

Linda Steiner também ressalta o **comprometimento como integrado à prática do jornalismo feminista, em específico o de versar sobre as mulheres** com seriedade, incluso suas vidas, “ideias e possibilidades, bem como suas diferenças” (STEINER, 2019, p. 7, apud. SILVA, 2020, p. 67). Afinal, “a mídia feminista leva gênero a sério”, sem assumir como verdade as diferenças daí procedentes (STEINER, 2014, p. 359, tradução nossa)” (Silva, 2022, p. 67)

“A autora reconstitui o contexto por trás do período a partir de investigação que resulta em dicionário ilustrado com mais de 140 veículos para mulheres” (Silva, 2022, p.68)

“Outro fator que distingue O Sexo Feminino do Jornal das Senhoras é a maneira como aquele se relaciona com seu público-alvo. A saber: em vez de ser direcionado aos homens ou também a eles, a mensagem de Francisca era direta e exclusivamente para as mulheres (HAHNER, 1981; TELES, 1993; CABRAL, 2008; BANDEIRA, 2015)” (Silva, 2022, p.83)

“na segunda geração de periódicos feministas, com entidades e membros seus representantes afastados dos partidos de esquerda (Ibidem, p. 40), a especialização por gênero abriu caminho para exploração de outros temas e enfoques. Mais do que pautar a situação da mulher em diferentes áreas, como “violência, saúde, sexualidade e educação” (CARDOSO, 2004, p. 40), torna-se nítida “a preocupação em manter o foco nas questões exclusivas às mulheres”, à exemplo das anotações de Cardoso sobre o jornal Fêmea (2004, p. 49). Como especificado no editorial da publicação: “a pauta segue assuntos de interesse das mulheres, sob a ótica feminista” (LOPES, 2003, apud. CARDOSO, 2004, p. 49)” (Silva, 2022, p. 106).

“Mesm que haja uma postura editorial do projeto em **ter somente mulheres** como fontes, percebemos que, majoritariamente, essas mulheres são pertencentes a uma classe de mulheres privilegiadas no sentido hegmônico (cisgênero, brancas, ricas, etc)” (Barcellos, 2021, p.153)

“Para falar sobre os primórdios da **imprensa voltada para o público de mulheres** no Brasil, é preciso delinear o perfil de suas leitoras: mulheres enquadradas dentro do padrão branco, rico, cisgênero e heterossexual” (Azevedo, 2021, p.35)

“**“Imprensa feminina** é um conceito **definitivamente sexuado**: o sexo de seu público faz parte de sua natureza” (Buitoni apud DUARTE, 2017, p. 14), ou seja, é composta pelo **conjunto de veículos midiáticos voltados para as mulheres**, sem comprometimento com denúncia das opressões, análise crítica da realidade e complexificação dos problemas de gênero e suas intersecções com outros marcadores sociais” (Azevedo, 2021, p. 37)

Os jornais e as revistas foram as primeiras publicações das mulheres, antes mesmo dos livros, se **dividindo entre dois tipos** de produção que tiveram diferentes contribuições para a formação intelectual das mulheres e para a construção de suas identidades: **a imprensa feminina e a imprensa feminista**. Demarcar essa diferença é importante, pois **a primeira se refere a um**

conceito mais sexuado, em que o “**sexo das leitoras**”¹⁹ (BUITONI, 1986) figura como aglutinador. (Gustafson, 2018, p.89)

sugestões e críticas, se dão de forma assumida e portanto mais explícita no jornalismo feminista. O mesmo ocorre no estabelecimento dos seus valores-notícia, muito menos permeável a pressões políticas e econômicas em razão da independência editorial assegurada por um modelo de financiamento alternativo tanto ao patrocínio de anunciantes quanto à comercialização do seu produto final. Ainda assim, suscetível à exigências, prazos, gramáticas e outras orientações advindas de seus financiadores — sejam estas pessoas físicas, instituições ou empresas” (Silva, 2022, p. 58-59).

“Outro aspecto que podemos mencionar como um **ganho feminista** no fazer jornalístico é a busca que a equipe, sobretudo a editora de Celina, tem em proporcionar **um ambiente informal, com discussão, trocas, reflexões, resultando, inclusive, em relações mais colaborativas e menos verticais e hierarquizadas** (como é comum em redações de jornal)” (Barcellos, 2021, p.146)

Definição por características

“[...] nos referimos às experiências e práticas contextualmente ligadas aos respectivos momentos do movimento Feminista, com frequência operados como expressão e manifestação pública de coletivos a grupos e ONGs, ou mesmo pessoas físicas” (Silva, 2022, p. 62)

“Por um lado, é um **braço da imprensa alternativa** (WOITOWICZ, 2012, p. 5), sua herdeira que resiste através dos anos (RODEMBUSCH, FRITSCH, 2017, p. 6). Também pode ser vista como **ressignificação do fazer jornalístico tradicional hegemônico**, de maneira a pensar “além da reprodução de lógicas masculinistas” (SCHANDER, 2021, p. 17)” (Silva, 2022, p.63).

“O jornalismo feminista desses períodos também compartilham uma particularidade que é ao menos em parte consequência de um contexto político conturbado: assim como reivindicações relacionadas à ditadura civil-militar disputaram a agenda midiática nos idos de 1970, o clima entre as Regências e os ânimos pré-República tornava o debate político “tema prioritário”

— tanto para os homens quanto para o “segundo sexo” (DUARTE, 2017, p. 100)” (Silva, 2022, p.107);

“A perspectiva de gênero (e interseccionalidades como raça e geração, por exemplo), e as reflexões levantadas pelos movimentos feministas, influenciaram o surgimento de alguns portais noticiosos e iniciativas de mídia que **produzem jornalismo a partir de propostas diferenciadas e inovadoras, e que também têm o financiamento coletivo como ponto central para sua existência**” (Borela, 2022, p. 23) - *financiamento*

“Neste contexto, é que se podem notar os motivos da **aproximação do movimento feminista com a mídia alternativa**. Karina Janz Woitowicz e Joana Maria Pedro (2010) identificam a ideia de **mídia alternativa** como aquela surgida no Brasil nos anos de 1960, durante o regime militar, mas que permanece ao longo das décadas, relacionada aos movimentos sociais, defendendo o direito à comunicação e à expressão das minorias sociais, figurando como parte integrante de suas lutas por cidadania” (Gustafson, 2018, p.92)

Por característica

“Em parte da sua trajetória empírica de pesquisa, Gabriela Schander sintetiza **características presentes no exercício do jornalismo feminista** em cinco eixos: **subjetividade**; diversificação das fontes; linguagem inclusiva; transversalização temática; e a ampliação de representações de gênero (SCHANDER, 2020, p. 26). No decálogo elaborado despretensiosamente por Omar Rincón para definir a perspectiva de gênero no jornalismo, **também há referências acerca da necessidade de ouvir o lado subjetivo** (através da “Narrativa de testemunho”, item 5) e “emocional” (Item 6: “Vale o emocional”); e de empregar uma linguagem “cuidadosa e expressiva” (Item 7). Outros pontos levantados pelo autor trazem a especialização das fontes consultadas (Item 8, “Fontes que compreendam mais que opinem”); a diversificação dos pontos de vista trabalhados (Item 9, “A perspectiva para contar sempre está em outra parte”); e um enfoque consciente sobre os modos que se estabelecem as distinções de gênero (Item 3, “Um radar para descobrir modos instalados de discriminação”) (RINCÓN, 2009, p. 7, tradução nossa)” (Silva, 2022, p. 67)

Características da produção

“A valer, Gabriela Schander e Daiane Bertasso (2019) reconhecem a importância do contexto vinculado ao conteúdo jornalístico publicado. As autoras destacam a relevância das **escolhas envolvidas no processo de produção** de mídias com perspectiva de gênero, “como as questões dos valores-notícia, as **subjatividades** e o próprio fazer jornalístico” (SCHANDER, BERTASSO, 2019, p. 41)” (Silva, 2022, p. 105)

“Entendemos como **práticas feministas**, por exemplo, o fato de a **construção das pautas partirem muito das subjatividades das próprias jornalistas**, sej em relação a situações que elas mesmas vivenciaram ou a experiências que, de alguma forma, tornaram-se conhecidas delas” (Barcellos, 2021, p.145)

“O cerne da **pretensão técnica do jornalismo de informar** fatos se faz presente, mas a ele é adicionada a **complexidade da análise das realidades** a partir da episteme interseccional das variantes que perpassam as situações, tendo, acoplada a esse panorama, uma exemplificação real das resultantes do problema, fincada na **humanização das experiências**” (Azevedo, 2021, p. 124)

Surge com publicações e nomes

“Ora, se mesmo esforços de pesquisa exaustivos carregam a certeza de terem deixado muitos títulos e iniciativas de fora (DUARTE, 2017; BUITONI, 2009), a **importância de constituir a trajetória dessas publicações se faz contínua e gritante**” (Silva, 2022, p.74)

“Sem embargo, **localizamos em 1833 o surgimento de periódicos** que podem ser considerados **precursores** dessa empreitada por dois quesitos: pela fundação e direção composta por mulheres; e pelo conteúdo direcionado a elas” (Silva, 2022, p.77)

“Quase **20 anos mais tarde**, nasce o periódico carioca “editado por uma mulher e voltado para o público feminino que recebeu mais atenção neste período no Brasil” (SILVA, 2020, p. 71): o Jornal das Senhoras (1852-1855)” (Silva, 2022, p. 78).

“As **outras editoras** que partilharam da coordenação e redação do Jornal foram Cândida do Carmo Souza Menezes, Violante Ataliba Ximenes de Bivar e Velasco (CABRAL, 2008; BUITONI, 2009) e Gervásia Memezia Pires dos Santos (MARTINS, 2012; TELES, 1993)” (Silva, 2022, p. 79)

História de jornais (ex: Jornal das Senhoras)

“Enfim, em seus quatro anos de existência, há quem destaque no “relativo sucesso” (DUARTE, op. cit.) do Jornal das Senhoras uma posição de vanguarda (BANDEIRA 2015, p. 195). Afinal, é inegável que alertou brasileiras do século XIX sobre a situação moral e intelectual que viviam, evidenciando suas capacidades e necessidades (TELES, 1993, p. 34).

Por outra perspectiva, há a opinião de que o periódico falhou em seu objetivo principal, muito por conta da reação causada no público leitor (CABRAL, Ibidem). Dentre as críticas recebidas “de ambos os sexos”, registram-se “tanto a hostilidade masculina quanto a timidez feminina” (HAHNER, 1981, p. 39). Isso porque parte das mulheres resistiam às mudanças mais do que seus companheiros do gênero masculino, preferindo permanecer no espaço doméstico e limitar sua dedicação às atribuições familiares” (Silva, 2022, p. 80-81)

“o jornal O Sexo Feminino (1873-1889) pode ser considerado o primeiro a reproduzir de fato o que seriam as causas das mulheres” (Firmino, 2021, p.86)

A história da imprensa feminina e feminista como a mesma com duas frentes

“De modo geral, a imprensa feminina brasileira do final do século 19 e início do século 20 funcionava a partir de duas perspectivas: reforçar a vivência da mulher como mãe, esposa e dona de casa; ou defender seus direitos e o crescimento intelectual perante a sociedade” (Firmino, 2021, p.87)

“Na interpretação de Évellyne Sullerot (1963 apud BUITONI, 1981/2009), a **história dessa imprensa** se desenvolveu em dois planos, cujas publicações estavam divididas entre **tradicionais e feministas**, que abrangiam deveres e direitos respectivamente. O primeiro fazia o recorte da mulher na vida privada e da valorização da

feminilidade, enquanto o segundo promovia a discussão sobre a vida pública e a autonomia do sexo feminino – sem que se tornassem vias excludentes dentro do jornalismo, pois as mulheres estavam sujeitas ao contato com qualquer um dos conteúdos e poderiam possuir interesses que transitavam entre ambos” (Firmino, 2021, p. 87)

Relação feminismo - ação política

“Quando produzido por grupos e questões específicas, como por exemplo o jornalismo produzido por feministas, os conteúdos e a própria informação tornam-se também **uma estratégia de ação política** (WOITOWICZ, Karina; PEDRO, Joana, 2010)” (Borela, 2022, p. 23)

“Na mesma linha, Karina Woitowicz (2008) coloca a **imprensa alternativa feminista** como um espaço de construção de identidades e de resistência, que consegue espaço na sociedade através de suas estratégias de enfrentamento, constituindo um fazer/agir do movimento. A **ação política empreendida através de práticas comunicativas** mostra a importância dos espaços contra-hegemônicos na produção de discursos dissonantes, abrindo espaços para transformações” (Silva, F., 2019, p.37)

Em processo de definição

“Essa transformação (ou tentativa), no entanto, **não ocorre sem conflitos**, pois “a própria definição do que é o enfoque de gênero no jornalismo não é definitiva, **oscilando entre uma especialização ou uma visão transversal**, sendo essa última a que parece ser mais valorizada” (COSTA, Jéssica, 2018, p. 195)” (Borela, 2022, p. 26)

Não basta dar visibilidade para pautas feministas para ser jornalismo feminista:

“Conforme Rosalind Gill e Katie Toms (2019, p. 99, tradução nossa), a visibilidade crescente das pautas feministas pode ser vista com otimismo, e a “mídia noticiosa tem sido fundamental para isso, não apenas relatando campanhas feministas, [...] mas também centrando o feminismo como um tópico de discussão”.

Entretanto, argumentam, **essa visibilidade mediada não implica na transformação da própria mídia em feminista**” (Borela, 2022, p. 35)

Potencialidades da perspectiva feminista e a lente de gênero

“**Inserir uma perspectiva feminista na construção de notícias** sobre um acontecimento, como é o caso do Coronavírus no Brasil, considerando suas intersecções de gênero, classe e raça, por exemplo, **pode ser uma proposta inovadora** com potencial para desvelar as diferentes causas e impactos do fenômeno em uma comunidade plural, que vivência diferentes experiências, como é o contexto da população brasileira. **As lentes de gênero permitem** o tensionamento das narrativas-padrão presentes na mídia hegemônica, colocando em foco a ligação entre as estruturas sociais, culturais e econômicas, trazem visibilidade e representatividade para as diferentes identidades, muitas das quais não se reconhecem nem se identificam com a produção de conhecimento hegemônica do jornalismo” (Borela, 2022, p. 35)

“Para Jéssica Costa (2018, p.200), a perspectiva de gênero adotada pelo Portal **promove possibilidades práticas e reflexivas, novas e transformadoras ao jornalismo**, “indicando a potencialidade do campo para a produção de outros sentidos sobre a sociedade em direção à transformação social” (Borela, 2022, p. 35-36)

“Os autores fomentam o ideal de que a comunicação, sendo o jornalismo uma de suas ferramentas, quando feita pela perspectiva de gênero, pode ser uma **potência a favor da regulação de suas assimetrias no social**” (Azevedo, 2021, p. 66)

“Portanto, os autores apontam que esse enfoque na **presença de mulheres em todas as partes do processo jornalístico parece ser o grande potencial de transgressão e enfrentamento ao cenário comunicacional hegemônico posto**. Se trata de um **processo feito por mulheres**, ainda repleto de lacunas em relação ao processo em si, o qual não pode ser analisado retirando-o da realidade de ainda ser forjado, mesmo que com autoria de mulheres, por **sujeitas inseridas nas lógicas hegemônicas**, portanto passíveis de contradições. **Porém, afirmativamente**, a existência

de um panorama comunicacional como esse configura uma **ampliação democrática do midiático**, com a ocupação de espaços por mulheres, construindo outros fluxos informacionais, com **novas possibilidades interativas, colaborativas e compostas por multiplicidade de vozes** (VECHIO-LIMA; SOUZA, 2017, pp.149-150). Entende-se que o **jornalismo digital** exercido através de um paradigma que considera a **centralidade das questões de gênero** “[...] permite trilhar uma via de divulgação independente, análise, reafirmação e discussão da agenda feminista, garantindo **novas formas de expressão pessoal e coletiva**, que **superam o profissionalismo rígido das redações**, e podem interagir com iniciativas políticas e sociais” (idem, 2017, pp.149-150)” (Azevedo, 2021, p.67)

Características de um produto

“O jornalismo feito pelo projeto pretende atuar como voz solidária, que busca participar da mesma experiência do público, embora como narrador privilegiado. Essa é uma das características da cobertura coletiva e colaborativa Especial Covid-19. O papel assumido pela G&N, especialmente, ou seja, sua posicionalidade, demonstra o compromisso com um jornalismo que não apenas apresenta os números da pandemia ou informa sobre os serviços essenciais, mas procura alternativas, conteúdos e ferramentas que possam ser usadas por suas leitoras/es para mudar suas realidades” (Borela, 2022, p. 127)

“[...] ressaltamos que esta pesquisa, ao trazer como proposta metodológica a Análise Feminista da Narrativa jornalística, identificou movimentos e características transformadoras na cobertura especial Covid-19, notabilizando como as estratégias comunicativas utilizadas na composição da narrativa podem ser consideradas potencialidades de transformação na produção jornalística. Além disso, a escolha de temáticas, fontes, personagens e campos problemáticos, os quais demonstram a diversidade de vivências e situações das mulheres na realidade contemporânea, – como a inclusão das histórias de mulheres negras, indígenas e de periferia – constituiu narrativas que exploram a experiência como um valor aplicável à construção de informação e conhecimento. **Essas são características de destaque na narrativa da pandemia do Coronavírus no Brasil, o que qualifica a cobertura**

Especial Covid-19 como jornalismo feminista e interseccionalidades” (Borela, 2022, p. 200);

“Celina **pode ser considerado feminista** porque é **feito por mulheres jornalistas que se consideram feministas**, mas ao não assumir o ativismo como ferramenta que, em alguma medida, perpassa o jornalismo, **e ao adotar a objetividade como regra profissional, não consegue promover uma cobertura jornalística efetivamente feminista**”, (Barcellos, 2021, p.155).

“Constatou-se que, sim, Celina *é um projeto feminista por romper com as práticas jornalísticas hierarquizantes* já mencionadas, mas também é fato que as jornalistas ainda recorrem *à ferramentas profissionais masculinistas, sobretudo a objetividade*. Isso é identificado, por mim, como uma **problemática [da autora]**, não como um **impeditivo [da autora]** dos feminismos que elas já praticam. Compreendo como uma problemática porque as jornalistas, enquanto feministas, parecem acreditar que *ao adotarem um conjunto de técnicas conseguem alcançar a objetividade*, serem neutras e esconderem, portanto, seus próprios ativismos nas notícias que produzem e veiculam. *A estrutura do jornalismo é masculinista* e exige uma postura das profissionais nesse sentido, por isso sendo *as jornalistas identificadas como feministas interfere parcialmente nessas mudanças*. O que pretendo chamar a atenção na conclusão desta dissertação é um masculinismo presente na **estrutura [da autora]** do jornalismo, não nas mulheres **jornalistas [da autora]**, portanto, as críticas aqui tecidas não são voltadas às profissionais, mas ao campo jornalístico.” (Barcellos, 2021, p. 155)

“A revista traz tanto o **gênero reportagem**, o **mais apropriado** para a complexificação das discussões **jornalísticas feministas**, como já apontado previamente na pesquisa, quanto a reverberação de uma **estratégia de humanização** a partir de relatos de si, com potencial de **mobilização política**” (Azevedo, 2021, p.110)

“[...] ssim como todos os projetos de escrita feminista apontados nessa pesquisa, AzMina é feito de manutenções, mas também de rupturas. Apesar de alcançarem determinados espaços de privilégio, especialmente de classe, o projeto faz uso das possibilidades digitais para repensar um jornalismo

propositivo frente às assimetrias de gênero” (Azevedo, 2021, p.112)

“Nossa justificativa surge pelo reconhecimento das reportagens da Revista AzMina enquanto um jornalismo com perspectiva de gênero, que atua no **interesse de visibilizar temáticas sobre questões de gênero** a partir das práticas jornalísticas” (Santos, 2020, p.14)

“A partir de observações sistemáticas e pesquisas exploratórias anteriores, desenvolvidas no âmbito do mestrado, verificamos a produção regular de conteúdo especificamente jornalístico pela Revista AzMina na seção “Especiais”, que parte do **jornalismo interpretativo e de profundidade** para desenvolver **pautas com perspectiva de gênero**. Os conteúdos jornalísticos trazem uma **extensa apuração e pesquisa jornalísticas**, além de **relatos e narrativas de personagens** sobre as variadas temáticas desenvolvidas pela Revista.” (Santos, 2020, p.18)

“A partir da Análise de Cobertura Jornalística (ACJ) e da entrevista em profundidade com uma das idealizadoras da Revista AzMina, analisamos a produção jornalística com perspectiva de gênero da Revista. Nossos resultados apontaram que **atendem as temáticas feministas e interseccionais do movimento feminista de quarta onda**. Verificamos a caracterização de reportagem multimídia, grande número de fontes e com uma **pluralidade identitária**, apresentando mulheres negras, mães, lésbicas, trans e periféricas. O conteúdo jornalístico **apresenta recursos do jornalismo interpretativo com as técnicas de apuração e pesquisa do jornalismo de profundidade**. As temáticas apresentam questões interseccionais ao retratarem **temas que fogem da cobertura do jornalismo convencional**, como maternidade lésbica, mulheres em situação de rua e como as opressões de gênero podem influenciar a saúde mental das mulheres” (Santos, 2020, p. 22)

“Nesta perspectiva, identificamos as produções jornalísticas com perspectiva de gênero desenvolvidas pela **Revista AzMina**, que, como **práticas midialivristas**, produzem narrativas, campanhas, debates e mobilizações virtuais, propõem **temáticas relacionadas a desigualdade de gênero, racismo, homofobia e outros tensionamentos**, e assim, “as

causas se transformam em pautas e vice-versa" (BENTES, 2015, p. 18)" (Santos, 2020, p.77)

"Identificamos a **Revista AzMina** enquanto jornalismo com perspectiva de gênero ao produzir **conteúdos híbridos de jornalismo e feminismo e posicionar-se sobre as temáticas**, como violência contra a mulher, autonomia sexual e reprodutiva, racismo, LGBTfobia, machismo e empoderamento feminino. **Diferem-se do jornalismo tradicional ao atuarem enquanto mídia ativista**, demarcando posicionamentos e **produzindo conteúdos declaradamente parciais**" (Santos, 2020, p.156)

"Um jornalismo **posicionado, reflexivo, cooperativo**, que aciona a **objetividade feminista** (HARAWAY, 1995; COSTA, 2018). Assim, o *Catarinas* subverte práticas masculinistas do jornalismo, permitindo a emergência do feminino interditado (VEIGA DA SILVA, MAROCCO, 2018)" (Silva, F., 2019, p.147).

"O jornalismo também pode ser uma forma de ativismo –, no portal isso é ainda mais evidente. Além de um ativismo pelo jornalismo, pela informação e comunicação democrática, há o ativismo feminista e pelos direitos humanos" (Silva, F., 2019, p.147)

"Partindo disso, é possível perceber que mais do que jornalismo com perspectiva de gênero, o *Catarinas* é **também um jornalismo feminista, produzido por mulheres feministas**, a partir da **perspectiva feminista** aberta a discutir e desconstruir concepções de **gênero na intersecção** com outros marcadores sociais, como **raça e classe**. Jornalismo feminista, também, por **compreender o mundo e partir desse lugar para realização da prática jornalística**. No decorrer da pesquisa, identifiquei várias pistas que mostram que **o jornalismo do portal rompe com as práticas masculinistas, permitindo a emergência do feminino como uma prática possível no jornalismo**" (Silva, F., 2019, p.148)

"Como podemos observar nas descrições dos portais, as formas de atuação são bastante diversas, estando entre as atividades a **curadoria e reprodução de matérias** de outros veículos de comunicação; a **crítica de mídia**; a publicação de **artigos**; a elaboração de **manuals de práticas jornalísticas**; o envio de **sugestões de pauta**

para outros veículos; as **campanhas** como “Entreviste uma mulher”; as **denúncias assédio dentro da profissão**; e a produção de **reportagens próprias**. A maior parte deles foi criado **a partir de 2013**, quando se observa uma profusão de portais” (Gustafson, 2018, p.99) - *Diferentes portais listados pela Agência Pública*

“A primeira constatação feita ao entrar na maioria dos sites foi de que as **abordagens sobre as assimetrias de gênero** consideram **outros marcadores sociais**, demonstrando a presença da **perspectiva feminista interseccional**. Esta **característica** parece indicar a tentativa de **ruptura com os** sentidos produzidos pela **mídia tradicional**, que ainda aborda as temáticas que envolvem as mulheres de maneira essencializada, privilegiando as vozes de mulheres brancas, de classe média e heterossexuais.

Entre **as pautas** dos portais é nítido o **caráter interseccional** dos textos, como em “Por que a cultura nerd odeia as mulheres negras?” e “Dez demandas para #VisibilidadeLésbica”, do Think Olga; “Mulheres no centro da luta por território e por sobrevivência dos povos quilombolas” e “Taxa de homicídio de mulheres negras subiu 14% na última década, enquanto de brancas caiu 8%”, do Gênero e Número; “A história do único acampamento cigano chefiado por mulheres” e “Criminalização do aborto mata mais mulheres negras”, da Revista Az Mina. Como bem destaca Djamila Ribeiro (2017), **tirar da invisibilidade o caráter interseccional das pautas sociais se mostra importante para que “fujamos de análises simplistas ou para romper com essa tentação de universalidade que exclui”** (RIBEIRO, 2017, p. 42-43)” (gUSTAFSON, 2018, P.99-100)

“O diálogo entre as profissionais demonstra a **construção coletiva das definições jornalísticas** a partir de um **olhar feminista**, entendendo que mesmo que não dialoguem com as perspectivas trabalhadas no portal e, consequentemente não sendo vozes privilegiadas nas matérias, **essas mulheres não serão a priori alvos de críticas por não se posicionarem em relação às lutas pela desigualdade de gênero**” (Gusrafson, 2018, p.150)

Entrevista Patrícia - Portal Feminista

“Mas assim, **eu deslegítimo como contraditório a fala de um padre**. Ele não tem legitimidade pra mim, a

mesma legitimidade que ele tem lá nos jornais da mídia tradicional e eu acho que aí entra a perspectiva de gênero, **isso é a perspectiva de gênero, é tu deslegitimar certas fontes que para a mídia tradicional são muito importantes.** Porque se tu colocar aborto no google, CNBB, tu vai ver vários momentos em que a CNBB é fonte. Uma coisa é você dizer a CNBB participou de uma audiência tal e colocar uma fala, outra coisa é você ouvir a CNBB numa pauta do aborto. Claro, numa eventualidade talvez seja importante colocar pra trazer as contradições daquela fala, né. **Como uma igreja que defende a vida em certas circunstâncias, algumas vidas, não todas** (PATRÍCIA, em entrevista, 21/03/2018)” (Gustafson, 2018, p.154) - grifos da autora

Desafio

“A elaboração de novas soluções jornalísticas, éticas e práticas, para a construção de discursos que se oponham aos que circulam na mídia hegemônica talvez seja o grande desafio enfrentado pelos portais que articulam jornalismo e gênero. Existindo, assim, o risco constante de reprodução das cristalizadas formas de significar as relações sociais” (Gustafson, 2018, p.102)

“Na análise que será apresentada nesta pesquisa, foi possível constatar a **necessidade de construção cotidiana de novos referenciais** que alicerces as práticas jornalísticas para a **superação das abordagens hegemônicas**. Embora permeadas por dilemas complexos, as **reflexões éticas** podem levar a uma compreensão maior sobre o **potencial do feminismo para a efetivação do jornalismo enquanto uma prática de transformação social**” (Gustafson, 2018, p.102)

Direta

“Em consonância com essa explicação, nossa tese é de que o **jornalismo esportivo feminista se desenvolve** a partir de um **mapa cultural** do esporte que está em constante transformação para **acompanhar novas demandas** de enfrentamento e exposição das **desigualdades entre homens e mulheres nesse campo**” (Firmino, 2021, p.19)

“O jornalismo esportivo feminista possibilita protagonismo àquelas que tiveram suas conquistas minimizadas, compreensão das desigualdades e respeito às diferenças, além de ser uma via, entre as diversas necessárias, no processo de **empoderamento de meninas e mulheres** no campo do esporte” (Firmina, 2021, p.23).

Jorge Corrêa Editor do UOL - Entrevistado por Firmino (2021)

“com a frequência e a profundidade que elas fazem, são as pioneiras (...) **Acho que o pulo do gato foi falar com propriedade, não é só mulher escrevendo para mulher, sabe? É mulher escrevendo para todo mundo e mostrando que ali também é o lugar delas, que elas podem ocupar esse espaço que sempre foi majoritariamente masculino** (CORRÊA, 2018 in APÊNDICE A – TRANSCRIÇÕES DAS ENTREVISTAS, p. 369)” (Corrêa apud Firmino, 2021, p.72)

Entrevista Raquel - Portal Feminista

“Em princípio era **jornalismo raiz, feminismo amplo** e vamos trazer a **fonte**, vamos trazer a pauta, e vamos ver no que dá. Era a fonte, a **pauta**, entrevistar mulheres, esse universo, e o jornalismo como a gente acredita que ele é ou como a gente aprendeu ou a utopia - não dá para a gente chegar até lá, mas a gente se esforçar pra chegar até lá. **Porque se o jornalismo fosse jornalismo como a gente aprende na cátedra ele ia respeitar as questões de gênero, ele iria equilibrar esse diálogo.** A *premissa básica do jornalismo é o Direito Humano* ou não? (RAQUEL, em entrevista, 14/03/2018)” (Raquel apud Gustafson, 2018, p.133) - negrito da autora, itálico meu

“Fui questionada uma vez: mas se é perspectiva de gênero onde estão as masculinidades? Eu assim: mas a perspectiva de gênero nós trabalhamos equidade, tá lá no nosso editorial, as masculinidades tem mais espaço na mídia tradicional, são tratadas. **Então, na ideia de equidade, o gênero pra gente vai estar ligado ao feminino.** Tanto que a gente vai trazer as mulheres trans, nós estamos discutindo gênero. Não vamos trazer os homens trans? Sim, vamos. **Mas assim, balizado nessa perspectiva de que a gente está discutindo o**

não-hegemônico, não os cis. A masculinidade cis, enfim. Tudo isso eram coisas que a gente precisava estudar com mais afinco (RAQUEL, em entrevista, 14/03/2018)” (Raquel apud Gustafsson, 2018, p.134)

Direta

“um jornalismo que se pontue enquanto feminista precisa desenvolver uma **explicação interseccional** da situação macro em que estão alocados os personagens, a fim de que a complexidade das situações seja sempre um **viés analítico**, posto que é essencial para uma análise realmente aproximada das realidades. Porém, em concomitância a isso, é necessário trazer **os leitores para mais próximo do mundo do outro**, humanizando os relatos objetivos e técnicos, visibilizando e possibilitando que sujeitos marginalizados falem do micro, das experiências de si. E diante desse cenário, **um jornalismo que não construa suas narrativas a partir da perspectiva humanizada, feminista e interseccional não serve ao interesse primordial de servir a todos**” (Azevedo, 2021, p.127)

“Com a investigação de agora, o que concluo de concreto é que o jornalismo feminista e interseccional é **uma escolha prática e editorial** a ser feita. Gustafson (2019, online) e Folego (2021, online) reiteram que o cerne do jornalismo feminista reside justamente no entendimento de que ele é uma **forma de olhar para os assuntos e representá-los**, qualquer assunto pode ser analisado pela óptica feminista, **qualquer assunto é assunto de - e para mulher**” (Azevedo, 2021, p.153)

“Situamos jornalismo com perspectiva de gênero como aquele que **pauta desigualdades de poder vinculadas aos papéis de gênero**, permeado na **transversalidade** e como uma própria ótica de cobertura de jornalismo. Consideramos as produções do livro “Sin nosotras se les acaba la fiesta!”, de 16 autoras que debatem gênero na América Latina. Como conceituação do jornalismo com perspectiva de gênero, Rincón (2009) descreve-o na obra como **uma filosofia**, “uma **opção política** para revelar a posição de desigualdade e subordinação das mulheres em relação aos homens” (RÍNCÓN, 2009, p. 7, tradução nossa)” (Santos, 2020, p.16)

“Tal jornalismo pode ser utilizado para **denunciar modos instaurados de discriminação de gênero**, mostrando

como homens e mulheres são afetados diferentemente numa mesma realidade (RINCÓN, 2009). “Quando a perspectiva de gênero se põe na prática do jornalismo, **aparecem outros modos de contar**, outros **encantos para a realidade**, outros **pontos de vista para compreender a vida**” (RINCÓN, 2009, p.7, tradução nossa)” (Santos, 2020, p.69)

“Neste sentido, o **jornalismo com perspectiva de gênero** surge como um “**jornalismo de possibilidade**”, por buscar soluções e transformações que objetivam a **igualdade de gênero** no cotidiano, enfatizando e reivindicando outros pontos de vista e identidades, **deslocando perspectivas hegemônicas para outras maneiras de entender e explicar localidades sociais** (RINCÓN, 2009)” (Santos, 2020, p.100)

“A necessidade de **construir discursos não-discriminatórios** e que não caiam na cultura do estupro são iniciativas desenvolvidas a partir dos tensionamentos do jornalismo com perspectiva de gênero” (Santos, 2020, p.103)

“Segundo Rincón (2009), podemos entender o jornalismo com perspectiva de gênero a partir de suas **características mais pluralizadas**, por **visibilizar diferentes mulheres** (em seus intercruzamentos de raça, classe e sexualidade), e **colaborativas** (pela interação e participação das leitoras)” (Santos, 2020, p.104)

“O **recorte de gênero** surge nos **novos arranjos**, que constroem **pautas sobre feminismo e gênero** utilizando linguagens como imagens, memes, vídeos, postagens, hashtags e tweets. Mantendo um **relacionamento mais próximo do público**, manifestam-se enquanto **mídia ativista**, que **se posiciona** e que, inclusive, precisa buscar diálogos” (Santos, 2020, p.156)

“Percebo que essas possibilidades de transformação e subversão do jornalismo têm sido ampliadas a partir da internet, por meio do acesso cada vez maior. Os coletivos feministas, em especial o Portal Catarinas, objeto dessa pesquisa, tem adotado práticas que podem ser entendidas a partir da lógica proposta por Veiga da Silva e Marocco (2018, p. 47), de um **jornalismo feminino e feminista**, que **dialoga com o outro, democratizando o espaço público ao diversificar as vozes, os discursos**

e a forma de fazer e compreender o jornalismo. Mais do isso, percebo que o jornalismo feminista, ao sinalizar que **não é possível fazer um jornalismo neutro e imparcial**, diferencia-se ao se posicionar, **rompendo a noção de objetividade neutra a partir da objetividade corporificada** (HARAWAY, 1995; COSTA, 2018)” (Silva, F., 2019, p.65)

“Importante dizer que o jornalismo feminista, assim como os coletivos midiáticos e jornalísticos, são propostas em construção, que tem **práticas que rompem com a produção hegemônica**, mas que também estão **sujeitos a repetir práticas masculinistas**, individualistas e pouco democráticas” (Silva, F., 2019, p.147)

Indireta

“Percebemos que a possibilidade de ter uma interpretação feminista sobre a participação feminina no campo esportivo segue a mesma direção dos avanços sociais motivados por um desejo em comum: igualdade. Sendo assim, as atletas se transformam em protagonistas, as causas defendidas mudam e **as notícias se tornam mais humanizadas e engajadas**” (Firmino, 2021, p. 73)

“A presença de grupos e movimentos na internet proliferam a presença de “bolhas”: pessoas e coletivos segregados em ideais comuns e que não interagem - tanto por questões de identificação como também pela seleção dos próprios algoritmos da rede - com quem pensa diferente. Com os nichos de públicos, a falta de interação inviabiliza o espaço de diversidade da cidadania (FIGARO, 2018b). Este acontecimento **opõe-se ao princípio democrático no qual se baseia o jornalismo:**

viabilizar informações e canais de comunicação para fortalecer os espaços públicos nos diferentes interesses e pontos de vista. De acordo com Figaro (2018b), as bolhas corroboram para o potencial de crise econômica e de identidade do jornalismo contemporâneo” (Santos, 2020, p.74) - *pressupõe que o jornalismo feminista também, visto que ele é jornalismo.*

“Os conceitos clássicos do jornalismo, neste sentido, acabam sendo transformados tendo como base a própria noção de **conversação e interação**; o **diálogo como**

experiência comunicativa mais transparente e polissêmica para informar a multidão. Multidão, como discorre Bentes (2015), surge como conceito para diferenciar de massa (como algo irracional) e povo (como algo domesticado e relacionado ao Estado), sendo a **caracterização** de um movimento que envolve a **cooperação** tanto na **singularidade quanto na diferença**” (Santos, 2020, p.78)

“Segundo Bentes (2015), o ideal **midialivrista** perpassa as **causas** e as **parcialidades**, tendo “o compromisso é com a luta por direitos fundamentais, e mais do que direitos: é uma luta para **dar para visibilidade** e efetuar a infinidade de mundos possíveis” (BENTES, 2015, p. 17)” (Santos, 2020, p.79) - *definie jornalismo feminista como uma forma de midiativismo. Definição indireta do jornalismo feminista*

“Utilizando **aparatos tecnológicos e recursos midiáticos das redes**, o compartilhamento em massa das informações permite óticas mais **múltiplas e conflitivas sobre os acontecimentos** e desdobramentos dos fatos narrados, com ativo papel de ruído aos sentidos da mensagem; um papel de **contrainformação que foge do jornalismo declaradamente imparcial e espelhado**, “em uma forma discursiva contraposta ao modo atual do jornalismo cobrir distanciado dos protestos sociais” (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 230)” (Santos, 2020, p. 80)

“O fazer jornalístico é reconfigurado com as **possibilidades de inserção interativa das redes**, permitindo que **pessoas opinem e sugiram pautas** nas redes. Neste cenário, o **jornalismo participativo** surge potencializando o resgate da **construção da opinião pública** para trazer, em parte, a representatividade do público-alvo. **Essa prática jornalística perpassada pelas tecnologias em rede “possibilita às pessoas a produzirem informações e conteúdos multimídia e os distribuírem em diversos formatos”** (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 112)” (Santos, 2020, p. 80)

“Partindo de estratégias do ciberativismo colaborativo, o midialivrismo desenvolve-se no trabalho participativo, tendo os projetos midialivristas, em suma, declarados ou entendidos por viéses de **“autonomia conceitual, política e financeira, em relação aos poderes**

econômicos" (BENTES, 2015, p. 17)" (Santos, 2020, p.81)

"[...] quando trata-se de midialivrismo, a democratização jornalística faz-se evidente justamente no **livre acesso das informações na internet**" (Santos, 2020, p.82)

"Sobre a presença das mídias que produzem jornalismo com perspectiva de gênero, como a Revista AzMina, Figaro (2018a, p. 585) afirma que estes **novos arranjos desenvolvem a "inserção dos temas feminismo e gênero, novas linguagens e um relacionamento próximo a seus públicos, numa colaboração** estreitada pela **empatia** e as possibilidades de interlocução mais participativa". A **presença de mulheres** tem se revelado majoritária nos novos arranjos de trabalho no jornalismo, relacionado às mídias digitais e novos modelos de negócios. "São grupos de profissionais, experientes, iniciantes e voluntárias que se unem para formar uma organização para o trabalho jornalístico. Figaro (2018a) pondera que além das mulheres liderarem muitas dessas iniciativas jornalísticas, também estão **incluindo a temática de gênero em diferentes aspectos na cobertura jornalística, criando veículos de comunicação segmentados e especializados** a partir de uma abordagem feminista" (FIGARO, 2018a, p. 584)" (Santos, 2020, p.83)

"Práticas midialivristas e ciberativistas constituem a mídia-multidão como "possibilidade de incluir o público na produção desse **pós-jornalismo** (que **não descarta técnicas e práticas que sempre existiram**, como a apuração, reportagem, pesquisa, edição etc)" (BENTES, 2015, p. 15)" (Santos, 2020, p.84)

"Para uma breve conceituação dos recursos do ciberjornalismo, destacam-se elementos, como descreve Schwingel (2012), Palacios (2003) e Canavilhas (2014), relacionados às potencialidades do fazer jornalístico com as ferramentas digitais: **interatividade, multimedialidade, hipertextualidade, customização/personalização, memória, instantaneidade e ubiquidade**" (Santos, 2020, p.88)

"As temáticas e as motivações estão intrinsecamente relacionadas, como parte não apenas de **uma condução jornalística** mas pela **vivência do indivíduo midialivrista, uma filosofia a ser seguida**, com

postagens que “mesmo quando não vêm assinadas, explicitam sua parcialidade e de onde se fala” (BENTES, 2015, p. 16)” (Santos, 2022, p.89)

“Estes movimentos em rede trabalham em uma perspectiva de **descolonização da informação**, permitindo uma maior **diversidade cultural e linguística** (MATTELART, 2006)” (Santos, 2020, p. 100)

“Entender a **perspectiva interseccional** é nada mais senão ouvir **mulheres que contam suas próprias histórias**; e entender que a **produção de conhecimento parte de lugares individuais** em nós enquanto seres humanos, marcados por nosso **gênero, por nossa classe, por nossa raça, por nossa orientação sexual** e por outros entendimentos de nossa existência. A **interseccionalidade faz-se presente na pluralidade** de movimentos e de reivindicações da quarta onda feminista, em um momento em que **cada vez mais, as lutas são pautadas em suas singularidades**” (Santos, 2020, p.154)

“[...] os **movimentos sociais e o jornalismo precisam andar juntos**, com o público tendo cada vez mais destaque no ato de comunicar” (Santos, 2020, p.155)

Indireta - feminista/feminino/ativista

“Dulcília Buitoni e Martha Lopes (2018) afirmam que as revistas femininas costumam ser divididas entre reportagens em quantidades diversas e de serviço. Segundo as pesquisadoras, as últimas são voltadas para o consumo e alguns textos apresentam caráter pedagógico, como guias e cartilhas; por outro lado, um jornalismo ativista “trabalha com **informação e opinião**, visando mudanças de consciência e de atitude” (BUITONI e LOPES 2018, p. 23)” (Firmino, 2021, p.111)

Fala de Júlia Belas entrevistada por Firmino (2021)

“**não quer** dizer, por exemplo, que você **só vai entrevistar mulheres**, é que você vai prestar **atenção nas suas matérias, nos conteúdos** que você produz, você sempre vai tentar manter **uma igualdade**. Igualdade de fontes, igualdade de pessoas que você vai ouvir, igualdade de equipe mesmo que você vai utilizar para produzir conteúdo. É, eu imagino que é muito isso. **E justamente porque esses espaços são tão pouco diversos, a gente acaba tendo que criar veículos que**

sejam voltados para cobertura de mulheres (BELAS, 2020 in APÊNDICE A – TRANSCRIÇÕES DAS ENTREVISTAS, p. 472) (Belas apud Firmino, 2021, p.77)

Características

“O Dibradoras, em seu posicionamento pela igualdade de gênero, se engaja em causas coletivas. As pautas que discutem raça, gênero, classe ou feminismo são compatíveis com o posicionamento e a defesa de justiça social” (Firmino, 2021, p.76-77)

“Concluimos que o jornalismo feminista é **uma base epistemológica e prática** na forma de analisar e representar qualquer assunto através da égide da equidade de gênero e que a interseccionalidade se encaixa nesse contexto como **uma práxis** necessária para que essa equidade não seja confundida com homogeneidade e que, portanto, a complexidade das especificidades de cada realidade em análise esteja realmente presente nas representações” (Azevedo, 2021, [Resumo])

“Já a **imprensa feminista** se diferencia justamente por ter esse eixo **crítico editorial** enquanto norteador de suas produções, se **engajando** na conquista de direitos civis e políticos para as mulheres (CABRAL, 2008; DUARTE, 2017)” (Azevedo, 2021, p.37)

Características de jornal do passado

“A fim de pontuar a fragilidade nas transgressões desse momento inicial do jornalismo feminista, **apesar de trazer um conteúdo disruptivo** para a arena discursiva e moral da época, o **Jornal das Senhoras**, assim como outros do período histórico similar que o sucederam, **não rompia e nem questionava completamente com acordos sociais vigentes**” (Azevedo, 2021, p.40)

“Os dois jornais dessa **primeira fase**, apesar de se identificarem com ideais feministas, ainda tinham a apreensão do empoderamento total do termo, diluindo-o sempre que possível, em um **discurso generalista** de luta humanitária pela igualdade entre todos. Ambas as publicações tomavam o cuidado de **não se posicionar discursiva e editorialmente contra os homens**, e nem de declarar sua adesão total ao feminismo” (Azevedo, 2021, p. 46)

“Mesmo **as mulheres** que se propunham à desconstrução e subversão, ao darem passos tão largos quanto fundarem um periódico feminista, **não o faziam em completude**” (Azevedo, 2021, p. 46)

“Em seus **primórdios**, não importando se feminina ou com viés feminista, os discursos da imprensa **eram forjados na branquitude e para a branquitude de classes específicas e dentro da cisheteronormatividade**” (Azevedo, 2021, p.42)

Abertura do tópico 2.2.3.1 primeira fase (2.2.3 Jornalismo feminista no Brasil)

“A mídia alternativa deve ser uma possibilidade, uma alternativa à sociedade e sua face hegemônica, propor a partir dos seus discursos novas estruturas de organização social (HAUBRICH, 2017, p.24)” (Azevedo, 2021, p.42)

Ditadura - nasce o JF

“Como **desdobramento desse cenário**, as **práticas jornalísticas se imbricaram ao feminismo**, criando uma das vertentes do uso da mídia como **instrumento político de ação**: o jornalismo feminista” (Azevedo, 2021, p. 43)

“A **necessidade de existência do jornalismo feminista enquanto ação política** ainda vai além, já que na cultura **jornalística tradicional** se prioriza a **análise mais superficial de acontecimentos** factuais e não uma análise aprofundada de complexos mecanismos sociais se interseccionando, para resultar em diversas questões de gênero, como exige um jornalismo que se propõe feminista (SOUZA, 2014, p.92)”

“Portanto, o **jornalismo feminista** nasce com a **responsabilidade** de contribuir para a construção e difusão de conteúdos que **pautem o plural**, que questionem as assimetrias e que possam **resultar na materialização de mudanças estruturais para as mulheres**” (Azevedo, 2021, p.44)

Segunda Fase do jornalismo feminista (1980 década)

“Em comum com os periódicos da primeira fase, “[...] apresentava a **preocupação** constante das feministas responsáveis pela publicação com a **inserção das trabalhadoras no mercado de trabalho**, com as campanhas em favor da **não discriminação** e de sua **proteção**” (FREITAS, 2018, p. 124)” (Azevedo, 2021, p.48).

Características de um produto do passado

“O Mulherio **militava** incisivamente pela **desconstrução do universal feminino**, trazendo a perspectiva da **pluralidade da categoria mulher** e as suas questões em pautas diversas, que mostrassem realidades específicas, como as das mulheres trabalhadoras agrícolas” (Azevedo, 2021, p.48)

Características de um produto - ação política

“O ideário da linha editorial do jornal assumia a propositura de que era preciso uma **intervenção política**, utilizando a comunicação como instrumento, para de fato, galgar mudanças. Fomentava-se a divulgação de pesquisas realizadas junto aos políticos que eram de interesse coletivo das mulheres, propunham medidas legislativas e programas de **políticas públicas** baseadas no recorte de gênero” (Azevedo, 2021, p.52)

“Nesse cenário de consumo comunicacional as possibilidades do digital somam enquanto potência política, para a difusão de **um projeto alternativo de resistência contra- hegemônica** através do jornalismo feminista. Segundo Alexandre Haubrich (2017, p.71) as **mídias alternativas** são historicamente espaços de encontro, construção de redes de apoio e **experimentação de ações coletivas** de empoderamento dos **sujeitos afastados** da legitimação social enquanto sujeitos de direitos” (Azevedo, 2021, p.61).

“Buitoni (1990) parece partir desse pressuposto ao definir as **publicações feministas por sua finalidade política de defesa das mulheres (BUITONI, 1990, p. 92). Diferença que pode parecer sutil, mas se mostra substancial na medida que deságua na politização dos interesses dessa imprensa**. Afinal, não era incomum revistas femininas em geral intervirem em favor de direitos da mulher; mas postura que por si só não as permite serem caracterizadas como feministas, pois “seus objetivos principais não eram políticos” (BUITONI, 1990, p. 30)” (Silva, 2022, p. 66).

“De fato, Sullerot explicita: **mais do que apolítica, “a imprensa feminina é antipolítica**, pois evita polêmica e foge de um posicionamento direto” (SULLEROT, 1963, apud. BUITONI, 1990, p. 70)” (Silva, 2022, p. 66)

“Como antecipado, **o jornalismo feminista, por outro lado, é assumidamente “preocupado com as relações de poder” e as opressões daí decorrentes**. Antes de pautar a vida das mulheres e seu vestir, comer, morar ou amar, (BUITONI, 1990, p. 78), as mídias feministas lançam luz ao seu “protagonismo político, econômico e social” (BANDEIRA, 2015, p. 194). Para Ana Paula Bandeira (2015), **essa imprensa representava para as mulheres a mesma possibilidade que para os**

homens de então: “disseminar ideias, ações intelectuais e atividades” (BANDEIRA, 2015, p. 195)” (Silva, 2022, p.66)

Jornalismo feminista como evolução da imprensa feminina

“[...] a imprensa feminina nacional **sedimenta o caminho** pelo qual o jornalismo feminista consegue se erguer na sociedade brasileira (KROETZ, GAT, 2015; DUARTE, 2017)” (Silva, 2022, p. 68).

Definição por familiaridade

“Não obstante as discrepâncias entre projeto e prática, reafirmamos que **tal propensão aproxima o jornalismo feminista das publicações da imprensa feminina** (BANDEIRA, 2015, p. 195)” (Silva, 2022, p. 70)

Análise do Século XIX (1800-1900) - conservador ou uma leitura do presente passado com os olhos do presente vivido? Em seguida apresenta outro ponto de vista:

“Outro ponto compartilhado entre a trajetória do jornalismo feminino e feminista diz respeito à postura e ao teor da mensagem que expressavam em suas escritas. Apesar da politização dos periódicos feministas, com denúncias e reivindicações assumidas em prol do amadurecimento intelectual da mulher, **não raro estes publicaram discursos que reforçaram comportamentos e condições sociais a elas atreladas** (BANDEIRA, 2015, p. 195)” (Silva, 2022, p. 68)

“Revistas femininas como a “Marie Claire” e “Capricho” são exemplos de produções não necessariamente feministas mas com temáticas femininas, que abordaram questões tabus sobre corpo e sexualidade” (Santos, 2020, p.99)

“Vale pontuar que as próprias autoras dessas publicações não as assumiam como feministas, já que por definição **o termo “feminismo” só foi opularizado depois dos anos 1960**, como nos lembra Linda Steiner (2019, p. 1, apud. SILVA, 2020, p. 70) Isso posto, não é de se estranhar que mulheres anarquistas” (Silva, 2022, p. 69)

“Nesse sentido, **o jornalismo do Portal Catarinas é feminino e feminista**, consciente do seu espaço no mundo e faz da comunicação uma ação estratégica com objetivo de transformação da sociedade” (Silva, F., 2019, [Resumo])

“Nesse período, segundo Buitoni (1986), os **jornais feministas não eram tão diferentes da imprensa feminina**, na tentativa de ganhar a simpatia do público abordavam também moda, literatura e entretenimento” (Silva, F., 2019, p.34)

Definição por oposição

“[...] tomamos a imprensa feminina como dominante e a feminista como residual ou emergente, no sentido de **ser tanto uma alternativa** ao conteúdo que a primeira apresenta, como uma resposta às imposições normativas ao “ser mulher” expressas em seu discurso” (Silva, 2022, p.72).

“Assim atestamos o movimento da cultura dominante (imprensa feminina tradicional) em incorporar aquilo que à ela se **alterna ou opõe** (jornalismo feminista) como cultura residual, que resiste a sua abordagem e conteúdos através dos anos” (Silva, 2022, p. 73).

“Para a co- fundadora e idealizadora Nana Queiroz, AzMina surgiu de uma insatisfação particular com o jornalismo feminino, tanto enquanto leitora quanto como jornalista e repórter”(Silva, 2022, p.140)

“Em aspectos gerais, a proposta inicial de AzMina era ser uma revista com periodicidade mensal, mas com o lançamento dos conteúdos espaçados durante o mês. Propunha-se a produzir gêneros variados, a saber, reportagens, relatos, entrevistas, perfis, colunas, notícias e quadrinhos (MAKITA, 2019, p. 21); e a cobrir temas diversos em uma abordagem divertida e **desafiadora dos padrões do jornalismo feminino tradicional**” (Silva, 2022, p. 143)

“Tudo isso seria possível graças a uma particularidade que Nana Queiroz expõe como fundamental, e que tornaria AzMina **diferente do jornalismo feminino hegemônico**: a não adesão ao modelo de dependência financeira da publicidade” (Silva, 2022, p. 144)

“a Revista foi fundada com a proposta de ser **uma alternativa às revistas femininas tradicionais**, confrontando os padrões irreais de representatividade feminina que difundiam e normalizavam” (Silva, 2022, p.199)

“A ideia era ser **uma revista feminina feminista**, em um movimento de partir da linha editorial da segunda para ressignificar tradições, conteúdos e formatos da primeira” (Silva, 2022, p. 199).

Imprensa feminina

“Revistas **feitas por mulheres**, falando **sobre mulheres**, mas constituídas por discursos forjados nos mesmos moldes de **subalternização**, representando uma realidade recortada pelo mesmo espectro de exclusão histórico” (Azevedo, 2021, p.11)

“Percorrendo caminhos paralelos, que **ora se aproximam, ora se afastam**: é desta forma que Ana Bandeira (2015) delineia o percurso do jornalismo feminino e feminista no Brasil, nos primórdios do seu desenvolvimento” (Azevedo, 2021, p.37-38)

“A **imprensa feminina** trata de praticamente qualquer tema, da jardinagem a violência contra a mulher, tudo pode se tornar pauta. Entretanto, seu alicerce se pauta pela moda, casa e coração. De acordo com Buitoni (1986), em geral, a imprensa feminina é criticada por ser **despolitizada**, por fortalecer o pessoal em detrimento do social. A partir de Evelyne Sullerot (1963), Buitoni (1986) coloca que a imprensa feminina é **antipolítica**, evitando polêmica e abstendo-se de posicionamento.” (Silva, F., 2019, p.31).

“Ao propormos nesta pesquisa a **substituição da ideia de objetividade jornalística** por diferentes formas de **“experiência”**, especialmente experiências de mulheres, buscamos alcançar novas contribuições e visadas à discussão de gênero no jornalismo contemporâneo” (Borela, 2022, p. 24)

“No quarto capítulo damos continuidade ao nosso modo de pensar a narrativa jornalística posicionadas em um viés feminista, que **questiona a forma de produção do conhecimento e suas bases e valores, como**

imparcialidade, neutralidade e objetividade” (Borela, 2022, p. 29) - *indireta*

experiência como subjetividade e oposta à objetividade

“Adotar uma epistemologia feminista, e assim **substituir a ideia de objetividade** na pesquisa **por diferentes formas de “experiência”**, pode vir a trazer maiores e novas contribuições à discussão de gênero no jornalismo contemporâneo. Ainda” (Borela, 2022, p. 31)

Romper com a objetividade

“O desafio do jornalismo em perspectiva de gênero é ampliar suas lentes para que consiga refletir sobre as consequências e impactos desse acontecimento nas relações de poder e desigualdades que atinge tantas mulheres no âmbito brasileiro. **Romper com a objetividade pura, tanto na pesquisa quanto no jornalismo**, e apostar em um ponto de vista feminista⁶ (HARDING, Sandra, 2009), para que as diferentes experiências, especialmente as subalternas, façam parte da construção do conhecimento, pode ser um caminho produtivo e potencial para transformar as narrativas e práticas jornalísticas contemporâneas na cobertura de eventos limites. Ou, como bem descreve Donna Haraway (1995, p.18), “objetividade feminista significa, simplesmente, saberes localizados”, tais como os que buscam apresentar a cobertura em análise neste trabalho” (Borela, 2022, p.45) -- *Donna não fala sobre romper com a objetividade. Ela fala sobre a objetividade.*

“**Ao romper com os modos de objetivação jornalística, resgatando a subjetividade** e ampliando as vozes e as fontes, possibilitam, segundo as autoras, uma reflexividade sobre a prática que **rompe com a hierarquia masculinista e positivista**, fazendo emergir uma epistemologia mais afeita à diferença do que à totalização. (VEIGA DA SILVA; MAROCCO, 2018, p. 38)” (Silva, F., 2019, p. 64)

“É importante também salientar que a experiência não é neutra, especialmente quando se trata de gênero. **Por isso, compreender o gênero como elemento constitutivo da experiência (GRAY, Ann, 1997) torna possível dar visibilidade às subjetividades** e histórias ocultas, escondidas e/ou ignoradas, como ocorre em muitos estudos de mídia” (Borela, 2022, P. 48)

“No caso do jornalismo, as profissionais possuem um modo direcionado de ver o mundo, a partir das regras e convenções do próprio campo. Ao subverter esse olhar restrito a valores e normas cristalizados, novos modos de apreender a realidade e construir conhecimento a partir do jornalismo tornam-se possíveis. Fabiana Moraes e Márcia Veiga da Silva (2019, p. 16), ao sugerirem a **subjetividade como categoria necessária para prática jornalística**, reforçam que ela “possui uma potência transformadora/reparadora que pode ajudar a empreender movimentos urgentes no pensar e no fazer jornalísticos”. Concordamos com a autora sobre a **necessidade de formas potentes e transformadoras para o ‘fazer jornalismo’, e acreditamos que a produção de conhecimento que percebe e significa as diferentes experiências pode ser um caminho**” (Borela, 2022, p. 49)

“A **posicionalidade** é um aspecto que aflora com a **categoria da experiência e abre caminhos diversos para pensar as subjetividades** e seus lugares de fala. Essa é uma das singularidades de uma epistemologia feminista que traz contribuições únicas para o campo do jornalismo, principalmente por situar seus estudos a partir de uma posição: a de mulheres” (Borela, 2022, p. 49)

“Destacamos esse aspecto por compreender que mesmo situado em um determinado ponto de vista – ou em uma posicionalidade – nenhum discurso (ou pessoa) é neutro nem mesmo original, mas carrega consigo marcas de uma determinada cultura e sociedade, marcas essas que não podem ser ignoradas em análises e, **portanto, substituir a ideia de objetividade na pesquisa por diferentes formas de “experiência” pode vir a trazer maiores e novas contribuições ao campo.** (Borela, 2022, p.50)

“A **estratégia de desabafo se aproxima de um fazer subjetivo**, com traços identitários ressaltados pela narrativa. A prática jornalística de relatar um acontecimento não é específica da atualidade e, portanto, “guarda resquícios de um jornalismo ligado à literatura, os melodramas e folhetins, onde é preciso por em jogo o sensível de uma situação” (HUBERTY, Daniela; AMARAL, Márcia, 2013, p.6)” (Borela, 2022, p. 168)

“Com isso foi possível perceber que, mesmo que as jornalistas proponham uma cobertura feminista no projeto e que de fato consigam romper com algumas normas profissionais masculinistas e hierarquizantes, **o compromisso com a objetividade acaba se apresentando como um dos principais obstáculos nesse jornalismo feminista que seria mais afeito à subjetividade, à parcialidade e à alteridade. Essa objetividade também se mostrou como uma conduta que acaba limitando a abertura das jornalistas como sujeitas e realidades distantes das delas, seja na proposição das pautas ou no próprio desenvolvimento destas.** (Barcellos, 2021 [Resumo])

Sumário

4. Jornalismo: informação e produção do conhecimento social

4.1 a construção do campo jornalístico

4.2 Objetividade: uma lógica profissional masculinista

“No entanto, **essa cobertura feminista é dificultada, pois as jornalistas ainda operam sobre a uma lógica profissional que preza pela objetividade, imparcialidade e neutralidade** (Miguel; Birolli, 2010), uma lógica extremamente masculinista, como estudado por Veiga da Silva (2014), visto que preza pelo distanciamento e universalidade, valores masculinos” (Barcellos, 2021, p. 15)

“Fabiana Moraes e Veiga da Silva (2019, p. 19) propõem um tipo de jornalismo que seja capaz de subverter com a lógica da objetividade, rompendo “com as redes de poder e de saber que norteiam as condições sociais de pensamento e as práticas jornalísticas que historicamente retiram a condição de humanidade dos sujeitos construídos como Outros do sujeito universal. Segundo as autoras (2019, p. 19), “a compreensão de um Eu que constrói o Outro em relação é um ganho gigantesco para as problemáticas relações de alteridade do jornalismo hegemônico. **Concordo com as autoras ao demonstrar que o não rompimento com as ideias da objetividade prejudicam uma cobertura efetivamente feminista, pois quando o jornalista se distancia da sua própria produção, acaba tratando as mulheres vítimas de violência como um “outro”, não só diferente, mas desigual**” (Barcellos, 2021, p.15)

“No capítulo 4 trazemos a discussão dos princípios fundantes da prática jornalística, sobretudo a **objetividade**, e como esse pressuposto profissional, além de ser calcado em convenções de gênero, acaba

dificultando uma cobertura jornalística afeita ao feminismo” (Barcellos, 2021, p. 19).

“A **objetividade**, seja na ciência ou no jornalismo, legitima esse saber universal que é responsável por transformar tudo aquilo e aqueles que se distanciam do **padrão masculino** hegemônico em diferente, subalterno, portanto, desigual” (Barcellos, 2021, p. 66)

“Como nos mostra Veiga da Silva (2014), o jornalismo é masculino por todos esses fatores, mas a **objetividade, ligada a um sistema colonial-moderno-positivista** (Veiga da Silva, 2015), é, em suma, o que pode dificultar uma prática jornalística efetivamente feminista” (Barcellos, 2021, p. 67)

“Para que uma cobertura feminista fosse, de fato, aplicada, acreditamos ser necessário um reconhecimento da subjetividade como parte da produção jornalística” (Barcellos, 2021, p. 67)

“Ao **adotar a subjetividade em detrimento da objetividade**, como uma forma de **substituição de práticas**, estaríamos reduzindo a complexidade dos fenômenos sociais e profissionais que permeiam o jornalismo e, além disso, reforçando uma lógica binária de ver o mundo que, como foi discutido em outros capítulos, só reforça as desigualdades de gênero” (Barcellos, 2021, p. 69)

“Sabemos, como posto no capítulo 4, que **a objetividade é uma das ferramentas que conferem legitimidade ao saber e a informação veiculada pelo jornalismo**. Nesse sentido, é curioso compreender como um projeto com temática de gênero e diversidade, dentro de um jornal com esse discurso de fazer jornalístico, negociaria **uma cobertura feminista**” (Barcellos, 2021, p.78) - *oposição objetividade/ subjetividade indireta*

“Importante destacar que o entendimento que tenho sobre jornalismo feminista pressupõe uma quebra com os paradigmas que formam a profissão, sobretudo com o **reconhecimento da subjetividade como uma estratégia pertencente ao jornalismo (Moraes, 2019a)**, visto a impossibilidade de neutralidade, além da necessidade da utilização da alteridade (Moraes;Veiga da Silva, 2019) e de **uma objetividade** que entenda a sua relação e integração com a subjetividade” (Barcellos,

2021, p. 144) - *se contradiz (oscilação conceitual - passa a falar sobre objetividade feminista)*

“Na verdade, o **compromisso com a objetividade** é um dos **responsáveis por dar respostas simplificadoras para questões complexas** (Veiga da Silva, 2015), o que acaba **impedindo que Celina rompa** com o pressuposto de saber universal (Curiel, 2019; Lerma, 2010), com o qual a profissão tem ligação direta” (Barcellos, 2021, p.144)

“Mas nesse jogo de **subjetividades** das jornalistas, que são acionadas na construção das notícias (Veiga da Silva, 2014), a **empatia delas** acaba, de alguma forma, se aproximando de pautas que sejam mais próximas às suas próprias experiências enquanto mulheres. Isso não é visto como um ponto negativo, pelo contrário, entendemos como um ganho esse **reconhecimento da subjetividade** no momento da proposição de uma pauta ou do desenvolvimento de uma matéria [...]” (Barcellos, 2021, p.144)

“[...] **a objetividade**, dentre tantas outras ferramentas profissionais acionadas no fazer jornalístico, confere respostas simplificadoras para questões complexas e **promove o apagamento das subjetividades** dos jornalistas nesse processo (Veiga da Silva, 2014;2015)” (Barcellos, 2021, p. 150-151)

“A **objetividade jornalística**, com isso, não representa uma verdade universal, mas sim uma realidade hegemônica (**sexista, racista, classista**) que é tida como verdade. É nesse sentido da legitimação da objetividade enquanto ‘ideal da profissão’ é que as diferenças vão sendo transformadas em desigualdades, o que, obviamente, **representa um impasse no que diz respeito ao alcance da pluralidade em nossa sociedade**”, (Barcellos, 2021, p. 151)

“Entende-se então, no âmbito desta pesquisa, que, independente dos sentidos produzidos sobre a **objetividade**, se como uma **meta inalcançável** ou como uma norma imprescindível para o bom jornalismo, ela segue a mesma tendência de descorporificação criticada por Donna Haraway (1995) nas ciências, **eximindo, ou pretensamente eximindo, os jornalistas de suas práticas de visualização sobre o mundo**. Por outro lado, não se nega a importância da objetividade no

jornalismo, pois, utilizando a metáfora de Haraway, “**é preciso enxergar bem**”. O que a ideia de neutralidade, universalidade, imparcialidade e **objetividade descorporificada ofereceram foram imagens turvas, camufladas e distorcidas, carregadas de preconceitos e estereótipos sobre a sociedade e os sujeitos, influenciando o conhecimento que o jornalismo produz**” (Gustafson, 2018, p.87)

“A partir das entrevistas e da recorrência desses termos, percebi que o Celina era, sim, um projeto feminista, e que rompia com várias lógicas profissionais hierarquizantes e masculinistas, no entanto, **o compromisso das jornalistas com a objetividade parecia dificultar** essa relação necessária entre o feminismo, enquanto movimento e ativismo, e o jornalismo, enquanto prática, profissão e instituição social” (Barcellos, 2021, p. 152)

Como forma de **buscar pistas sobre o quanto a objetividade aparecia nas notícias** sobre violência de gênero e também como os feminismos se manifestam nessa cobertura, optei para realizar uma adaptação da análise de narrativa (Motta, 2017) nos 27 textos que compõem o corpus de análise” (Barcellos, 2021, p. 152)

“A **objetividade**, contudo, exige a neutralidade do jornalista de forma que mostre o mundo tal qual ele é para o público, ou seja, acredita-se que somente com a **anulação do sujeito** profissional é que uma notícia é realmente digna de ser publicada. O fato é que, a partir disso, vejo como **impossível a cobertura feminista baseada na objetividade jornalística**, que é por si só permeada pelas convenções de gênero, assim como as outras normas profissionais. **Me parece que Celina não consegue fazer uma cobertura efetivamente feminista justamente por esbarrar numa norma profissional que nega que elas tomem uma posição como mulheres frente às notícias**. Como já exposto anteriormente, a objetividade, respaldada pela suposta imparcialidade, na verdade só reforça a opressão ao transformar o ponto de vista de grupos privilegiados como uma posição universal (Miguel; Biroli, 2010)” (Barcellos, 2021, p.154)

“Acredito que para um jornalismo **ser considerado efetivamente feminista seja necessário o reconhecimento das subjetividades** das profissionais

como uma estratégia, visto a impossibilidade de neutralidade no campo (Moraes; Veiga da Silva, 2019), seja no estabelecimento das pautas, no contato com as fontes e na própria escrita da narrativa. Assim, seria possível articular uma **objetividade feminista (Haraway, 1995)**, que **combina objetividade e subjetividade**, e que **representa um posicionamento crítico da jornalista** em relação a interpretação e tradução dos acontecimentos” (Barcellos, 2021, p.154)

Jornalismo feminista - outro jornalismo - jornalismos

“Como resultado apresentados aqui, considero que o Projeto Celina inicia uma importante ruptura no que tange à cobertura de temáticas relativas a gênero e diversidade dentro do jornalismo hegemônico, pelos fatores já mencionados, pelo rompimento com **diversas práticas masculinistas e hierarquizantes pertencentes ao campo jornalístico [...]**”(Barcellos, 2021, p.155)

“[...] esse **compromisso com a objetividade**, e a crença de essa é a única forma de se fazer um jornalismo de qualidade e credibilidade, **dificulta muito o cumprimento com os preceitos em que o feminismo acredita**” (Barcelos, 2021, p. 155)

“a relevância do **jornalismo engajado**, que **não se esconde atrás da objetividade** para sufocar temáticas necessárias que conflitam com interesses de grupos dominantes na sociedade” (Firmino, 2021, p.20)

“Nos **anos 1990**, porém, revelou-se um formato de cobertura que questionava a tradição da distância e da neutralidade: o **jornalismo de engajamento**, termo cunhado pelo ex-correspondente da British Broadcasting Corporation (BBC), Martin Bell. Responsável por cobrir diversas zonas de conflito, ele defendia que o jornalista não podia atuar como um mero espectador, com notícias que serviriam apenas como **um espelho do mundo**” (Firmino, 2021, p. 73)

“A **objetividade é desejável**, ou mesmo **possível?** Deveria ser imperativo, em um mundo perigoso e turbulento, simplesmente não incomodar as pessoas?” (BELL, 1998b, p. 103 apud CAMPOS, 2018, p. 89). Ou seja, na compreensão de que o que é noticiado passa, necessariamente, por um **filtro humano – que é o**

jornalista – como não ser tocado pela subjetividade?”
(Firmino, 2021)

Indiretamente

“Importante dizer que **isso não significa abandonar o compromisso com a verdade e a seriedade que exige a cobertura de qualquer pauta**. Mas o jornalista precisa “estar aberto a ver a democracia como algo que temos de criar, de reinventar, de re-imaginar” (DORNELLES, 2008, p. 130). Sabemos que **substituir a neutralidade pelo engajamento** exige responsabilidade, e isso implica em distinguir quando **ser objetivo**, e não agir em função de interesses próprios, mas coletivos” (Firmino, 2021, p.76)

“Veiga da Silva (2010) observou também que concepções de gênero e preferências pessoais dos jornalistas apareceram desde a concepção das pautas, incidindo nas escolhas dos repórteres que iriam produzi-las, indicando que os valores notícia estão **perpassados pelos valores sociais e pela subjetividade**” (Silva, F., 2019, p.61)

Diretamente

“Por isso, falar sobre preconceitos, padrões limitantes, desigualdades e outros temas, mas se isentar sobre eles, pode significar o não comprometimento com causas urgentes e que, durante décadas, estavam **escondidas sob o manto da objetividade**” (Firmino, 2021, p.77)

“[...] sendo o **jornalismo revestido** de um ideário de **neutralidade e objetividade** sobre o real, ele cria condições favoráveis para a normatização de valores e imagens sociais, tornando-se um processo sofisticado de aniquilação simbólica da alteridade das mulheres (idem, 2014, p. 92)” (Azevedo, 2021)

“Nessa primeira fase oficial, as reivindicações do jornalismo feminista ainda eram focadas em âmbitos mais gerais: mulher versus homem, luta antiditatorial, feminismo marxista versus liberal, por exemplo. Imbricados nas questões de classe, esses periódicos cederam seus espaços para as pautas das integrantes periféricas, fomentando sua luta por direitos, endossando uma política reivindicatória para as condições delas, visibilizando as mulheres pobres. Ao mesmo tempo que trouxeram, para adentrar no debate mais técnico, a

importância de se discutir questões **relegadas à subjetividade**, como os **contextos familiares, sexualidade e a intimidade**, como sendo expressões políticas, carregadas de **relações de poder e subjugação** (LEITE, 2003, p. 236)” (Azevedo, 2021, p.46)

“Mantendo todos os requisitos técnicos que a narrativa jornalística exige para o entendimento da questão problematizada, a reportagem abre espaço para **a subjetividade das personagens da narrativa**. Em várias passagens o texto fala da **dor**, do **rancor** e do **peso existencial** que carregam as mulheres pertencentes a famílias interseccionadas pelos marcadores que conduzem aos lugares sociais subalternizados em questão” (Azevedo, 2021, p.123)

“Como coloca Haraway (1995) somos responsáveis por aquilo que aprendemos a ver, nossas visões são parciais, limitadas, **carregadas de subjetividade**. E os jornalistas enquanto sujeitos reproduzem, mesmo que inconscientes, através das notícias e da cultura jornalística, valores e concepções circulantes na sociedade em um imbricamento constante. Dessa forma **o jornalismo não pode ser neutro, objetivo e imparcial** porque as notícias são construções de uma realidade parcial. E é tomando consciência disso que o jornalismo e os jornalistas podem transformar práticas e construir novas narrativas. (VEIGA DA SILVA, 2010)” (Silva, F., 2019, p.62)

“A partir dos livros de repórter de Eliane Brum, Alexandra Lucas Coelho e Fabiana Moraes, **perceberam sentidos que se aproximavam ao feminino “– para além de suas identidades de gênero – compartilhava um modo de objetivação jornalística que provoca uma subversão das lógicas moderno-positivistas-masculinistas do jornalismo”** (VEIGA DA SILVA; MAROCCO, 2018, p. 32)” (Silva, F., 2019, p.63)

“Nessa perspectiva, Jéssica Costa (2018, p. 189) em sua dissertação de mestrado propõe a partir da objetividade corporificada de Haraway (1995), uma objetividade feminista. Para a autora **a objetividade feminista é sempre provisória e submetida a uma reflexão contínua levando a subjetividade** em consideração. A proposta da objetividade feminista é dar “visibilidade das relações de poder em que gênero, raça, classe e

sexualidade estão imbricadas e que são reafirmadas cotidianamente pelas instituições e suas normativas.” A objetividade feminista é **responsável, subjetiva e implica em compreender a parcialidade da visão de mundo que defende**” (Silva, F., 2019, p.63-64)

“Assim como na sociedade, o feminino e tudo aquilo que se aproxima ou está associado a ele ocupa no jornalismo um lugar de menor relevância e prestígio. Nessa perspectiva, **a subjetividade é suprimida em função da objetividade jornalística**, da neutralidade e da ideia de valor de verdade. Essas noções de acordo com Veiga da Silva e Marocco (2018), no entanto, se desfiguram nos **livros de repórter**, uns dos espaços que possibilitam resistências e transformações, como observaram as autoras, por **possibilitarem um exercício da crítica das práticas jornalísticas, incluindo comentário e resgatando a subjetividade do “repórter-autor”**” (Silva, F. 2019, p. 64)

“A partir da análise desses materiais as autoras identificaram as rupturas em relação ao jornalismo, tais como: **objetividade situada e corporificada, pensamento complexo sobre a realidade, a subjetividade como possibilidade para reflexão sobre a prática e o diálogo entre o eu e o outro, na busca por diminuir a transformação de diferenças em desigualdades**. As práticas desenvolvidas pelas jornalistas “fazem emergir o **feminino interditado** e inferiorizado nas hierarquias de **valores do jornalismo**, o que nos indica outras possibilidades de prática” (VEIGA DA SILVA, MAROCCO, 2018, p. 49)” (Silva, F., 2019, p. 64)

“A **objetividade jornalística**, enquanto um **fundamento da profissão**, está relacionada a **valores inerentes à prática**, como o **apartidarismo e o equilíbrio**; a procedimentos epistemológicos, como a **transparência e o rigor**; aos valores estéticos, como **clareza e concisão** do texto; e também a valores éticos, como a **justiça** (DEMENECK, 2009). O fundamento também sugere que os fatos possam ser separados das **opiniões ou juízos de valor**, e que os jornalistas teriam o potencial para se distanciar dos acontecimentos por meio da linguagem neutra e das técnicas de reportagem” (Gustafson, 2018, p.13)

“No âmbito desta pesquisa, considero que o jornalista só é visto como **objetivo** – e idealmente classificado como neutro e imparcial – quando reproduz o **senso comum** e os **valores hegemônicos** que circulam na sociedade, romantizando a prática jornalística e enaltecendo estas características nos discursos dos editoriais, comentários e demais produtos jornalísticos. Qualquer tentativa de **transformação social mais posicionada**, a partir da problematização de hierarquias e desigualdades sociais, principalmente as que se referem a gênero, implica no rótulo de **jornalista tendencioso**” (Gustafson, 2018, p.13-14)

Objetividade - dada como masculina

“A construção do **fazer jornalístico** está movida por diferentes atributos positivos, como força, denúncia, ação, objetividade e seriedade – **valores relacionados às características dadas como masculinas** (COSTA, 2018). Neste caminho, o jornalismo muitas vezes adere ao **gênero masculino nas disputas de poder** que inter cruzam à desigualdade de gênero. A violência de gênero, inclusive, faz-se presente **dentro das próprias redações**, por atitudes que ferem a igualdade de gênero nas rotinas jornalísticas” (Santos, 2020, p. 101)

Objetividade feminista - subjetividade

“Essa operacionalidade dá espaço a uma multiplicidade de fontes da sociedade civil, construindo-se de forma colaborativa e horizontal, **levando em consideração a subjetividade** ao acionar a **objetividade feminista**, produzindo informação, conhecimento e ativismo” (Silva, F., 2019, [Resumo])

Conhecimento e jornalismo

“O jornalismo é **um conhecimento social** que envolve um olhar sobre a sociedade, sobre a história e sobre a humanidade, e por isso há como existir **um jornalismo neutro e objetivo** levando em consideração que a humanidade e a história estão em processos de desenvolvimento, porque **toda forma de conhecimento implica em uma interpretação do sujeito**. (MEDITSCH, 1992; VEIGA DA SILVA, 2010)

“Penso o mesmo em relação à **objetividade corporificada**, que acredito ser uma forma de **deslocamento do conceito**

do paradigma do positivismo” (Gustafson, 2018, p. 17) “A objetividade, para Raquel, deixa o texto mais claro, mais direto, pois o que está se fazendo, segundo ela, é jornalismo e não literatura ficcional. *“Ser subjetivo demais não explica para as pessoas porque aquilo é uma tese consistente”* (RAQUEL, 2018, S/N). Ao mesmo tempo, ela não nega que, mesmo com dados concretos, trazidos pela fonte seja possível distorcer as afirmações e que o trabalho jornalístico também é subjetivo, envolvendo escolhas e decisões que são sempre políticas. Percebo que, para a jornalista, ao situar a objetividade na construção da referencialidade no texto, os dados concretos funcionam como justificativa para as suas decisões políticas. *“A gente parte de uma perspectiva. Agora, essa perspectiva tem que ser justificada”* (RAQUEL, 2018, S/N)” (Gustafson, 2018, p.180) - itálico da autora

Definição indireta

“Vale ressaltar que, além da dimensão simbólico-**política** **constituente das concepções que adotamos acerca da comunicação e da cultura, o âmbito político é fundante também para o jornalismo feminista**, enquanto prática e contextos associados ao movimento social de mesmo nome” (Silva, 2022, p. 10).

“[...]]movimento Feminista, o qual examinamos a partir do **jornalismo associado a esse movimento social**” (Silva, 2022, p.58)

“Ainda, consideramos a Revista AzMina como inserida em e praticante de um jornalismo ao mesmo tempo feminista, independente e alternativo. Independente no quesito financeiro e (por consequência) editorial, por optarem angariar recursos somente via editais, doações e patrocínio. Em outras palavras, fontes de renda que não comprometam a autonomia de AzMina em sua produção, “seja nas pautas jornalísticas, edição ou publicação de conteúdo” (REVISTA AZMINA, 2022a), em editorial de trabalhar assuntos via de regra marginalizados pela **grande mídia**, priorizando tanto pautas ignoradas como aquelas que não recebam o destaque que julgam necessário (Idem), a saber: contextualizando a situação a partir de uma perspectiva sobre gênero, raça e outros marcadores identitários. Em suma, a ideia do periódico é ocupar os

espaços vazios (BERTHO, 2022), seja visibilizando temáticas ausentes, seja abordando discussões ou problemáticas por um viés até então não explorado” (Silva, 2022, p. 61)

“A novidade é o jornalismo esportivo feminista - que contempla pautas com posicionamento e recorte de gênero” (Firmino, 2021,p.19)

Definição pelas características da lógica de produção de um produto

“Por exemplo, na etapa referente às **lógicas de produção**, tal como feito em relação ao jornalismo tradicional, apreendemos as relações de trabalho que estruturam as rotinas profissionais da Revista AzMina, **orientadas por suas ideologias e estratégias comunicativas e cujas decisões são legitimadas em certos momentos desse processo**. Porém, os vestígios deixados nos formatos trabalhados pela mídia, bem como as maneiras com que são semantizadas e recicladas não só as demandas das suas leitoras, mas também suas considerações,

Jornalismo feminista - quem faz

“Por acreditar que em uma mídia **alternativa, basilada no feminismo** e na **interseccionalidade**, tão importante quanto o conteúdo que se traz é **quem se é autorizado a falar** nesses espaços e em quais contextos esses discursos são forjados” (Azevedo, 2021, p. 110-111)

Direta

“O **jornalismo feminista** se constrói como um **espaço que visa dar voz** às mulheres, articulando em suas **pautas questões atinentes à essa minoria sociológica** e voltando-se para **esse público especificamente**. Considerando” (Rocha, 2020, [resumo])

“Não trata-se apenas de “informar”, no sentido jornalístico do termo, mas também **dialogar e produzir trocas a partir da experiência** da conversação.” (Santos, 2020,p.87)

Entrevista com jornalista do Portal Catarinas

“É o nosso foco, tá bem nesse slogan jornalismo com perspectiva de gênero. A **gente faz jornalismo**, claro que vai ter espaço pra outras coisas no portal também, mas assim o nosso trabalho central dentro da coisa é produzir jornalismo, que é o que a gente faz, é onde a gente pode contribuir. Na perspectiva de gênero as pessoas perguntam “ah, mas a perspectiva de gênero?”, **gênero é múltiplo, a feminilidade,**

a masculinidade, a questão dos trans, pra nós tá tudo dentro de gênero. Agora a gente vai **visibilizar quem foi invisibilizado** ao longo do tempo, como nós trabalhamos com o princípio da equidade, embora nós estejamos tratando de gênero, nós vamos tratar de gênero **dando mais para quem teve menos** então nós vamos falar das mulheres, nós vamos falar das mulheres trans. (Entrevista Nov. 2017)” (Entrevista apud Silva, F., 2019, p. 116-117)

Relação com outras práticas

“Ao propor trabalhar com o **jornalismo alternativo**, iniciativa em que nunca atuei, é provável que seja possível perceber nesta dissertação algumas limitações presentes na minha compreensão, que tentei minimizar com o embasamento teórico apresentado” (Gustafson, 2018, p.15)

Características do jornalismo (Jornalismo feminista é Jornalismo)

“O **caráter sexista da linguagem** é atualmente uma das críticas do movimento feminista, que se insere em um contexto de debate sobre a democratização das relações de gênero, apresentando uma faceta discursiva. Para Fairclough (2001), muitas mulheres e homens têm se posicionado ativamente para tornar as práticas linguísticas menos discriminatórias. Entretanto, mais importante para este trabalho é destacar que **os tensionamentos de gênero já estão se realizando no âmbito da produção de sentidos e do discurso, e podem refletir no conteúdo jornalístico**, não somente na produção de matérias específicas sobre a desigualdade de gênero, mas também na **mudança de abordagem, no sentido de questionar a norma hegemônica que sustenta as assimetrias**: “A luta sobre essas formas continua e, embora a democratização das práticas de gênero não seja um processo fácil e universal, as assimetrias de gênero no discurso têm sido desnaturalizadas e problematizadas numa escala significativa” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 255)” (Gustafson, 2018, p.74-75)

Projeto de mundo feminista - jornalismo/conhecimento/significados

“Supõe-se ainda que o **jornalismo feminista se insere na empreitada de construção de uma epistemologia feminista**, ao produzir um conhecimento que se debruça nas experiências cotidianas, nas opressões estruturais e rotineiramente vivenciadas, marcadas pelo gênero e outros posicionamentos sociais assimétricos. O **jornalismo produzindo conhecimento**, mas conhecimento feminista, que se apoia em “saberes localizados” (HARAWAY, 1995), pois seu **objetivo é transgredir, emancipar e desnaturalizar**” (Gustafson, 2018, p.76)

Debate sobre nomenclatura (não adota uma específica)

“A diversidade se estende à nomenclatura, nas variadas expressões para designar o jornalismo feminista e os grupos que produzem seu conteúdo. Desde o autoexplicativo “imprensa ou mídia feminista”, “jornalismo independente com perspectiva de gênero”, e suas variações: mídias “caracterizadas por um enfoque de gênero” (BRAGA, 2019), “autodeclaradas feministas” (SCHANDER, BERTASSO, 2019) ou não sexistas (SCHANDER, 2021, p. 106). Até as um pouco mais descritivas, como o “jornalismo alternativo atento às mulheres” (SILVA, 2020), “voltado para as causas feministas”, ou “produção jornalística generificada” (BARBOSA, VARÃO, 2018, p. 26” (Silva, 2022, p. 64)

“Nesse sentido, algumas terminologias em específico chamaram nossa atenção: “mercado editorial feminino”, “imprensa voltada às mulheres” (JESUS, 2017); “jornalismo sobre mulheres e para mulheres” (BITTELBRUN, 2019) e seu complemento “mídias de notícias produzidas por, para e sobre mulheres” (CHAMBERS, STEINER, FLEMING, 2004, p. 128). Embora não utilizadas especificamente para definir o jornalismo feminista, referiam-se a um contexto que englobava também esse fazer jornalístico” (Silva, 2022, p. 65)

No “Mapa do Jornalismo Independente”, aparecem oito iniciativas que têm como proposta a **produção de conteúdo jornalístico** a partir de **temáticas e questões de gênero**” (Borela, 23)

“[...] o fato do jornalismo falar sobre gênero e sexualidade sempre, **em todas as suas matérias**, pois trata sobre **sujeitos** desde sempre **generificados, sexualizados e racializados**, como afirma Butler (2015). A produção de sentidos não acontece apenas nas reportagens específicas, mas quando **aborda a política, a economia e a saúde**, até **quando escolhe quais repórteres** serão designados para cada **pauta** e as **fontes ouvidas** porque, para lembrar Joan Scott (1990), **gênero é a forma primeira de significar as relações de poder**” (Gustafson, 2018, p.11)

“Ao lado das telenovelas, do cinema e da publicidade, o jornalismo também tem se dedicado a noticiar de

maneira sistemática temas relacionados à diversidade sexual e de gênero. Embora importante, a maior atenção atribuída a essas pautas contemporaneamente parecem esconder uma premissa importante, que é o fato do **jornalismo falar sobre gênero e sexualidade o tempo todo, em todas as épocas, em todas as suas matérias, pois trata sobre sujeitos, sujeitos esses desde sempre generificados, sexualizados e racializados, como afirma Butler (2015). A produção de sentidos não acontece apenas nas reportagens comportamentais específicas**, mas quando aborda a política, a economia e a saúde, até quando escolhe quais repórteres serão designados para cada pauta e as fontes ouvidas porque, para lembrar Joan Scott (1990), gênero é a forma primeira de significar as relações de poder.” (Gustafson, 2018, p.59-60)

“De forma mais aprofundada, deve-se destacar ainda que nas **mídias convencionais** as temáticas sociais são tratadas a partir de um prisma masculinista, mantendo os homens no estatuto de sujeito universal. A **perspectiva de gênero**, então, pode ser contemplada **em qualquer notícia no intuito de superar essa tendência**. A abordagem dos fenômenos sociais sem uma perspectiva de gênero resulta na invisibilização dos impactos específicos e diferenciais na vida das mulheres. Por exemplo, **se existe um aumento da pobreza no País, é importante que se dê destaque a feminização da pobreza, fenômeno que ocorre no mundo. As mulheres costumam ser as mais pobres entre a população pobre**. Na cobertura de um pleito eleitoral, pode-se destacar não só a baixa representatividade de mulheres no âmbito político, assim como os motivos e impactos sociais dessa configuração, mas também o assédio sofrido dentro dos espaços políticos pelas mulheres que conseguem ocupá-los. Da mesma forma, as articulações de raça e classe precisam ser contempladas na perspectiva de gênero das matérias jornalísticas. Um indicativo explícito dessa necessidade são os recentes dados sobre feminicídio, que apresentou queda entre as mulheres brancas, mas aumento entre as mulheres negras” (Gustafson, 2018, p.133-134)

Entrevista Angela - Portal Feminista

“Óbvio que eu vou na perspectiva de mulheres. Eu sempre seleciono. Pode ter um homem com uma boa história, só que não é o momento. Pode ser que seja

uma boa história em outro canal. Eu seleciono mesmo. E naquele momento me despertou aquela senhora, que na minha visão simbolizava o que estava acontecendo ali. O que eu queria passar. Quando a gente conversa com essas pessoas que são anônimas, que não são pessoas acostumadas a dar entrevista, primeiro eu vou conversando de forma mais informal. Mas quando você fala se poderia, a primeira coisa é a pessoa dizer: ah, mas eu não tenho nada de interessante para dizer, por que eu, fale com alguém mais importante. Tipo, essa senhora: ah, mas aquela é a líder do movimento. Eu disse, mas não, eu quero falar com a senhora. Então, isso eu já peguei de algumas mulheres que são liderança e a partir do momento que tu vai entrevistar, olha eu quero uma fala tua, elas direcionam para um homem ou para uma outra pessoa. **Elas não se veem enquanto atrizes daquele momento e a importância delas falarem. Isso me instiga muito. Se eu não tivesse esse olhar de cuidado de que eu tenho que entrevistar uma mulher, aquela mulher que passou falando ia passar despercebida.** E perceber que a aquela mulher anônima, aquela mulher que passou despercebida pode ser que seja quem vai te dar o gancho da matéria (ÂNGELA, em entrevista, 05/02/2018).

A forma como Ângela justifica as suas escolhas revela que a perspectiva realmente **ultrapassa a escolha das fontes**, não apenas colocando as mulheres para falar sobre temas que não são costumeiramente atribuídos a elas, mas apostando que a valorização da voz de **mulheres anônimas**, sobre qualquer temática, também atua no sentido de trabalhar com o **protagonismo das mulheres e na capacidade que elas têm de significar e interpretar as situações em que estão inseridas, trazendo a visibilidade de pontos de vista ocultos cotidianamente pela grande mídia**" (Gustafson, 2018, p.136-137)

Sumário

2.2 IMPRENSA BRASILEIRA PARA MULHERES .

2.2.1 Primórdios

2.2.2 De mulheres para mulheres

2.2.3 Jornalismo feminista no Brasil

“[...] proponho problematizar os discursos midiáticos

produzidos por e voltados para mulheres, em blogs e sites que se consideram **feministas**” (Rocha, 2020, p.11)

“O Think Olga (TO) nasce em 2013 com a jornalista Juliana de Faria que desde o início propugna como linha editorial, **o fazer jornalístico de mulheres voltado para mulheres**” (Rocha, 2020,p.66)

“De que maneira nomear uma espécie de **imprensa destinada a mulheres?** “Imprensa feminina” e “Imprensa feminista” são palavras e coisas diferentes entre si. Ora apenas divergentes, ora antagônicas. No entanto, ambas respondem à pergunta proposta. Tendo isso em vista, atentamo-nos para tais diferenças e para as intersecções entre elas. Ou seja, **discursos não-feministas em publicações feministas e vice-versa**” (Cardoso, 2017,p. 13)

“Um veículo **feito por mulheres não foi ou é, necessariamente, feminista**. A propagação de vozes feministas não se fez uma constante em todas as publicações realizadas por mulheres” (Cardoso, 2017, p.13)

“Quanto ao conteúdo, pensando na **imprensa feminina não-feminista**, uma forte característica é a **despolitização**. Tradicionalmente, versa-se sobre a **esfera privada**, com foco no individual e o permanente apagamento de questões relacionadas à **esfera pública e vida política**, no **sentido estrito do termo** - seja ela regional, nacional, internacional” (Cardoso, 2017, p.14).

“Para Buitoni (1986, p. 7), “**imprensa feminina é um conceito definitivamente sexuado: o sexo de seu público faz parte de sua natureza**”. Isso é facilmente observável ao notar que as palavras “ladies”/“lady’s” marcam ambas publicações citadas anteriormente (Cardoso, 2017, p.16)

“Para refletir sobre essas **ambivalências da imprensa feminina** brasileira oitocentista, observemos duas publicações do **ano de 1888**. O bisbilhoteiro, do Rio de Janeiro, se destinava apenas ao **divertimento**, mas mesmo em meio à brincadeira, em um texto aparentemente fútil, propunha uma orientação de como as moças deviam se comportar. “Afim, ‘a simplicidade é a maior beleza que uma moça, que pretenda encontrar um bom marido, pode apresentar”” (Duarte, 2016, p.

309). **A família**, em contrapartida, “**destaca-se pelo tom combativo** em prol da emancipação, por questionar a tutela masculina e ainda por testemunhar momentos decisivos da luta das mulheres brasileiras por seus direitos” (Duarte, 2016, p. 313). Trata-se de um dos periódicos mais importantes dirigidos por uma mulher no Brasil desse século. Josephina Álvares de Azevedo era a responsável e realizou um intenso trabalho de militância feminista, colocando em pauta o direito da mulher ao ensino superior, ao divórcio, ao trabalho remunerado e ao voto” (Cardoso, 2017, p.21)

Proposta metodológica

“Ao aceitar o “desafio teórico” levantado, criamos também um novo modelo metodológico, no esforço de apreender as etapas referentes às lógicas de produção, aos formatos industriais e as matrizes culturais do jornalismo feminista. Ressaltamos nossa opção em não trabalhar formalmente com as mediações comunicativas da institucionalidade e tecnicidade que medeiam os momentos em questão, dentro dos recortes de uma pesquisa de mestrado. Assim, nossa pretensão é limitada a compreender os fazeres jornalísticos, as manifestações culturais e os formatos das publicações da Revista AzMina, assimilando as conexões entre eles a nível investigativo e sem rigor metodológico” (Silva, 2022, p. 19)

“[...] com a tomada de alguns momentos do processo produtivo, trazidos para o jornalismo feminista. Lembrando que nosso objetivo foi cercar as lógicas produtivas[...]” (Silvia, 2022, p. 122)_-

Chamou de: Mapa Noturno para o jornalismo feminista

“A base teórica está assentada nos Estudos Culturais Feministas, indicando a experiência como uma categoria analítica (GRAY, Ann, 1997; SCOTT, Joan, 1999; BACH, Ana María, 2014). Também incorporamos as contribuições da perspectiva interseccional, ou seja, consideramos como raça, classe, territorialidades e outras categoriais sociais atravessam as questões de gênero, construindo experiências posicionadas e oferecendo novas abordagens para os estudos do jornalismo. E recuperamos reflexões sobre a narrativa, lançadas por Paul Ricoeur (1994), articuladas aos estudos de jornalismo. Nesse âmbito, destaca-se a inspiração em movimentos da Análise Pragmática da Narrativa Jornalística (MOTTA, Luiz, 2013). A partir de todas essas bases, construímos uma Análise Feminista da Narrativa Jornalística” (Borela, 2022, [Resumo])

	Proposta teórico-metodológica “Assim, pode-se pensar a categoria experiência a partir de uma perspectiva teórico-metodológica que mobiliza diferentes questionamentos e discussões e que, portanto, torna possível à pesquisa transitar entre dois campos tão diferentes, embora compartilhe algumas semelhanças, como são os Estudos Culturais Feministas e o Jornalismo, rompendo barreiras, resistindo a regimes epistemológicos e acima de tudo, gerando conhecimento compartilhado e científico” (Borela, 2022, p. 50) “Nesse sentido, nosso esforço tem um caráter epistemológico, pois ao considerar a experiência e o tempo como categorias centrais para compreender a configuração narrativa do jornalismo – sob a perspectiva da tríplice mimese de Ricoeur, que considera os mundos da jornalista, do texto e do leitorado – buscamos oferecer um novo modo de compreensão do jornalismo como fenômeno cultural e produtor de conhecimento” (Borele, 2022, p. 59) “[...] tomamos como base um protocolo metodológico proposto por Luiz Gonzaga Motta (2013), a “Análise Pragmática da Narrativa Jornalística”. Partindo do processo formulado pelo autor, iniciamos nossas adaptações, propondo as categorias tempo e experiência como centrais, e seguindo o caminho das principais contribuições das epistemologias feministas, para analisar a série de reportagens publicadas pela Cobertura Especial Covid-19. Tais categorias também nos ajudaram a pensar a composição de questionários direcionados a todas as/os profissionais que atuaram na Cobertura Especial no período selecionado por essa tese” (Borela, 2022, p.104) Etapas e movimentos da análise feminista da narrativa jornalística 1º movimento - Dimensões temáticas do acontecimento 2º movimento: Estratégias Comunicativas a. Estratégias de posicionalidade b. Estratégias de identificação 3º movimento: Campos problemáticos na narrativa da pandemia do Coronavírus no Brasil (Borela, 2022, p.107-114) Metodológico “Além disso, em uma compreensão teórica e empírica do jornalismo esportivo feminista e do mapa cultural esportivo ressignificado e em transformação estabelecemos 20 princípios que podem servir como base para outras produções” (Firmino, 2021 [resumo]) -- 20 Princípios que compõem o mapa cultural do esporte ressignificado (Firmino, 2021, p.282)
--	--

	<i>Manual prático</i> “No desenvolvimento desse tópico busquei construir um panorama aprofundado das práticas jornalísticas feministas e interseccionais do veículo AzMina em suas narrativas. Em subjetivo, construí esse tópico no anseio de que seu resultado possa nortear outros veículos, muito além dos classificados enquanto alternativos, que estejam interessados no compromisso de construir narrativas que abarquem mais amplamente a complexidade das realidades e das pessoas”(Azevedo, 2021, p. 15) <i>Adaptação metodológica</i> “Por tratar-se de um procedimento recente, altamente flexível e correlacionado a outras metodologias, encontramos poucos trabalhos intrínsecos à Análise de Cobertura Jornalística e uma pesquisa de dissertação de mestrado (MEDEIROS, 2018), que adaptou o protocolo para ser utilizado na pesquisa sobre redes sociais. Modificamos os protocolos da ACJ (por ser direcionada para conteúdos impressos jornalísticos), construindo novos marcadores nos níveis de análise propostos pelas autoras para atingirmos os objetivos necessários” (Santos, 2020, p.20) <i>SUMÁRIO (Silva, 2022) - Marco histórico (momentos históricos pontuais/ publicações que surgem)</i> “2. MATRIZES DO JORNALISMO FEMINISTA: IMBRICAÇÕES POSSÍVEIS ENTRE PRÁTICA E MOVIMENTO 2.1 Jornalismo para mulheres: feminino ou feminista? 2.2 Do feminino ao feminista: periódicos para mulheres no Brasil oitocentista (EVOLUÇÃO - HISTÓRIA DE JORNAIS E JORNALISTAS) 2.3 Do voto à imprensa alternativa: publicações feministas no século XX 2.3.1 Escritos sufragistas bem-comportados 2.3.2 Manifestações midiáticas de um mau feminismo 2.3.3 A presença feminista na imprensa anarquista 2.3.4 A voz feminista na imprensa alternativa das mulheres” (Silva, 2022) <i>Definição por oposição (feminista politizada, feminina, não - indireta)</i> “Já para decifrar o jornalismo feminista, Duarte aplica princípio semelhante quanto à segmentação do público, mas elege uma diferença: a denúncia da opressão imposta ao feminino, assim como a reivindicação de seus direitos civis e políticos (DUARTE, 2017, p. 98)”
--	---

(Silva, 2022, p. 65).

Imprensa feminina apolítica, feminista política

“A proposta de distinção nos modos de Duarte (2017) aparece inicialmente no início da década de 1960, idealizada por Evelyne Sullerot em La Presse Féminine, a “mais completa obra sobre imprensa feminina” (BUIIONI, 1990, p. 96). Para a pesquisadora francesa, **os periódicos femininos “se proclamam destinados à clientela feminina”, sendo concebidos para atingir seu interesse. A imprensa feminista se dirige “ao mesmo público”, porém se diferencia por defender causas em prol do movimento** (SULLEROT, 1963, apud. BUIIONI, 1990, p. 16)” (Silvia, 2022, p. 65).

Características de novos produtos da imprensa feminina

“Quanto às novas publicações no mercado: em 2001, surgiu na imprensa feminina brasileira uma revista que se propunha diferente de todas suas companheiras de bancas, **tpm. Sigla de “Trip para mulheres”, tpm** colocou em pauta assuntos como aborto e assédio nas ruas. **Lançou manifestos, questionou padrões de beleza, problematizou orientação sexual, papéis de gênero, poder feminino e trabalho contemporâneo.** Vencedora de **Prêmio Esso**, a revista rompeu com uma série de elementos tradicionais, como a escassez de jornalismo informativo e o apagamento de questões políticas. No entanto, repetiu e repete outros elementos tradicionais, como o incentivo ao consumismo individual e a valorização de celebridades” (Cardoso, 2017, p.32)

“A publicação, já então **segmentada por gênero**, no caso feminino, passou pelo processo de segmentação por temáticas e estilos de vida, em um processo de **segmentação da segmentação**” (Cardoso, 2017, p.40)

Editorial de Elle - primeira edição brasileira

“Idealizada por Hélène Gordon-Lazareff, mulher de talento e personalidade, **Elle** apaixonou as mulheres daquele período pós-guerra, principalmente por sua moda democrática, visual dinâmico, **feminismo, digamos, soft** – apaixonou, enfim, pelo tom otimista num instante difícil para toda a Europa (Elle, 1, 1988)” (Elle

	apud Cardoso, 2017,p.44)
--	--------------------------